Geisa Paganini De Mio

**O INQUÉRITO CIVIL E O TERMO DE AJUSTAMENTO DE
CONDUTA COMO INSTRUMENTOS EFETIVOS PARA
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS :
A EXPERIÊNCIA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO
MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE SÃO CARLOS – SP**

Tese apresentada à Escola de
Engenharia de São Carlos da
Universidade de São Paulo, como
parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Doutor em Hidráulica e
Saneamento

Orientador: Prof. Titular José Roberto Campos

**São Carlos
2005**

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Engenheira **GEISA PAGANINI DE MIO**

Tese defendida e julgada em 08-04-2005 perante a Comissão Julgadora:

Prof. Titular **JOSÉ ROBERTO CAMPOS (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

Prof. Dr. **LUIZ ANTONIO DANIEL**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

Prof. Dr. **FREDERICO FABIO MAUAD**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

EDWARD FERREIRA FILHO
(Promotor de Justiça/São Carlos)

Aprovada

Prof. Dr. **RONALDO PORTO MACEDO JUNIOR**
(Faculdade de Direito/USP)

APROVADA

Profa. Titular **MARIA DO CARMO CALIJURI**
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Engenharia (Hidráulica e Saneamento) e
Presidente da Comissão de Pós-Graduação

A

Pedro e Mario,
por tantos momentos felizes.

GOSTARIA DE EXPRESSAR MINHA GRATIDÃO ESPECIAL,

A Meus Orientadores,

Prof. Dr. **José Roberto Campos** pela amizade, apoio e principalmente, pela oportunidade de trabalharmos juntos novamente.

Dr. **Edward Ferreira Filho**, 7º Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP pela amizade, oportunidade, experiência e valiosos ensinamentos.

GOSTARIA DE EXPRESSAR MINHA GRATIDÃO,

Aos Professores do SHS-EESC-USP - Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo,

Luiz Antonio Daniel pelo atenção, apoio e disponibilização de material bibliográfico.

Marcelo Pereira de Souza por suas contribuições para o direcionamento da pesquisa.

Maria do Carmo Calijuri pelo apoio financeiro com recursos CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/PROAP - Programa de Apoio à Pós - Graduação.

Aos entrevistados por suas valiosas informações e contribuições,

Eng. **Victor Emmanuel Giglio Ferreira**, Chefe de Equipe do DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais de São Carlos.

Prof. Dr. **Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira** da APASC - Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos e UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

Eng. **José Jorge Guimarães**, Gerente da CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental / Agência Ambiental de Araraquara.

Eng. **Marcelo Montaña** da ACQUAVIT e Doutorando do SHS-EESC-USP.

Aos apoiadores,

Nayara, Jamil, Joseane, Igor, Valéria e Janaína da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP.

Márcia, Sá, Pavi, Cecília, Valderez, Raquel, Rose, Flávia e Bruno do SHS - EESC - USP.

Dr^a.Adriana Catojo Pires, Prof. José Salatiel Rodrigues Pires e Angela Terumi Fushita, do LAPA – Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental da UFSCar, pela disponibilização da imagem referente às áreas de reserva florestal legal.

Dr. Marcus Vinicius Vallero, pós-doutorando do SHS-EESC-USP, por seus ensinamentos sobre redação de trabalhos científicos.

Ao **CNPq** – Conselho Nacional de Pesquisa Científica pela concessão de bolsa-auxílio.

GOSTARIA DE EXPRESSAR MINHA GRATIDÃO PERMANENTE,

A meus pais, **Gonzaga Luiz e Edméa**, sem palavras para agradecer.

A **Livio e Iva**, pelo apoio e carinho.

Ao amado **Giuliano**, sobretudo e por tudo.

—O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo e abrir espaço.

Marco Polo a Kublai Kan

As Cidades Invisíveis

Italo Calvino, 1972

RESUMO

DE MIO, G. P. (2005) – *O Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta como instrumentos efetivos para resolução de conflitos ambientais: a experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP*. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

Os conflitos ambientais surgem a partir das necessidades de desenvolvimento econômico e social e dos conseqüentes usos dos recursos naturais. À medida que esses recursos naturais foram se tornando escassos, os modelos de desenvolvimento existentes passaram a ser criticados, culminando em 1987 com a definição de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a implementação do desenvolvimento sustentável é a resolução de conflitos ambientais por meio de abordagens alternativas, com a construção de consenso. O ordenamento jurídico brasileiro atribui ao Ministério Público características e instrumentos que permitem a utilização dessas abordagens na resolução dos conflitos ambientais. Por meio do Inquérito Civil, instrumento exclusivo da instituição e do Termo de Ajustamento de Conduta, o Promotor de Justiça realiza a resolução de conflitos ambientais sem a intervenção do Poder Judiciário. Além dos instrumentos, uma característica do Ministério Público favorável à utilização dessas abordagens é a credibilidade social da instituição. O presente trabalho busca comprovar, com base na experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, a efetividade da resolução de conflitos ambientais por meio da construção de consenso utilizando esses instrumentos. Para alcançar esse objetivo, realizou-se, no período de 2001 a 2004, levantamento de dados armazenados em registro eletrônico, nos Inquéritos Cíveis e Termos de Ajustamento de Conduta, além do acompanhamento de audiências e participação em vistorias realizadas pelo Promotor de Justiça em exercício. Além disso, realizou-se entrevistas com representantes de instituições de gestão e fiscalização ambiental e de organizações não governamentais. Os resultados obtidos demonstram que a utilização do Inquérito Civil, em conjunto com o Termo de Ajustamento de Conduta soluciona a maior parte dos conflitos ambientais evitando a intervenção do Poder Judiciário e a Ação Civil Pública, obtendo a maior conscientização da sociedade civil e do próprio Poder Público, reduzindo o tempo e os custos das negociações, pois a maior parte dos conflitos é resolvida no prazo de um ano e meio, permitindo a reparação do dano em tempo viável, possibilitando ainda a antecipação aos danos ambientais. Porém, uma das maiores dificuldades detectadas é a falta de apoio técnico e de dados ambientais disponíveis, organizados e confiáveis para a tomada de decisões, o que resultou na recomendação do desenvolvimento de uma pesquisa complementar para preencher essa lacuna e melhorar o desempenho da atuação dos Promotores de Justiça na resolução de conflitos ambientais.

Palavras-chave – Ministério Público; Promotoria de Justiça do Meio Ambiente; resolução de conflitos ambientais; construção de consenso; Inquérito Civil; Termo de Ajustamento de Conduta.

ABSTRACT

DE MIO, G. P. (2005) – *The Civil Inquest and the Conduct Adjustment Term as effective tools for environmental conflicts resolution: the experience of the Environmental Prosecutor Office from the city of São Carlos - SP*. Thesis (Ph.D.) – Engineer School of Sao Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2005.

The environmental conflicts arise from the need for economical and social development and from the consequent use of natural resources. When these natural resources were becoming scarce, the existing development models started to be criticized, culminating with the definition of sustainable development in 1987. A contribution for the implementation of sustainable development is the resolution of environmental conflicts by alternative approaches, with the consensus building. The Brazilian juridical ordainment ascribe to the Public Ministry characteristics and tools that allow the use of these approaches in the environmental conflicts resolution. By means of Civil Inquest, exclusive tool for the institution, and the Conduct Adjustment Term, the Justice Prosecutor attain the environmental conflicts resolution without the interference of the Judiciary. Beside the tools, a characteristic of the Public Ministry that is favorable to the use of such approaches is the social credibility of the institution. This work tries to prove, based on the experience of the Environmental Prosecutor Office from the city of Sao Carlos – SP, the effectiveness of environmental conflicts resolution by means of the consensus building by using these tools. To reach this objective, a thorough research was carried out, from 2001 through 2004, in the data electronically recorded from the Civil Inquests and Conduct Adjustment Terms. In this period, a number of hearings and inspections carried out by the assigned Justice Prosecutor were followed. In addition, many interviews with representatives from environmental management and surveillance institutions and non governmental organizations were done. The results show that the use of Civil Inquest together with the Conduct Adjustment Term solve the greatest part of environmental conflicts. The successful use of such tools avoids the intervention of both the Judiciary and the Civil Public Action, resulting in a greater consciousness from both the civil society and Government, reducing thereby time and costs associated with the negotiations, as the greatest part of the conflicts is solved in one year and a half, allowing the reparation of the harm in viable time, thus enabling the anticipation of environmental harms. One of the greatest difficulties, however, is the lack of both technical support and the availability of organized and reliable environmental data for the decision making process. These constraints resulted in the recommendations for the development of a complementary research to fill up such gap and to improve the performance of action of the Justice Prosecutors in the resolution of environmental conflicts.

Key-words - Public Ministry, Environmental Prosecutor Office, environmental conflicts resolution, consensus building, Civil Inquest, Conduct Adjustment Term.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 5.1 -	Localização da Comarca de São Carlos no Estado de São Paulo	73
FIGURA 5.2 -	Mapa da Comarca de São Carlos - SP	74
FIGURA 5.3 -	Tipos de Conflitos Ambientais e Número de Inquéritos Cíveis na Comarca de São Carlos - SP	84
FIGURA 5.4 -	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP	88
FIGURA 5.5 -	Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP (Até assinatura do TAC)	94
FIGURA 5.6 -	Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP (Até cumprimento do TAC)	95
FIGURA 5.7 -	Mapa de Vegetação da Comarca de São Carlos – SP com Reserva Florestal Legal Averbada	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1	-	Características e Estilos dos Negociadores Brasileiros	52
TABELA 3.2	-	Características da Negociação com cada Estilo de Negociador	53
TABELA 5.1	-	Comparação das Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais	71
TABELA 5.2	-	Tipos de Conflitos Ambientais e Número de Inquéritos Cíveis na Comarca de São Carlos - SP	83
TABELA 5.3	-	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP	86
TABELA 5.4	-	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP em 2001	90
TABELA 5.5	-	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP em 2002	90
TABELA 5.6	-	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP em 2003	91
TABELA 5.7	-	Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP em 2004	91
TABELA 5.8	-	Tempo Médio para a Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP	93
TABELA 5.9	-	Comparação do Tempo para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP – IC em Negociação <i>versus</i> ACP Pendentes	97
TABELA 5.10	-	Total de Atendimentos do Corpo de Bombeiros e Atendimentos a Queimadas Urbanas na Comarca de São Carlos - SP	115
TABELA 5.11	-	Monitoramento do TAC sobre Gestão de Resíduos na Comarca de São Carlos - SP	149

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACP	Ação Civil Pública
AIA	Auto de Infração Ambiental
APASC	Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BO	Boletim de Ocorrência
CAO - UMA	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica
CNUMAD	Cúpula das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAMP	Comissão Nacional dos Membros do Ministério Público
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
DAIA	Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
ECR	Environmental Conflict Resolution Center
EESC	Escola de Engenharia de São Carlos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Popular e Estatística
IC	Inquérito Civil
IQR	Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos
LAPA	Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LONMP	Lei Orgânica Nacional do Ministério Público
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória

MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
NBR	Norma Brasileira Revisada
NCA	Nível Critério de Avaliação
OD	Oxigênio Dissolvido
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAD	Resolução Alternativa de Disputas
RAP	Relatório Ambiental Preliminar
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA	Secretaria de Meio Ambiente
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNICEP	Centro Universitário Central Paulista
US EPA	United States Environmental Protection Agency
USP	Universidade de São Paulo
WCED	World Commission on Environment and Development
WFED	World Foundation for Environment and Development

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Considerações Gerais	1
1.2 Estrutura de Apresentação do Trabalho	4
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo Geral	6
2.2 Objetivos Específicos	6
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
3.1 Conflitos Ambientais e suas Origens	8
3.2 Discussões a Respeito dos Modelos de Desenvolvimento	11
3.3 Desenvolvimento Sustentável	14
3.3.1 Considerações Gerais	14
3.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Conflitos Ambientais	17
3.4 Gestão Ambiental	19
3.5 Resolução de Conflitos	20
3.5.1 Considerações Gerais	20
3.5.2 Fases dos Processos de Resolução de Conflitos	22
3.6 Abordagens para Resolução de Conflitos	25
3.6.1 Considerações Gerais	25
3.6.2 Abordagens Tradicionais	26
3.6.3 Abordagens Alternativas	26
3.7 Resolução de Conflitos Ambientais	27
3.7.1 Considerações Gerais	27
3.7.2 Abordagens Alternativas para Resolução de Conflitos Ambientais	29
3.8 Importância dos Aspectos Técnicos para Resolução de Conflitos Ambientais	31
3.9 Aspectos Legais da Resolução de Conflitos Ambientais	32
3.9.1 Considerações Gerais	32
3.9.2 Legislação Ambiental Brasileira	34
3.9.2.1 Lei Federal nº 4.771/65 – Código Florestal e Medida Provisória 1.956-55/00	36
3.9.2.2 Lei Federal nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente	38
3.9.2.3 Lei Federal nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública	40
3.9.2.4 Constituição Federal de 1988	41
3.9.2.5 Lei Federal nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais	43
3.10 Aspectos Sociais da Resolução de Conflitos Ambientais	44
3.11 Resolução de Conflitos Ambientais no Brasil	50
3.11.1 Considerações Gerais	50
3.11.2 Perfil do Negociadores Brasileiros	52
3.12 Ministério Público e Resolução de Conflitos Ambientais	53
3.12.1 Histórico do Ministério Público Brasileiro	53
3.12.2 Função Institucional do Ministério Público Brasileiro	57

3.12.3 Promotorias de Justiça e os Centros de Apoio Operacional	59
3.12.4 Plano e Programas do Ministério Público	60
3.12.5 Sociedade Civil e Ministério Público	61
3.12.6 Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico	62
3.13 Inquérito Civil e Termo de Ajustamento de Conduta	66
4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	68
4.1 Considerações Gerais	68
4.2 Etapas Desenvolvidas	68
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
5.1 Considerações Gerais	70
5.2 Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais	71
5.3 Comarca de São Carlos – SP	72
5.4 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP	75
5.4.1 Planejamento Estratégico e Demandas da Sociedade Civil	75
5.4.2 Estratégia de Atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente	78
5.5 Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP	81
5.5.1 Tipologia e Quantificação dos Conflitos Ambientais	81
5.5.2 Resolução de Conflitos Ambientais no Período de 2001 a 2004	85
5.5.3 Resolução anual de Conflitos Ambientais no Período de 2001 a 2004	87
5.5.4 Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais	91
5.6 Estudos de Caso	97
5.6.1 Considerações Gerais	97
5.6.2 Desmatamento, Averbação de Reserva Florestal Legal e Reposição de Vegetação	98
5.6.3 Gestão de Recursos Hídricos	109
5.6.4 Queimadas Urbanas	113
5.6.5 Poluição Sonora	121
5.6.6 Poluição Industrial	133
5.6.7 Gestão de Resíduos	147
5.6.8 Implantação de Gasoduto	151
5.6.9 Implantação de Trevo Rodoviário	160
5.7 Considerações Finais a respeito da Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP	162
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	165
6.1 Considerações Gerais	165
6.2 Conclusões baseadas nos Resultados Obtidos	165
6.3 Conclusões baseadas na Revisão Bibliográfica	168
6.4 Recomendações	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
ANEXO A – Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)	181
ANEXO B – Leis e Normas Ambientais Federais	221
ANEXO C – Leis e Normas Ambientais do Estado de São Paulo	226

1.INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

Os conflitos ambientais surgem a partir das necessidades de desenvolvimento econômico e social e dos conseqüentes usos dos recursos naturais. Os diversos tipos de conflito sempre existiram ao longo da história, fazendo parte da natureza humana e permitindo, em algumas situações, as mudanças e a evolução das sociedades.

No início do desenvolvimento econômico mundial, o foco era voltado para a geração de riqueza e os recursos naturais abundantes pareciam não ser ameaçados pelos impactos da produção e do consumo. À medida que esses recursos naturais foram se tornando escassos, os modelos de desenvolvimento então existentes passaram a ser criticados, culminando em 1987 com a definição de novo modelo: o desenvolvimento sustentável (MMA, 2002a; WCED, 1987). A partir da proposição deste modelo é que houve a conscientização a respeito da existência de conflitos ambientais, que até então, embora reais, não eram percebidos tão claramente.

Os problemas mais importantes da época atual, entre eles a degradação do meio ambiente, não podem ser entendidos isoladamente. Para a resolução de qualquer conflito aparentemente isolado, precisa-se de pensamento sistêmico, pois os problemas são sistêmicos, interligados e interdependentes (CAPRA et al., 2004).

A resolução de conflitos, na atualidade, necessita da substituição de conceitos de força e poder e de padrões de comportamento correlatos, por conceitos de parceria e consenso, visando a implementação do desenvolvimento sustentável.

Assim, as abordagens tradicionais, fundamentadas no paradigma ganhar-perder, nem sempre apresentam resultados satisfatórios na resolução de conflitos ambientais, pois resultam em pelo menos um perdedor, que tanto pode ser a sociedade, quanto o meio ambiente, ou, na maioria das vezes, ambos.

As abordagens alternativas, fundamentadas no paradigma ganhar-ganhar, na construção do consenso e na busca conjunta de soluções para os problemas, realizadas em diversos países, têm se mostrado mais adequadas no tratamento das questões ambientais, pois aproximam-se mais da filosofia do desenvolvimento sustentável. Além disso, a resolução de conflitos ambientais tem como características marcantes a complexidade e a interdisciplinariedade do tema, resultando na necessidade de apoio técnico e jurídico especializado constante, tanto na área ambiental, quanto na abordagem utilizada para a resolução dos mesmos.

No Brasil, o Ministério Público é uma das instituições capacitadas para a resolução de conflitos ambientais com base nas abordagens alternativas e na construção do consenso. A atuação do Ministério Público na resolução desses conflitos tornou-se possível a partir de algumas atribuições que conquistou por meio da Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente e, principalmente, da Lei de Ação Civil Pública, Lei Federal nº 7.347/85, fortalecidas pela Constituição Federal de 1988. Essas Leis em conjunto, garantiram a independência e autonomia dos Promotores de Justiça na resolução de conflitos, principalmente daqueles ambientais, extremamente complexos. Essas características, somadas à credibilidade social da instituição, possibilitam a eficiente implementação da abordagem alternativa e a resolução de conflitos ambientais, resultando em menor resistência dos autores dos danos, crescente conscientização e sensibilização, redução de tempo e custos, além da possibilidade de reparação dos danos em tempo hábil.

Para realizar a resolução de conflitos ambientais, o Promotor de Justiça conta com o Inquérito Civil (IC), instrumento exclusivo do Ministério Público, que permite o levantamento das informações necessárias para realização das negociações e tomadas de decisão na busca de consenso e acordo. A confirmação do acordo ocorre nos autos do IC, por meio da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um instrumento com caráter extrajudicial e executivo.

Assim, o Promotor de Justiça pode solucionar os conflitos ambientais sem a intervenção do Poder Judiciário, obtendo com a construção de consenso, o maior comprometimento da sociedade civil e do próprio Poder Público com as questões ambientais.

No entanto, essa forma de atuação na resolução de conflitos ambientais, exige disponibilidade do Promotor de Justiça do Meio Ambiente para realização de diversas audiências para negociação, de vistorias aos locais de conflito e dano ambiental e de

parcerias com instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental, com Organizações Não Governamentais e com outras representações da sociedade civil. Exige também a necessidade de conhecimento, apoio técnico e de dados confiáveis que suportem as tomadas de decisão.

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos – SP, objeto de estudo deste trabalho de pesquisa é uma das pioneiras a implementar e priorizar as abordagens alternativas, realizando negociações para a construção do consenso, buscando, na maioria das vezes, resolver os conflitos ambientais por meio de Inquérito Civil (IC) e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sem iniciar a Ação Civil Pública (ACP), e portanto, sem acionar o Poder Judiciário.

Para negociar os conflitos ambientais e definir, por meio de consenso, as melhores soluções para a sociedade civil e para o meio ambiente, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício na Comarca de São Carlos - SP, Dr. Edward Ferreira Filho conta com equipe constituída por Oficiais de Promotoria e estagiários e com o apoio de técnicos de instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental, destacando-se o trabalho em conjunto com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN), com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), além da Polícia Ambiental, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e de Secretarias Municipais. Participam também, em algumas situações, Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientais e de defesa dos interesses difusos e coletivos e integrantes do corpo docente das duas mais expressivas universidades de São Carlos - SP, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A resolução de conflitos ambientais por meio da construção do consenso é extremamente importante, uma vez que a própria Agenda 21 brasileira considera que conflitos econômicos e político-sociais — somados aos ambientais — irão emergir quando da efetiva implementação da mesma. Assim, deve ser estabelecido o consenso entre os objetivos e estratégias das políticas ambientais e de desenvolvimento econômico e social, para consolidá-los no processo de desenvolvimento sustentável (MMA, 2002a).

Segundo Capra et al. (2004), o paradigma cartesiano baseou-se na crença de que o conhecimento científico poderia alcançar a certeza absoluta e final. No paradigma atual, ecológico, reconhece-se que os conceitos, as teorias e as descobertas são limitados

e aproximados. A pesquisa nunca poderá fornecer a compreensão completa e definitiva da realidade. Os pesquisadores não trabalham com a verdade, trabalham apenas com descrições limitadas e aproximadas da realidade — imprimindo-lhes sua visão.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar, por meio da fotografia de um momento (2001 a 2004) e local (Comarca de São Carlos – SP), as experiências de resolução de conflitos realizadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Edward Ferreira Filho, seus sucessos e dificuldades, a viabilidade de sua aplicação e a possibilidade de mudanças e aprimoramento.

O universo que a presente pesquisa representa está em perfeita sintonia com as premissas do desenvolvimento sustentável: dimensão temporal, dimensão espacial e participação da sociedade

1.2 Estrutura de Apresentação do Trabalho

Devido à natureza do trabalho, caracterizado por pesquisa documental e observatória, a estrutura típica de Tese de Doutorado, de acordo com o modelo proposto pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, teve que ser adaptada para maior clareza na explanação.

No Capítulo 2 estão apresentados os objetivos do trabalho de pesquisa, com subdivisão em objetivo geral e objetivos específicos.

O Capítulo 3 é dedicado à revisão bibliográfica, que procura abordar os conflitos ambientais, desde sua origem até as formas de resolução, sua relação com o desenvolvimento sustentável e com a gestão ambiental. Aborda ainda, os principais aspectos que interferem na resolução de conflitos ambientais, a saber: aspectos técnicos, legais e sociais. Os últimos sub ítems do Capítulo 3 são dedicados ao Ministério Público e instrumentos utilizados para a resolução de conflitos ambientais, o IC e o TAC.

O Capítulo 4 apresenta as etapas para o desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados e discussões estão estruturados no Capítulo 5, em 7 sub ítems principais:

5.1 Considerações Gerais; 5.2 Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais 5.3 A Comarca de São Carlos – SP; 5.4 A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP; 5.5 Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP e 5.6 Estudos de Caso; 5.7 Considerações Finais a respeito da Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP.

No sub item 5.1 são abordados aspectos gerais a respeito da resolução de conflitos ambientais na Comarca de São Carlos – SP, representando a introdução ao Capítulo 5.

No sub item 5.2 são apresentadas as duas abordagens existentes.

No sub item 5.3 é apresentada a Comarca de São Carlos – SP em termos de localização geográfica, Município e Distritos que abrange, bem como características ambientais, sociais e econômicas.

O sub item 5.4 trata da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, identifica o Promotor de Justiça em exercício, a equipe de apoio atual e apresenta dados referentes à resolução de conflitos ambientais no que diz respeito ao planejamento estratégico e às demandas da sociedade civil para a resolução dos mesmos. Aborda ainda a estratégia de atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

O sub item 5.5 apresenta dados numéricos a respeito da resolução de conflitos ambientais como: tipologia e quantificação dos conflitos ambientais na Comarca e abordagem utilizada para sua resolução no período de abrangência da pesquisa, ou seja, de 2001 a 2004, dados relativos ao tempo gasto na resolução de conflitos ambientais por meio de Termos de Ajustamento de Conduta e por meio de Ações Civis Públicas, realizando uma comparação entre os mesmos.

No sub item 5.6 são apresentados estudos de caso relativos a 8 tipos de conflitos ambientais que ocorreram na Comarca no período da pesquisa, a saber: desmatamento, averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação; gestão de recursos hídricos; queimadas em áreas urbanas; poluição sonora; poluição industrial; gestão de resíduos; implantação de gasoduto e implantação de trevo rodoviário.

No Capítulo 6 são apresentadas as conclusões, divididas em conclusões a partir dos resultados da pesquisa, e a partir do levantamento bibliográfico além de algumas recomendações.

Finalizando, estão apresentadas as Referências Bibliográficas e os Anexos A, com exemplos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos, B, com a listagem das principais Leis Federais Ambientais e C, com a Legislação Ambiental do Estado de São Paulo.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é o de comprovar a efetividade da resolução de conflitos ambientais por meio de abordagem alternativa e construção de consenso, utilizando como instrumentos o Inquérito Civil (IC) e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com base na experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos –SP.

2.2 Objetivos Específicos

- Quantificar e analisar as resoluções de conflitos ambientais realizadas por meio de IC e TAC e por Ação Civil Pública (ACP);
- Levantar o tempo médio decorrido para a resolução de conflitos ambientais, por meio de abordagem alternativa e construção de consenso, utilizando o IC e o TAC e comparar com o tempo decorrido para resolução por meio de ACP;
- Quantificar e qualificar os tipos de conflitos ambientais predominantes na Comarca;
- Avaliar a importância e as características do apoio técnico necessário à resolução de conflitos ambientais realizada por meio de IC e TAC;
- Avaliar a importância e a efetividade dos instrumentos, IC e TAC, utilizados para a resolução de conflitos ambientais;
- Avaliar os pontos positivos, as dificuldades e necessidades do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, para realizar a resolução de conflitos ambientais;
- Levantar informações junto a organizações governamentais de gestão e fiscalização ambiental e junto a Organizações Não Governamentais (ONGs)

ambientais, a respeito da abordagem para resolução de conflitos ambientais que vem sendo empregada;

- Apresentar breves estudos de caso de resolução de conflitos ambientais na Comarca de São Carlos – SP;
- Apresentar sugestões para melhoria do desempenho na resolução de conflitos ambientais.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Conflitos Ambientais e suas Origens

A palavra conflito origina-se do latim *conflictu* e significa colisão, choque, desavença, embate, assim, conflitar significa estar em oposição, colidir (FERREIRA, 1986).

Pode-se dizer que o conflito ambiental refere-se, portanto, a uma situação em que ocorre oposição, choque de interesses e opiniões em relação a questões relativas ao meio ambiente. E o meio ambiente, por sua vez, pode ser entendido a partir da definição proposta pela Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, no art. 3º, inciso I:

... entende-se por meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Os conflitos ambientais são entendidos, tradicionalmente, como desentendimentos ou disputas pelo uso ou exploração dos recursos naturais. Podem então, ser considerados como decorrentes do choque de interesses entre o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental (WFED, 1992).

Os conflitos ambientais podem ser divididos em duas categorias: relativos a problemas globais ou regionais como proteção de florestas, recursos hídricos, proteção de espécies em extinção, relacionados a recursos naturais que vão sendo degradados dia a dia; e relativos a problemas localizados, que impactam direta e localmente as partes que estão em oposição.

Os debates resultantes dos conflitos não são apenas sobre o funcionamento dos sistemas humanos e ambientais, mas também sobre interesses econômicos e políticos, sobre valores, convicções e suposições divergentes a respeito do futuro, resultando em diferentes julgamentos em face do inesperado (LOUCKS, 2000; STERN et al, 1993).

Como os desenvolvimentos econômico e social, realizados em conjunto com a proteção ambiental são pilares do desenvolvimento sustentável, reafirmados na Rio + 10, pode-se dizer que a tomada de consciência sobre a realidade dos conflitos ambientais ocorreu a partir das discussões a respeito do desenvolvimento sustentável.

Desde 1987, o Relatório “Nosso Futuro Comum” demonstrou que muitos dos conflitos ambientais internacionais não eram resultantes apenas de ameaças políticas ou militares sobre a soberania das Nações, mas também devido à degradação ambiental e às opções de desenvolvimento (WCED, 1987). A degradação ambiental pode ser a causa e o efeito de um conflito resultante de tensão política e militar. As nações têm lutado constantemente para assegurar ou resistir ao controle sobre matérias-primas, suprimentos de energia, terras, bacias hidrográficas, mares, entre outros recursos ambientais fundamentais. E os conflitos tendem a crescer a partir do momento que esses recursos vão se tornando escassos e a competição pelos mesmos aumenta (WFED, 1992).

Grande parte dos problemas ambientais do planeta e da escassez dos recursos naturais é resultado do crescimento desordenado, o qual não considera a interdependência que existe entre meio ambiente e sociedade. (DE MIO et al, 2004a).

Os problemas ambientais podem ser considerados o déficit do sistema ambiental, manifestado na redução da produtividade ou na inadequação do sistema para o cumprimento das funções econômicas e sociais, podendo-se citar três tipos (DE CABO, et al, 1997):

Naturais - resultantes de fatores de origem natural, como insuficiência hídrica, variação climática, sismicidade, erosão, desastres naturais, entre outros;

De interação - resultantes da utilização ineficiente, pela sociedade, de recursos ambientais, como contaminação, desmatamento, queimadas, déficit de água para abastecimento humano, entre outros.

Socioambientais ou antrópicos - resultantes da inadequada percepção da dimensão ambiental e de problemas socioambientais, como manejo inadequado do patrimônio cultural, carência de tecnologia, equipamentos e infra-estrutura.

Os conflitos ambientais podem resultar da marginalização de alguns setores da sociedade e da conseqüente violência e, assim, deve-se pensar nas várias maneiras como os problemas e a mudança ambiental podem levar a conflitos com potencial para a violência (STERN, 1993).

As sociedades humanas podem ser consideradas como redes, assim como os ecossistemas existentes na natureza. Para que essas comunidades sejam sustentáveis é preciso que apresentem algumas características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. A violência ocorre quando esta rede é fragmentada, quando ocorrem subgrupos ou indivíduos que não fazem parte da mesma (CAPRA, 1994).

Essa fragmentação da rede composta por sociedade e meio ambiente geralmente ocorre quando o processo político não está capacitado para gerenciar a degradação ambiental (SCOTT e TROLLEN, 2001). Assim, se dá a deficiência de harmonização entre o desenvolvimento e o uso sustentável e a proteção dos recursos naturais, conduzidos por fatores políticos e econômicos (WFED, 1992), gerando conflitos e abrindo caminho para que a própria dinâmica dos mesmos seja entendida como fator de construção e implementação do desenvolvimento sustentável (CUNHA, 2001; CAPRA, 1994).

Os conflitos ambientais podem ser considerados favoráveis ao desenvolvimento sustentável, pois a sua existência demonstra que diferentes setores da sociedade, com visões diversificadas, estão se contrapondo por buscar a satisfação de suas necessidades e garantia de sua qualidade de vida, intimamente ligada à qualidade do meio ambiente.

As teorias sobre resolução de conflitos baseiam-se na aceitação do fato de que seres humanos são capazes de resolver suas diferenças e, na maioria das vezes, os conflitos entre pessoas não são de direitos, mas de interesses (HIGHTON e ÁLVAREZ, 1999).

Os interesses são difusos, pois dizem respeito a número indeterminado de pessoas e, os indivíduos isolados, por mais competentes que sejam, não conseguem ser ouvidos facilmente pelos governos e empresas (MACHADO, 2003).

A discussão dos modelos de desenvolvimento vigentes iniciou-se de forma mais efetiva nas conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, organizadas pelas Nações Unidas e realizadas em Estocolmo, na Suécia em 1972; no Rio de Janeiro - RJ, no Brasil, em 1992 e, mais recentemente, em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002.

A partir das Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), verificou-se que deve ser rejeitada a visão simplista dos problemas ambientais, como conflitos gerados pela oposição entre meio ambiente e sociedade, devido a padrões predatórios. A discussão deve resultar na busca por melhores soluções e articulações entre meio ambiente e economia, dando lugar à compreensão da gestão ambiental como um processo de administração e negociação de conflitos (CUNHA, 2001).

Na Rio 92 destacou-se que a resolução dos problemas ambientais deveria ser realizada de forma pacífica. Na Rio + 10, realizada em 2002, esta idéia foi complementada mediante proposta de construção de uma sociedade humana equitativa e cuidadosa com as necessidades de todos. Esta sociedade deve ser livre da falta de dignidade causada pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões insustentáveis de desenvolvimento — que podem ser oriundos tanto da pobreza quanto da riqueza. Além disso, pregaram-se o consenso e a parceria na resolução dos problemas do planeta.

A importância da resolução de conflitos ambientais vem sendo cada vez mais reconhecida e a pesquisa tradicional tem, ao longo dos tempos, tentado quantificar, medir e pesar as coisas, porém, as relações não podem ser quantificadas, elas precisam ser mapeadas (CAPRA, 1994). O desafio a respeito da resolução de conflitos ambientais é o de identificar critérios que permitam soluções razoáveis, como base para a construção do consenso e do acordo — reforçando a necessidade de pesquisa voltada para o levantamento, armazenamento e gerenciamento de dados para realizar esse mapeamento (SCOTT e TROLLDALEN, 2001).

3.2 Discussões a Respeito dos Modelos de Desenvolvimento

Os modelos que até hoje predominam, priorizam o desenvolvimento econômico e social em detrimento da proteção ambiental. Apenas alguns setores da sociedade começaram a vislumbrar a inviabilidade desta atuação.

Na década de 60, o Clube de Roma, formado por um grupo de cientistas, pregava a idéia de que uma calamidade global só seria evitada por meio de ações rápidas e vigorosas; o que seria possível com a redução do crescimento populacional e das atividades industriais baseadas em consumo de recursos naturais (SOUZA, 2000). O Relatório “Nos Limites do Crescimento”, elaborado pelo grupo, destacava a impossibilidade de um crescimento indefinido em um mundo finito como o Planeta Terra (SOUZA, 2000; MORENO e POL, 1999, SCHRAMA, 1998).

A preocupação mais sistemática com os modelos de desenvolvimento e com as questões ambientais ocorreu a partir de 1972, com a Conferência de Estocolmo, realizada pela ONU, em que chegou-se à conclusão que os problemas ambientais ultrapassavam as fronteiras das Nações, havendo necessidade de ação global para a preservação do meio ambiente.

Ocorreram, desde então, duas posições antagônicas bem delimitadas, de um lado, os países desenvolvidos propondo programa internacional de conservação dos recursos naturais, além de medidas preventivas imediatas, capazes de evitar um grande desastre, e, de outro, os países em desenvolvimento, dentro de um quadro de miséria, com problemas de moradia, saneamento básico e doenças infecciosas, necessitando se desenvolver economicamente, questionando a legitimidade das recomendações dos países ricos que já atingiram o poderio industrial com o uso predatório de recursos naturais e que querendo impor aos mais pobres complexas exigências de controle ambiental, poderiam gerar o encarecimento e retardamento da industrialização dos países em desenvolvimento.

Na época, o Brasil liderou o grupo de países que pregava o desenvolvimento a qualquer custo; a poluição e a degradação do meio ambiente eram consideradas um mal menor (MMA, 2002c; MILARÉ, 2000).

A Conferência resultou na Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente, composta de 23 princípios, e posteriormente, na criação, pela Assembléia Geral da ONU, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi.

Na década de 80 começou a ser estruturado o conceito de novo modelo de desenvolvimento, valorizando a preservação ambiental. O modelo deveria buscar a harmonia entre o crescimento econômico e social com a gestão ambiental racional, ou seja, considerar a dimensão ambiental no conceito de desenvolvimento e de planejamento do desenvolvimento (SACHS, 1983).

Em 1983 foi criada, pela Assembléia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Comissão Bruntland.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU, publicou o Relatório “Nosso Futuro Comum”, divulgando pela primeira vez, a definição de desenvolvimento sustentável (WCED, 1987):

Desenvolvimento Sustentável é um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

A concepção do desenvolvimento sustentável é fruto da revisão das teorias e práticas de desenvolvimento (DE CABO et al, 1997).

Em 1992, foi organizada pela ONU, a Conferência Rio 92, ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que vinha sendo organizada desde o final da década de 80 e contou com representantes de 179 países.

Entre os diversos documentos resultantes da Rio 92, podem ser destacados a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21.

A declaração é composta de 27 princípios, orientando novo tipo de atitude do ser humano na Terra, com base na proteção dos recursos naturais, na busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos.

A Agenda 21 representa importante plano de ação a ser implementado pelos governos, pelas agências de desenvolvimento, pela própria ONU e por grupos setoriais independentes em cada um dos setores em que a atividade humana afeta o meio ambiente. É um processo de planejamento participativo, que parte da situação atual e planeja o futuro sustentável.

A Agenda 21 trata, em grandes grupos temáticos, questões relativas ao desenvolvimento econômico-social e suas dimensões, à conservação e administração de recurso para o desenvolvimento, ao papel dos grandes grupos sociais que atuam nesse processo. São apontados meios de implementação de planos, programas e projetos que visam dar condições ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável, ressaltando-se sempre os aspectos ligados aos recursos naturais e à qualidade ambiental (MILARÉ, 2000).

No Brasil, a Agenda 21 Nacional representa um processo de planejamento participativo, que vem sendo conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). O lançamento da Agenda 21 brasileira ocorreu em julho de 2002, finalizando a fase de elaboração e dando início ao processo de implementação. Essa primeira fase resultou em dois documentos: Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional e Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias (MMA, 2002 a e b).

A Agenda 21 brasileira considera que as políticas de desenvolvimento sustentável nem sempre representam processos de soma positiva, apenas com ganhadores. Recomenda, portanto, clareza nas negociações de médio e longo prazo, aliviando dessa forma as tensões de curto prazo em que impera o fator econômico imediato (MMA, 2002b).

Em 2002, realizou-se em Joanesburgo, na África do Sul a terceira Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio + 10. Os principais documentos elaborados foram a Declaração Política de Joanesburgo, composta de 37 princípios e o Plano de Ação.

As declarações resultantes das três conferências da ONU, juntamente com a Agenda 21, são os principais documentos norteadores do desenvolvimento sustentável. As declarações apresentam apenas princípios e servem para alicerçar a estrutura jurídica

nacional e internacional, mas não são transpostas automaticamente para o Direito, pois representam apenas documento de ratificação pelo Poder Legislativo, sem assinatura obrigatória (MACHADO, 2003).

A Conferência de Joanesburgo, embora bastante criticada, teve papel importante ao demonstrar que os problemas previstos em Estocolmo não só não foram superados, como se somaram a outros, e que os compromissos assumidos na Rio 92 não estavam sendo cumpridos. Ou seja, a postura ambiental proativa, mesmo em países desenvolvidos, ainda convive com as outras posturas ultrapassadas, características de décadas anteriores (SANCHEZ, 2001).

3.3 Desenvolvimento Sustentável

3.3.1 Considerações Gerais

Kierkegaard, filósofo dinamarquês do século XIX, considerava que para compreender a vida é necessário olhar o passado, e para viver a vida é necessário olhar o futuro, isto é, para aquilo que ainda não existe (DE MIO et al, 2001).

A sociedade atual não reflete o harmonioso estado de inter-relacionamento que observa-se na natureza, sem interferência antrópica. Ou, segundo Capra (1999):

Para que seja alcançado o estado de equilíbrio dinâmico, é necessária estrutura social e econômica radicalmente diferente e a sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes de realizar esta mudança.

Capra (1999) expressa de forma bastante coerente a situação do relacionamento da sociedade com o meio ambiente, uma relação até o momento pouco equilibrada e distante do desenvolvimento sustentável. O que tem sido constatado é que as mudanças vêm sendo feitas apenas em decorrência de atitudes isoladas, de pessoas que não abrem mão de seus ideais de um mundo melhor no presente e no futuro.

As condições atuais do ser humano são resultantes de suas próprias formas de agir, dentro de um marco espacial e temporal concreto, resultado do processo histórico-cultural das relações entre sociedade e meio ambiente.

Os mais evidentes problemas ambientais do planeta resultam do crescimento desordenado verificado mais acentuadamente nas últimas quatro décadas. Os problemas que recaem sobre os recursos naturais e sociais da Terra como a pobreza, o crescimento

da população, a degradação dos recursos naturais e do meio ambiente são intimamente interdependentes.

Ser humano e meio ambiente são componentes de um mesmo sistema e a preservação e a recuperação dos recursos naturais deveriam se tornar prioridade para a sociedade, por se tratar de novo requisito para a qualidade de vida, e para fatores econômicos, políticos e sociais (MORENO e POL, 1999). A degradação ambiental pode contribuir para a geração de problemas políticos e econômicos e influenciar de maneira decisiva, a qualidade de vida.

Apesar da diversificação, as políticas negligentes ainda predominam. Outra situação que se verifica mundialmente é a adoção de políticas ambientais diferenciadas, mais ou menos negligentes por parte dos países desenvolvidos, quando é considerado seu próprio território ou o território de outros países, em que desenvolvam suas atividades econômicas. Além disso, a negligência por parte dos países desenvolvidos acentua-se mais, quanto mais subdesenvolvido for o país escolhido para a implantação das atividades econômicas dos primeiros; o que é facilitado pela convivência, falta de política, participação e organização social do segundo.

O termo desenvolvimento sustentável, definido pela World Commission on Environment and Development (WCED) e publicado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, representa relação íntima entre presente e futuro. Segundo o Relatório, as políticas a serem desenvolvidas dentro do conceito de desenvolvimento sustentável devem atender aos seguintes objetivos: retomar o crescimento econômico como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos consumidor de matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia; administrar os riscos e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

O desenvolvimento sustentável deve respeitar três condições: horizonte temporal, dimensão espacial e participação da sociedade (MAGNANI, 2000).

O conceito de desenvolvimento sustentável aparece com alcance global, e pretende integrar a gestão ambiental com o desenvolvimento econômico. É um dos novos paradigmas da sociedade moderna, dependente das inter-relações particulares a cada contexto político, econômico e ecológico e da influência de traços históricos, culturais,

organizacionais e econômicos de cada sociedade, dentro da dimensão espaço-temporal (MAGNANI, 2000; MILARÉ, 2000; MORENO e POL, 1999).

Para ser aplicado com sucesso, o desenvolvimento sustentável deve trazer a perspectiva de que um ambiente saudável é essencial para uma economia próspera. Este enfoque encara sociedade, economia e meio ambiente como elementos essenciais de um ecossistema, que se suportam mutuamente, em que cada elemento deve ser considerado prioritário na tomada de decisões (ZHOU, 1998).

O desenvolvimento sustentável representa a conciliação entre eficiência econômica, igualdade social, liberdade política e preservação ambiental (LOUCKS, 2000; MAGALHÃES e LIMA, 1995).

O documento "Cuidar da Terra" do PNUMA (1991-1992), considera que a expressão desenvolvimento sustentável tem o significado de melhorar a qualidade de vida humana, sem esgotar a capacidade de recarga dos ecossistemas que a sustentam (MILARÉ, 2000; MORENO e POL, 1999).

O desenvolvimento econômico é importante e necessário, mas deve ser realizado de maneira planejada e sustentável, com vistas a assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental.

A implementação do desenvolvimento sustentável, necessita da criação de condições políticas, econômicas, tecnológicas, e de desenvolvimento de pesquisas científicas, com o contínuo monitoramento e avaliação das ações para determinar se os objetivos e metas estão sendo alcançados (LOUCKS, 2000; ELIOTT, 1994).

Para efetivar o desenvolvimento sustentável, é preciso garantir que as questões ambientais sejam consideradas especificamente de acordo com o local e momento em análise, além da garantia de que as decisões tomadas sejam endossadas pela sociedade. A participação ativa da sociedade organizada legitima o processo, como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável concreto e efetivo.

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser considerado a chave para a compreensão do enfoque atual da intervenção e da gestão ambiental (MORENO e POL, 1999). A política ambiental não deve representar um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim um de seus instrumentos, ao propiciar a gestão racional de recursos naturais, os quais constituem a sua base material (MILARÉ, 2000).

Portanto, é preciso crescer sim, mas de maneira planejada e sustentável, com vistas a assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental. Ou, em outras palavras, o tipo de desenvolvimento escolhido é que

define o tipo de uso que será dado aos recursos naturais — equivalendo a dizer, que se o tipo de desenvolvimento foi orientado pela responsabilidade e compromisso com a ética ambiental na sua concepção, menor será o risco de exaustão dos recursos naturais (IRIGARAY, 2003)

Pode-se dizer, que uma das grandes contribuições do desenvolvimento sustentável é o esforço pela integração de elementos de desenvolvimento até então desarticulados. O conceito de desenvolvimento sustentável busca a longo prazo, compatibilizar o crescimento econômico com a proteção ambiental e com os aspectos sociais (MMA, 2002c).

O desenvolvimento sustentável está intimamente relacionado a várias medidas de risco e incertezas a respeito do futuro, sobre o qual não se sabe, mas que com certeza se influencia (MACHADO, 2003; LOUCKS, 2000).

3.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Conflitos Ambientais

A complexidade das questões ambientais e sua estreita relação com as políticas de desenvolvimento econômico, demonstram a importância da busca por novos caminhos para solucionar os problemas. A confiança em instrumentos legais restritos, focados em padrões técnicos e em teorias de responsabilidade não são suficientes (WFED, 1992).

O surgimento de um conflito em uma democracia bem estruturada, gera discussão pública ampla e aberta. Muitas controvérsias públicas são resolvidas por meio de sequência que envolve definição, análise, defesa, argumento, discussão, concessão e resolução das mesmas. Entretanto, as disputas políticas nem sempre seguem este rumo e assim tornam-se divisíveis, fruto de visões oponentes, onde práticas de democracia consagradas acabam por intensificar os conflitos de uma forma geral (BECKER et al, 1999) — o mesmo raciocínio é válido para os conflitos ambientais.

A resolução de conflitos ambientais só é possível em um sistema político e legal amplo que legitime e reforce o processo de negociação (DOTSON, 1983). A política ambiental deve estimular novas e importantes abordagens de resolução de conflitos (HETTEWER, 1991).

O Relatório “Nosso Futuro Comum” (WCED, 1987), pode ser considerado a referência para a necessidade da implementação do desenvolvimento sustentável e responsável por sua primeira definição. A proposta de atender às necessidades das gerações do presente sem comprometer a possibilidade de suprir as necessidades das gerações futuras,

encontra-se comprometida — uma vez que, principalmente nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas como habitação, saúde, alimentação, emprego, moradia, educação, não são atendidas, resultando em conflitos.

As necessidades do futuro destacam os limites ecológicos, que, não sendo respeitados, impedem que o desenvolvimento seja durável no tempo, devido à falta de sustentação nos processos naturais (CUNHA, 2001).

O processo produtivo gerador de impactos negativos e degradação ambiental pode ser o mesmo que gera empregos e crescimento da renda e da arrecadação tributária, trazendo à tona inúmeros conflitos de interesses entre diferentes setores da sociedade, entre instituições do poder público e organizações privadas (MMA, 2002a).

A degradação ambiental pode contribuir para a geração de problemas políticos e econômicos e influenciar de maneira decisiva, a qualidade de vida (DE MIO et al, 2004a). Da mesma forma, os problemas políticos, econômicos e sociais podem contribuir para a degradação ambiental e tem-se assim uma via de mão dupla que não leva a lugar algum.

A resolução de conflitos ambientais, mediante negociação, como dimensão básica da gestão ambiental visando racionalizar ou concretizar o desenvolvimento sustentável, é uma proposta que vem sendo implementada em diferentes países (CUNHA, 2001).

A resolução de conflitos ambientais tem se mostrado bastante difícil devido à complexidade de ligações entre questões econômicas, políticas e sociais; incertezas científicas e soluções que requerem a participação de diferentes setores da sociedade, que devem buscar o consenso e o cumprimento de obrigações (SCOTT e TROLLDALEN, 2001).

Atualmente, tornou-se utópica a visão de que, a partir do momento em que se tem o conhecimento total dos fatos que geram a degradação ambiental e os meios para preveni-los, se está apto para resolver os problemas. Os problemas não são simples e nem as soluções dos conflitos de interesses científicos, econômicos, ideológicos e políticos (SCOTT e TROLLDALEN, 2001).

A resolução de conflitos ambientais, com avanços progressivos e retomadas sucessivas das discussões, função do avanço da conscientização dos diferentes setores, da melhoria técnica e tecnológica, dos entendimentos entre os negociadores, dos fatores de mercado, dos progressos institucionais e outros, implica em conceber a construção do desenvolvimento sustentável como um processo gradual (CUNHA, 2001).

3.4 Gestão Ambiental

A gestão ambiental é um instrumento fundamental do desenvolvimento sustentável e pode ser entendida como o conjunto de procedimentos que visam à conciliação entre o desenvolvimento e a qualidade ambiental (SOUZA, 2000). E como resultado do conceito de desenvolvimento sustentável, novos princípios de gestão ambiental foram introduzidos, consolidando a perspectiva de que a responsabilidade pelo meio ambiente é dever também da sociedade e não apenas do Poder Público (MAGLIO, 2001).

Gestão ambiental é a administração do uso dos recursos naturais, renováveis ou não, pelo Poder Público, mediante a aplicação de instrumentos como: medidas econômicas e tributárias, regulamentos e normas, investimentos públicos e financiamentos, buscando conciliar o desenvolvimento com a qualidade ambiental. (MILARÉ, 2000). É o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um determinado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados e definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais, econômicos e sócio-culturais, às especificidades do meio ambiente (LANNA, 1995, apud SOUZA, 2000).

Não é possível conduzir uma gestão ambiental eficaz, sem a implementação de políticas públicas com a participação da sociedade civil. A gestão ambiental deve ser entendida como o conjunto de procedimentos, planejamento e decisões, que buscam a conciliação entre o desenvolvimento econômico e social e a qualidade ambiental, sendo que esta conciliação deve acontecer necessariamente, a partir da apuração da capacidade de suporte do meio ambiente e das necessidades identificadas pela sociedade civil ou pelo Poder Público. A segunda opção, principalmente nos países em desenvolvimento, tem sido a mais praticada, porém a participação de ambos seria a mais desejável (MILARÉ, 2000; SOUZA, 2000).

O termo gestão ambiental qualifica a ação institucional do poder público no sentido de implementar a política do meio ambiente. Ela passa pela exigência de um modelo institucional descentralizado, pelo motivo de ser ineficaz o gerenciamento do espaço sem sólidas interfaces entre a sociedade civil e os governos locais (MORAES, 1994, apud SOUZA, 2000). Quando relacionado às questões ambientais, o termo gestão ambiental assume significado amplo, pois envolve grande número de variáveis que interagem simultaneamente. Assim, para o gerenciamento das atividades humanas sob a ótica do meio ambiente, é importante ter a visão do todo, a integração entre as partes, e

o objetivo maior em que se insere a ação ou a atividade que está se desenvolvendo, ou o que ela representa na globalidade da questão ambiental (SOUZA, 2000).

A gestão ambiental tem como ferramentas de ação as Constituições Federal e dos Estados, a legislação ordinária, a política ambiental e seus instrumentos e a participação da sociedade civil, que devem permitir a abordagem sistêmica das questões ambientais, fazendo com que as mesmas sejam identificadas, analisadas, ponderadas, discutidas, compreendidas e solucionadas da forma mais viável possível, sempre garantindo-se a isonomia dos interesses envolvidos.

No Brasil, apesar de excelente texto constitucional e ordinário sobre o meio ambiente e sua proteção, não se consegue, em muitas áreas, o cumprimento razoável das normas de tutela ambiental. Na raiz deste fato está o desajuste acentuado entre as estruturas formais, como legislação, planos e projetos governamentais, burocracia, etc. e as estruturas reais como concretização de políticas públicas, alocação e administração de recursos e a grande distância entre a administração pública e os diferentes segmentos da sociedade civil, com cultura e organização próprias. Desta forma, a implementação de leis e políticas oficiais relativas ao meio ambiente exige tratamento urgente por parte do Poder Público e da sociedade civil, visto que ambos são responsáveis pela Constituição Federal (MILARÉ, 2000).

A gestão ambiental permite que a busca do desenvolvimento sustentável seja realizada de forma sistemática, observando a Constituição Federal e dos Estados, as leis orgânicas dos Municípios, a política ambiental, e as demais normas, sempre levando em conta a capacidade do meio ambiente em suportar as atividades antrópicas e as reais necessidades da sociedade, exigindo assim, sua ativa participação no processo decisório, inclusive para mudança de paradigmas e busca de alternativas técnicas e tecnológicas não poluentes, incluindo-as nas matrizes produtivas e de serviços. A gestão ambiental deve, sempre que possível, basear-se nos princípios da prevenção e precaução, antecipando-se aos danos ambientais, para evitá-los e minimizá-los.

3.5 Resolução de Conflitos

3.5.1 Considerações Gerais

A situação mundial atual não pode ser reduzida apenas a um cenário de conflito entre grandes forças. Os tempos atuais são marcados pelo sonho da comunidade e pela

realidade de lutas violentas entre interesses em constante mudança, confrontação e diálogo (SCHNITMAN e LITTLEJOHN, 1999).

As novas formas de comunicação e de alternativas aos tradicionais modelos de resolução de conflitos do tipo ganhar-perder, encaram as diferenças com uma multiplicidade de opiniões, e não como posicionamentos concorrentes. As novas práticas para resolução de conflitos enfatizam a criatividade, a oportunidade e as diferentes possibilidades, substituindo a discussão, o poder, a competição e em alguns casos consideram a cultura como uma variável chave da resolução de conflitos (WANIS-ST. JOHN, 2003; SCHNITMAN e LITTLEJOHN, 1999).

Estas abordagens — conhecidas por diferentes nomenclaturas: resolução alternativa de disputas (RAD) nos Estados Unidos e Canadá, abordagem consensual ou construção de consenso na Europa — representam práticas capazes de superar a diversidade de contextos sociais, são estruturadas para capacitar as pessoas a aprenderem a aprender. A partir do momento em que as diferenças podem ser minimizadas, o desenvolvimento do conflito se reduz, cresce a habilidade de compreensão dos diversos pontos de vista levando à geração de novas possibilidades durante o processo (SCHNITMAN, 1999).

Estas novas abordagens permitem aumentar a compreensão e o reconhecimento dos participantes, construir a possibilidade de ações coordenadas, incrementar diálogos e a capacidade das pessoas e comunidades para que estas se comprometam de forma responsável com decisões e acordos participativos, especificando as mudanças que ocorrerão tanto nas práticas materiais como nos papéis relacionais estabelecidos sobre base de perspectivas, práticas, visões e sentidos construídos, proporcionando resultados obtidos efetivos, pois permitem considerar, e em muitos casos, resolver as diferenças (SCHNITMAN, 1999).

No caso de organizações comunitárias, estas abordagens permitem reduzir a dependência de intervenções de organismos governamentais, por promover a participação da sociedade civil (SCHNITMANN, 1999) — importante quando considera-se a resolução de conflitos relativos às questões ambientais, em que a comunidade próxima ao problema deve ser a maior interessada.

Portanto, a evolução da aplicação dessas novas abordagens que consideram o paradigma ganhar-ganhar se faz bastante importante na resolução de conflitos ambientais, pois permite a construção de novas plataformas de ação, considerando uma linguagem

centrada nas ligações, no sentido de comunidade, na ecologia social e na qualidade de vida (SCHNITMAN, 1999).

3.5.2 Fases dos Processos de Resolução de Conflitos

A negociação é um meio lógico e natural para resolver conflitos. Ela está presente em todas as atividades de interação entre as pessoas, mas depende da vontade de todos de se incorporarem ao processo, de participar e de facilitar o desenvolvimento do mesmo, pois todos são responsáveis (DÍAZ, 2001).

A negociação é um processo, mediante o qual as partes envolvidas se deslocam de suas posições originais, inicialmente divergentes, para um ponto no qual um acordo possa ser realizado, implicando em movimento. É a busca, criação e definição de opções que procurem satisfazer os interesses de todas as partes, superar a melhor alternativa proposta, legitimar o acordo e comprometer todas as partes envolvidas (MARTINS, 2002; DÍAZ, 2001).

Os processos de resolução de conflitos se desenvolvem de forma semelhante, sendo passos essenciais: a correta identificação dos participantes; a identificação das necessidades e interesses; o fornecimento de informações confiáveis; a construção de clima positivo e a instituição de processo de ganhos progressivos para todos, sem perdedores, realizado com base na construção do consenso.

Esses processos se desenvolvem em etapas sequenciais organizadas a seguir: pré-negociação; planejamento; abertura; comunicação e troca de informações; esclarecimento e concessões; acordo; análise e avaliação; pós-negociação e implementação, de acordo com as concepções de vários autores (RESOLVE, 2004; MARTINS, 2002; DÍAZ, 2001; GERGEN, 1999; POL, 1996 e WFED, 1992), e detalhados a seguir:

Pré-Negociação - Os processos de resolução de conflitos se enriquecem e se modificam, de acordo com cada situação específica, porque, ao envolverem pessoas, se dinamizam de acordo com as vivências, percepções e sensações de cada uma delas. Portanto, respeito, tolerância e vontade, sempre devem ser levados em conta, numa situação conflitiva (DÍAZ, 2001). Para que o processo de negociação se inicie, é importante que as partes envolvidas tenham identificado a necessidade e estejam dispostas a negociar, sabendo que, no processo, não devem haver ganhadores ou perdedores, mas acordos que

busquem satisfazer os interesses de todas as partes. Os participantes devem estar dispostos a estabelecer uma relação de cooperação e não de competição. Para iniciar um processo em que se pretenda chegar a uma solução conjunta de um problema comum, é preciso que haja tolerância. A tolerância tem como condição, a consciência da identidade e do próprio valor de cada indivíduo e isto se dá, a partir do processo de apropriação (DÍAZ, 2001; POL, 1996). A decisão e a vontade de negociar, dependem das concepções e atitudes que cada um forma a respeito das demais partes e sobre as características do processo em geral, pois todo processo de negociação tem aspectos objetivos e subjetivos (RESOLVE, 2004; DÍAZ, 2001; POL, 1996; WFED, 1992). A combinação de aspectos objetivos e subjetivos, desde que as regras do jogo sejam claras, é a chave das negociações com sucesso (DÍAZ, 2001).

Planejamento - Na fase de planejamento devem-se estabelecer os objetivos; levantar, sempre que possível os desejos e necessidades das partes; definir estratégias e táticas; preparar a agenda; calcular e avaliar os riscos envolvidos; simular, fazer uma reunião de preparação, quando a negociação for em equipe; preparar, se possível, o local da negociação; compor a equipe, quando for o caso; construir opções criativas; identificar alternativas e definir critérios (MARTINS, 2002).

Abertura - A abertura é a etapa inicial do processo de resolução de conflitos. Deve-se procurar, na medida do possível, realizar abertura não muito formal, reduzindo a ansiedade dos participantes, humanizar a reunião e se possível, mostrar desde o início que a proposta é do tipo ganhar-ganhar (MARTINS, 2002).

Comunicação e Troca de Informações - Para criar uma boa relação de cooperação, é preciso ter boa comunicação, o que significa facilitar canais abertos para a troca adequada de informações sobre os problemas e as opiniões. Podem surgir ruídos nas comunicações, decorrentes das diferenças pessoais, sociais e organizacionais entre os participantes, possibilitando a abordagem de um mesmo tema de forma diferente. Durante o processo de negociação é importante permitir que cada parte envolvida expresse seus desejos e necessidades, resultando em maior quantidade de informações coletadas e melhor ajuste dos objetivos. Cada parte envolvida no processo de resolução de conflito, deve demonstrar que entende os objetivos e necessidades da outra parte e deve fornecer informações de forma clara e compreensível (RESOLVE, 2004; MARTINS, 2002; DÍAZ, 2001; GERGEN, 1999). O sucesso do processo de negociação depende, em grande parte, de aspectos como tolerância, respeito, atitudes positivas, capacidade de

escutar e expressar, sensibilidade, domínio do tema e conhecimento de interesses e alternativas possíveis para a resolução dos conflitos. (DÍAZ, 2001). Porém, durante os processos de resolução de conflitos, muitas vezes a emoção toma conta das pessoas, além disso, existem diferentes perfis ou estilos de negociadores, que durante o processo de resolução de conflitos representam papéis com características nem sempre muito fáceis para o desenvolvimento da resolução dos mesmos (MARTINS, 2002) — ou como cita Gergen (1999): “na tradição ocidental, a hostilidade é uma reação normal”.

Esclarecimentos e Concessões - Na fase de esclarecimentos e concessões, deve-se apresentar a proposta e as vantagens da mesma para ambas as partes; estar preparado para responder às questões que surgirem e esclarecer dúvidas; evitar críticas e discordâncias; certificar-se de que a outra parte entendeu realmente a proposta apresentada; fazer as concessões que julgar convenientes; voltar atrás se perceber algum engano cometido e usar novas idéias, inclusive da outra parte para aumentar os pontos de argumentação. Esta fase requer empatia e flexibilidade (MARTINS, 2002; WFED, 1992).

Demonstração - O mecanismo de demonstração e discussão dos projetos com a comunidade — antes de sua implantação — tem representado experiência de sucesso. Com a demonstração a comunidade passa a ter confiança nas decisões do Poder Público a respeito de iniciativas que afetem o meio ambiente local, a partir do fato de que ela mesma está envolvida no processo de decisão e conhece o projeto que será implantado; ou seja, a partir do momento que ela se apropria do projeto (GIBSON e APOSTOLIDIS, 2001).

Consenso ou Acordo – Nessa fase, devem-se confirmar os pontos acertados durante a negociação; sugerir documentação, mesmo que provisória, do que está sendo acordado; fazer síntese final do que está sendo acordado, recordando concessões, prazos, responsabilidades, ganhos e riscos (MARTINS, 2002).

Documentação e Avaliação - Na fase de avaliação deve-se analisar detalhadamente o desenvolvimento do processo de negociação, comparando os objetivos, iniciais e ajustados, com os resultados obtidos; avaliar táticas utilizadas; verificar concessões feitas e as implicações das mesmas (MARTINS, 2002). Outro ponto importante é o registro escrito do processo, das falhas detectadas, das providências necessárias para a implementação do acordado, é a documentação desde o início até o final da negociação.

Este registro poderá ser de grande valor para novo processo de resolução de conflitos do qual se venha a participar (MARTINS, 2002; SUSSKIND, 1986).

Implementação e Monitoramento - Após o processo de negociação, o acordo deve ser compartilhado com instituições com poder de implementação. Além disso, mecanismo de monitoramento deve ser implementado para permitir a renegociação em caso de inviabilização do cumprimento de algumas propostas do acordo (WFED, 1992). Faz-se importante nesta fase a continuidade da comunicação e da negociação, que permitirá a sustentação do acordo realizado (RESOLVE, 2004). A fase de implementação pode representar um dos mais importantes medidores do sucesso da resolução do conflito e dos problemas (BINGHAM, 2004). Nesta etapa pode-se verificar o sucesso — ou insucesso — da negociação, considerando que a mesma já foi completada, de acordo com critérios e padrões explícitos (SUSSKIND, 1986).

3.6 Abordagens para Resolução de Conflitos

3.6.1 Considerações Gerais

Existem basicamente duas abordagens para a resolução de conflitos de uma forma geral, podendo também ser aplicadas à resolução de conflitos ambientais: as abordagens fundamentadas no paradigma ganhar-perder, denominadas abordagens tradicionais e que ocorrem com a intervenção do Poder Judiciário e as abordagens alternativas, fundamentadas no paradigma ganhar-ganhar, que implicam em negociação, em busca da construção de consenso, e se desenvolvem sem a intervenção do Poder Judiciário.

Quando a abordagem alternativa não consegue resolver o conflito por meio da construção do consenso torna-se importante e necessária a utilização da abordagem tradicional.

Geralmente a sistemática tradicional para resolução do conflito é iniciada quando ocorre a chamada intratabilidade, ou seja, a impossibilidade de consenso entre as partes em negociação. A resistência ao consenso e à resolução do conflito pode ocorrer devido a três possíveis razões: os esforços de negociação e mediação resultaram em impasse; os acordos alcançados em negociações anteriores não foram cumpridos, ou seja, uma ou ambas as partes apelaram da decisão ou não cumpriram o acordo; houve a percepção de que os custos de se manter o processo judicial por longo prazo são menos elevados para

as partes do que executar as medidas necessárias para a resolução do conflito — havendo ainda, no caso do conflito ambiental a possibilidade de não implementação das medidas e reparações necessárias, por decisão da justiça (DAVIS e LEWICKI, 2003).

Porém, a abordagem tradicional, representada pela Ação Civil Pública (ACP), no caso do Brasil, deve ser evitada sempre que possível, buscando-se a solução que imponha o menor custo às partes, além daqueles emergentes do próprio conflito (FINK e SOUZA, 2000).

Nos processos de resolução de conflitos diversas estratégias são utilizadas: acordo e barganha, diálogo, coerção, emoção, raciocínio lógico e julgamento (MARTINS, 2002; GERGEN, 1999; LITTLEJOHN e DOMENICI, 1999 e SROUR, 1998).

3.6.2 Abordagens Tradicionais

As abordagens tradicionais para resolução de conflitos baseiam-se no paradigma ganhar-perder e são a base de atuação do Poder Judiciário brasileiro. Geralmente, dispendem longo tempo para que cheguem ao final, nem sempre com resultados satisfatórios, principalmente nos casos de conflitos ambientais e geralmente implicam em custos elevados.

Existem percalços no processo judicial que atingem as partes diretamente, com elevado desgaste emocional e em alguns casos perdas patrimoniais (FINK e SOUZA, 2000). Além disso, os conflitos que se desenvolvem por longo tempo apresentam passados amplos, presentes turbulentos e futuros incertos (DAVIS e LEWICKI, 2003).

As abordagens tradicionais desenvolvem-se basicamente por meio de processos de arbitragem (JAFET et al, 2000). A arbitragem é o principal processo utilizado pelo sistema judiciário, não há construção de consenso, o juiz ou árbitro sentencia. O aspecto comum entre as diferentes abordagens é que a autonomia da vontade das partes envolvidas no conflito deve ser respeitada em todo o processo, inclusive nos acordos e nas sentenças (JAFET et al., 2000).

3.6.3 Abordagens Alternativas

As novas formas de comunicação e de alternativas às tradicionais abordagens de resolução de conflitos do tipo ganhar-perder, encaram as diferenças com uma multiplicidade de opiniões, e não como posicionamentos concorrentes. As abordagens

alternativas representam uma série de opções sem confronto para o gerenciamento dos conflitos (LITTLEJOHN e DOMENICI, 1999). São processos voluntários, em que os envolvidos definem uma solução mutuamente aceitável a partir de suas diferenças (SCHNITMAN, 1999).

A idéia principal é a de que é possível construir consensos graduais e progressivos, através de um jogo de ganhar-ganhar, de soma positiva, resultante do enfoque dos ganhos mútuos (CUNHA, 2001). As abordagens alternativas de resolução de conflitos têm ampla aplicação em muitos contextos, incluindo relações comerciais, comunitárias, ambientais, educacionais, entre outras (LITTLEJOHN e DOMENICI, 1999).

Entre as abordagens alternativas, pode-se citar a mediação, que representa um processo de resolução de conflitos mais flexível, em que intervêm, um terceiro, neutro, imparcial e independente das partes, com a função de facilitar a continuidade do processo, principalmente nos casos em que ocorra um desacordo ou a interrupção da comunicação, que a primeira vista pareça irreconciliável entre as partes (DÍAZ, 2001; JAFET et al., 2000, HIGHTON e ÁLVAREZ, 1999). Este terceiro, ajuda as partes a se comunicarem e a realizarem escolhas voluntárias e conscientes em um esforço para resolverem seu conflito (HIGHTON e ÁLVAREZ, 1999).

A mediação é um processo de comunicação, de conversação, cujo principal objetivo é reabrir o diálogo e recuperar o processo de resolução de conflito para que se chegue a um acordo. A prioridade do processo de mediação é a restauração da harmonia (JAFET et al, 2000; YAZBEK, 1999).

Os mediadores que orientaram a discussão entre as partes envolvidas em conflitos em direção à convergência de estruturas, aumentaram o enfoque, as atribuições sociais positivas e a integralidade (DRAKE e DONOHUE, 1999).

3.7 Resolução de Conflitos Ambientais

3.7.1 Considerações Gerais

Sabe-se relativamente pouco sobre a estrutura de conflitos ambientais locais, nacionais e internacionais ou sobre quais são os meios mais eficientes para solucioná-los. Portanto, tornam-se extremamente necessárias pesquisas a respeito de conflitos ambientais, incluindo estudos de campo e laboratório, de forma a clarear as fontes e estruturas dos mesmos e para testar a eficácia das abordagens alternativas de resolução e instituições

para o seu gerenciamento (STERN, 1993). Assim, verifica-se que a importância da resolução de conflitos ambientais e os meios para alcançá-la tornam-se cada vez mais reconhecidos.

As decisões envolvendo os problemas ambientais afetam e são afetadas por diferentes setores da sociedade. As soluções desses problemas — e a resolução dos conflitos decorrentes dos mesmos — requerem esforços múltiplos de organizações, indivíduos e diferentes grupos de interesses. O conhecimento e capacitação dos mesmos, além da habilidade de resolver coletivamente os problemas que afetam espaços ou recursos compartilhados, representam elementos críticos referentes às complexas decisões em termos de meio ambiente — e sua gestão (ELLIOT e KAUFMAN, 2003).

A existência de conflitos ambientais decorrentes da continuidade do complexo modelo de exploração econômica e da necessidade de preservação dos recursos naturais sugere que novas abordagens na resolução de conflitos são necessárias (FINK e SOUZA, 2000).

A resolução de conflitos ambientais necessita inicialmente do reconhecimento da existência dos mesmos no processo de desenvolvimento para que sejam definidos elementos para suas soluções (DE CABO et al, 1997).

As abordagens alternativas e a construção do consenso que compõem extrajudicialmente os conflitos ambientais podem resultar em ganhos bastantes interessantes para a recomposição do meio ambiente, muitas vezes mais significativos que o comando frio e enérgico de uma sentença (FINK e SOUZA, 2000; COONEY, 1993).

Os processos que envolvem negociação têm alcançado lugar de destaque nas sociedades, porém, é preciso que as mesmas se preparem para a negociação e a resolução de conflitos, por meio de abordagem moderna, que gere resultado satisfatório para todos os envolvidos, considerando sempre o paradigma ganhar-ganhar (DE MIO et al, 2004b).

Mas, para que a participação na resolução do conflito ocorra, faz-se necessário o despertar da consciência social e política da sociedade em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável e da organização da sociedade por iniciativa própria, democrática e no contexto da legislação ambiental vigente (DE CABO et al, 1997).

O ideal do processo de negociação local é contemplar planos de ação, intervenção e gestão ambiental concebidos de acordo com os interesses e necessidades da própria

comunidade, havendo inclusive a apresentação e demonstração dos projetos a serem implantados (DÍAZ, 2001; GIBSON e APOSTOLIDIS, 2001).

A gestão ambiental pode ser considerada como processo de mediação de interesses e conflitos entre diferentes segmentos da sociedade e que estão interligados ao meio ambiente (DE CABO et al, 1997).

Papel especial neste processo de mobilização social — e de resolução dos conflitos ambientais — cabe aos representantes da sociedade com formação técnico- científica, possibilitando a condução do processo com qualidade (DE CABO et al, 1997).

3.7.2 Abordagens Alternativas para Resolução de Conflitos Ambientais

A resolução de conflitos ambientais para a efetivação do desenvolvimento sustentável deve ser realizada com a participação da sociedade civil e por meio da busca de consenso. Consenso ou acordo significa ajuste, conformidade, concordância de sentimentos ou idéias, de opiniões, harmonia, combinação, pacto (HOLANDA FERREIRA, 1986).

A Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, um dos documentos resultantes da conferência realizada na África do Sul em 2002, demonstra a importância da construção do consenso em seu Princípio 10:

Na Conferência de Joanesburgo muito se alcançou na convergência de um rico tecido de povos e pontos de vista, numa busca construtiva por um caminho comum rumo a um mundo que respeite e implemente a visão do desenvolvimento sustentável. A Conferência de Joanesburgo também confirmou que progressos significativos foram realizados rumo à consolidação de um consenso global e de uma parceria entre todos os povos de nosso planeta.

As abordagens tradicionais de resolução de conflitos consideram o paradigma ganhar-perder, o que nem sempre traz benefícios para a sociedade e para o meio ambiente, pois um dos dois sairá perdedor, ou, como sociedade-meio ambiente são intimamente ligados e interdependentes, os dois poderão ser perdedores (DE MIO et al, 2004b).

A sociedade atual é litigiosa e a resolução dos conflitos ambientais no modelo desenvolvido pelo Poder Judiciário tem representado processo lento e que envolve grandes custos. Além disso, os juízes podem não ser as pessoas mais indicadas para tomarem decisões técnicas difíceis a respeito do meio ambiente, pois muitos destes conflitos requerem técnicas de resolução nem sempre disponíveis no Poder Judiciário (BINGHAM, 2004; SCHRAMA, 1998; MC NAUGHTON, 1996; COONEY, 1993;

MC GLENNON e SCHNEIDER, 1993; SINGER, 1992; BACOW e WHEELER, 1991; GRAD, 1989; STEIN, 1985; SUSSKIND e WEINSTEIN, 1980).

Nos Estados Unidos, muitos juizes são mais comprometidos com a resolução dos conflitos e dos problemas que os mediadores, que focam seu trabalho na resolução do conflito, sem preocupação para a solução do problema ambiental. Esta abordagem resolutista por parte dos juizes só é possível quando os mesmos possuem capacitação jurídica e técnica, em alguns casos são advogados e engenheiros (PERRIT et al, 1991).

Além disso, muitos defensores do meio ambiente continuam utilizando as cortes de justiça, mesmo nos países desenvolvidos, objetivando penalidades árduas e dolorosas como forma de desencorajar os degradadores (SINGER, 1992).

Para a resolução de conflitos ambientais, as partes devem desenvolver uma agenda de negociação, um trabalho em conjunto, identificar as necessidades de informação, realizar uma negociação colaborativa, trabalhando com textos simples e produzindo contexto para benefícios mútuos (WFED, 1992). Entre os requisitos básicos para uma negociação bem sucedida estão a boa troca de informações e a franca discussão dos interesses e preocupações de cada uma das partes envolvidas, tentando encontrar soluções mutuamente aceitáveis (COONEY, 1993).

Os Estados Unidos, por exemplo, utilizam as abordagens alternativas para a resolução dos conflitos ambientais desde a década de 70, e isto se dá, basicamente de duas maneiras: institucionalmente por meio de importantes organizações ambientais, como é o caso da Environmental Protection Agency nos Estados Unidos (US EPA), ou através de empresas de prestação de serviços ou centros de estudos de resolução de conflitos, geralmente vinculados a universidades, como por exemplo, Environmental Conflict Resolution Center (ECR), ligado à Universidade de Tucson, no Arizona, entre outros.

No início de sua atuação na resolução de conflitos ambientais, a EPA identificou que a carência e a baixa confiabilidade das informações necessárias para a negociação, dificultavam as tomadas de decisões (COONEY, 1993) — o mesmo problema é enfrentado atualmente no Brasil pelas instituições do Poder Público.

Nos Estado Unidos, a especialização das agências federais e das empresas na resolução dos conflitos ambientais e o crescimento no setor deu-se após a aprovação pelo Congresso, do “Negotiated Rulemaking Act”, em 1990, permitindo às agências federais a contratação de especialistas em resolução de conflitos e detentores de conhecimento técnico, objetivando o melhor desempenho nas tomadas de decisão públicas. O Ato

autoriza também o treinamento de agentes federais em abordagem alternativa de conflitos (SINGER, 1992).

No Canadá, estas novas abordagens são utilizadas pela Environmental Defence Canada, organização governamental que auxilia, através de mediação, a resolução de conflitos ambientais. Além disso, da mesma forma que nos Estados Unidos, algumas universidades desenvolvem pesquisa nesta área, entre elas as Universidades de Waterloo na província de Ontario e de Sherbrooke na província de Quebec (ENVIRONMENTAL DEFENCE CANADA, 2004; LI et al, 2003; VASSEUR et al, 1997).

Na Europa, a utilização destas abordagens é menos divulgada que nos Estados Unidos, sendo mais desenvolvidas nos países escandinavos (PERRIT et al, 1991) — e geralmente vinculadas a universidades, como é o caso das universidades de Delft e Twente, na Holanda e de Oslo, na Noruega, respectivamente (TIMMERMANS e BEROGGI, 2000; SCHRAMA, 1988).

Assim, no que diz respeito aos conflitos ambientais, os grupos envolvidos passam a atuar com advogados efetivos, treinados em resolução alternativa de conflitos e com conhecimento a respeito de tecnologia e de problemas econômicos. Estes advogados são capacitados para participar e entender as negociações técnicas e políticas e propor novas soluções baseadas na lei (COONEY, 1993). A somatória resultante do conhecimento técnico e jurídico representa ponto fundamental na resolução de conflitos ambientais devido, principalmente, à complexidade do tema.

3.8 Importância dos Aspectos Técnicos para Resolução de Conflitos Ambientais

Os aspectos técnicos relativos ao meio ambiente caracterizam-se pela capacitação e conhecimento em ciência, engenharia, medicina, comunicação, análise ambiental, processos produtivos, entre outros. Os conflitos ambientais estão emaranhados em debates científicos a respeito das condições do meio ambiente e dos riscos de certas ações sobre os recursos naturais e sobre a saúde humana (BRYAN, 2003).

Advogados, políticos e juízes vêm progressivamente buscando caminhos para aperfeiçoar as tomadas de decisão, tornando-se cada vez mais importante a redução dos custos da negociação — e da resolução de conflitos, principalmente aqueles relativos aos interesses públicos — como por exemplo o meio ambiente (ADLER et al, 1999).

Muitos conflitos ambientais poderiam ser resolvidos de forma mais sábia e amigável, se informações técnicas e científicas confiáveis fossem propriamente integradas na busca de soluções (ADLER et al, 1999).

Amplos paradigmas e modelos científicos são utilizados pelas partes em negociação para fundamentar os conflitos ambientais e sua resolução. Estes paradigmas influenciam o entendimento e o gerenciamento dos problemas bem como as decisões a serem tomadas. Além disso, os aspectos técnicos e os diferentes paradigmas científicos são muito importantes, estando no centro dos conflitos ambientais e promovendo uma ampla visão destes conflitos (BRYAN, 2003). Informações de elevada qualidade formam a base para a correta solução dos problemas (ADLER et al, 1999).

Os técnicos capacitados na área ambiental, entre eles, engenheiros e pesquisadores, contribuem com seu conhecimento, para a manutenção da capacitação cívica da sociedade e para a concretização do desenvolvimento sustentável, resultando na gestão e proteção dos recursos ambientais (ELLIOT e KAUFMAN, 2003).

É preciso canalizar e integrar o potencial de recursos humanos locais com capacidade intelectual e analítica elevada, permitindo a construção de capacitação institucional para tomadas de decisão que integrem desenvolvimento econômico e meio ambiente (MMA, 2002c). Além disso, os técnicos locais atendem a premissa do desenvolvimento sustentável de agir localmente e caracterizam-se pelos maiores conhecedores do entorno em que vivem.

A necessidade de levantamento, armazenamento em banco de dados e gerenciamento de dados técnicos; de convênio com universidades e centros de pesquisa para apoio técnico e treinamento de recursos humanos; e de suporte tecnológico foram definidos como prioritários em vários dos objetivos propostos pelo Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico do Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo parte integrante da Carta de Itatiba (MPSP, 2004a).

3.9 Aspectos Legais da Resolução de Conflitos Ambientais

3.9.1 Considerações Gerais

O direito do ser humano ao meio ambiente sadio é indiscutível, reconhecido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da seguinte maneira

(SILVA, 2002): “Todos os seres humanos têm o direito fundamental a um meio ambiente adequado a sua saúde e bem estar.”

O Princípio 1 da Declaração do Rio, reforça esta idéia — embora antropocêntrica:

Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.

O direito ambiental estuda os problemas ambientais e suas ligações com os seres humanos e a sociedade, visando a proteção do meio ambiente para a melhoria das condições de vida. O direito é uma ciência dinâmica, que busca ordenar a convivência harmônica da sociedade de cada tempo e torna-se mais eficaz quando atua como instrumento capaz de encaminhar a solução dos problemas individuais e coletivos. O direito ambiental teve origem nos primeiros estudos de ecologia e passou pela educação ambiental até ser consolidado como mecanismo de proteção do meio ambiente (FERREIRA FILHO, 1998).

O papel do jurista, ou da doutrina, é também muito importante, pois cabe-lhe compatibilizar os trabalhos realizados pelas organizações especializadas, em que o aspecto técnico predomina, e deles extrair os princípios gerais que deverão nortear o direito ambiental, delimitar o seu campo de ação, redigir os direitos e obrigações dos Estados e tentar formular regras aceitáveis (SILVA, 2002).

O direito ambiental deve estabelecer normas que indiquem como verificar as necessidades de uso dos recursos ambientais, não bastando a vontade de explorar estes bens ou a possibilidade tecnológica de explorá-los. É preciso garantir sua exploração racional, devendo, quando a utilização não for razoável ou necessária, negar o direito ao uso, mesmo que os bens não sejam, no momento, escassos. Depende da legislação o regime de propriedade dos bens ambientais e a garantia, ou não, do acesso equitativo aos recursos naturais. (MACHADO, 2003).

Assim, o direito pode e deve vir em socorro do meio ambiente ameaçado, imaginando sistemas de prevenção ou reparação adaptados à melhor defesa contra as agressões dos seres humanos. O direito ambiental deve ser um direito do futuro e da antecipação, permitindo o relacionamento harmonioso entre seres humanos e meio ambiente (MACHADO, 2003).

A legislação é extremamente importante para a gestão ambiental e para as decisões e ações relativas ao meio ambiente, promovendo a base contextual para a resolução dos conflitos ambientais. Assim, as leis e as normas estruturam o contexto legal dos

conflitos ambientais. Algumas leis que protegem direitos coletivos, como é o caso do meio ambiente, caminham em sentido contrário ao das outras, protetoras de direitos e liberdades individuais — o que verifica-se também no Brasil, principalmente em casos de conflitos ambientais que envolvem questões relativas a direito de propriedade e de vizinhança (BRYAN, 2003).

Embora as leis e normas definam o meio ambiente legal, é claro que sendo administradas por instituições governamentais, interpretadas pelo Poder Judiciário e modificadas pelos juristas, atraem a atenção da sociedade e são muitas questionadas contribuindo para o contexto legal em torno dos conflitos ambientais. Assim, mesmo promovendo a base para as decisões ambientais e demonstrando a crescente relação com a proteção ambiental, raramente permitem um contexto estável em que as decisões e ações possam ocorrer (BRYAN, 2003).

3.9.2 Legislação Ambiental Brasileira

As questões relativas ao meio ambiente e sua degradação foram inseridas na legislação brasileira e ganharam status constitucional, como decorrência de sua crescente interferência na qualidade de vida humana. A degradação ambiental não é exclusiva deste século, apenas a percepção jurídica deste fenômeno, como consequência de um bem jurídico novo, o meio ambiente, é de explicitação recente (MILARÉ, 2000).

Desde o descobrimento do Brasil em 1500 até aproximadamente o início da segunda metade do Século XX, pouca atenção recebeu a proteção ambiental no Brasil. A questão ambiental não existia juridicamente, caracterizando-se por iniciativas pontuais do Poder Público voltadas mais para a conservação do que para a preservação. (BENJAMIN, 1999). A omissão legislativa era marcante na época, relegando os conflitos ambientais ao tratamento pulverizado e assistemático dos direitos de vizinhança (MACHADO, 2003; BENJAMIN, 1999).

É somente partir da década de 60, com o fortalecimento e maior visibilidade do movimento ecológico, que começam a surgir leis dirigidas de forma mais direta à prevenção e controle da poluição ambiental, bem como a aplicação direta delas. Merece destaque o Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65, que cumpre essencial papel na recuperação e preservação de vegetação nativa e ecossistemas de fauna e flora, além de outros recursos naturais.

Porém, apesar da quantidade de leis existentes, somente a partir da década de 80, após a Conferência de Estocolmo, outras mais ambiciosas vieram numa visão global e mais sistêmica, podendo-se destacar a Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei Federal nº 7.347/85 – Ação Civil Pública, a Constituição de 1988 e a Lei Federal nº 9.605/98, conhecida por Lei dos Crimes Ambientais (MILARÉ, 2000).

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei Federal nº 6.938/81, apresentou definições jurídicas e técnicas bastante importantes como a de meio ambiente, de degradação da qualidade ambiental, de poluição, de poluidor, de recursos ambientais, além de instituir valiosos mecanismos de proteção ambiental, como o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório (EIA/RIMA), além de outros previstos no art. 9º, que define os instrumentos da PNMA. A PNMA conceitua o meio ambiente, como:

O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

O conceito de meio ambiente está conjugado com o de recursos ambientais e a Lei nº 6.938/81, ao abrigar na definição de recursos ambientais os elementos da biosfera, ampliou de forma eficiente esse conceito, que não ficou relacionado apenas aos recursos naturais, mas levando em conta, inclusive o ecossistema humano (MILARÉ, 2000).

Na sequência, entrou em vigor, a Lei Federal nº 7.347/85, Lei da Ação Civil Pública, que instrumentaliza a tutela dos valores ambientais, disciplinando a ação civil publica de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico, legitimando, em seu art. 5º, o Ministério Público e outras instituições e entidades para a defesa judicial do meio ambiente e demais interesses difusos e coletivos.

Em 1988, a Constituição Federal dedicou seu Título VIII – da Ordem Social, no Capítulo VI, Art. 225, a normas referentes às questões ambientais, elegendo a proteção do meio ambiente como prioridade da sociedade brasileira, a exemplo da ordem econômica, tributária, entre outras.

O direito ambiental brasileiro tem traços antigos, mas foi a partir da década de 80, que passou a se desenvolver como um grande guardião do meio ambiente, auxiliando o tecido social a refletir e mudar paradigmas, rumo ao desenvolvimento sustentável .

Além das leis apresentadas a seguir, outras leis de grande importância para a resolução de conflitos ambientais encontram-se apresentadas no Anexos B e C, desta Tese.

3.9.2.1 Lei Federal nº 4.771/65 – Código Florestal e Medida Provisória 1.956-55/00

O Código Florestal de 1965 antecipou-se ao conceito de interesse difuso quando conceituou em seu art. 1º, o meio ambiente como bem de uso comum do povo (MACHADO, 2003): “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são bens de interesse comum a todos os habitantes do País.”

A supressão de vegetação pode ser considerada como atentado à função social e ecológica da propriedade. E o ser humano deveria ser consciente de que não pode viver sem outras espécies animais e vegetais e que sem florestas não há inclusive água (MACHADO, 2003).

Um passo importante, do ponto de vista jurídico protecionista, da Lei nº 4.771/65, Código Florestal, foi a adoção do conceito mais abrangente de área de preservação permanente, em relação ao Código Florestal anterior, abrindo a possibilidade de atuação mais ampla do Poder Público, ao estabelecer duas formas de instituição de áreas de preservação permanente: pelo efeito da lei no art. 2º, ou seja, por meio do próprio Código Florestal ou, como definido no art. 3º, instituídas por ato do Poder Executivo (MACHADO, 2003; SILVA, 1994).

O art. 1º considera como bens de interesse comum a todos os habitantes do País, as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, podendo ser exercidos os direitos de propriedade, desde que respeitadas as limitações impostas pelo Código Florestal e pela legislação em geral (SILVA, 1994).

Em relação às Áreas de Preservação Permanente (APPs), o Código Florestal as conceitua, em seu art. 2º, como sendo as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, dentre outras localizações geográficas.

Algumas das APPs são delimitadas a partir do nível d'água mais alto dos rios, devendo respeitar, segundo a Lei nº 4.771/65, diferentes larguras mínimas de faixa marginal, variando de acordo com as larguras dos corpos d'água. São também consideradas áreas de preservação permanente, segundo o mesmo dispositivo legal, as áreas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais; áreas de nascentes; topos de morros, montes, montanhas e serras; encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive; restingas; bordas de

tabuleiros ou chapadas e em altitudes superiores a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.

As APPs têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Ou seja, proteger os recursos hídricos, evitar assoreamento dos rios e as enchentes e fixar as montanhas, evitando inclusive soterramentos (MACHADO, 2003)

Outra consideração contemplada pelo Código Florestal é a da Reserva Florestal Legal. Existem três tipos de Reserva Florestal Legal: o primeiro tipo refere-se às áreas de cerrado; o segundo refere-se às reservas na Região Norte e no norte da Região Centro-Oeste e o terceiro refere-se às áreas de reservas em todas as outras regiões do Brasil, ou seja, os dois últimos tipos são definidos por sua localização no território Nacional (MACHADO, 2003).

A Medida Provisória (MP) 1956-55/00, que faz algumas alterações no Código Florestal de 1965, define no § 2º, inciso III reserva legal como:

... área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

No art. 16º, § 2º, o Código Florestal define que deve ser realizada a averbação de reserva florestal legal, representando, no caso do Estado de São Paulo e outros da região Sudeste, no mínimo, 20% da área das propriedades imóveis rurais, o que se aplica também ao cerrado. Essa averbação de 20% da área deve se dar à margem da inscrição ou matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, não podendo ser alterada a sua destinação em casos de transmissão ou de desmembramento da área.

A MP 1956-55/00 especifica também que a vegetação de reserva legal não pode ser suprimida, podendo ser utilizada sob regime de manejo sustentável e que a localização da reserva legal deve ser aprovada por órgão ambiental estadual competente — no caso do Estado de São Paulo, pelo DEPRN. O § 1º do art. 16, especifica que nas propriedades rurais, com área variando entre 20 e 50 hectares, serão computadas, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, frutíferos, ornamentais ou industriais. Esse dispositivo permite que para composição da área de reserva florestal legal de pequenas propriedades, sejam computadas, por exemplo, as áreas de preservação permanente.

Importante destaque deve ser dado ao § 10, do art 16º, da MP 1956-55/00, que considera que a reserva florestal legal é assegurada por TAC, firmado pelo possuidor com o órgão ambiental estadual ou federal competente, com força de título executivo e contendo, no mínimo, a localização da reserva legal, as suas características ecológicas básicas e a proibição de supressão de sua vegetação, o que além de reforçar a importância do TAC apresenta algumas informações importantes que devem constar do mesmo.

Ou seja, a averbação da reserva florestal legal, características ambientais, localização e a proibição de supressão de vegetação podem ser garantidas pelo TAC, sendo as definições do termo obtidas por meio de consenso entre o órgão federal ou estadual competente e o proprietário rural.

Uma evolução no que diz respeito à reserva florestal legal foi criada pelo art. 44 da MP 1.956-55/00, que altera o Código Florestal de 1965, permitindo a permuta da área de reserva, ou seja, se a propriedade não tem reserva florestal pode-se adquirir área de outra propriedade e então averbar, desde que esta situe-se na mesma bacia hidrográfica.

3.9.2.2 Lei Federal nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente

A partir de 1981, com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), o Brasil vem estruturando um sistema jurídico que tem por finalidade assegurar a conservação ambiental para as atuais e futuras gerações. Para tanto, procura observar as especificidades regionais no momento de planejar o uso dos recursos naturais, visando, assim, atingir a sustentabilidade ambiental. A PNMA, estabelecida pela Lei nº 6938/81, tem por objetivo:

A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições para o desenvolvimento socio-econômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

Um dos objetivos da PNMA é o de promover a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, devendo ser atendidos os seguintes princípios: ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas

representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis do ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Outro aspecto importante da Lei nº 6.938/81, consistiu em possibilitar a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão sobre o meio ambiente, o que ocorreu a partir da criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, que compreende os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental e de representantes da sociedade civil organizada por meio de ONGs ambientais.

É importante destacar que, por meio da PNMA, os Estados e Municípios, na esfera de suas competências e jurisdições, elaborarão normas supletivas e complementares, além de padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA e no caso dos municípios, também os estabelecidos pelos estados.

A PNMA dispõe de doze instrumentos de gestão ambiental considerados essenciais para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. O interesse atual está voltado para a implementação da Política de forma democrática e transparente, visando a legitimidade e a participação da sociedade em todo esse processo.

Os instrumentos da PNMA definidos pelo art. 9º da Lei nº 6.938/81, são: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; o zoneamento ambiental; a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras; os incentivos à produção e à instalação de equipamentos e à criação e absorção de tecnologia voltada para a melhoria da qualidade ambiental; a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal, como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico, e reservas extrativistas; o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental; as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção da degradação ambiental; a instituição do

relatório “Qualidade do Meio Ambiente”, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando o poder público a produzi-las, quando inexistentes; o cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

No que diz respeito à resolução de conflitos ambientais, a PNMA legitima o Ministério Público, no art. 14º, § 1º, a propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, embora essa forma de resolução do conflito ocorra com a intervenção do sistema judiciário.

3.9.2.3 Lei Federal nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública

A Lei da Ação Civil Pública (ACP) representa um dos mais eficazes instrumentos de proteção ambiental, do qual a sociedade civil pode fazer uso quando se sentir prejudicada em qualquer interesse difuso ou coletivo. Ela rege as ações por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente e a outros interesses difusos e coletivos.

A ação judicial é denominada civil porque tramita no juízo civil e não criminal e denominada pública porque defende bens do patrimônio social e público, assim como os interesses difusos e coletivos (MACHADO, 2003).

A ação civil pública tem como finalidade o cumprimento da obrigação de fazer, ou de não fazer, e/ou a condenação em dinheiro. Ela visa a defesa do meio ambiente, do consumidor e dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (MACHADO, 2003).

Com esta lei o processo judicial deixou de ser visto como mero instrumento de defesa de interesses individuais, para servir de mecanismo efetivo de participação da sociedade para a resolução de conflitos que envolvem interesses difusos e coletivos, entre outros (MILARÉ, 1995b).

A Lei da Ação Civil Pública reforçou a legitimação do Ministério Público, entre outras instituições, para a proposição de ação por danos causados ao meio ambiente.

No entanto, a inovação mais importante da Lei da ACP, com relação ao Ministério Público, foi a previsão no art. 8º, do Inquérito Civil (IC) como instrumento exclusivo da instituição. O IC é um procedimento administrativo presidido pelo Promotor de Justiça e tem a finalidade de colher elementos elucidativos do dano ou perigo de dano a

interesses difusos ou coletivos, entre eles o meio ambiente, por meio de requisição de informações, notificações, oitiva de pessoas e produção de provas técnicas.

É, também, nos autos do IC que o Promotor de Justiça celebra o Termo de Ajustamento de Conduta ou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), um título executivo com caráter extrajudicial.

Desta forma, a Lei da Ação Civil Pública, permitiu novas abordagens na resolução de conflitos ambientais, evitando o caminho tradicional da ação e do Poder Judiciário obtendo, com a possibilidade de construção de consenso, o maior comprometimento da sociedade civil e do próprio Poder Público com as questões ambientais (DE MIO et al, 2004b).

Existe portanto, vantagem promovida pela tomada de TAC em face da propositura de ação civil pública, pois este trata-se de instrumento que visa à reparação e prevenção dos danos ambientais e seus resultados são mais rápidos que os alcançados por ação judicial. A obtenção do resultado pretendido — ou a garantia de obtenção destes — antes de se iniciar ACP, representa grande benefício ao meio ambiente (MARQUES, 2003).

3.9.2.4 Constituição Federal de 1988

A Declaração de Estocolmo, em seu Princípio 1 afirma:

Os seres humanos têm direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem estar, e é o portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI – Do Meio Ambiente, art. 225, caput do artigo, parágrafo e incisos institui que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida sadia, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

Esta condição é reforçada pelo Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva e em harmonia com a natureza.

A palavra todos no art. 225 significa que qualquer pessoa é sujeito de direitos relacionados ao meio ambiente, direitos estes, resguardados pela Constituição Federal e independe de capacidade jurídica. Na linguagem jurídica, o termo “bem de uso comum”, abrange todos os bens, ou seja, tudo que possa ser valorado, que não pertence a alguém especificamente, mas que possa ser utilizado por qualquer um, a qualquer tempo, sem qualquer ônus, como, por exemplo: água, ar, luz solar (PIOVESAN, 2000). O sentido de qualidade de vida é amplo e abrange diversos aspectos da vida humana, como saúde, educação, segurança, lazer, habitação, ligados ao bem estar da sociedade civil, podendo ou não ser mensuráveis, sem excluir a vida de outros seres e espécies. A Constituição da República, impõe ao Poder Público, que ao cuidar do meio ambiente, deve (art. 225, § 1º, V):

Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Talvez, o mais importante passo dado pela Constituição Brasileira de 1988, em favor do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, esteja expresso na frase: “... o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Lei Maior, situa-se em posição pioneira em relação à proteção do meio ambiente, apresentando um conjunto de princípios e garantias dos mais abrangentes e atuais do mundo. Porém, o desafio não é o de apenas fazer a Constituição, mas de cumpri-la, pois a Carta Política tem a função de veículo e porta-voz dos valores essenciais da sociedade, o que basta para exigir dos brasileiros maior cuidado e obediência ao texto constitucional (BENJAMIN, 2002).

No que diz respeito ao Ministério Público, a Constituição define, nos arts. 127 a 129 suas funções institucionais. O art. 127 da Constituição Federal define o Ministério Público como uma instituição do Estado voltada para a defesa dos interesses sociais, representando, portanto, apoio e fortalecimento da sociedade civil. E o art. 129 da Constituição Federal, é importante para as questões ambientais e para a implementação da abordagem alternativa, ao considerar como função institucional do Ministério Público a promoção do IC para a proteção do meio ambiente, reforçando a proposta da Lei da ACP. Além disso, permite ao Promotor de Justiça expedir notificações e requisitar informações nos procedimentos administrativos de sua competência.

No que se refere ao Ministério Público, a Constituição Federal prevê que devem existir as seguintes leis: uma lei federal que estabeleça a organização, as atribuições e o

estatuto do Ministério Público e uma lei federal que fixe normas gerais de organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; uma lei estadual, que estabeleça a organização, as atribuições e os estatuto do Ministério Público de cada Estado; além de quaisquer outras leis definidoras de atribuições funcionais do Ministério Público, desde que compatíveis com sua finalidade institucional (MAZZILLI, 2002).

3.9.2.5 Lei Federal nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais

A Lei de Crimes Ambientais ressaltou alguns aspectos importantes relativos ao direito penal ambiental, inclusive, com as seguintes inovações: o crime por dano culposos ao meio ambiente tanto por ação quanto por omissão; a responsabilidade penal pelo crime ambiental pode ser atribuída à pessoa física e jurídica; sanções alternativas e compatíveis à pessoa jurídica; co-responsabilização por omissão, em que o funcionário público responde na medida do dano, além de reafirmar sanções agravantes e atenuantes.

A Lei nº 9.605/98 define, em seu Capítulo V os crimes contra o meio ambiente, sendo definidos na Seção III os crimes relacionados à poluição ambiental. Pelo art. 54, desta Lei, é crime:

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Merecem destaque, também, os incisos III e V, do § 2º deste artigo. Segundo o inciso III, causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade, ou segundo o inciso V, ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, estabelecendo a pena máxima de cinco anos de reclusão. Além disso, as multas relacionadas ao crime definido no art. 54, da Lei dos Crimes Ambientais, podem variar de um mil reais até cinquenta milhões de reais, podendo ser aplicada também, multa diária.

Considerando as leis apresentadas, verifica-se que o direito brasileiro, sobretudo a partir da década de 80, além de proporcionar a atuação mais sistêmica e voltada para a proteção do meio ambiente, proveu o Ministério Público, de instrumentos e de características funcionais que permitem ao mesmo defender o meio ambiente e resolver

os conflitos ambientais sem a intervenção judicial, trazendo benefícios para toda a sociedade civil e setor produtivo.

3.10 Aspectos Sociais da Resolução de Conflitos Ambientais

A busca pela democracia é uma constante na sociedade contemporânea. A democracia representa um estado de participação por meio do qual a sociedade busca o controle do próprio destino. Mas a verdadeira participação social depende de longo processo de democratização e esta, por sua vez, tem de ser capaz de transformar o cidadão em agente participante, desde o diagnóstico dos problemas até as tomadas de decisão (BORDENAVE, 1992).

Nos países desenvolvidos, as ações que partem das necessidades reais da sociedade, com a participação da mesma na busca das soluções, respeitando suas características culturais e sociais, são as que apresentam os melhores resultados e verdadeiras mudanças, que a longo prazo, repercutem no bem estar e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos (DÍAZ, 2001). Nesses países, a sociedade conquistou, por meio de lutas intensas, direitos fundamentais como o de liberdade de opinião e de organização, entre outros, tendo sido criada a cultura de maior respeito pelos direitos individuais e sociais existindo organizações mais eficientes, que procuram caminhar ao encontro da felicidade da maioria. A defesa do meio ambiente cresceu como herança desta tradição de lutas por direitos individuais e coletivos. A experiência tem demonstrado a percepção do Poder Público referente às aspirações e interesses da sociedade no instante de executar as políticas públicas, procurando dividir as responsabilidades de implementar a gestão ambiental com a sociedade civil. Estas experiências demonstram que não há regras para implementar o processo de gestão ambiental, mas as peculiaridades locais devem sempre ser consideradas, bem como a integração entre o Governo e a sociedade civil para definição das ações (FREITAS, 2000).

Já nos países em desenvolvimento — como o Brasil — os impasses ambientais são minimizados em grande parte pela ausência de tradição de lutas por direitos individuais e coletivos, além de não predominar, nessas sociedades, o respeito pelos direitos humanos básicos (MACHADO, 2003; FREITAS, 2000; GONÇALVES, 1992). Nos países menos desenvolvidos, ainda prevalece o cenário de que os cidadãos estão mais orientados para recompensas a curto prazo do que a longo prazo e menos para as realizações. Nestes países, a participação dos indivíduos e das associações na

elaboração e implementação de políticas ambientais deu-se de forma mais efetiva nos últimos vinte e cinco anos, uma vez que os indivíduos isolados, mesmo que sejam competentes, têm dificuldades em ser ouvidos pelos governos e empresas e a implementação do desenvolvimento sustentável não é possível quando prevalecem as estratégias individuais de sobrevivência. (MACHADO, 2003; MORENO e POL, 1999).

Assim, no final do Século XX — mesmo nos países em desenvolvimento — as preocupações sociais coletivas se fazem presentes. O meio ambiente, o direito do consumidor, a saúde da população, a educação, as minorias, os espaços comuns, dentre outros, passam a ganhar força como um valor da sociedade, em função de uma modificação de postura dos integrantes da mesma (MACHADO, 2003; FREITAS, 2000) .

Em 1992, durante a realização da CNUMAD (Rio 92 ou ECO 92), no Rio de Janeiro - RJ, dois dos principais documentos elaborados, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, ressaltam a importância da participação da sociedade na implementação do desenvolvimento sustentável. A Declaração do Rio de Janeiro, de 1992, em seu Princípio 10 estabelece:

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Devem ser propiciados mecanismos judiciais e administrativos, inclusive, no que diz respeito à compensação e reparação de danos.

Entre as abordagens da Agenda 21 que merecem maior destaque, estão a ênfase na gestão ambiental descentralizada e participativa e a valorização e incremento do poder local (MILARÉ, 2000). A Agenda 21 ressalta a promoção da consciência ambiental e o fortalecimento das instituições para o desenvolvimento sustentável, evidenciando instrumentos e mecanismos legais internacionais. O documento apela fortemente para a consciência dos Poderes Públicos e da sociedade civil, no sentido de criarem ou desenvolverem e aperfeiçoarem o ordenamento jurídico necessário à gestão ambiental num cenário de desenvolvimento sustentável. Ou seja, a Agenda 21 considera que o desenvolvimento sustentável exige o compromisso com gestão e políticas econômicas racionais, administração pública eficaz e transparente, além da integração das questões

ambientais nos processos de tomada de decisão. Os processos de tomada de decisão devem ser melhorados e reestruturados, de maneira que ocorra a integração entre as condições sócio-econômicas e ambientais, ampliando a participação popular no processo (DE MIO et al., 2001).

A importância da participação da sociedade é confirmada no Princípio 23 da Declaração de Joanesburgo, documento da Rio+10, realizada na África do Sul em 2002:

O desenvolvimento sustentável supõe uma perspectiva de longo prazo e uma larga participação na elaboração das políticas, na tomada de decisões e na implementação em todos os níveis. Como parceiros sociais, nós continuaremos na ação em prol de parcerias estáveis que reúnam os principais grupos interessados, respeitando sua independência, tendo cada um importante papel a desempenhar.

Portanto, o desenvolvimento sustentável comporta nova definição para as questões ambientais. As questões ambientais não podem ser discutidas sem considerar a sociedade e os efeitos das ações dos seres humanos sobre o meio ambiente, contemplando ainda, o efeito das condições do meio ambiente sobre os comportamentos dos mesmos (MORENO E POL, 1999).

No Brasil, a participação da sociedade é garantida também pelo direito, por meio do “Princípio da Participação Comunitária”, que expressa a idéia de que para a resolução dos problemas ambientais, deve ser dada ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, com participação dos diferentes grupos sociais na formulação e na execução da política ambiental (MILARÉ, 2000). E para que a resolução de conflitos ambientais seja efetiva, os governos democráticos devem garantir a liberdade de expressão para fomentar a participação integral da sociedade (BECKER et al, 1999).

A inserção dessa participação na execução da política ambiental é importante para legitimar as decisões e ações sobre o meio ambiente, observando-se que, na maioria das vezes, a conscientização social é mais efetiva que a criação de novas leis, decretos e outras normas. A mudança de atitudes, de paradigmas e de posturas dos cidadãos, fruto de sua educação, faz com que as normas existentes sejam respeitadas e que os valores ambientais participem do processo decisório no cotidiano das pessoas. O reflexo mais imediato dessa nova concepção é a conscientização de que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem a maciça participação da sociedade civil.

A melhoria da competitividade dos setores produtivos, sustentados pela segurança dos seres humanos e pela sustentabilidade dos ecossistemas, unida ao fortalecimento da sociedade civil para a busca de soluções, tomada de decisões e geração de uma cultura

de igualdade, representam ponto importante para acelerar as taxas de crescimento econômico e social e também a melhor opção que tem a nossa sociedade para assegurar a melhoria da qualidade de vida da população e a construção da paz (PATIÑO e GUIMARÃES, 2001).

Neste cenário, os processos de resolução de conflitos ambientais, que incluem negociação e participação, adquirem importância especial, uma vez que a partir deles é possível realizar planos de desenvolvimento e gestão ambiental que transcendam ideais ou partidos políticos, e que busquem a participação de todos os setores da comunidade, em um trabalho conjunto por melhores condições de vida e manutenção dos ecossistemas.

Assim, é preciso diferenciar as ações que dinamizam e concebem soluções mediante processos de negociação, daquelas em que o conflito é solucionado de forma impositiva e independente de outras partes, o que só trás consequências negativas (DÍAZ, 2001).

A descentralização, que outorga a governos locais a responsabilidade sobre as decisões que afetam diretamente a comunidade é um dos mecanismos facilitadores da participação da sociedade na resolução de conflitos ambientais, pois a comunidade interessada é quem melhor identifica as necessidades e propõe a racionalização do uso dos recursos naturais. Por meio da descentralização, do planejamento e da participação social é que se obtêm o encontro gradual entre proteção do meio ambiente, economia e satisfação das necessidades gerais da sociedade (DÍAZ, 2001).

A descentralização permite que comunidades locais, se convertam em geradoras e articuladoras de iniciativas e intervenções, em gestoras de estratégias em parceria com instituições governamentais ou não, e em um excelente ponto de encontro de todos os envolvidos na busca do desenvolvimento sustentável (DÍAZ, 2001).

Nesse contexto, as ONGs vêm se tornando, especialmente a partir da década 90, um importante elemento de ligação entre as aspirações da sociedade em relação às questões ambientais e sua efetiva participação nas instituições formais. Ciente deste aspecto, o Capítulo 27 da Agenda 21, relata:

As organizações não governamentais desempenham papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial destas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína.

As ONGs têm papel importante no desenvolvimento e divulgação dos problemas ambientais, ao endossar e defender posições advogadas pela opinião pública (SILVA,

2002), além disso, tornam o conflito ambiental despersonalizado, não ficando centralizado em uma única pessoa, mas em um grupo ou grupos que defendem um interesse coletivo ou difuso.

Os conflitos podem ser globais ou locais, e a diferenciação é complexa e de difícil entendimento para a sociedade civil e para comunidades locais, que não conseguem visualizar a maior importância de conflitos globais propostos por ambientalistas, em relação a conflitos gerados por problemas ambientais locais. Porém estes dois tipos de conflitos ambientais têm importante implicação na mobilização ou não da sociedade civil (CORMICK, 1992).

É, portanto, razoável esperar que a sociedade civil e as comunidades locais se mobilizem e se envolvam mais quando os problemas ambientais impactam direta e imediatamente suas vidas (CORMICK, 1992). A proximidade ou apego ao meio ambiente como entorno, o qual tem a ver com cultura, valores, estilo de vida e coesão social por um lado, e nível e forma de desenvolvimento de outro, são fatores determinantes para a preocupação com o meio ambiente (MORENO e POL, 1999). Os aspectos culturais podem definir os caminhos por meio dos quais as sociedades se envolvem e valorizam os conflitos, bem como a forma de resolução dos mesmos (WANIS-ST. JOHN, 2003).

O apego ao meio ambiente resulta da apropriação, que é o processo de transformação de um espaço vazio em um lugar com sentido. O espaço deixa de ser meramente funcional, ele representa um resumo da vida e das experiências públicas e íntimas. A apropriação contínua e dinâmica do espaço dá ao sujeito uma projeção no tempo e a garantia da estabilidade de sua própria identidade (POL, 1996).

A apropriação do espaço com todas as suas complexidades, pode ser considerada um dos núcleos centrais da interação entre os seres humanos e seu entorno físico. Ela ocorre quando o ser humano se identifica com o local, quando os espaços e os objetos adquirem um significado por meio dos usos e do tempo. Além disso, é importante ressaltar que a posse legal não leva necessariamente ao sentimento de apropriação (POL, 1996). A apropriação representa um processo espontâneo, natural, porém intencional, havendo fatores do próprio espaço que podem ser facilitadores ou não do mesmo.

A implementação do desenvolvimento sustentável implica na resolução de conflitos ambientais e comporta a adoção de uma perspectiva holística e sistêmica, que trata da inter-relação e interdependência relativas a todas as dimensões do meio como

ecossistema, com os comportamentos individuais e sociais, com os valores das sociedades, com os estilos de vida, com as formas de produção, com as tecnologias, com as políticas, enfim, com toda a estrutura social (MORENO e POL, 1999).

Os diversos e complexos contextos da sociedade contemporânea baseiam-se em valores predominantes como cultura, confiança, práticas políticas e religiosas, processos de socialização, além de diferenças raciais, econômicas e geográficas. Estas características marcam as distintas maneiras como as pessoas constroem e dão sentido a seu mundo (BRYAN, 2003; WANIS-ST. JOHN, 2003; SCHNITMAN, 1999).

A relação dos seres humanos com o desenvolvimento sustentável passa preferencialmente, pela dimensão simbólica de identificações complexas como: exclusões; identidades individuais, grupais e coletivas; condutas altruístas e influências sociais. As identificações nos processos de resolução de conflitos consideram sentimentos profundos como respeito, dignidade e sobrevivência (WONDOLLECK et al, 2003; MORENO e POL, 1999). Segundo o Princípio 17 da Declaração de Joanesburgo:

Reconhecendo a importância da ampliação da solidariedade humana, torna-se urgente a promoção do diálogo e a cooperação entre as civilizações e pessoas do mundo, a despeito de raça, deficiências, religião, idioma, cultura ou tradição.

A identificação relaciona-se a como cada indivíduo vê a si mesmo e aos outros e a partir desta visão todos são caracterizados. Assim, como os indivíduos estabelecem identificações em torno de grupos cujos valores e confianças partilham, as caracterizações referem-se a participantes de outros grupos, cujos valores e confianças são diferentes — assim, em um processo de resolução de conflitos os indivíduos se identificam com seu grupo e caracterizam os oponentes (DAVIS e LEWICKI, 2003).

O entendimento do contexto em que o conflito ocorre e de como cada parte visualiza sua atuação e a das outras partes envolvidas na negociação, também é extremamente importante (BRYAN, 2003; WONDOLLECK et al, 2003). As identificações e caracterizações, são um amálgama de vários fatores como estereótipos, atribuições, influências contextuais, aspirações, fatores psicológicos e valores, afetam a percepção dos indivíduos e conseqüentemente o que eles sentem compelidos a fazer (WONDOLLECK et al, 2003).

As identificações e caracterizações, podem se transformar a partir das mudanças contextuais que ocorrem no desenvolvimento do processo de resolução de conflitos. Estas mudanças são resultantes de reflexões, diálogos entre os participantes, mudanças

nas formas individuais de entendimento da situação, de entendimento dos interesses pessoais de cada um e assim cada um começa a ver o outro de forma diferente. Estas mudanças podem transformar conflitos no sentido de promover esforços para buscar suas soluções. As pessoas que atuam na resolução de conflitos ambientais têm que facilitar a transformação das identidades e das caracterizações e assim alcançar a solução dos problemas ambientais (WONDOLLECK et al, 2003).

A estruturação no processo de resolução de conflitos constrói a maneira como os participantes compreendem o meio ambiente, assim como a importância de trabalhar uns com os outros e de promover valores compartilhados. A estruturação permite filtrar as informações e alterar o diálogo, focando na cooperação e na solução do problema (ELLIOT e KAUFMAN, 2003).

Existe a crença de que o conhecimento e a conscientização são intuitivamente importantes para a obtenção do desenvolvimento sustentável. Porém, alguns autores têm verificado que o conhecimento ambiental nem sempre é o precursor de ações ambientais e que pobreza e riqueza também parecem não estar intimamente ligadas à proteção e gestão ambiental.

Neste contexto, as novas abordagens para resolução de conflitos, conduzem as partes a uma participação colaborativa, promovendo mudanças através da busca de soluções consensuais e da construção de lugares sociais legítimos (SCHNITMAN, 1999).

A participação da sociedade, na tomada de decisão sobre as questões ambientais, torna-se fundamental para a conservação do meio ambiente, na medida em que permite a expressão de um problema sob diferentes pontos de vista, considerando suas necessidades, expectativas e preocupações. Cada ser humano, tendo diferentes percepções sobre o valor dos recursos naturais e sobre os problemas que os ameaçam, contribui para a busca das soluções pertinentes, visando sua utilização mais sustentável (DE MIO et al, 2004a).

3.11 Resolução de Conflitos Ambientais no Brasil

3.11.1 Considerações Gerais

No Brasil, como em outros países, a resolução de conflitos ambientais mediante processos judiciais tradicionais não tem se mostrado satisfatória, sobretudo quando são consideradas as questões ambientais. De acordo com Avolio (2002):

Como a sociedade de maneira geral, os membros do Poder Judiciário estão paulatinamente incorporando os valores ambientais em toda sua magnitude, especialmente considerando que tais interesses são de natureza não apenas individual, coletiva ou difusa, mas metaindividual e intergeracional. Por isso, muitas decisões do Poder Judiciário indicam a opção por interesses também legítimos, como o econômico, o social, o direito ao trabalho e à própria subsistência, em detrimento dos interesses ambientais.

Ao longo das últimas décadas, foi possível verificar no país, diversos conflitos ambientais resultantes de projetos e implantação de empreendimentos como hidrelétricas, planejamento e manejo de bacias hidrográficas, exploração de petróleo, exploração de áreas de conservação ambiental, entre outros (FRANÇA, 2003).

Na implementação do desenvolvimento sustentável é essencial a existência de instituições e atores oficiais do sistema de gestão ambiental, com o perfil voltado para a resolução de conflitos ambientais. A Declaração de Joanesburgo, em seu Princípio 31, propõe: “Para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, precisamos de instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis”.

Muitos conflitos ambientais nos Estados Unidos tornaram-se intratáveis ou de difícil solução devido à falha de comunicação entre representantes de diferentes interesses. Estes problemas ocorrem devido à falta de um mediador, realmente interessado na questão ambiental, que permita o diálogo entre os oponentes, focando a resolução do conflito não no atendimento a interesses particulares ou de grupos, mas na solução do problema ambiental (DAVIS e LEWICKI, 2003; BRYAN, 2003; WONDOLLECK et al, 2003; ELLIOT e KAUFMAN, 2003).

No Brasil, merecem destaque os Ministérios Públicos dos Estados e o Federal, por meio das Promotorias e Procuradorias de Justiça do Meio Ambiente, instituições do Estado, representando a sociedade civil, respaldadas legalmente e institucionalmente para a resolução de conflitos ambientais. O papel desempenhado pelo Ministério Público afigura-se extremamente importante, principalmente na sociedade brasileira, ainda pouco mobilizada e organizada para o encaminhamento e solução de seus interesses e problemas comuns.

O Promotor de Justiça brasileiro tem pouca semelhança, por exemplo, com o Promotor de Justiça dos Estados Unidos, que tem o papel do acusador e é muito divulgado nos meios de comunicação. O Promotor de Justiça brasileiro tem plena liberdade para pedir a condenação ou absolvição e deve ter zelo pela justiça e não pela condenação — além de ter como premissa a defesa dos interesses e direitos da sociedade (MAZZILI, 2002).

A definição dos tipos de conflitos a serem resolvidos, deve ser realizada pelos Promotores de Justiça a partir de um diagnóstico ambiental inicial, que permite a elaboração de planos e programas definidores de metas a serem alcançadas.

Assim, cada Comarca deve definir seus objetos de atuação e discutir com a sociedade civil as suas metas. Além das metas traçadas no planejamento, o Promotor de Justiça deve ainda atender outras demandas da sociedade civil relativas aos conflitos ambientais.

3.11.2 Perfil dos Negociadores Brasileiros

Nas Tabelas 3.1 e 3.2 são apresentados, de forma resumida, os resultados obtidos a partir de estudos realizados durante doze anos, por especialistas em negociação, a respeito das características dos negociadores brasileiros e seus estilos de negociar (MARTINS, 2002).

TABELA 3.1 – Características e Estilos dos Negociadores Brasileiros

CARACTERÍSTICAS	ESTILOS			
	Apoiador	Analítico	Catalisador	Controlador
Orientação	Relacionamento e amizade	Procedimentos e segurança	Idéias	Novidades
Forças	Amável, compreensivo, bom ouvinte, prestativo, tem espírito de equipe	Sério, organizado, paciente, cuidadoso, controlado	Criativo, entusiasmado, persuasivo	Decidido, eficiente, rápido, objetivo, assume riscos
Fraquezas	Perde tempo, evita conflitos, é fingido	Indeciso, meticoloso, teimoso, perfeccionista	Sem disciplina, pouco moderado, não cumpre promessas	Arrogante, Não houve opinião dos outros
Sob tensão	Finge concordar, não se manifesta	Cala-se, retira-se ou evita conflito	Fala alto e rápido, agita-se, explode com facilidade	Ameaça, impõe e torna-se tirânico
Para obter apoio	Faz amizade, trabalha para o grupo, busca harmonia	Mantém-se a par do que acontece, especializa-se	Usa idéias novas, persuade, estimula	Confia na eficiência, busca o cumprimento de prazos
Valoriza	A atenção que recebe, ser aceito pelas pessoas	Segurança, garantia	Cumprimentos recebidos, reconhecimento	Resultados, cumprimento de metas
Precisa aprender	Auto-determinação e fixação de metas	Tomar decisões mais rápidas, arriscar mais	Auto-disciplina, moderação	Humildade, escutar mais

Fonte: - Martins (2002)

O negociador pode ocultar seu estilo por certo tempo, porém, não indefinidamente, pois, geralmente, as pessoas possuem características dos quatro estilos apresentados, algumas mais predominantes. Numa negociação, as pessoas devem conhecer seu estilo e assim valorizar suas forças e tentar minimizar suas fraquezas. Faz-se importante também, quando possível, identificar o estilo das pessoas com quem se negocia e assim entender sua forma de agir (MARTINS, 2002).

TABELA 3.2 – Características da Negociação com cada Estilo de Negociador

DURANTE A NEGOCIAÇÃO	ESTILOS			
	Apoiador	Análítico	Catalisador	Controlador
Não enfatizar seus pontos fracos	Agrada demasiadamente, tem dificuldade em dizer não, difícil de se fazer entender, lento, o que diz nem sempre retrata o que pensa e sente	Dá atenção excessiva aos detalhes, procrastinador, minucioso, teimoso, maçante, indeciso	Não vai fundo no problema, tem metas irrealistas, estratosférico, tende não cumprir o que promete	Não se importa com as pessoas, dominador, tem baixa competência interpessoal, faz pré-julgamentos
Explorar aspectos que dizem respeito a	Eliminar conflitos, aumentar competência interpessoal, satisfazer os outros, dar assistência e apoio, interesse pelo grupo, ser aceito pelo grupo	Obter todos os dados disponíveis, trabalhar com visão macro, tomar decisões seguras, dedicar tempo à coleta e pesquisa dos dados, organização, sistematização	Maior rapidez, maior facilidade, exclusividade, inovação, singularidade	Ganhar tempo e dinheiro, economizar, vencer os outros, atingir metas e resultados, agir sozinho, ficar independente, cumprir o dever

Fonte: - Martins (2002)

3.12 Ministério Público e Resolução de Conflitos Ambientais

3.12.1 Histórico do Ministério Público Brasileiro

Na sua evolução histórica, o Ministério Público brasileiro transitou da sociedade política para a tutela dos interesses da sociedade civil. Na sociedade política, como agente do Rei ou da Administração, exercia a coerção, por meio da lei, para garantir a manutenção do status quo e a dominação de classe. Na sociedade civil, passou a promover os valores democráticos, como defensor do povo, na luta pela emancipação humana e pela construção de uma sociedade substancialmente democrática (GOULART, 2000).

Na sua origem, o Ministério Público desempenhou o papel de defensor dos interesses da Coroa e da Administração e, gradativamente, ao acompanhar o desenvolvimento do processo social de aberturas de espaços democráticos de participação, foi ganhando autonomia, até cumprir exclusivamente o papel de defensor do povo (MAZZILI, 2002; GOULART, 2000).

O Ministério Público mudou de função ao transitar da sociedade política para a sociedade civil, ou seja, desvinculou-se do aparelho coercitivo do Estado para integrar, no âmbito da sociedade civil, a parcela das organizações autônomas responsáveis pela elaboração, difusão e representação dos valores e interesses que compõem uma concepção democrática de mundo e que atuam no sentido da transformação da realidade (GOULART, 2000).

O papel fundamental do Ministério Público brasileiro é o de canalizador de demandas sociais, alargando o acesso à ordem jurídica justa, tornando o Sistema de Administração da Justiça um espaço privilegiado para os conflitos coletivos. Seus membros, os Promotores e Procuradores de Justiça, devem agir como trabalhadores sociais comprometidos com as lutas pelo resgate da cidadania e pelo aprofundamento da democracia (GOULART, 2000).

Essa transição coincidiu com o aprofundamento da democracia moderna, que propiciou, nestes últimos três séculos, a extensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, a ampliação da cidadania (GOULART, 2000).

Nos períodos colonial e imperial, o Ministério Público não chegou a constituir-se uma instituição. Definido pelo Regimento de 9 de janeiro de 1609, o Promotor de Justiça tinha a função de velar pela integridade da jurisdição civil contra os invasores da jurisdição eclesiástica (MAZZILI, 2002; GOULART, 2000).

A Constituição de 1824 não cita o Ministério Público e, por volta de 1850, a nova lei processual penal consolidou o Ministério Público como acusador criminal e no Império, as atribuições do Promotor de Justiça se reduziram à esfera criminal e posteriormente como fiscal da lei.

Com a proclamação da República, o Ministério Público foi reconhecido como instituição integrante da organização política do Estado brasileiro e essencial à democracia e, já no primeiro governo provisório, começaram a se formar os contornos de uma instituição autônoma e com atribuições próprias.

Em 1890, o Ministério Público consagrou-se como instituição autônoma, apresentando as atribuições de defesa e fiscalização da execução das leis e dos interesses gerais e a promoção da ação pública contra todas as violações do direito (MAZZILI, 2002).

A Constituição de 1891, apesar dos avanços ocorridos anteriormente, silenciou-se a respeito da instituição, referindo-se apenas à escolha do Procurador Geral (MAZZILI, 2002).

A Constituição de 1934, deu destaque especial ao Ministério Público, definindo-o como órgão de cooperação nas atividades governamentais. O Ministério Público foi institucionalizado e colocado num capítulo à parte (MAZZILI, 2002).

A Carta Constitucional de 1937, outorgada na ditadura de Getúlio Vargas, fez com que o Ministério Público perdesse sua independência, passando a defender interesses do governo (VISCONTI, 2003, MAZZILI, 2002).

Com a queda do regime, a Constituição democrática de 1946 retomou a linha da Carta de 1934, dando ao Ministério Público autonomia e independência dos poderes do Estado, atuando junto aos órgãos do Poder Judiciário (VISCONTI, 2003; MAZZILI, 2002).

Em 1967, com o regime militar, a Constituição Federal voltou a ter as características autoritárias e antidemocráticas, como a Carta de 1937 (GOULART, 2000).

Na Constituição de 1969, criada com a tomada do poder pela junta militar e através de emendas na Constituição, acentuou-se o autoritarismo e o Ministério Público permaneceu subordinado ao Executivo, como na Constituição de 1967 (MAZZILI, 2002).

A evolução mais significativa na história do Ministério Público ocorreu em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente, que conferiu à instituição, a legitimidade para a propositura da ação civil pública ambiental e assim, as funções institucionais do Ministério Público em relação às questões ambientais começaram a se delinear — porém, ainda implicava em encaminhar ao Poder Judiciário a resolução de conflitos ambientais (VISCONTI, 2003; GOULART, 2000).

Em 1985, a Lei da Ação Civil Pública ampliou o papel do Ministério Público na defesa dos interesses coletivos e difusos, atribuindo-lhe legitimidade para a propositura de ações civis públicas de tutela do meio ambiente, entre outros (GOULART, 2000).

Por meio da mesma lei, o Ministério Público conquistou autonomia para a resolução de conflitos ambientais. O art. 5º prevê que a ação cautelar e a principal poderão ser propostas pelo Ministério Público, reforçando a Política Nacional do Meio Ambiente.

No Artigo 8º, a Lei da Ação Civil Pública prevê que o Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência o Inquérito Civil, podendo inclusive, requisitar de qualquer organização pública ou particular informações que venham a apoiar seu trabalho. Esta obrigação de apoio especializado ao Ministério Público, por parte de outras instituições, como universidades públicas, administração pública, entidades de pesquisa técnica e científica oficiais ou subvencionadas pelo Estado também está definida na Constituição do Estado de São Paulo, em seu art. 115º (VISCONTI, 2003).

A Constituição de 1988, em seus art. 127 a 129, no Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, em sua Seção I – Do Ministério Público, reconhece o Ministério Público como um dos canais que a sociedade civil poderia dispor para efetivar o objetivo da República, que é o de construir uma democracia econômica e social. Garante ainda a independência da instituição frente aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O fato de o Ministério Público brasileiro não integrar o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário é um traço marcante, que o coloca como um dos mais avançados do mundo (GOULART, 2000).

A Constituição de 1988 define como funções institucionais do Ministério Público, promover o Inquérito Civil e realizar ele próprio a resolução de conflitos ou a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos.

O Ministério Público se estabelece então, como um dos órgãos do Estado, encarregado de representar a sociedade e seus interesses indisponíveis, dentre eles o meio ambiente, para exercer o controle externo da administração pública, quando ela não age de acordo com os princípios constitucionais e mandamentos legais cogentes.

Para que o trabalho do Ministério Público se fortaleça cada vez mais, torna-se necessária a participação das instituições oficiais e da sociedade civil informada, educada e organizada, assumindo o papel de defesa social, visando a construção de um Estado de Direito do Ambiente, que é nada mais que a busca da aplicação ética de todo o sistema normativo nacional de modo a direcionar o funcionamento da máquina administrativa, implementação das políticas públicas, fazer conscientizar e introjetar nos agentes públicos os princípios ambientais do desenvolvimento sustentável, incitando-os a compreenderem a relação que há entre a ação sustentável e a efetiva qualidade de vida (VISCONTI, 2003).

O histórico do Ministério Público, com suas constantes mudanças demonstram que a instituição se transforma e constrói sua nova identidade a partir das exigências da sociedade urbana e industrial, cada vez mais exigente e conflituosa.

Estruturado de forma a permitir, como apresentado anteriormente, autonomia funcional, administrativa e financeira, o Ministério Público dos Estados é integrado por órgãos de administração, como as Promotorias de Justiça, de execução e auxiliares (BRASIL, 1993).

3.12.2 Função Institucional do Ministério Público Brasileiro

O Princípio 17, da Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente afirma:

Deve ser confiada às instituições nacionais competentes, a tarefa de planificar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

A defesa do meio ambiente representa, entre as atribuições do Ministério Público, uma das áreas de maior importância e para o bom desempenho dessa função, a instituição precisa de esforço, atualização e capacitação contínuos para dar conta de suas atribuições (VISCONTI, 2003).

O Ministério Público pode ser definido como um órgão do Estado e não do governo; uma instituição dotada de especiais garantias, ao qual a Constituição Federal e as leis infra-constitucionais atribuem algumas funções ativas ou de intervenção, como autor ou fiscal, em juízo ou fora dele, para a defesa de interesses da coletividade, de interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público não é órgão de execução do Poder Judiciário, nem do poder executivo, tratando-se de instituição essencial à justiça, desvinculado do aparelho coercitivo e fiscalizador do Estado, integrando-se a rede de organizações da sociedade civil brasileira, cuja função é elaborar, difundir, afirmar e defender os valores democráticos.

O Ministério Público exerce sua função social mais diretamente nas atividades de atendimento ao público, no comparecimento às audiências públicas, nos TACs, nos ICs, dentre outras atividades de esclarecimento que faz às instituições públicas, ONGs, entre outros segmentos da sociedade civil.

O Ministério Público e seus representantes, os Promotores de Justiça, devem se envolver em atividades de capacitação e informação para a coletividade e terceiro setor, de modo a colaborar para formação da cidadania e acesso de todos ao conhecimento necessário de sua atuação em face dos direitos e interesses coletivos.

O Ministério Público, como órgão do Estado representante da sociedade civil, deve afirmar e defender os interesses sociais e os valores que informam o projeto constitucional de democracia participativa, econômica e social. Na definição das prioridades institucionais e na elaboração dos Planos de Atuação, o Ministério Público deve consultar previamente os setores da sociedade civil comprometidos com esse projeto democrático, realizando, por exemplo, audiências públicas (GOULART, 2000). Atualmente, o Ministério Público conta com instrumento exclusivo, o Inquérito Civil, que se destina ao levantamento de elementos prévios e indispensáveis ao exercício responsável da ação judicial a seu cargo. Assim, o Ministério Público passa a ter o domínio dos fatos, sem intermediários ou burocracia, se coloca na condição de titular da ação penal e civil públicas e com poderes de notificação e requisição promove a coleta dos elementos úteis para o esclarecimento do objeto de sua investigação (MILARÉ, 1995b).

O Ministério Público desempenha importantes papéis: preventivo e reparatório, firmando TAC; reparatório, ao realizar o levantamento e análise dos elementos necessários à proposição de ação civil pública por danos ao meio ambiente e repressivo, ao ajuizar a ação penal pública (MILARÉ, 1995b).

O Ministério Público tem ainda autonomia para, verificando-se desnecessária a celebração do TAC ou início da ACP, em caso de verificação de que o conflito, ou o fato que o gerou, não tem fundamento, arquivar o Inquérito Civil (VISCONTI, 2003). As peças arquivadas devem ser remetidas obrigatoriamente ao Conselho Superior da instituição, de modo que não fique a decisão a critério exclusivo do Promotor de Justiça. O Conselho Superior, estando de acordo com o arquivamento, homologa o ato do Promotor de Justiça e retorna os documentos à origem. Em caso de rejeição, comunica ao Procurador Geral de Justiça para a designação de outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação ou prosseguimento das investigações (MILARÉ, 1995a). Além da autonomia, os membros do Ministério Público são independentes no exercício de suas funções, o que em vez de respeito a uma hierarquia, gera a liberdade de atuação (MAZZILLI, 2002).

O Ministério Público só atinge seus objetivos em um meio democrático, pois o cumprimento da lei, sob ordem democrática é condição para a liberdade (MAZZILI, 2002). A construção da democracia passa pela defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e alguns Promotores de Justiça do meio ambiente têm

ajudado a consolidar um novo perfil do Ministério Público, buscando atender às demandas sociais de forma inovadora e transformadora.

Para a melhoria do desempenho da instituição, algumas ações ainda precisam ser implementadas, como por exemplo, o aprofundamento da interação dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente com demais órgãos da sociedade civil, além da atuação integrada. Para que este objetivo seja alcançado, os Promotores de Justiça devem trabalhar lutando pelo resgate da cidadania e aprofundamento da democracia. Isto implica em mudança de mentalidade e de postura e numa atuação que extrapole os limites do processo judicial, até então preponderante (GOULART, 2000).

Entretanto, também os Promotores de Justiça do Meio Ambiente necessitam de capacitação técnica a respeito das questões ambientais, bastante complexas, além da capacitação para resolver os conflitos por meio da abordagem alternativa, havendo a necessidade de contar com apoio técnico especializado nas duas áreas de interesse (DE MIO et al, 2004b).

3.12.3 Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional

Estruturado de forma a permitir autonomia funcional, administrativa e financeira, o Ministério Público dos Estados é integrado por órgãos de administração, execução e auxiliares.

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP) concebe as Promotorias e Procuradorias de Justiça em Geral, entre elas as de Meio Ambiente, como órgãos de administração. As promotorias foram instituídas para instrumentalizar a atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça (MAZZILI, 2002). Ou seja, os Promotores e Procuradores de Justiça representam o corpo executivo do Ministério Público no cumprimento das funções institucionais legais.

Os Centros de Apoio Operacional, como o Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CAO–UMA), são caracterizados como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público – uma vez que não desempenham atividades institucionais executivas — já que privativas dos Promotores e Procuradores de Justiça (MAZZILI, 2002).

3.12.4 Plano e Programas do Ministério Público

O bom desempenho do Ministério Público na resolução de conflitos ambientais necessita da definição de metas prioritárias — variáveis de acordo com as características de cada Comarca ou Região, no caso de atuação integrada — e da elaboração de planos e programas de atuação. No estabelecimento destas metas é importante a participação da sociedade civil. Assim, o Ministério Público deve consultá-la antes de estabelecer essas metas. Na prática, porém, isto não vem acontecendo uma vez que a apresentação dos projetos objetiva o cumprimento formal de determinação legal, sem o envolvimento de seus membros na definição das prioridades institucionais (GOULART, 2000).

Os planos e programas previstos para o Ministério Público, pela Lei Orgânica do MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo são basicamente três (GOULART, 2000):

Plano Geral de Atuação – elaborado pelo Procurador Geral de Justiça, objetiva definir metas gerais da instituição. Podem participar da elaboração os Centros de Apoio Operacional e as Procuradorias e Promotorias de Justiça, devendo ser ouvidos também o Órgão Especial do Colégio de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público;

Programas de Atuação das Promotorias de Justiça – observando o Plano Geral de Atuação, as Promotorias de Justiça devem elaborar seus programas prevendo as providências a serem tomadas para a obtenção das metas por elas estabelecidas;

Programas de Atuação Integrada – são programas elaborados e executados, com a participação de duas ou mais promotorias, quando necessário para a efetivação de metas prioritárias. Em relação às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente estes planos e programas devem ser implementados após a realização de um diagnóstico, em cada Comarca levantando quais as questões ambientais que podem exigir a atuação do Ministério Público. Os resultados do diagnóstico devem ser discutidos com a sociedade civil e a partir da discussão devem ser definidas as metas prioritárias na área ambiental (GOULART, 2000).

Como alguns problemas e conflitos ambientais têm características e amplitudes regionais, tornam-se necessárias, também, a elaboração e a execução de planos e programas regionais, embasados pelos dados levantados e pelas propostas oriundas de diferentes Comarcas. Todos estes dados representam importantes subsídios para o Plano

Geral de Atuação, estabelecido pela Procuradoria–Geral — resultando em definição de metas institucionais (GOULART, 2000).

3.12.5 Sociedade Civil e Ministério Público

No início de 2004, a Associação Nacional do Ministério Público solicitou ao Instituto Brasileiro de Opinião Popular e Estatística (IBOPE), pesquisa sobre a imagem da instituição junto à sociedade civil. O trabalho desenvolveu-se entre os dias 07 e 11 de fevereiro de 2004 e envolveu duas mil entrevistas, realizadas a partir de um formulário padrão, em cento e quarenta e cinco municípios das cinco regiões brasileiras. O estudo apresentou um intervalo de confiança estimado em 95% e margem de erro máxima de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra (CONAMP, 2004).

Um dos itens avaliados pela pesquisa foi o grau de conhecimento da instituição, resultando nos seguintes dados: 43% dos entrevistados conhece só de ouvir falar; 37 % conhece mais ou menos; 14% não conhece; 6% conhece bem e 1% não opinou (CONAMP, 2004).

De acordo com os resultados gerais, a maioria dos entrevistados, num total de 62%, aprova a atuação do Ministério Público e entende que a mesma deve inclusive ser ampliada, demonstrando que tem surgido uma consciência nacional e social do Ministério Público. A atuação do Ministério Público foi considerada muito importante para a sociedade, por 37% dos entrevistados e importante para 49%; os 13% restantes consideraram a instituição de pouca ou nenhuma importância ou não opinaram (CONAMP, 2004; MAZZILI, 2002).

No que diz respeito à imagem da instituição, 58 % dos entrevistados consideraram positiva, 20% negativa e os 23% restantes não consideraram positiva ou negativa ou não opinaram. A atuação do Ministério Público foi considerada boa por 44% dos entrevistados, regular por 41%, ruim por 7% e 9% não opinaram.

Entre as áreas de atuação prioritárias, o meio ambiente, segundo a pesquisa, encontra-se em 7º lugar, representando 10% das respostas, sendo as áreas líderes o combate ao crime em geral, representando 39% das respostas e o combate à corrupção, presente em 35% das respostas (CONAMP, 2004).

De certa forma os resultados obtidos pela pesquisa do IBOPE (2004), demonstraram o que já havia sido afirmado anteriormente por Mazzilli (2002), de que o conhecimento

do Ministério Público e de seu representante, o Promotor de Justiça, ainda apresenta alguns equívocos, havendo o reconhecimento mais ligado ao crime, sendo pouco conhecido o Promotor de Justiça Cível, com seu importante papel ligado à defesa do meio ambiente.

3.12.6 Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico

No final de 2003, o Ministério Público do Estado de São Paulo começou a desenvolver algumas iniciativas institucionais para o fortalecimento e melhor desempenho de seus membros, os Promotores de Justiça, iniciando o Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico, com a participação de diversos Promotores de Justiça, gerenciado pelo CAO - UMA.

A partir do Planejamento Estratégico, iniciado para a atuação ambiental e urbanística, o Ministério Público objetiva organizar a atuação dos Promotores de Justiça para melhor desempenhar e avaliar o exercício das atribuições institucionais.

Como resultado das reuniões realizadas desde dezembro de 2003, em junho de 2004 foram apresentados os objetivos e estratégias do Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico do Ministério Público de São Paulo. Essas reuniões culminaram com a realização do 8º Congresso de Meio Ambiente e 2º Congresso de Habitação e Urbanismo realizado no período de 21 a 24 de outubro de 2004, em Itatiba – SP, cuja finalidade foi a consolidação do Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico, abrindo as bases para elaboração de um Plano de Atuação Funcional, capaz de apontar metas concretas a serem alcançadas e indicadores de eficiência para mensuração dessas metas ou para correção de rumos no planejamento.

Com isso os representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo esperam que, com a adesão de todos os Promotores de Justiça ao Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico, a instituição possa, de fato, indicar à sociedade o caminho a ser perseguido na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis — e conseqüentemente apoiar o processo de gestão ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável.

No Congresso, cada um dos seis objetivos foi avaliado considerando as seis áreas prioritárias definidas: água e saneamento; esgoto; resíduos sólidos domiciliares e de serviços de saúde; vegetação; fauna; patrimônio cultural e planejamento e gestão urbana. Para realizar o levantamento de informações, para cada objetivo foram

respondidas questões, por grupos de trabalho referentes a cada área, e posteriormente as respostas foram votadas em sessão plenária de encerramento do evento, resultando na Carta de Itatiba. O planejamento estratégico e os objetivos deverão ser implementados em todas as Comarcas do Estado de São Paulo. O resumo dos resultados apresentados na Carta de Itatiba são apresentados na sequência (MPSP, 2004b):

Conhecer melhor os problemas ambientais e urbanísticos e a atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo nas áreas prioritárias – verificou-se a necessidade de levantamento dos dados técnicos existentes a respeito de cada uma das áreas prioritárias, como por exemplo, para água e saneamento, dados de qualidade das águas, de potabilidade, áreas de mananciais e sua ocupação; para resíduos sólidos, dados de aterros sanitários e suas formas de operação, número de domicílios com coleta de resíduos sólidos e atendidos por programas de coleta seletiva; no que diz respeito à vegetação, dados de áreas de preservação permanente e de reserva legal averbadas e suas condições, dados de unidades de conservação; mapeamento da fauna, localização, identificação de espécies terrestres e aquáticas; em relação ao patrimônio cultural levantar dados de bens tombados e registrados; no que diz respeito ao planejamento e gestão urbana levantar dados de cursos d'água, nascentes e reservatórios naturais e artificiais, dados de evolução urbana, loteamentos, sistema viários, entre outros. De forma praticamente unânime, foi proposta a criação de banco de dados para armazenamento das informações e criação de diagnósticos e relatórios da situação atual para cada uma das áreas prioritárias, de forma a verificar indicadores de sustentabilidade regional das bacias hidrográficas. A partir da definição de diagnósticos ou outros instrumentos de avaliação deverão ser construídos indicadores, com avaliação periódica dos mesmos e proposta de programas e ações para buscar a sustentabilidade das bacias hidrográficas.

Fortalecer a imagem do Ministério Público do Estado de São Paulo como instituição defensora da cidadania – verificou-se a necessidade de informar a sociedade a respeito da atuação do Ministério Público nas áreas ambiental e urbanística. O pequeno conhecimento, por parte da sociedade civil nessas áreas, pode ser confirmado pelos dados levantados pelo IBOPE, apresentados no item 3.6.1. De acordo com esses dados, menos da metade dos entrevistados só conhece a instituição de ouvir falar, e em 10 áreas de atuação do Ministério Público pesquisadas, o meio ambiente é a 7ª em importância de atuação (CONAMP, 2004). Várias estratégias para melhorar a comunicação com a sociedade civil, como por exemplo, atendimento ao público, audiências, propagandas na TV, rádio

e outros meios de comunicação, cursos, palestras, divulgação de resultados. Como indicadores da avaliação da atuação do Ministério Público pela sociedade civil, a proposta predominante foi a de realização de pesquisas de opinião pública. No que diz respeito à divulgação efetiva do trabalho realizado pelo Ministério Público foram propostos incremento da assessoria de imprensa, criação de revista, elaboração de relatórios periódicos para a imprensa, incremento do “site” da instituição, divulgação de dados estatísticos da atuação dos Promotores de Justiça, publicação de livros, manuais e de artigos em revistas especializadas.

Estabelecer maior interação com a sociedade civil – Durante a discussão desse objetivo, foram propostas as possíveis parcerias de interesse institucional e quais as ações, instrumentos e ocasiões para interação com a sociedade civil. Entre as instituições parceiras foram citados, universidades, centros de pesquisa, ONGs, associações de moradores, mídia, instituições públicas em geral e ambientais, lideranças sindicais e religiosas. Como ações para interação, foram propostas principalmente audiências públicas, reuniões, vistorias em campo e palestras, principalmente em casos concretos que demandem interdisciplinariedade.

Aperfeiçoar o suporte operacional – Para o aperfeiçoamento do suporte operacional foram propostas formas de avaliação dos recursos humanos para propor a capacitação específica e multidisciplinar dos Promotores de Justiça, dos funcionários e assistentes técnicos, bem como alternativas para dotar a instituição de recursos tecnológicos compatíveis com suas atividades. Visando a capacitação de recursos humanos entre as alternativas foram propostos convênios com universidades para realização de cursos e treinamentos, busca de apoio técnico, orçamento para remuneração de serviços de assistência técnica, aumento no número e melhor distribuição de assistentes técnicos, disponibilização de documentos sobre as melhores práticas realizadas pelo Promotores de Justiça e revisão das formas de avaliação da atuação do Promotores de Justiça atualmente em vigência. No que diz respeito aos recursos tecnológicos o principal ponto levantado foi a necessidade de recursos financeiros e proposta de algumas formas de obtê-lo, inclusive por meio de convênios com instituições como, por exemplo, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Implantar modelo de atuação integrada, regionalizada e especializada – Para a obtenção desse objetivo foram levantados os temas prioritários dentro de cada área, o que fazer com os

temas não priorizados e quais as propostas para implementar o modelo de gestão regionalizada considerando as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI). Cada uma das áreas definiu as prioridades, como por exemplo, para água e saneamento, tratamento de esgotos sanitários, tratamento e controle de efluentes industriais, uso e ocupação do solo em áreas de mananciais, proteção e controle do uso de mananciais subterrâneos — ou seja ações de gestão e proteção de recursos hídricos em geral; para resíduos sólidos, gestão adequada de resíduos sólidos, abrangendo desde a coleta até a disposição final e gestão de resíduos de serviços de saúde; no que diz respeito à vegetação, devem ser priorizados os espaços territoriais especialmente protegidos sob ameaça de degradação, áreas de preservação permanente degradadas, averbação de reserva legal e reposição de vegetação em áreas de reserva legal averbada; o grupo de trabalho relativo à fauna, considerou não haver sub temas a serem priorizados, pois todos têm igual importância; em relação ao patrimônio cultural, a prioridade proposta refere-se ao fortalecimento dos órgãos de proteção do patrimônio cultural; no que diz respeito ao planejamento e gestão urbana, deve-se priorizar os planos diretores. No caso dos temas não priorizados, a maioria das propostas refere-se ao apoio à atuação de outras instituições, com atuação específica relativa a cada um deles. Não houve consenso e definição do modelo de atuação das promotorias regionais e nem a respeito da criação da Procuradoria de interesses difusos e coletivos, sendo proposta discussão posterior mais detalhada. Para a atuação das promotorias regionais foi verificada a necessidade de descentralização do corpo técnico. Entre as propostas estão a criação de corpo técnico multidisciplinar para cada regional, considerando que a multidisciplinariedade será relativa às especificidades de cada bacia hidrográfica em que a regional esteja inserida, além da promoção de convênios com universidades, institutos de pesquisa, fundações e associações de classe em geral, entre outras instituições. Foram propostas também algumas alternativas para a racionalização do trabalho dos assistentes técnicos, entre elas, aumentar o número de assistentes técnicos e descentralizá-los, priorizar os trabalhos a serem realizados pelos mesmos, obter informações e laudos técnicos junto a outras instituições e não utilizar os assistentes técnicos para emissão de laudos e outros serviços relativos a outras instituições, bem como utilizar estagiários em áreas técnicas. No que diz respeito à participação da instituição de forma direta em organismos colegiados, para promover o acompanhamento legislativo de projetos de lei ou normas regulamentares, entre as sugestões apresentadas estão a criação de grupos para desenvolver esse trabalho ou pelo

menos existir um assessor para tal fim, podendo também o trabalho ser realizado pelo próprio CAO-UMA. Foi consensual a importância da atividade.

Consolidar o modelo de gestão estratégica – Entre os itens discutidos para o alcance desse objetivo estão as formas de divulgação do Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico dentro e fora do Ministério Público, como monitorar e avaliar a implantação do planejamento estratégico e quais os critérios a serem observados na composição dos grupos de trabalho para a proposição de novos objetivos e metas. Para a divulgação do planejamento estratégico deveriam ser utilizadas as mesmas estratégias sugeridas para a divulgação da instituição. O monitoramento e avaliação foi proposto na forma de estabelecimento de metas, prazos, estabelecimento de indicadores e elaboração de relatórios periódicos. Um dos grupos de trabalho propôs inclusive o estabelecimento de responsáveis pela atividade, o que é extremamente importante para que sejam executadas as tarefas. No que diz respeito aos critérios para a composição dos grupos de trabalho, as respostas não foram detalhadas, apenas como sugestão foram propostos critérios temáticos, convite aos Promotores de Justiça, permitindo a participação voluntária, sendo levantadas a importância da representatividade de Promotores de Justiça que atuem em diversos biomas e ecossistemas do Estado, e daqueles que tenham experiências bem sucedidas, além da necessidade de participação de técnicos.

Os objetivos e estratégias propostas para alcançá-los, acordados no Congresso serão refinados pela Comissão de Sistematização do Planejamento Estratégico, por meio de reuniões periódicas iniciadas em dezembro de 2004.

3.13 Inquérito Civil e Termo de Ajustamento de Conduta

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pode ser considerado um importante instrumento para a resolução de conflitos ambientais, pois trata-se de um título executivo extrajudicial que comprova a concretização da construção do consenso e do acordo. O TAC é celebrado pelo Promotor de Justiça, representante do Ministério Público, nos autos do Inquérito Civil.

O Inquérito Civil (IC) é um instrumento exclusivo do Ministério Público, previsto pela Lei de Ação Civil Pública. O IC caracteriza-se como um procedimento administrativo, por meio do qual o Promotor de Justiça colhe e registra as informações necessárias às tomadas de decisão para a resolução de conflitos ambientais, caracterizando-se como

um registro das etapas de negociação realizadas. É também, nos autos do IC que o Promotor de Justiça celebra o TAC, título executivo, extrajudicial, que confirma o acordo celebrado entre as partes envolvidas no conflito. A confirmação do acordo pode ser verificada no próprio TAC, no parágrafo final do instrumento: “E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam esse Termo de Ajustamento de Conduta...”, conforme Anexo A desta Tese.

O TAC foi introduzido no direito brasileiro em 1990, por meio da Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No mesmo ano, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei Federal nº 8.078/90, modificou a Lei de Ação Civil Pública acrescentando que os órgãos públicos legitimados — entre eles o Ministério Público — poderão tomar dos interessados, Termo de Ajustamento de Conduta às exigências legais. Em síntese, o TAC é um instrumento legal destinado a colher do causador de dano ao meio ambiente, entre outros interesses difusos e coletivos, um título executivo de obrigação de fazer ou não fazer, mediante o qual, o responsável pelo dano assume o dever de adequar a sua conduta às exigências legais, sob pena de sanções fixadas no próprio termo. No TAC devem ser fixados os prazos a partir dos quais serão executadas as penalidades definidas. Assim, o TAC pode especificar qualquer obrigação de fazer ou não fazer relacionada à defesa do meio ambiente, entre outros interesses difusos e coletivos (MAZZILLI, 2003).

De forma geral, o Termo de Ajustamento de Conduta apresenta formato padrão em que são identificados os compromitentes; especificados os dispositivos legais que regem o instrumento; apresentadas as considerações que resultaram no Inquérito Civil, no processo de negociação e no consenso; as cláusulas que definem o objeto, as obrigações de cada uma das partes, os prazos para cumprimento das obrigações; as penalidades pelo não cumprimento dos acordos e o prazo de vigência do instrumento. O TAC não se caracteriza como instrumento exclusivo do Ministério Público, uma vez que outras instituições públicas, como a CETESB, o DEPRN, Prefeituras Municipais, também são legitimadas para a elaboração e assinatura do mesmo. Um grande reforço para o instrumento, têm sido a assinatura pelo Ministério Público em parceria com as instituições de gestão e fiscalização ambiental envolvidas tecnicamente nos Inquéritos Cíveis.

O diferencial do Ministério Público, na resolução de conflitos ambientais, quando comparado a outras instituições do Poder Público é o amparo legal, para a resolução de conflitos ambientais utilizando estes dois instrumentos, o IC e o TAC em conjunto.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 Considerações Gerais

O presente trabalho de pesquisa desenvolveu-se de forma a alcançar os objetivos propostos no Capítulo 2, ou seja, buscou-se demonstrar a efetividade da resolução de conflitos ambientais, com base na experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos –SP, utilizando abordagem alternativa, construção de consenso e os instrumentos Inquérito Civil (IC) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em substituição à abordagem tradicional com intervenção do Poder Judiciário.

4.2 Etapas Desenvolvidas

A pesquisa desenvolveu-se por meio de etapas simultâneas que compreenderam:

- Revisão bibliográfica para verificar as principais experiências de resolução de conflitos ambientais mundiais e brasileiras;
- Levantamento nos registros eletrônicos, de dados quantitativos e de tipologia dos conflitos ambientais da Comarca, no período de 2001 a 2004;
- Levantamento quantitativo, nos registros eletrônicos, das abordagens utilizadas e formas de resolução empregadas;
- Levantamento do tempo de negociação necessário até a assinatura do TAC e do tempo necessário para o monitoramento até o cumprimento dos TAC firmados;
- Levantamento de ICs em negociação e de ACPs pendentes, para avaliação do tempo decorrido sem resolução dos conflitos ambientais;

- Detalhamento de alguns estudos de caso a partir da avaliação de IC em andamento no período de 2002 a 2004;
- Acompanhamento de audiências e participação em vistorias a locais em que se desenvolveram os conflitos ambientais em negociação;
- Entrevistas com alguns representantes de instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental que atuam na Comarca;
- Entrevistas com alguns representantes de instituições não governamentais ambientais de São Carlos;
- Participação em reuniões e congressos e leitura de documentos a respeito do Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CAO-UMA);

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Considerações Gerais

Na Comarca de São Carlos - SP, como na maioria dos locais, ocorre divergência entre as necessidades de desenvolvimento econômico e social e a capacidade do meio ambiente local, em suportar estes desenvolvimentos sem ser degradado, de forma a atender a vários interesses da mesma sociedade, gerando conflitos ambientais, cuja tipologia varia em cada região. Além disso, busca-se também, em concordância com o desenvolvimento sustentável, a recuperação do meio ambiente degradado, sempre que possível, técnica e concretamente.

A resolução de conflitos ambientais está totalmente inserida no discurso do desenvolvimento sustentável: “Pensar globalmente e agir localmente”. Deve-se, portanto, buscar globalmente as alternativas encontradas para resolver os problemas ambientais e os conflitos oriundos desses, e a partir desse conhecimento, aplicar localmente as soluções.

Quando imagina-se o planeta Terra como um sistema, composto de locais interligados, a busca pela preservação e recuperação ambiental local a local, passo a passo, vai resultar no futuro, numa soma de regiões recuperadas e não degradadas, e na possibilidade de um planeta sustentável.

Os dados apresentados neste Capítulo 5 são resultado do levantamento realizado nos arquivos em meio eletrônico, existentes na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, no período de 2001 a 2004. Resultam, também, da observação de audiências realizadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício, Dr. Edward Ferreira Filho e acompanhamento do mesmo em vistorias a locais de conflito ambiental, além de diversas reuniões e discussões a respeito dos dados e percepções que foram sendo levantados no período de 2002 a 2004, na maioria das

vezes, com participação dos interessados diretos e de técnicos de instituições oficiais e, em alguns casos, de pessoas representando Organizações Não Governamentais (ONG). Na Comarca de São Carlos – SP, no período de realização da pesquisa, 2002 a 2004, os principais conflitos foram decorrentes de: desmatamento de vegetação florestal nativa, poluição de recursos hídricos inclusive por esgoto sanitário, queimadas urbanas, poluição sonora, poluição industrial, gestão de resíduos e impactos oriundos da implantação de empreendimentos de diversas naturezas.

A resolução de conflitos ambientais não é simples, uma vez que a negociação não tem como objeto o próprio meio ambiente, mas a adoção de medidas destinadas a sua recuperação e a forma de adoção destas medidas (FINK e SOUZA, 2000).

5.2 Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais

Os conflitos ambientais podem ser resolvidos por meio de dois tipos de abordagens, a tradicional e a alternativa. Na Tabela 5.1, apresenta-se um resumo dos diversos aspectos dessas abordagens, embasados na organização de dados obtidos por meio de discussões com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP e de pesquisa observatória, apoiadas pela revisão bibliográfica.

TABELA 5.1 – Comparação das Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais

Aspecto Avaliado	Abordagens para Resolução de Conflitos Ambientais	
	Tradicional	Alternativa
Paradigma	Ganhar-perder	Ganhar-ganhar
Resolução do conflito	Com intervenção do judiciário Sem negociação	Sem intervenção do judiciário Com negociação
Instrumento de resolução do conflito	Ação e processo judicial	Inquérito Civil
Resultado	Sentença Judicial	TAC
Tipo de solução	Imposta pelo juiz	Construção de consenso
Características	Desencorajamento, sofrimento	Comprometimento, conscientização
	Morosidade	Agilidade
	Custos mais elevados	Custos menos elevados
	Grande resistência à resolução do conflito	Pequena resistência à resolução conflito
	Sem antecipação ao dano	Possibilidade de antecipação ao dano
	Ineficiência comprovada internacionalmente	Eficiência comprovada intenacionalmente
Em Comum	Complexidade do tema	Complexidade do tema

A resolução de conflitos ambientais, utilizando essas abordagens, ocorre de maneiras praticamente opostas, preservando como característica em comum, a complexidade do tema ambiental. Essa oposição resulta da fundamentação de cada uma das abordagens,

ou seja, apresentam diferentes paradigmas, instrumentos e características, muitas delas, novas para o Direito e para o cotidiano da sociedade.

5.3 Comarca De São Carlos – SP

A Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, Brasil, localiza-se no centro geográfico do Estado de São Paulo (Figura 5.1), nas coordenadas 22°02' de latitude Sul e 47°55' de longitude Oeste, distando, aproximadamente, 240 km da Capital. A comarca compreende o Município de São Carlos e os Distritos de Santa Eudóxia e de Água Vermelha, apresentados no Mapa da Figura 5.2 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004).

Ao Norte, a comarca faz divisa com os Municípios de Rincão, Santa Lúcia e Luiz Antonio; ao Sul, com os Municípios de Ribeirão Bonito, Brotas, Itirapina e Analândia; a Leste, com o Município de Descalvado e a Oeste, com Ibaté, Araraquara e Américo Brasiliense.

O Município de São Carlos, tem área territorial total de 1.148 km², sendo aproximadamente 52 km² de área urbana e 1.096 km² de área rural. A população total, segundo do Censo Demográfico de 2000 é de 192.923 habitantes distribuídos em 55.366 domicílios, dos quais 53.169 contam com sistema de abastecimento de água, 52.723 com sistema de esgoto sanitário e 53.635 com coleta de lixo (IBGE, 2000).

O clima é ameno, com temperatura média anual de 19,6 °C. A região da Comarca de São Carlos – SP apresenta altitudes variando de 800 a 1000 m e situa-se nas bordas do planalto ocidental paulista, acompanhando as escarpas sinuosas de formação arenítico-basáltica (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004).

O cerrado foi a vegetação predominante, ocorrendo nos terrenos arenosos do planalto e nas áreas de solo fértil, exuberante vegetação de Mata Atlântica. Existem, ainda hoje, vários fragmentos de cerrado e Mata Atlântica preservados (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004).

O Município de São Carlos situa-se em região de rede hidrográfica abundante, localizando-se sobre o divisor de águas das bacias dos Rios Tietê e Mogi-Guaçu, destacando-se também a bacia do Jacaré-Guaçu, afluente do Tietê. A maioria dos cursos d'água de São Carlos têm suas nascentes nas divisas da Comarca.

FIGURA 5.1 – Localização da Comarca de São Carlos no Estado de São Paulo

Fonte – IBGE, 2004 (Modificada)

Com PIB de US\$ 675.000.000,00 e renda *per capita* de US\$ 3.500,00/ano, segundo o Censo de 2000, São Carlos - SP caracteriza-se como Município de grande desenvolvimento, com uma das maiores rendas *per capita* do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004, IBGE, 2000).

O setor econômico que merece maior destaque é o agropecuário, com produção de leite, laranja, cana-de-açúcar, milho, frango e carne bovina. A atividade industrial merece destaque devido à presença de grandes indústrias do setor de motores, de compressores, de lápis e de geladeiras e fogões; empresas de médio porte do setor têxtil, de embalagens, de máquinas, de tintas, de lavadoras e de equipamentos ópticos e de laser, além de grande quantidade de pequenas indústrias dos mais diversos setores de produção. Destacam-se, também, empresas resultantes da comunidade científica e tecnológica instalada na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004). Recentemente, instalou-se na Comarca, um centro de manutenção de aeronaves de importante empresa aérea do país.

FIGURA 5.2 – Mapa da Comarca de São Carlos - SP
 Fonte – Prefeitura Municipal de São Carlos, 1978 (Modificada)

Atualmente, as atividades de ecoturismo na região têm demonstrado grande potencial, propiciado pela Represa do Broa, pela fazendas históricas, pelo Parque Ecológico, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004).

O Município conta com duas universidades públicas de grande porte, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e sedia a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com dois centros de pesquisa, o Centro de Pesquisa Pecuária do Sudeste e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária. A proposta do Município pode ser resumida a seguir (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2004):

São Carlos iniciou o novo milênio com disposição para enfrentar os desafios da globalização e investir em um desenvolvimento sustentável baseado na inclusão social. Afinal, o crescimento econômico e a modernização tecnológica alcançados pelo Município em 144 anos de vida indicam que o progresso desejável e possível é aquele que leva à superação dos problemas sociais em processo no qual todos os cidadãos possam aspirar à felicidade individual e coletiva, construindo um futuro com respeito ao meio ambiente e com melhor qualidade de vida.

5.4 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP

5.4.1 Planejamento Estratégico e Demandas da Sociedade Civil

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, conta com a atuação do 7º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Edward Ferreira Filho, em exercício desde 1997, com quatro oficiais de Promotoria que se revezam no atendimento a quatro Promotores de Justiça Cível, e eventualmente, com estagiários.

As Leis Orgânicas do Ministério Público Nacional e do Estado de São Paulo, prevêm a criação de Programas de Atuação das Promotorias de Justiça, objetivando o planejamento das providências a serem tomadas para alcançar as metas estabelecidas, buscando maior eficiência e eficácia dos serviços prestados à sociedade.

A resolução de conflitos ambientais pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos – SP, realiza-se mediante abordagem alternativa e construção de consenso, independente do tipo de conflito, só iniciando a Ação Civil Pública (ACP) perante o Poder Judiciário, em caso de impossibilidade de resolução com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou soluções no decorrer do Inquérito Civil (IC).

A utilização da construção de consenso na resolução de conflitos ambientais em São Carlos – SP foi priorizada a partir de 1997, sendo parte integrante do Programa de Atuação da Promotoria de Justiça de São Carlos, incrementado pelo planejamento estratégico iniciado em 2001, em procedimento formal e com a participação de representantes de várias instituições oficiais e entidades da sociedade civil.

Neste trabalho, a referência à atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente conforme declarações do Dr. Edward Ferreira Filho, colhidas em abril de 2003 em palestra ministrada aos alunos do MBA em Gerenciamento Ambiental do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP): “Se o Ministério Público tiver atitude passiva, aguardando fiscalizações de outras instituições do Poder Público, ou denúncias, vai se ocupar apenas de pequenas causas. É preciso detectar os problemas ambientais da região, através de conversas com os diversos órgãos ambientais e de fiscalização, dentro de suas respectivas competências, e assim criar projeto macro, buscando resolver as prioridades ambientais locais visando o desenvolvimento sustentável. Utilizar as ferramentas para gestão ambiental existentes, como leis, normas, participação da sociedade e criar a agenda de gestão ambiental local, procurando definir metas de implementação. O projeto deve desenvolver-se de forma contínua, buscando a melhoria a longo prazo, com soluções locais, passo a passo, para que o rumo seja o desenvolvimento sustentável”.

O início do planejamento estratégico propriamente dito, deu-se com a criação do Grupo de Atuação Ambiental. A partir de documentos e informações coletados desde agosto de 2000, foi instaurado um Procedimento Administrativo para a coleta de subsídios gerais, com a finalidade de reunir elementos técnicos concretos para municiar as ações integradas de políticas públicas ambientais implementadas pelos vários agentes envolvidos.

O objetivo do Grupo é o de adquirir uma visão mais ampla dos problemas e conflitos ambientais, identificar áreas prioritárias para nortear uma atuação mais eficaz da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e demais organizações governamentais ou não, envolvidas e responsáveis pela tutela do meio ambiente na Comarca de São Carlos – SP.

O Grupo é constituído pelo Promotor de Justiça da Comarca de São Carlos - SP; de representantes de órgãos públicos de gestão e fiscalização ambiental como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) e Secretarias da Prefeitura Municipal; de

universidades locais como a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de São Carlos e de Organizações Não Governamentais (ONGs), além de outras representações da sociedade civil.

Após várias reuniões, o Grupo definiu como prioridades a proteção e recuperação dos recursos hídricos, inclusive com a reposição de vegetação em áreas de preservação permanente e de reserva florestal legal, além da averbação das mesmas. Foram propostas, primeiramente, a recuperação das micro-bacias do Ribeirão do Feijão, do Jacaré-Pepira, do Açú, e posteriormente, a do Monjolinho, essa exposta ao crescimento urbano. Para alcançar estes objetivos, tem-se buscado a reposição da vegetação nativa ciliar das nascentes e cursos d'água. Para a preservação dos recursos hídricos, o grupo levantou ainda a necessidade de coleta e tratamento de esgoto do Município de São Carlos – SP.

Outra prioridade é a garantia da manutenção dos maciços florestais de cerrado ainda existentes, por meio de averbação de reserva florestal legal, além de revegetação em áreas devastadas. Estes maciços podem se encontrar em Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou fora delas.

Além dos conflitos ambientais prioritários definidos, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos tem atuado, também, em função de denúncias e necessidades levantadas pela sociedade civil.

Um dos conflitos ambientais muito abordado na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, são as queimadas em área urbana. Os Inquéritos Civis instaurados buscam apoiar a Campanha “São Carlos contra o Fogo”, visando a redução das queimadas em áreas urbanas, com o objetivo de minimizar os riscos de incêndios e o problema de poluição atmosférica, causador de doenças respiratórias e aumento de gases de efeito estufa.

Outro conflito ambiental refere-se à poluição resultante de atividades industriais, contemplando efluentes líquidos, atmosféricos e resíduos sólidos, num trabalho que vem sendo realizado em parceria e apoio mútuo com a CETESB - Agência Ambiental de Araraquara.

Têm crescido, também, o número de conflitos relativos à poluição sonora e perturbação causadas por estabelecimentos comerciais voltados para o lazer e com funcionamento noturno. Na maioria das vezes, os procedimentos são instaurados com base em denúncias ou abaixo-assinados da população vizinha aos estabelecimentos comerciais,

numa ação coordenada da sociedade civil, em relação aos problemas ocasionados em zonas mistas de ocupação.

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP, atua ainda na resolução de conflitos ambientais relativos à gestão de resíduos sólidos urbanos. A resolução deste conflito e minimização dos danos contempla, entre outros aspectos, a melhoria das condições de operação e monitoramento do aterro sanitário existente, a retirada dos catadores da área do aterro e a criação de cooperativas para a coleta seletiva, que vêm se expandindo por toda a cidade de forma satisfatória e integradora.

Assim, para que os conflitos ambientais sejam resolvidos, de acordo com declaração do Dr. Edward Ferreira Filho, colhida em outubro de 2004, em palestra ministrada para os participantes do 1º Simpósio da Engenharia Ambiental, realizado na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC-USP): “ O Promotor de Justiça do Meio Ambiente tem de fazer escolhas e definir prioridades, mesmo que essas não sejam ideais”.

5.4.2 Estratégia de Atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente

A resolução de conflitos ambientais, conduzida e presidida pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, na maioria das vezes, segue basicamente, as seguintes etapas:

- Instauração de Inquérito Civil;
- Coleta de informações e audiências com integrantes da sociedade civil atingidos pelo dano ambiental e/ou com técnicos e servidores das instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental e/ou com representantes de ONGs ambientais;
- Coleta de informações e audiências sucessivas com os responsáveis pelos danos ambientais;
- Realização de vistorias diretas e pessoais nas áreas de conflito;
- Documentação dos Inquéritos Cíveis com fotos dos danos ambientais;
- Consultas com especialistas para apoio técnico, quando possível;
- Negociação de prazos viáveis para que o dano possa ser reparado;
- Negociação de obrigações de fazer e de não fazer, de indenizações e compensações com viabilidade técnica e econômica;
- Busca de consenso e acordo;
- Estabelecimento de TACs viáveis, factíveis e que efetivamente permitam o comprometimento do responsável pelo dano com a sua reparação.

- Encaminhamento do TAC para o Conselho Superior do Ministério Público para homologação;
- Monitoramento e fiscalização do cumprimento das obrigações acordadas no TAC, realizados diretamente pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente ou por representantes de outras instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental;
- Após verificação do cumprimento das obrigações previstas no TAC, encaminhamento dos autos do IC para o arquivo, na própria Promotoria de Justiça ou em outro local determinado pela instituição;

Conforme esclarecimentos prestados pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP, em diversas audiências observadas, um abaixo-assinado só tem validade para o Ministério Público a partir de número representativo de pessoas. O Dr. Edward Ferreira Filho considera objeto de atuação do Ministério Público, além dos casos que configurem ofensa a direitos difusos, os conflitos e danos ambientais denunciados em abaixo-assinados que contêm, pelo menos, 40 pessoas, caracterizando o interesse coletivo e não o individual. Além disso, os responsáveis pelas assinaturas não devem se concentrar em algumas residências, porque é preciso caracterizar uma amostra de conflito em área abrangente, impactada pelo dano. A verificação disso é realizada no próprio abaixo-assinado, no qual devem constar nome, documento de identificação e endereço.

A resolução de conflitos ambientais por meio da construção de consenso requer o trabalho conjunto da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente com outras instituições governamentais de gestão e fiscalização ambiental, devendo ser construído um fórum de ajuda mútua, de confiança e de apoio.

Na Comarca de São Carlos - SP esse trabalho em conjunto já vem sendo realizado, tendo como instituições participantes a CETESB – Agência Ambiental de Araraquara, o DEPRN– Regional de São Carlos, o Corpo de Bombeiros e algumas Secretarias da Prefeitura Municipal de São Carlos, além do apoio da Polícia Ambiental.

A participação da sociedade civil na comarca basicamente se dá através das ONGs Ambientais do Município, a Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos (APASC) e a ACQUAVIT, além da atuação de grupos ou pessoas da sociedade civil que denunciam conflitos ambientais específicos.

Segundo a visão do representante da APASC, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos tem realizado, em muitos casos, o trabalho que a ONG fazia de acionar a CETESB, a Polícia Ambiental e o DEPRN, por exemplo. Atualmente, a APASC recorre

diretamente ao Ministério Público que aciona essas mesmas instituições, com outro nível de exigência, e completa: “Atualmente consideramos essencial o trabalho desenvolvido pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente. Há alguns anos, a ONG encontrou dificuldade em desenvolver este trabalho em conjunto, talvez por falta de preparo do próprio Ministério Público. Dependendo do Promotor de Justiça havia maior ou menor sensibilidade para com as questões ambientais. Mais recentemente, tornou-se rotina utilizar o Ministério Público como mecanismo institucional para a resolução de problemas relacionados ao meio ambiente” (APASC, 2003).

Já a ACQUAVIT entende que o Ministério Público é um parceiro fundamental para o encaminhamento das demandas da associação. Quando solicitados, os representantes da ONG procuram se mobilizar para contribuir de alguma forma para a resolução das questões ambientais. Porém, os conflitos ambientais levantados pela ACQUAVIT só são encaminhadas ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente quando é configurada alguma infração à legislação ambiental, ou quando não é possível encaminhar as questões de forma satisfatória junto aos órgãos competentes (ACQUAVIT, 2004).

Portanto, tem se mostrado importante para a efetivação da participação da sociedade civil e construção de consenso na resolução de conflitos ambientais a disponibilidade constante do Promotor de Justiça em exercício, Dr. Edward Ferreira Filho, em estar próximo da mesma, participando de palestras, encontros e debates em Universidades e em eventos na região, possibilitando a divulgação do trabalho que realiza, e da importância da participação da sociedade na resolução de conflitos ambientais.

Com essa atuação, tem sido possível a obtenção de benefícios ambientais diretos e indiretos na Comarca de São Carlos - SP. De forma direta, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente resolve a maior parte dos conflitos ambientais por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, com o comprometimento do responsável pelo dano na sua reparação, evitando-se os desgastes da intervenção judicial, que no entanto, não pode ser descartada quando necessária. O responsável pelo dano ambiental deixa de ser um agente passivo, obrigado a cumprir uma determinação judicial, na maioria das vezes, contra sua vontade, e passa a ser um agente ativo, consciente do dano que causou, entendedor do conflito e comprometido com a reparação e benefícios para o meio ambiente.

Indiretamente, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente vem conquistando a confiança da sociedade civil, que percebendo a resolução gradativa de conflitos ambientais, busca, cada vez mais, na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca, a resposta para

seus problemas e equívocos, resultando em crescente prevenção, conscientização e sensibilização pela causa ambiental.

A partir da observação, pela autora desta Tese, de audiências realizadas na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos – SP, no período de 2002 a 2004, verificou-se que o Promotor de Justiça, em grande parte das vezes, participa de audiências com uma estratégia de negociação pré estabelecida e um resultado esperado presumido. Em caso de deficiência de informação ou falta de tempo para conhecimento das informações contidas no Inquérito Civil, uma das estratégias adotadas é não realizar a audiência, avisando previamente o interessado e propondo nova data. Sempre que possível, em caso de dúvida, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente procura obter novas informações com técnicos de outras instituições.

Quando existem diversos procedimentos para um mesmo tipo de conflito ambiental, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente procura estabelecer metodologia de levantamento de informações e de resolução semelhante, respeitando e adotando prazos e obrigações eqüitativos.

Uma das maiores dificuldades para a resolução de conflitos ambientais é a abrangência e complexidade do tema. Para minimizar este problema, o Ministério Público conta com o apoio técnico do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CAO-UMA), mas que opera de forma pouco eficiente, com corpo técnico bastante restrito, localizado na Capital e em Ribeirão Preto - SP, não havendo técnicos na Comarca de São Carlos - SP

No caso da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, essa deficiência é menos perceptível devido ao conhecimento a respeito da região e seus problemas, adquirido pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício, e a seu longo tempo de experiência na função, além da adoção de política de parceria com técnicos de outras instituições, inclusive de universidades públicas.

5.5 Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP

5.5.1 Tipologia e Quantificação dos Conflitos Ambientais

O levantamento de dados realizou-se no período de 2002 a 2004, abrangendo dados a partir de 2001. A escolha do período deve-se ao fato de que, embora o levantamento de

dados ter se iniciado em 2002, foi no ano de 2001 que o Promotor de Justiça da Comarca de São Carlos – SP iniciou sua atuação com base no planejamento estratégico. Apresentam-se na Tabela 5.2 e Figura 5.3, os tipos de conflitos ambientais que ocorreram na Comarca de São Carlos - SP, no período de 2001 a 2004, bem como a porcentagem do número total de Inquéritos Cíveis que representam. Os dados foram obtidos a partir dos registros disponíveis em meio eletrônico, dos Inquéritos Cíveis Ambientais da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos - SP.

Observando-se a Tabela 5.2 e Figura 5.3, verifica-se que alguns conflitos ambientais permaneceram ocorrendo durante os anos abrangidos pelo período da pesquisa como, por exemplo, os referentes a desmatamento, averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação; danos ambientais em APP; poluição industrial; poluição sonora e queimadas urbanas e rurais.

Os conflitos predominantes referem-se a desmatamento, averbação de reserva legal e reposição de vegetação, representando 30,7 % dos Inquéritos Cíveis instaurados no período, somados aos conflitos caracterizados por danos ambientais em APP, representando mais 13,5%. Estes dados resultam da característica da Comarca, que abriga expressiva quantidade de propriedades rurais e também da prioridade fixada no escopo do Planejamento Estratégico da Promotoria de Justiça de São Carlos, da resolução de conflitos referentes a desmatamento de Áreas de Preservação Permanente e de Averbação de Reserva Florestal Legal, objetivando a proteção dos recursos hídricos e recuperação da vegetação original, existente na época em que entrou em vigor o Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965.

Os outros conflitos ambientais mais freqüentes referem-se a queimadas urbanas (20,5%) e rurais (8%) , além daqueles resultantes de poluição industrial (5,4%) e de poluição sonora (4,1)%.

Com relação às áreas de reserva florestal legal, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente vem realizando, na condução dos Inquéritos Cíveis, audiências com proprietários rurais, vistorias em propriedades e negociações de forma a obter por meio de TAC, as suas averbações nas respectivas matrículas imobiliárias.

Complementando e cumprindo à proposta de proteção dos recursos hídricos, foi assinado TAC entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal de São Carlos, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e a CETESB, objetivando a ampliação do sistema de esgoto sanitário do Município, contando com rede coletora e estações de tratamento. O escopo do TAC conta com o projeto executivo

de todo o sistema e o início das obras de implementação aguarda as licenças necessárias e a liberação do financiamento pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal (CEF).

TABELA 5.2 - Tipos de Conflitos Ambientais e Número de Inquéritos Cíveis na Comarca de São Carlos - SP

Tipo de Conflitos Ambientais	Nº Inquéritos Cíveis				Total	
	2001	2002	2003	2004	Nº	%
Desmatamento, reserva legal, reposição de vegetação	23	20	31	25	99	30,7
Queimada urbana	16	3	45	2	66	20,5
Danos ambientais em APP	13	16	10	5	44	13,5
Queimada rural	12	7	4	2	25	8,0
Apreensão de animais silvestres	11	12	-	-	23	7,3
Poluição industrial	7	5	2	3	17	5,4
Poluição sonora	-	4	4	5	13	4,1
Depósito de sucatas	-	-	1	-	1	2,5
Pesca com petrecho proibido e em piracema	5	-	2	-	7	2,2
Resíduos em terreno baldio	1	1	-	3	5	1,6
Esgoto sanitário	-	-	3	-	3	0,9
Implantação de gasoduto	-	2	-	-	2	0,6
Implantação de trevo rodoviário	-	-	1	1	2	0,6
Poluição rural	2	-	-	-	2	0,6
Construção de kartódromo	-	-	1	-	1	0,3
Construção em praça pública	-	-	-	1	1	0,3
Criação do Grupo de Atuação Ambiental	1	-	-	-	1	0,3
Maus tratos a animais	1	-	-	-	1	0,3
Modificação de edifício tombado	1	-	-	-	1	0,3
Total	93	70	104	47	314	100

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 - Data de Referência – 31/08/2004 (-) – sem registro de IC

A resolução do conflito relativo às queimadas em áreas urbanas, também predominante na comarca, representando 20,5% dos Inquéritos Cíveis instaurados no período estudado, caracteriza-se como uma forma de apoio à campanha “São Carlos contra o Fogo”, resultado da ação conjunta entre Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDS), Ministério Público, Corpo de Bombeiros e Polícia Ambiental.

FIGURA 5.3 – Tipos de Conflitos Ambientais e Número de Inquéritos Cíveis na Comarca de São Carlos - SP

Fonte- Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004, Data de Referência 31/08/2004

Em todos os Inquéritos Cívís instaurados, a respeito deste tema, os proprietários dos terrenos, responsáveis diretos ou indiretos pelo dano, vêm firmando com a Promotoria de Justiça, TAC que resultam na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e instrumentos de trabalho para os integrantes do Corpo de Bombeiros do Município e região, além das obrigações de manter os terrenos limpos e livres de materiais combustíveis, devendo também ser murados no prazo de um ano.

Além das queimadas urbanas, os casos de queimada rural apresentam números totais bastante representativos no período, sendo mais predominantes nos anos de 2001 e 2002 tendo sido bastante reduzidos em 2004.

Verifica-se, também, a redução no número de conflitos relativos à apreensão de animais silvestres, o que pode ser resultado das abordagens para resolução implementadas em 2001 e 2002, que acabaram desmotivando a prática.

Outro tipo de conflito ambiental importante resulta de poluição industrial, representando 5,4% do total no período. A importância da resolução deste conflito está baseada no fato de a atividade industrial ter papel significativo na economia brasileira, estar presente tanto na Comarca de São Carlos como em várias regiões do país e ser potencialmente geradora de impactos ambientais.

Considerando os casos de poluição sonora, verifica-se que a participação da sociedade civil na busca pela resolução deste conflito ambiental tem crescido na Comarca. Este conflito ambiental tem apresentado dificuldade em sua resolução, pois muitos estabelecimentos encontram-se instalados em zonas de ocupação mista. Iniciam-se com abaixo-assinados com grande número de participantes, mas, que acabam se desmobilizando com o passar do tempo, podendo fazer com que o conflito se caracterize mais como de direito de vizinhança do que como um interesse coletivo, situações em que o Ministério Público pode deixar de atuar, ficando a solução a cargo dos vizinhos por meio de ação individual perante o Poder Judiciário.

Além dos conflitos anteriormente citados, outros, em menor número, porém de igual importância, também podem ser visualizados na Tabela 5.2 e Figura 5.3.

5.5.2 Resolução de Conflitos Ambientais no Período de 2001 a 2004

Na Tabela 5.3 e Figura 5.4 estão apresentados, no período de 2001 a 2004, ano a ano, os dados referentes ao total de Inquéritos Cívís ambientais instaurados, e a partir destes, os dados de conflitos ambientais resolvidos por meio de TAC, por meio de ACP, ou que

ainda estejam em negociação. Este último item representa os Inquéritos Cíveis que ainda aguardam informações, despachos, ou audiências e vistorias para finalização. Para cada ano e para o total no período estudado, os itens avaliados estão apresentados em números e em porcentagem.

TABELA 5.3 - Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP

Resolução de Conflitos Ambientais	2001		2002		2003		2004		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Inquéritos Cíveis Instaurados	93	100	70	100	104	100	47	100	314	100
Termos de Ajustamento de Conduta	78	84	49	70	66	63	7	15	199	63
Ações Cíveis Públicas	4	5	3	4	1	1	-	-	8	3
Em Negociação	10	11	18	26	37	36	40	85	106	34

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 - Data de Referência – 31/08/2004

Avaliando os dados da Tabela 5.3 e da Figura 5.4, verifica-se que a utilização de abordagem alternativa e construção de consenso na resolução de conflitos ambientais, tem apresentado grande viabilidade na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos - SP, pois os valores totais no período estudado demonstram que a maioria dos conflitos vem sendo resolvida por meio de IC e assinatura de TAC (63%), em detrimento das ACP (3%) ajuizadas perante o Poder Judiciário.

Esse resultado é bastante importante porque comprova que o IC em conjunto com o TAC são instrumentos eficazes, se bem aplicados, na resolução de conflitos ambientais. O TAC estabelece, não apenas a obrigação de fazer ou de não fazer, mas o resultado do acordo ou consenso entre as partes, em relação ao que deve ser feito. Demonstra que está ocorrendo na comarca, a conscientização da importância do meio ambiente e de sua preservação e proteção, bem como da responsabilidade do Poder Público e da sociedade civil no cumprimento desta meta.

A assinatura do TAC representa respeito ao que diz a Constituição Federal em seu art. 225, *caput* “...impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo (o meio ambiente) para as presentes e futuras gerações”.

Além disso, verifica-se que, de todos os Inquéritos Cíveis instaurados no período estudado, apenas 34 % ainda se encontram em negociação. E do total de 106 em negociação, a maior parte destes refere-se aos anos de 2003 e 2004, pois a maioria dos

inquéritos civis instaurados em 2001 e 2002 já foram solucionados. Este dado é bastante importante pois demonstra que a abordagem alternativa, sem intervenção do Poder Judiciário, resulta em agilidade na resolução de conflitos ambientais, e consequentemente em redução de tempo e custo, além da maior possibilidade de reparação do dano em tempo viável. A análise mais detalhada do tempo médio gasto na resolução dos conflitos ambientais será apresentada no item 5.5.4.

5.5.3 Resolução de Conflitos Ambientais Anual no Período de 2001 a 2004

Apresentam-se nas Tabelas 5.4 a 5.7, os dados a respeito da resolução de conflitos ambientais da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, no período de 2001 a 2004, ano a ano. Estes dados também foram obtidos a partir dos registros disponíveis em meio eletrônico para o controle dos procedimentos ambientais. Os conflitos ambientais foram agrupados em diferentes tipos, apresentando pequena variação de um ano para outro.

Observando-se as Tabelas 5.4 a 5.7 verifica-se que, no que diz respeito aos conflitos resultantes de desmatamento e necessidade de averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação, em 2001, 83% dos Inquéritos Cíveis instaurados foram resolvidos por meio de TAC e 4% por meio de ACP. Em 2002, 50% foram resolvidos por TAC e somente em 5% dos casos foi necessária a ACP, estando os outros 45% restantes ainda em negociação. Em 2003 23% já foram resolvidos por meio de TAC e apenas 3% dos casos se transformaram em ACP.

Em 2004, a maioria dos Inquéritos Cíveis, 96%, ainda se encontra em negociação, mas nenhuma ACP foi iniciada. Este tipo de conflito ambiental permanece em negociação por mais tempo, nem sempre por entraves na assinatura do TAC e dificuldades no acordo, mas porque requer o levantamento de uma série de informações a respeito das propriedades rurais, como o levantamento planialtimétrico das mesmas, para a correta obtenção da área total e da área a ser averbada, inclusive, aquela provida de vegetação florestal natural, sendo objeto de negociação somente após a aquisição e fornecimento destas informações ao Promotor de Justiça. Após o levantamento das informações necessárias segue-se a negociação e a resolução do conflito propriamente dita, etapa em que são definidas as dimensões e as localizações das áreas de reservas florestais a serem averbadas, bem como as necessidades de replantio e recuperação ou abandono para regeneração natural.

FIGURA 5.4 – Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP

Fonte - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência 31/08/2004

Verifica-se, mesmo assim, avanço no cumprimento da legislação ambiental em relação à reserva legal florestal, que pode ser creditado à utilização da abordagem alternativa e construção do consenso no trabalho conjunto com o DEPRN, que tem resultado na sensibilização e conscientização dos proprietários e empresários rurais da Comarca de São Carlos - SP. O trabalho é fundamentado pelo Código Florestal – Lei nº 4.771/65 e pelas informações das Cartas do IBGE, de 1971, a partir de levantamento aerofotogramétrico realizado em 1965.

Ao se considerar a resolução de conflitos relativos às queimadas em áreas urbanas, verifica-se que a assinatura do TAC apresenta-se como predominante nos anos de 2001 a 2003 e que a instauração de procedimentos foi maior em 2003, quando uma denúncia informou a ocorrência de queimadas, em grande parte dos terrenos, de um loteamento da cidade .

A resolução deste conflito busca conscientizar a sociedade civil para os efeitos deletérios das queimadas para a saúde e para o meio ambiente, e apoiar a campanha “São Carlos contra o Fogo”, uma ação conjunta entre Prefeitura Municipal, Ministério Público, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, entre outros.

Considerando os casos de poluição sonora gerados por atividades comerciais e industriais, verifica-se que este conflito é mais recente e a participação da sociedade civil na busca pela solução do mesmo tem crescido na Comarca de São Carlos - SP. Em 2002 verifica-se a instauração de 4 Inquéritos Cíveis, em 2003, 4, já em 2004, no período de janeiro a agosto, 5 Inquéritos Cíveis já se encontravam em andamento. Além dos conflitos anteriormente citados, outros também podem ser visualizados nas Tabelas 5.4 a 5.7, e que vêm, predominantemente, sendo resolvidos por meio de abordagem alternativa, sendo que os TAC representam 84% das resoluções de 2001, 70% das de 2002, 63% das de 2003 e, até agosto de 2004, 15% das resoluções dos Inquéritos Cíveis instaurados, sendo que os outros 85% ainda se encontravam em negociação. Portanto, sem necessidade de propor a ação judicial.

Na Tabela 5.8 e Figuras 5.5 e 5.6, apresenta-se o tempo médio decorrido para a resolução de conflitos ambientais, realizada pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, no período de 2001 a 2004, com dados segundo o tipo de conflito. A resolução do conflito é então dividida em duas fases, a primeira representa o tempo decorrido para a negociação, que vai desde a instauração do Inquérito Civil até a assinatura do TAC, compondo-se o conflito; a segunda, refere-se ao tempo para o cumprimento das obrigações definidas e acordadas no TAC, ao final do

qual, considera-se que o conflito esteja resolvido, com a efetiva reparação ambiental ou outra obrigação prevista, promovendo-se o arquivamento definitivo do Inquérito Civil.

TABELA 5.4 - Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP em 2001

Tipo de Conflitos Ambientais	IC		TAC		ACP		NEG	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apreensão de animais silvestres	11	11,9	11	100	-	-	-	-
Criação do Grupo de Atuação Ambiental	1	1,0	-	-	-	-	-	-
Danos ambientais em APP	13	14,0	10	77	1	8	2	15
Desmatamento, reserva legal, reposição de vegetação	23	24,7	19	83	1	4	3	13
Maus tratos a animais	1	1,0	1	100	-	-	-	-
Modificação de edifício tombado	1	1,0	-	-	-	-	1	100
Pesca com petrecho proibido ou em piracema	5	5,4	5	100	-	-	-	-
Poluição industrial	7	7,5	5	71	-	-	2	29
Poluição rural	2	2,1	1	50	1	50	-	-
Queimada rural	12	13,0	9	75	1	8	2	17
Queimada urbana	16	17,4	16	100	-	-	-	-
Resíduos em terreno baldio	1	1,0	1	100	-	-	-	-
Total e % do Total	93	100	78	84	4	5	10	11

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência – 31/08/2004, IC – Inquérito Civil TAC – Termo de Ajustamento de Conduta ACP – Ação Civil Pública NEG – Em negociação (-) – sem registro

TABELA 5.5 – Resolução de Conflitos Ambientais na comarca de São Carlos – SP em 2002

Tipo de Conflitos Ambientais	IC		TAC		ACP		NEG	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apreensão de animais silvestres	12	17	12	100	-	-	-	-
Danos ambientais em APP	16	23	11	69	-	-	5	31
Desmatamento, reserva legal, reposição de vegetação	20	29	10	50	1	5	9	45
Implantação de gasoduto	2	3	1	50	-	-	1	50
Poluição industrial	5	7	4	80	1	20	-	-
Poluição sonora	4	6	4	100	-	-	-	-
Queimada rural	7	10	4	57	1	5	2	28
Queimada urbana	3	4	3	100	-	-	-	-
Resíduos em terreno baldio	1	1	-	-	-	-	1	100
Total e % do Total	70	100	49	70	3	4	18	26

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência – 31/08/2004, IC – Inquérito Civil TAC – Termo de Ajustamento de Conduta ACP – Ação Civil Pública NEG – Em negociação (-) – sem registro

TABELA 5.6 – Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP em 2003

Tipo de Conflitos Ambientais	IC		TAC		ACP		NEG	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Construção de kartódromo	1	1	-	-	-	-	1	100
Danos ambientais em APP	10	10	8	80	-	-	2	20
Depósito de sucatas	1	1	1	100	-	-	-	-
Desmatamento, reserva legal, reposição de vegetação	31	30	7	23	1	3	23	74
Esgoto sanitário	3	3	1	33	-	-	2	67
Implantação de trevo rodoviário	1	1	1	100	-	-	-	-
Pesca com petrecho proibido ou em piracema	2	2	2	100	-	-	-	-
Poluição industrial	2	2	1	50	-	-	1	50
Poluição sonora	4	4	-	-	-	-	4	100
Queimada rural	4	4	-	-	-	-	4	100
Queimada urbana	45	42	43	95	-	-	2	5
Total e % do Total	104	100	66	63	1	1	37	36

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência – 31/08/2004, IC – Inquérito Civil TAC – Termo de Ajustamento de Conduta ACP – Ação Civil Pública NEG – Em negociação

TABELA 5.7 – Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP em 2004

Tipo de Conflitos Ambientais	IC		TAC		ACP		NEG	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Construção em praça pública	1	2	-	-	-	-	1	100
Danos ambientais em APP	5	11	1	20	-	-	4	80
Desmatamento, reserva legal, reposição de vegetação	25	54	1	4	-	-	24	96
Implantação de trevo rodoviário	1	2	-	-	-	-	1	100
Poluição industrial	3	6	1	33	-	-	2	67
Poluição sonora	5	11	-	-	-	-	5	100
Queimada rural	2	4	-	-	-	-	2	100
Queimada urbana	2	4	1	5	-	-	1	50
Resíduos em terreno baldio	3	6	3	100	-	-	-	-
Total e % do Total	47	100	7	15	-	-	40	85

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 - Data de Referência – 31/08/2004, IC – Inquérito Civil TAC – Termo de Ajustamento de Conduta ACP – Ação Civil Pública NEG – Em negociação (-) – sem registro

5.5.4 Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais

Na coluna final estão totalizados os tempos médios decorridos para a resolução dos diferentes conflitos ambientais em cada um dos anos. Os valores totais referem-se

apenas aos tempos dos TAC integralmente cumpridos, o que faz com que permaneça sem registro, o ano de 2004, apresentado na última coluna da Tabela 5.8.

Os dados da Tabela 5.8 demonstram que, na maioria dos casos, a fase de negociação necessita de tempo menor que a fase para o cumprimento do TAC assinado. Nos casos em que a fase de negociação é mais longa, isto pode ser resultado de alguma resistência durante a negociação e também devido à necessidade de, na primeira fase, se realizarem o levantamento de informações, as audiências e as vistorias. Além disso, muitas vezes a obrigação assumida no TAC é viável e fácil de ser cumprida, inclusive com início de cumprimento imediato, a partir da assinatura do mesmo.

Na fase de cumprimento do TAC, muitos dados ainda não foram registrados, principalmente em 2004, o que significa que o TAC está em fase de cumprimento, fiscalização e monitoramento e que a reparação ambiental ainda não foi totalmente resolvida, mas apenas o compromisso de realizá-la.

Avaliando os tempos médios totais para resolução de cada um dos conflitos, verifica-se que a maior parte deles, é considerada solucionada em tempo próximo de um ano, sendo que a maioria se resolve até um ano e meio, o que demonstra o bom desempenho da resolução de conflitos ambientais por meio de abordagem alternativa, com utilização de IC e TAC.

Com o objetivo de complementar estas informações, levantou-se também, a partir de 1997, ano de início da atuação do atual Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, quais são os Inquéritos Cíveis ainda em negociação e quais Ações Cíveis Públicas, iniciados na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP e ainda não solucionadas. Estes dados estão apresentados na Tabela 5.9.

Os dados da Tabela 5.9 demonstram que a resolução de conflitos ambientais por meio de negociação e busca de consenso, no decorrer do Inquérito Cível, ocorre de forma mais expedita do que por meio de ACP perante o Poder Judiciário, em que o conflito é resolvido através de sentença, que muitas vezes não equacionam o problema da melhor maneira. Os dados de número de IC instaurados no período de 1997 a 2000 não foram levantados, uma vez que não haviam nos registros, IC instaurados nestes anos, ainda em negociação, indicando que todos foram resolvidos anteriormente ao período da pesquisa.

TABELA 5.8 - Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP

Tipo de Conflitos Ambientais	Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais (meses)											
	Até assinatura do TAC				Até Cumprimento TAC				Total			
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004
Apreensão de animais silvestres	3,6	3,2	-	-	4,5	6,3	-	-	8,1	9,5	-	-
Danos ambientais em APP	13,1	6,4	3,3	1,0	10,4	8,0	8,8	-	23,5	14,4	12,1	-
Depósito de sucatas	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desmatamento, reserva florestal legal, reposição de vegetação	4,2	6,7	4,3	2,0	4,6	7,4	6,0	-	8,8	14,1	10,3	-
Esgoto sanitário	-	-	5,0	-	-	-	3,0	-	-	-	8,0	-
Implantação de gasoduto	-	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Implantação de trevo rodoviário	-	-	2,0	-	-	-	9,0	-	-	-	11,0	-
Maus tratos a animais	9,0	-	-	-	4,0	-	-	-	13,0	-	-	-
Pesca com petrecho proibido ou em piracema	3,2	-	1,5	-	6,8	-	9,5	-	10,0	-	11,0	-
Poluição industrial	15,0	12,0	3,0	2,0	9,2	10,5	-	-	24,2	22,5	-	-
Poluição rural	26,0	-	-	-	10,0	-	-	-	36,0	-	-	-
Poluição sonora	-	4,8	-	-	-	10,8	-	-	-	15,6	-	-
Queimada rural	10,4	5,5	-	-	5,9	-	-	-	15,9	-	-	-
Queimada urbana	6,2	1,3	1,7	3,0	8,2	5,3	13,5	-	14,4	6,6	15,2	-
Resíduos em terreno baldio	2,0	-	-	1,0	18,0	-	-	-	20,0	-	-	-

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 - Data de Referência – 31/08/2004 (-) Sem registro

FIGURA 5.5 – Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP (Meses)
(Até assinatura do TAC)

Fonte - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência 31/08/2004

Figura 5.6 – Tempo Médio para Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos - SP (Meses)
(Até cumprimento do TAC)

Fonte - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 – Data de Referência 31/08/2004

Os conflitos mais antigos em negociação nos autos dos Inquéritos Cíveis, datam de 2001 e representam apenas 11% do total de casos instaurados naquele ano, enquanto que, ao se avaliar as Ações Cíveis Públicas, ainda encontram-se pendentes 60% daquelas iniciadas no ano de 1997, 80% das iniciadas em 1998 e, a partir de 1999 nenhuma das Ações Cíveis Públicas iniciadas foi solucionada.

Este resultado vem comprovar o que é afirmado por diferentes autores e apresentado no item 3.7.2 da revisão bibliográfica, ou seja, a resolução de conflitos ambientais por meio de abordagem alternativa se faz com menor tempo, e conseqüentemente, com menor custo do que por meio da abordagem tradicional. Além disso, em se tratando de conflito ambiental, a reparação do dano e recuperação da qualidade ambiental precisa ser resolvida rapidamente, não podendo aguardar o desenrolar do processo judicial.

Embora na Tabela 5.9 tenham sido apresentados dados a partir de 1997, verificou-se que ainda existem ACP iniciadas desde 1991, aguardando a sentença judicial e a definição para a resolução do conflito ambiental.

Verificou-se também, durante o levantamento dos dados, que os conflitos ainda em negociação ou cuja ACP foi iniciada, referem-se predominantemente a casos de danos em APP; desmatamento, averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação; queimada rural, poluição industrial e modificação de prédio tombado. Portanto, o conflito mais antigo, ainda em negociação foi instaurado há 3 anos e 8 meses mostrando-se, mesmo assim, mais viável que a apresentação da ACP, cujas pendências permanecem há quase 14 anos.

A utilização da abordagem alternativa, manutenção da negociação e busca do consenso, até a assinatura do TAC em detrimento da ACP é, até o momento, resultado de posturas particulares de alguns Promotores de Justiça e do Meio Ambiente, entre eles, o Dr. Edward Ferreira Filho, o que é amparado legalmente pela independência e autonomia institucional da função. O ideal seria que todos os Promotores de Justiça do Meio Ambiente tivessem a mesma postura de adoção da abordagem alternativa e construção de consenso para a resolução dos conflitos.

O tempo representa aspecto bastante importante para a resolução de conflitos ambientais, uma vez que quanto menor o tempo, menores os custos das negociações associadas aos mesmos, e as abordagens baseadas na construção de consenso podem contribuir sobremaneira (ADLER et al., 1999).

**TABELA 5.9 – Comparação do Tempo para Resolução de Conflitos Ambientais na
Comarca de São Carlos – SP
IC em Negociação *versus* ACP Pendentes**

Ano	Inquéritos Cívís				Ações Cívís Públicas			
	Total	NEG	%	Tempo	Total	PEN	%	Tempo
1997	nd	-	-	-	10	6	60	7 anos
1998	nd	-	-	-	5	4	80	6 anos
1999	nd	-	-	-	1	1	100	5 anos
2000	nd	-	-	-	1	1	100	4 anos
2001	93	10	11	3 anos	4	4	100	3 anos
2002	70	18	26	2 anos	3	3	100	2 anos
2003	104	37	36	1 ano	1	1	100	1 anos
2004	47	40	85	< 1 ano	-	-	-	-

Fonte – Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, 2001 a 2004 - Data de Referência – 31/08/2004, NEG – Em negociação PEN – Pendente, aguardando sentença nd – não determinado/levantado (-) – sem registro de IC ou ACP

Como o dano ambiental precisa ser reparado — o que é tecnicamente viável na maioria das vezes — a morosidade na resolução do conflito ambiental pela abordagem tradicional resulta em prejuízos para o meio ambiente e para a sociedade como um todo, comprometendo a implementação da gestão ambiental com foco no desenvolvimento sustentável. Assim, os dados apresentados demonstram a vantagem da utilização da abordagem alternativa e construção de consenso, principalmente ao se buscar soluções para os conflitos e danos ambientais.

5.6 Estudos de Caso

5.6.1 Considerações Gerais

A escolha de alguns conflitos para ilustrar este trabalho buscou abranger diferentes tipos de problemas ambientais, como poluição dos recursos hídricos; desmatamentos; averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação; queimada urbana; poluição sonora; poluição industrial e impactos causados pela implantação de novos empreendimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Além disso, procurou-se demonstrar diferentes aspectos dos conflitos ambientais e as formas de utilização dos instrumentos legais existentes, como o Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta, para equacioná-los.

Como os Promotores de Justiça têm autonomia e independência para exercerem suas funções, a resolução de conflitos ambientais, em cada comarca, fica extremamente dependente do perfil e do comprometimento dos mesmos com as questões ambientais.

A apresentação desses breves estudos de caso não representa a análise detalhada dos mesmos, mas objetiva ilustrar algumas alternativas para a resolução de conflitos ambientais, bem como os resultados que vêm sendo obtidos, no sentido de demonstrar a viabilidade da estratégia de atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, por meio de construção de consenso, realizando negociações no desenvolver do Inquérito Civil, resultando na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, além de apresentar, também, algumas dificuldades e soluções encontradas.

5.6.2 Desmatamento, Averbação de Reserva Florestal Legal e Reposição de Vegetação

O conflito ambiental caracterizado por desmatamento e ausência de averbação de reserva legal florestal — que contribuiu de forma significativa para a degradação das propriedades rurais — é bastante significativo na Comarca de São Carlos – SP. A obrigação da averbação da reserva florestal legal tem o objetivo de garantir nos Estados da Região Sudeste, a manutenção de vegetação florestal nativa em 20% da área total das propriedades rurais.

Desde 2001, no escopo do Planejamento Estratégico da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca, uma das prioridades foi e ainda é, a manutenção dos maciços florestais existentes e a recuperação de áreas para garantir a averbação da reserva florestal legal. O trabalho objetiva resgatar parte da vegetação original da região constituída de cerrado e Mata Atlântica, criar corredores de fauna, criar e manter condições para a biodiversidade e auxiliar na proteção e manutenção de recursos hídricos.

A estratégia adotada compreende a averbação da reserva florestal legal das propriedades rurais da comarca e a recuperação da vegetação, havendo a possibilidade de compra de áreas com vegetação, em outras propriedades, desde que na mesma micro-bacia hidrográfica para compor a reserva florestal legal das propriedades totalmente

degradadas em função da anterior exploração econômica. A recuperação ambiental ocorre também em APP.

Todo o trabalho relativo à manutenção e recuperação da vegetação natural, definido no planejamento estratégico como prioritário, é realizado em conjunto com o DEPRN, que realiza o apoio técnico ao Ministério Público.

De uma forma geral, conforme levantamento realizado nos Inquéritos Cíveis instaurados na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, no período de 2001 a 2004, os desmatamentos maiores resultaram de um processo que vem ocorrendo ao longo do tempo, para utilização das terras para o cultivo, principalmente de cana-de-açúcar e laranja. Em propriedades menores ocorrem danos em função de construção de barragens, de abertura de estradas e construção de edificações. Em outros casos, áreas já em fase de regeneração, são utilizadas para pastagem, capinadas ou atingidas por incêndio.

O início do processo de avaliação e definição de medidas necessárias, referentes a desmatamento, reposição de vegetação natural e averbação de reserva florestal legal, procurando resolver os conflitos oriundos dos mesmos, pode se dar basicamente de três formas (DEPRN, 2003): fiscalização, emissão de Auto de Infração Ambiental (AIA), Boletim de Ocorrência (BO) e multa efetuada pela Polícia Ambiental que é encaminhada ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, que instaura o Inquérito Cível e solicita ao DEPRN laudo técnico; denúncia anônima à Polícia Ambiental, ao DEPRN ou às vezes diretamente à Promotoria de Justiça; vistoria e fiscalização do DEPRN, que normalmente é voltada para os conflitos mais relevantes, resultado do maior conhecimento técnico dos representantes do órgão, que realiza a fiscalização técnica. A terceira alternativa é a utilizada para atender ao Planejamento Estratégico do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP. Em todas as situações, no entanto, a apuração se dá no corpo do Inquérito Cível.

O principal foco da atuação conjunta são as grandes propriedades. Com base no Código Florestal de 1965 e em Mapas Topográficos do IBGE, de 1971, resultantes de levantamento realizado em 1965, iniciou-se trabalho que compreende fiscalização; abertura de Inquérito Cível; audiências com proprietários rurais para buscar o consenso no tocante à recuperação das matas e averbação das reservas florestais legais; vistorias nas áreas para verificar a extensão dos danos e necessidades de recuperação; projetos de recuperação das áreas; fiscalização e monitoramento após a assinatura do Termo de

Ajustamento de Conduta. Esse trabalho objetiva a regeneração das propriedades que foram desmatadas ilicitamente a partir da vigência do Código Florestal de 1965.

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP é a pioneira na atuação conjunta e na busca pela resolução desses conflitos voltada realmente para os benefícios ao meio ambiente (DEPRN, 2003).

A equipe técnica do DEPRN de São Carlos - SP tem verificado o crescente número de Promotores de Justiça interessados em resolver os conflitos ambientais. Esta atuação conjunta tem permitido a troca de conhecimento técnico-jurídico entre Promotores de Justiça e técnicos do DEPRN, resultando em soluções melhores e mais rápidas dos conflitos. No que diz respeito à conscientização da sociedade, o DEPRN entende que a mesma vem ocorrendo de forma razoavelmente rápida, mas que o ponto de partida da consciência ambiental foi tão pouco significativo, que a conscientização ainda não é um fator relevante na preservação do meio ambiente, o que pode ser ilustrado com a seguinte frase (DEPRN, 2003): “Se dependêssemos só da opinião pública, eu acho que estaria tudo no chão, não teríamos mais florestas” — o que demonstra a necessidade de atitude proativa, tanto dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente, quanto dos técnicos das instituições de gestão e fiscalização ambiental.

O DEPRN de São Carlos atende área que inclui 22 Municípios, de Descalvado até Borborema. A regional de São Carlos - SP procura atuar de forma coordenada com o Ministério Público da região, objetivando alcançar resultados ambientais melhores e em menor tempo.

A equipe da regional de São Carlos é composta de 7 pessoas, 5 técnicos e 2 administrativos. Todos conhecem o trabalho conjunto com o Ministério Público e respeitam a mesma linha de atuação. Os casos prioritários são resolvidos pela equipe técnica. Os demais casos são tratados parcialmente pela equipe técnica e parcialmente por prestadores de serviço que fazem as vistorias e elaboram relatórios técnicos. À medida que a confiança no trabalho dos prestadores de serviço se desenvolve, eles passam a apoiar alguns casos mais significativos e a equipe do DEPRN analisa os dados para tomar as decisões (DEPRN, 2003).

A função institucional do DEPRN é o licenciamento ambiental e o apoio técnico ao Ministério Público, principalmente na elaboração de laudos. Porém, a equipe da regional de São Carlos - SP procura exercer também a função de fiscalização florestal, no sentido de somar esforços ao trabalho realizado pela Polícia Ambiental. Esta forma de atuação ocorre para melhorar o desempenho na fiscalização, com o trabalho da

Polícia Ambiental complementando o trabalho do DEPRN e vice-versa. De forma geral, a Polícia Ambiental não é proativa em relação à fiscalização, atuando com base em denúncias. Porém, as denúncias recebidas referem-se a pequenas propriedades e, na maioria das vezes, resultantes de conflitos de vizinhança, com danos pouco significativos, sem levar em conta as ações mais impactantes.

Após a fiscalização, o AIA e o BO são encaminhados às Promotorias de Justiça, que então solicitam a fiscalização técnica ao DEPRN. Os casos de conflito relativos às pequenas propriedades também são atendidos, mas após o encaminhamento dos casos relativos às grandes propriedades, pois o interesse público de preservação é maior nas grandes propriedades (DEPRN, 2003).

A informação do DEPRN, a respeito da forma de atuação da Polícia Ambiental, pode ser comprovada pela pesquisa realizada, uma vez que, os Inquéritos Cíveis iniciados por AIA e BO da Polícia Ambiental, geralmente referem-se a pequenos danos, pequenas propriedades e os laudos encaminhados pelo DEPRN não são realizados pela própria equipe, mas por prestadores de serviço contratados pela instituição.

Além disso, o DEPRN encontra-se tecnicamente mais bem equipado, com todo o mapeamento da vegetação e das áreas averbadas, atualizados até 2001, apresentado na Figura 5.7, como resultado de projeto financiado pelo CNPq e desenvolvido pelo Laboratório de Avaliação e Planejamento Ambiental (LAPA) da UFSCar, com informações georreferenciadas da área; conhecimento dos proprietários rurais e dos locais mais impactados, o que facilita a fiscalização.

Atualmente, a equipe técnica tem consciência de que se tivesse deixado a fiscalização somente a cargo da Polícia Ambiental, imensas áreas de vegetação teriam sido desmatadas, principalmente devido à característica de atuação da instituição.

Na Comarca de São Carlos – SP, praticamente todos os casos de propriedades vistoriadas são encaminhados à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e algumas vezes também à Polícia Ambiental, e a resolução do conflito observa alguns passos básicos. Ao receber as informações do DEPRN ou da Polícia Ambiental, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente providencia a abertura do Inquérito Civil e inicia-se o processo de negociação para a resolução do conflito ambiental, o que é realizado para cada uma das propriedades rurais.

FIGURA 5.7 – Mapa de Vegetação da Comarca de São Carlos - SP com Reserva Florestal Legal Averbada Fonte: Lapa – UFSCar/DEPRN – São Carlos - SP, 2003

Algumas exceções referem-se a proprietários rurais conhecidos pela equipe técnica do DEPRN e que negociam com maior facilidade, fazendo com que o procedimento administrativo de regularização das propriedades seja resolvido diretamente pela instituição. Se a negociação não resulta em acordo, o processo é encaminhado à Promotoria de Justiça, pois o DEPRN não tem a resolução de conflitos como função institucional. Em 25% dos procedimentos administrativos protocolados, o acordo é realizado entre o DEPRN e o proprietário rural e os 75% restantes são encaminhados às Promotorias de Justiça (DEPRN, 2003).

Um fato observado pelos técnicos do DEPRN de São Carlos – SP e importante para a evolução do trabalho de resolução de conflitos ambientais, é a diminuição da resistência dos proprietários rurais à aplicação das normas de proteção do meio ambiente. A averbação de reserva florestal legal no DEPRN de São Carlos já atingiu em torno de 50.000 ha, ou seja, 6 a 7 % da área de toda regional já está averbada como reserva legal.

O foco principal nas grandes propriedades, mostrou ser fator multiplicador na opinião pública desde 1989. Em 1989, a regional contava com 3.000 ha averbados, hoje tem 50.000 ha, representando 85% dos fragmentos vegetais da região. Em 1989, havia 4,5% de vegetação original, hoje há em torno de 9%, a maioria recuperada por meio de regeneração natural. Havia 0,4 % de áreas averbadas, hoje há 6,8 % (DEPRN, 2003).

O trabalho de fiscalização e regularização iniciado nas propriedades maiores, pertencentes aos líderes rurais, impulsiona os proprietários de áreas menores a fazerem o mesmo e, portanto, verifica-se que a fiscalização e a lei bem aplicadas, reduzem a resistência. Algumas palestras realizadas também complementam essa atuação (DEPRN, 2003).

O planejamento do DEPRN em conjunto com a Promotoria de Justiça de São Carlos - SP estabelece algumas prioridades. A regularização das propriedades rurais em relação à legislação ambiental, parte das propriedades maiores para as menores, tanto em áreas quanto em termos de tamanho de fragmentos florestais, e essa metodologia começa a ser aplicada também com Promotores de Justiça de outras comarcas. O trabalho procura averbar para preservar os fragmentos florestais existentes e fazer as grandes propriedades que não tem vegetação natural, regularizar sua situação, seja abandonando áreas para a regeneração natural, revegetando com essências nativas, ou mesmo adquirindo áreas com vegetação nativa natural.

A controvérsia a respeito da dimensão das propriedades foi verificada em audiências. Por exemplo, em audiência realizada na Promotoria de Justiça de São Carlos – SP em maio de 2003, o proprietário rural alegou que sua propriedade era pequena e que existiam outras maiores que ainda não estavam averbando as reservas. O mesmo questionamento a respeito da dimensão da propriedade foi realizado por proprietário de outra fazenda na região, que participou de audiência em junho de 2003, citando vizinhos com áreas maiores sem averbação. Nesses casos, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos explicou: “Estou ciente de que existem propriedades maiores, mas leva-se em consideração também a importância da vegetação existente”. No caso da propriedade que motivou a audiência, havia bastante vegetação para ser averbada. Percebendo a resistência do proprietário, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente citou como exemplo duas fazendas vizinhas que os proprietários tinham arrendado para uma usina plantar cana, a usina tinha preparado a terra, mas o plantio não podia ser realizado enquanto não estivesse regularizada a averbação da reserva legal.

Assim, a correta utilização da legislação vigente, o Código Florestal de 1965, permite que a atividade econômica seja paralizada em função da causa ambiental, inclusive de fácil solução, uma vez que as fazendas citadas tinham áreas de vegetação, restando apenas os trâmites para a averbação.

Um fator de atrito bastante comum durante as audiências, é que grande parte das propriedades rurais não têm a documentação atualizada e a averbação da reserva legal e, verificação da necessidade ou não de reposição de vegetação florestal natural, dependem de levantamento planialtimétrico realizado por profissional capacitado para tal, custeado pelo proprietário rural. Geralmente, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente faz a ata de audiência e estabelece prazo de 3 a 6 meses, para o levantamento. Após o levantamento, as informações são anexadas ao Inquérito Civil e a negociação é retomada, e se possível, é elaborado e assinado o TAC. Caso contrário, outras audiências poderão ser realizadas até o consenso. Após assinatura do TAC, os proprietários têm, em média, de acordo com o levantamento realizado, prazo de 6 meses para realizar a averbação no Cartório de Registro de Imóveis. A definição das áreas a serem averbadas é realizada em conjunto com o DEPRN, tendo como premissa o interesse público ambiental.

Um proprietário que participou da audiência em junho de 2003 questionou o Promotor de Justiça do Meio Ambiente a respeito da averbação de sua propriedade, pois queria a garantia de que os vizinhos também averbariam as suas reservas afirmando: “Não estou

vendo vantagem em ter preservado, pois preservei até hoje e agora tenho que entregar tudo a vocês. Quero ver se os vizinhos vão averbar também”. Em outubro de 2004, o conflito ainda encontrava-se em negociação, não tendo sido estabelecido o consenso.

Um aspecto positivo na resolução desse tipo de conflito é que nem sempre é preciso reflorestar, pois regiões onde existem árvores e maciços isolados, se cercadas e não utilizadas para cultura ou pastagem regeneram-se naturalmente, na maioria das vezes.

Outra possibilidade para resolução do conflito referente a desmatamento, reposição de vegetação e averbação de reserva florestal legal, foi criada pelo art. 44, da Medida Provisória 1.956-55/00 que alterando o Código Florestal de 1965, e permite a permuta da área de reserva, ou seja, se a propriedade não tem área de reserva florestal com vegetação, pode-se adquirir área de outra propriedade e então averbar na nova área, desde que na mesma micro-bacia hidrográfica, o que demonstra a possibilidade de solução conciliatória entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

O art. 44, da referida Medida Provisória facilitou a estratégia conjunta do DEPRN e Ministério Público, principalmente na Comarca de São Carlos, que atualmente encontra-se na fase final de regularização das grandes propriedades, faltando em torno de 5% do total das propriedades rurais a serem regularizadas (DEPRN, 2003).

O processo de compra e venda de áreas para a averbação não tem sido difícil e até bastante incentivado. Existem ainda na região alguns grandes fragmentos florestais e nesses fragmentos o desmatamento está proibido. O DEPRN não licencia, indefere o pedido e orienta que, de acordo com o art. 44, da Medida Provisória, a área é passível de ser vendida a outras propriedades para cumprimento da reserva legal, como única alternativa. Existem na regional de São Carlos propriedades que eram 100% de mata, e que hoje estão integralmente averbadas (DEPRN, 2004).

Cabe ressaltar, que a possibilidade de aquisição de áreas com vegetação em outra propriedade, só é possível quando não existe vegetação ou possibilidade de reposição de vegetação na própria área, por estar totalmente ocupada pela atividade econômica ou por inviabilidade de recuperação satisfatória. Embora em alguns casos haja resistência dos proprietários que querem expandir culturas ou pastagem em suas fazendas, havendo vegetação para compor a reserva florestal na propriedade, a licença para desmatamento não é concedida e a averbação tem que ser realizada naquela propriedade, pois assim é o espírito e mandamento da lei respectiva.

O DEPRN tem normas institucionais para realizar o licenciamento, mas a equipe da regional de São Carlos - SP atua de forma diferenciada, em função do trabalho de fiscalização que é considerado prioritário e proativo.

Observa-se então, que o Planejamento Estratégico da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos soma-se ao trabalho do DEPRN da Comarca e que além disso, a forma de atuação do DEPRN licenciando, vistoriando e fiscalizando aumenta a possibilidade de sucesso nos resultados obtidos. A abordagem alternativa utilizada pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, buscando consenso com os proprietários rurais também é imprescindível, gerando comprometimento e menor resistência.

Durante a realização das audiências, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente procura desenvolvê-las criando clima positivo, explicando o conflito existente, a importância de sua resolução e qual o papel de cada um na execução dos objetivos, o que diminui a resistência dos interessados. Para exemplificar este fato, pode-se citar o caso de audiência realizada em abril de 2003, em que participavam sete pessoas responsabilizadas pelo desmatamento de uma fazenda, da qual eram herdeiros, mas que era explorada economicamente por apenas um deles, que não estava presente. No final, uma das participantes informou que imaginava a audiência como algo diferente e que tinha ficado apreensiva, mas que tinha sido uma experiência muito interessante estar em frente à mesa do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, conversando e que tinha sido fácil.

Segundo estudiosos de resolução de conflitos ambientais, o entendimento do contexto em que o conflito ocorre, e do papel de cada uma das partes envolvidas na negociação é muito importante (BRIAN, 2003; WONDOLLECK et al, 2003).

Verifica-se que no DEPRN, a equipe técnica reduzida é a principal dificuldade, gerando morosidade no atendimento ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente e a necessidade de contratação, em várias situações, de prestadores de serviços para as vistorias e laudos.

A provável solução para esse problema é a efetiva parceria com a Polícia Ambiental, pois o número de pessoas envolvidas seria muito maior e a Polícia Ambiental passaria a atuar de forma proativa, menos dependente de denúncias. Se houvesse a parceria, os 70 policiais ambientais que estão na área do DEPRN de São Carlos – SP, conseguiriam realizar trabalho de soma positiva. Na regional de São Carlos – SP, o entrosamento da Polícia Ambiental com o DEPRN é satisfatório, ocorrendo inclusive vistorias em conjunto, porém a aproximação teria que ser institucional (DEPRN, 2003).

Essa informação pode ser confirmada pela pesquisa, uma vez que em nenhuma das vistorias conjuntas do DEPRN com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, em que a autora dessa Tese participou, esteve presente algum representante da Polícia Ambiental.

Como o caminho da fiscalização é pleno de conflitos, em alguns Estados como Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, não há escritura, herança, nem compra ou venda de propriedade rural sem a averbação da área de reserva florestal legal (DEPRN, 2003).

Então existem dois caminhos, ou modificam-se as instituições, ou obriga-se, via cartório, institucionalmente, a fazer a averbação de reserva florestal legal. Ou os dois, o que seria o ideal. Uma terceira alternativa, realizada em Santa Catarina, é a fiscalização voluntária, com a participação da sociedade civil, que ciente de infrações ambientais, faz boletim de ocorrência e encaminha ao órgão ambiental competente (DEPRN, 2003). As sugestões para a melhoria do desempenho na resolução desses conflitos são: o fortalecimento do DEPRN, que deve exercer a fiscalização técnica, principalmente nas grandes propriedades, e encaminhar as irregularidades verificadas ao Ministério Público. O Ministério Público, por sua vez deve exigir do DEPRN o cumprimento de suas funções institucionais, em todas as Comarcas, definindo em conjunto a estratégia de atuação (DEPRN, 2003).

O conhecimento ambiental da região, por parte da sociedade civil, é muito escasso. Existem ainda fragmentos florestais enormes na região de São Carlos. Os Municípios de São Carlos, Descalvado, Ribeirão Bonito e Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo, têm, pelo menos, 20 % ou mais de mata. A fauna está retornando, inclusive com informação de retorno de onça pintada. Havendo, pelo menos, 20% de mata, a macro fauna retorna, pois necessita de áreas naturais de grandes proporções. Existem populações de onça preta, capivaras e veado catatingueiro (DEPRN, 2003).

Durante a observação de algumas audiências na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, verificou-se que faltam dados das propriedades rurais como: áreas, limites, matas, recursos hídricos, entre outros. Dessa forma, esses levantamentos são necessários para o êxito das negociações mas, como geram custos aos proprietários rurais, representam um dos primeiros fatores de resistência à resolução do conflito.

Uma das principais dúvidas dos proprietários rurais é o fato de serem responsabilizados por dano ambiental que não cometeram. Muitas vezes, as áreas de pastagem e

plantações estão em locais que já eram desmatados quando os interessados atuais compraram a propriedade, e portanto, não foram os responsáveis pelo desmatamento. Este é um aspecto importante a ser esclarecido, inclusive para facilitar a resolução deste tipo de conflito. De forma geral, as propriedades são adquiridas predominantemente para a exploração econômica e, portanto quanto menor a quantidade de mata, melhor para adquirir, pois nem é preciso ter gastos com desmatamento, iniciando diretamente a exploração. Mas a obrigação de cumprir a legislação ambiental acompanha o bem imóvel e é repassada ao adquirente e, assim, com base nos Mapas do IBGE de 1971, devem ser regeneradas, as propriedades que foram desmatadas a partir da vigência Código Florestal de 1965, expressando a ilicitude da ação.

Assim, a estratégia para a resolução desse conflito ambiental parte da priorização do mesmo no planejamento estratégico e conta com a parceria efetiva do DEPRN, e em alguns casos da Polícia Ambiental. Estabelecido o impacto ambiental causado pelo desmatamento da propriedade, principalmente naquelas de grande porte, ou a partir de denúncias a qualquer uma das três instituições participantes do processo, estabelece-se uma série de negociações até obter-se o consenso a respeito da averbação da reserva florestal legal e reposição de vegetação, entre outras medidas. Após a definição do que será realizado, é assinado o TAC entre o Ministério Público, o DEPRN e o proprietário rural. O DEPRN auxilia na definição das medidas a serem implementadas, e após o início do cumprimento das obrigações acordadas, atua como fiscalizador do TAC, repassando, periodicamente, as infirmações ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente. Ao final do cumprimento do TAC, o Inquérito Civil é arquivado definitivamente na própria Promotoria de Justiça.

Como resultado desse trabalho conjunto que vem sendo realizado, verifica-se hoje, na Comarca de São Carlos – SP, que 19%, do total de 20% da possível reserva florestal legal total, já encontram-se averbados, ou em processo de averbação. Ou seja, o planejamento estratégico, a parceria da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos com o DEPRN e a resolução de conflitos referentes a desmatamento, reposição de vegetação e averbação da reserva florestal legal, com base na negociação, na busca do consenso em conjunto com os proprietários rurais, além da constante fiscalização e monitoramento, demonstram a efetividade do trabalho realizado, uma vez que, iniciado em 2001, já encontra-se em fase de finalização, faltando apenas 1% para o mínimo de 20% da reserva florestal legal averbada ou recuperada, o que é bastante satisfatório, embora possa ser melhorado, e ir além do mínimo estabelecido na lei. Ou seja, na

Comarca de São Carlos, que está adiante das demais, a averbação de reservas florestais legais atinge 90 a 95% das propriedades rurais (DEPRN, 2003).

5.6.3 Gestão de Recursos Hídricos

A gestão de recursos hídricos geralmente envolve a problemática de vários conflitos ambientais. Na Comarca de São Carlos – SP, os conflitos referem-se, em maior escala, ao desmatamento e construção de edificações em APP e, principalmente ao lançamento de esgoto sanitário bruto em diversos pontos dos corpos d'água receptores.

Os sistemas de recursos hídricos devem ser projetados e gerenciados de forma a contribuir para os objetivos atuais e futuros da sociedade, mantendo ao mesmo tempo sua integridade ecológica, ambiental e hidrológica (LOUCKS, 2000).

A gestão de recursos hídricos, voltada para atender ao desenvolvimento sustentável, necessita da preservação e promoção de sua capacidade de renovação, de sua capacidade de produzir as quantidades, com as qualidades desejadas e ainda dar suporte ao meio ambiente e ecossistemas correlatos e interdependentes (DE MIO et al, 2001).

Desta maneira, a melhoria contínua do bem estar da sociedade não pode ocorrer sem políticas e práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos, as quais supram as necessidades de demanda de água da sociedade em seus múltiplos objetivos, agora e no futuro, pelo tempo mais longo possível (DE MIO et al, 2001).

Segundo Daniel (1995), a coleta e tratamento de esgoto possibilita a recuperação dos corpos d'água no que se refere à redução da concentração de matéria orgânica, com conseqüente reposição do oxigênio dissolvido (OD). Além disso, a manutenção das características naturais dos corpos d'água e de suas margens, no que diz respeito a lançamento de efluentes e manutenção de vegetação ciliar, pelo menos na faixa prevista na legislação, também são importantes.

Em 1993, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício, iniciou um Procedimento Preparatório em função de abaixo-assinado encaminhado pela APASC, a fim de investigar os danos causados ao Córrego Tijuco Preto, que nasce no perímetro urbano do Município de São Carlos – SP, percorre cerca de 3 km, até desembocar no Córrego do Monjolinho, que pertence à Bacia Hidrográfica do Tietê – Jacaré (CETESB, 1994). Os danos reclamados referiam-se a desmatamentos em APP, e também, à poluição dos corpos d'água, resultante de lançamento de esgoto sanitário sem tratamento, de efluentes líquidos industriais sem tratamento, além do depósito de

resíduos sólidos nos mesmos. Nessa época já existia o projeto básico do sistema de tratamento.

Em 1995, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício, estudando a possibilidade de propor ação civil pública para exigir do departamento de saneamento básico da Prefeitura Municipal, a implantação de sistema de esgoto, solicitou ao Diretor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo a designação de perito para realizar laudo pericial circunstanciado, objetivando apurar os danos ao meio ambiente, resultantes do lançamento de esgoto sanitário sem tratamento nos corpos d'água receptores do Município.

O mesmo professor, Jurandyr Povinelli, que em 1995 era diretor da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC-USP), e que designou o Prof. Luiz Antonio Daniel como perito, em 2003 era diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e participou da assinatura do TAC, apresentado no Anexo A desta Tese.

O laudo apresentado continha as seguintes considerações, além de fotografias documentando os danos ambientais (DANIEL, 1995): “Os corpos d'água receptores do Município recebiam esgoto sanitário e efluentes industriais, o esgoto era proveniente do sistema coletor e de lançamento direto, e os efluentes industriais eram parcialmente tratados, sendo que, mesmo os tratados, apresentavam contaminantes residuais, uma vez que deveriam passar ainda pelo sistema de tratamento de esgoto Municipal; por receberem esgoto sanitário totalmente sem tratamento, todos os corpos d'água que drenam a malha urbana estavam poluídos e contaminados; o tratamento do esgoto era urgente, devendo inclusive atender à legislação; o projeto de tratamento de esgoto encontrava-se concluído, tendo sido desenvolvido com a participação de docentes do Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC - USP e do Departamento de Engenharia Civil da UFSCar; deveria ser exigida a execução e operação do sistema de tratamento de esgoto de acordo com as especificações e cronograma propostos no projeto, em observância à legislação”.

Em resposta às notificações da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, ainda em 1995, o SAAE apresentou o projeto revisado por professores do Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC-USP e do Departamento de Engenharia Civil da UFSCar. O SAAE informava ainda que buscava recursos junto aos governos Federal e Estadual para implantação da estação de tratamento de esgoto.

Com base nas informações, em 1996, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício deu início à Ação Civil Pública Ambiental, movida contra o SAAE. Os trâmites relativos à ACP continuaram se desenvolvendo ao longo dos anos, sem que o conflito ambiental fosse resolvido. Desta forma, os danos ambientais permaneciam sem solução e a degradação das APP e da qualidade das águas, não só não estavam recuperadas, como se expandiram. Além do Córrego Tijuco Preto, estava comprometido também o Córrego Monjolinho, que recebia a maior carga de esgoto do Município, o que continuava causando incômodos à sociedade civil e ao meio ambiente.

As negociações e a tentativa de buscar consenso entre as instituições envolvidas no conflito e solução para os problemas, só foram retomadas após assumir a Comarca de São Carlos, o atual Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

A estratégia de substituição da abordagem tradicional de resolução de conflitos, durante o curso da Ação Civil Pública, pela retomada das negociações pelo Ministério Público, buscando o consenso representa uma prática possível de ser realizada e mostrou-se bastante efetiva, como demonstrado no presente estudo de caso.

Em 2001, a suspensão da ACP foi solicitada duas vezes pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Edward Ferreira Filho, para que fosse possível a efetivação da negociação que vinha se desenvolvendo entre as instituições envolvidas, o que demonstra o texto do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, nos autos da ACP: “As tratativas com vistas ao acordo continuam, não tendo ainda sido ultimadas em razão da complexidade e busca de um projeto sério, eficiente e viável, técnica e economicamente, para o Município, o que vem sendo perseguido incessantemente pelas partes”. Conclui: “... é mais salutar ao interesse público o acordo com possibilidades de execução rápida, do que eventual prolongamento da contenda judicial” (Autos nº 142/96, fls 704).

A partir de então, várias reuniões e negociações, na busca pela solução mais viável foram realizadas com a participação das instituições envolvidas. Segundo o Eng. José Jorge Guimarães, Gerente da CETESB - Agência Ambiental de Araraquara, foram realizadas mais de 20 reuniões, e as soluções técnicas foram exaustivamente discutidas entre CETESB e SAAE, sob coordenação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente (CETESB, 2003).

Nesse período, o projeto elaborado em 1992 e revisado em 1995, foi substituído por nova concepção, em 2003, decorrente de estudo de alternativas e pré-projeto, elaborados por docentes do Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC-USP, após

compararem 13 alternativas, sob os aspectos técnico, econômico e ambiental. Assim, o apoio técnico por parte dos especialistas da USP desempenhou papel fundamental para a resolução do conflito e tomadas de decisão, permitindo a utilização de novas tecnologias e a proposta de projeto viável sob vários aspectos, servindo de base para o processo de negociação.

O marco para a resolução desse conflito e busca pela melhor gestão dos recursos hídricos é representado pelo TAC, apresentado no Anexo A desta Tese, e firmado em 10 de abril de 2003, com a participação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, da Prefeitura Municipal e da CETESB – Agência Ambiental de Araraquara.

A participação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente no processo, exercendo atribuições para resolução de conflitos ambientais, apresentou relevante papel, criando um ambiente de negociação, de comprometimento e de busca conjunta por soluções. Essa consideração é reforçada pela existência de um outro TAC, firmado em maio de 2000, entre a CETESB e o SAAE, que pouco negociado e pouco efetivo, nunca foi cumprido.

Segundo o Eng. José Jorge Guimarães, o TAC relativo ao sistema de tratamento de esgoto de São Carlos - SP deve servir de exemplo para todo o Estado de São Paulo, pois: “Quando há entendimento e parceria entre a CETESB e o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, o assunto se resolve. Quando este entendimento, por algum motivo histórico, ainda não ocorre como parceria, mas somente como cobrança, o processo se desenvolve com muita dificuldade” E completa: “O mais importante é que antes do TAC houve o fundamental diálogo entre as partes” (CETESB, 2003).

A importância da resolução de um conflito ambiental não fica restrita ao mesmo, uma vez que um conflito pode englobar outros, cujas soluções conjuntas podem trazer uma somatória de benefícios em favor do meio ambiente e da sociedade.

Para ilustrar essa afirmação cabe relatar outro conflito ambiental na Comarca, cuja resolução fica vinculada à existência de sistema de tratamento de esgoto. Esse conflito refere-se ao destino dado aos resíduos coletados pelas empresas chamadas de limpa-fossa, que descarregam seus caminhões em poços de visita da rede coletora de esgoto que, sem tratamento, descarrega-os diretamente nos corpos d’água.

As duas alternativas ambientalmente viáveis para a solução mais rápida do problema, a construção de seus próprios sistemas de esgoto ou o transporte do resíduo até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Araraquara- SP, inviabilizaria — devido aos altos

custos de construção ou de transporte que envolveriam — a atividade econômica, que atende, além de usuários particulares, o próprio SAAE.

O TAC firmado com uma desentupidora e apresentado no Anexo A desta Tese, define de forma coerente, obrigações possíveis de serem cumpridas, uma vez que prevê: a mudança da empresa para local adequado no prazo de 1 ano, com os necessários licenciamentos; a apresentação de autorização, pelo serviço municipal de água e esgoto, para lançamento dos resíduos em poços de visita pré-definidos; além de exigir que, após a implantação da estação de tratamento de esgoto do Município, os resíduos sanitários sejam lançados exclusivamente na mesma, definindo ainda condições para a coleta e lançamento de efluentes líquidos industriais. Buscando a melhoria do desempenho, a mesma abordagem será realizada com as demais empresas de limpa-fossa do Município. O TAC do sistema de tratamento de esgotos contempla projeto e cronograma de implantação, incluindo ainda, entre as obrigações, o licenciamento do empreendimento. A implementação da estação de tratamento de esgoto está prevista para se iniciar em junho de 2005, o projeto encontra-se em fase de licenciamento e aguarda liberação de financiamento para implantação.

O estudo de caso relativo à resolução do conflito ambiental originário da ausência de sistema de tratamento de esgoto e poluição dos corpos d'água, envolve diversos ensinamentos: a complexidade da resolução de conflitos ambientais; a necessidade de apoio técnico especializado para suportar as tomadas de decisão; a importância da participação do Ministério Público como parceiro no TAC; a maior agilidade da resolução do conflito mediante negociação, uma vez que a ACP, que se desenvolvia desde 1996 não foi competente para solucionar os problemas, enquanto que o processo de busca de consenso resultou em solução viável no prazo aproximado de 2 anos.

5.6.4 Queimadas Urbanas

No início, o emprego das queimadas tinha como objetivo a preparação de áreas para plantio, pastagem e construção de moradias, vilas e cidades (SANTOS et al, 1992; FERREIRA, 1991).

No Brasil, o emprego inconseqüente do fogo para práticas agropastoris e para abertura de áreas para habitação humana ocorre desde o descobrimento, sendo vigente até os dias atuais (AVOLIO, 2002).

As queimadas urbanas e rurais causam não apenas doenças, mas perturbam o sossego, comprometendo o conforto coletivo da sociedade, degradam o meio ambiente e afetam o bem estar físico e psíquico das pessoas, sendo assim, claramente nocivas aos seres humanos, podendo inclusive atingir áreas de preservação e expor ao risco as comunidades próximas às mesmas (FRANCO, 1992). Porém, em regra, a possibilidade de danos ambientais oriundos das queimadas não é considerada relevante a ponto de impedir essa prática, pois ainda busca-se a certeza científica de seus malefícios, especialmente à saúde humana (AVOLIO, 2002).

Embora essa seja a regra, poderia ser empregado o Princípio da Precaução, permitindo a cautela antecipada, já que não existe certeza do dano, pode-se optar e exigir a obrigação de não fazer.

Assim, a queimada, embora considerada prática milenar, não justifica seu emprego, por causar prejuízos ao meio ambiente, à saúde da população, além de gerar grandes incômodos como odor e fuligem (DANIEL, 1996).

Em São Carlos – SP, como em outras regiões, as queimadas em áreas urbanas caracterizam-se basicamente por aquelas originadas na limpeza de terrenos baldios mediante o emprego de fogo, em substituição à capina. Muitas vezes, o fogo é ateadado não pelo proprietário do terreno, mas por outras pessoas que se consideram prejudicadas pela existência de terrenos não edificadas e tomados por mato e por resíduos.

Os dados do levantamento realizado junto aos Relatórios-Aviso do Corpo de Bombeiros, de 2003 a 2004, encaminhados à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, são apresentados na Tabela 5.10. Esses dados demonstram que grande parte dos atendimentos realizados pelo Corpo de Bombeiros de São Carlos – SP, referem-se a queimadas em terrenos baldios, verificando-se que, na maioria dos meses analisados, esse tipo de ocorrência ultrapassa os 50%, mesmo nos meses com menor número de atendimentos.

Como a causa da queimada é, na maioria das vezes, desconhecida, conforme levantamento dos registros constantes nos Relatórios-Aviso do Corpo de Bombeiros, emitidos no período de 2003 e 2004, a identificação do responsável pelo fogo é bastante difícil. Assim, a resolução desse conflito é realizada tomando por base a responsabilidade objetiva, que permite que o proprietário do terreno seja responsabilizado (art. 14, § 1º da Lei Federal nº 6.938/81). Esse procedimento torna-se possível porque, para que a responsabilidade objetiva seja estabelecida, basta apenas haver a relação de nexo causal, ou seja, a existência de terreno não edificado e não

mantido limpo por seu proprietário, que acabou sofrendo queimada. O incêndio, o impacto ambiental e a poluição resultantes da queimada, são suficientes para responsabilizar o proprietário, mesmo que não seja ele o autor direto do fogo. Quem atea fogo e é flagrado, responde criminalmente, pois trata-se de um ato doloso, intencional. O proprietário do terreno responde civilmente por seu ato culposos, ou seja, foi negligente no cuidado com o terreno, podendo, ainda, ser responsabilizado criminalmente por seu ato culposos.

A responsabilidade do proprietário do terreno pela queimada, mesmo sem ter sido o autor direto da mesma, constituía-se em aspecto de difícil entendimento pelos proprietários dos terrenos queimados.

TABELA 5.10 - Total de Atendimentos do Corpo de Bombeiros e Atendimentos a Queimadas Urbanas na Comarca de São Carlos - SP

Ano	Mês	Total de Atendimentos	Queimada Terreno Baldio	% do Total
2003	Agosto	90	53	58,9
	Setembro	67	38	56,7
	Outubro	33	17	51,5
	Novembro	3	1	33,3
	Dezembro	8	7	87,5
2004	Janeiro	12	10	83,3
	Fevereiro	18	14	77,8
	Maio	23	17	73,9
	Julho	145	102	70,3

Fonte – Relatório-Aviso do Corpo de Bombeiros de São Carlos - SP, 2003 a 2004 -Data de Referência – 20/09/2004

A maior parte das audiências observadas, referia-se a um incêndio de grandes proporções, ocorrido em 2001 em bairro residencial de São Carlos - SP.

O início do Inquérito Civil relativo a queimada urbana, ocorre com base em denúncia e documentação, representada pelo endereço e algumas vezes por fotos das áreas incendiadas. A partir da documentação da denúncia, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente faz o levantamento dos dados do proprietário do terreno, junto ao Cartório de Registro de Imóveis. O proprietário é então notificado para a audiência, e se inicia a

negociação para compensação do dano ambiental, e para garantia de que o mesmo não ocorra novamente.

No caso das queimadas ocorridas em 2001, a morosidade para localização dos proprietários dos terrenos, resultou num fator que agravava a negociação, criando impasse, uma vez que os proprietários dos terrenos queimados, repondiam em 2003, por uma queimada que ocorreu em 2001. Ou seja, o dano e a responsabilização ficavam desconectados, não apresentando, portanto, resultados satisfatórios no que diz respeito à conscientização.

Esse tipo de conflito, de forma geral, é solucionado em uma única audiência, resultando em TAC, no modelo apresentado no Anexo A desta Tese, e aplicado para a maioria dos casos.

A resolução deste conflito objetiva, entre outras coisas, apoiar a Campanha “São Carlos Contra o Fogo”, ação conjunta da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de São Carlos, da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

O TAC estabelece a obrigação de manutenção do terreno limpo e livre de material combustível e também a obrigação de construir no mesmo, ou em caso contrário, de murá-lo no prazo de um ano. Além desta obrigação, em cada TAC é estabelecido um EPI a ser fornecido ao Corpo de Bombeiros do Município como medida compensatória ao dano, uma vez que a queimada trata-se de um dano ambiental irreparável, ou seja, não pode ser revertida, e o trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros pode ser considerado de caráter de proteção ambiental, mesmo que de forma indireta. Além disso, o Corpo de Bombeiros mais bem equipado pode melhorar seu desempenho no atendimento à população (Informação Verbal - Dr. Edward Ferreira Filho, 2003).

Os EPI foram estabelecidos em conjunto com o Corpo de Bombeiros, que repassou ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, os materiais mais necessários, variando de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais). Outra opção como medida compensatória, era a realização de depósito, no valor estabelecido no TAC, no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, criado pela Lei Estadual nº 6.536, de 13 de novembro de 1986, gerenciado pelo Ministério Público. Porém, em caso de ser realizado o depósito, pela forma de gestão do Fundo, não há como verificar de que forma o valor foi revertido ao meio ambiente.

Além da listagem de material necessário, o Corpo de Bombeiros passou a encaminhar também, a partir de 2003, os Relatórios-Aviso, para melhorar o desempenho da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente no combate às queimadas urbanas, facilitando

o acesso às informações, que anteriormente só eram recebidas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, a partir de denúncias isoladas da sociedade civil.

Durante a realização das audiências, o pagamento da indenização representava o principal objeto de negociação, pois muitas vezes os proprietários não queriam ou não tinham condições de pagá-la. Porém, de todos os proprietários de terreno ouvidos nas audiências observadas, apenas um se negou a pagar a indenização em forma de fornecimento de EPI ao Corpo de Bombeiros, afirmando que “O Corpo de Bombeiros estava fazendo sua obrigação”. Esse mesmo proprietário, que resistiu em pagar a indenização, tentou resisitir ao TAC, dizendo-se pressionado e que sabia que se não aceitasse teria outros custos, inclusive com advogado.

Na audiência em que houve impasse, na qual o proprietário do terreno resistia ao pagamento da indenização, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente interveio dizendo que: “O TAC não era instrumento de pressão, mas que devia demonstrar a vontade pela reparação do dano” e que, “o que estava sendo solicitado estava previsto na lei, o proprietário tinha direito ao imóvel, mas não tinha direito ao dano ambiental”, conseguindo, com essa consideração, firmar o TAC e o cumprimento da obrigação.

Buscando o consenso na definição de prazos e valores, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, investigava, durante a audiência, dados sobre o proprietário do terreno, como por exemplo, emprego, salário, entre outros, para estabelecer o Equipamento de Proteção Individual (EPI) a ser contemplado como obrigação no TAC e se o compromitente teria condições de pagar a indenização. Em alguns casos, devido às condições econômicas do proprietário do terreno, fixava-se apenas as outras obrigações e a indenização não era exigida.

De acordo com o entendimento do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, mesmo com a legislação Municipal vigente, o risco de queimada permanece, pois a calçada e a mureta baixa exigidas pela mesma, não impedem que outros atêem fogo e depositem resíduos. Apenas a manutenção do terreno limpo e a construção de muro alto poderiam representar proteção mais efetiva contra o fogo nos terrenos urbanos (Informação Verbal - Dr. Edward Ferreira Filho, 2003).

Outro aspecto importante, verificado em uma das audiências, por questionamento do proprietário de vários terrenos, é que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo proprietário atual do terreno, é repassado a um futuro comprador, que automaticamente assume, no momento da compra, as obrigações firmadas.

Verificou-se que as pessoas, e o perfil de cada uma delas, são fatores importantes durante a negociação. Muitos resistem ao TAC e à indenização durante a audiência, mas a abordagem e os argumentos utilizados pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente faz com que a maioria aceite. Em algumas audiências a negociação mostrou-se bastante simples, e os proprietários forneciam diversas informações, inclusive a de que já ocorreram outras queimadas no local.

A observação das audiências mostrou que, nestes casos, a única possibilidade de negociação permitida pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, referia-se ao valor da indenização. O consenso era estabelecido devido à forma de condução amigável da audiência, com clima positivo, tornando imperceptíveis pelas outras partes interessadas, o fato de que objetivos e metas já estavam traçados pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, não havendo real abertura para a negociação.

Para a garantia do cumprimento do TAC duas metas foram estabelecidas. A primeira delas era a aquisição, pelo proprietário do terreno, do EPI, a título de indenização, e a entrega do mesmo ao Corpo de Bombeiros, juntamente com a nota fiscal de compra. O Corpo de Bombeiros vistava a nota fiscal e anexava o comprovante de entrega. Estes dois documentos eram entregues na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente para serem anexados aos autos do Inquérito Civil, comprovando o pagamento da indenização.

A meta do TAC, referente à obrigação de manutenção do terreno limpo e construção de muro alto, é monitorada periodicamente, durante o período estabelecido até que o muro seja construído, dentro do prazo de uma ano, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDS), que envia relatório, ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, a respeito das condições dos terrenos cujos proprietários firmaram TAC.

A estratégia para resolução do conflito ambiental relativo às queimadas urbanas foi definida a partir de 2003 e continua sendo aplicada. Como conclusões a partir desse estudo de caso, verifica-se que, atualmente, a busca pela resolução desse conflito tem despertado crescente interesse e compromisso das instituições envolvidas.

Em reunião realizada em 5 de agosto de 2004, na sede da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de discutir a questão das queimadas urbanas e os rumos da campanha “São Carlos contra o Fogo”, da qual a autora da presente Tese participou, definiu-se que a Prefeitura adquiriria novos equipamentos para o Corpo de Bombeiros; que o Corpo de Bombeiros encaminharia ao

Promotor de Justiça lista atualizada de equipamentos para serem incluídos em futuros TAC, uma vez que os listados anteriormente já eram suficientes, demonstrando a efetividade da compensação estabelecida; seria verificada a possibilidade de alguns TAC serem revertidos em material para a Campanha São Carlos contra o Fogo; seria efetivada a criação da Brigada de Queimadas composta de voluntários a ser apoiada pela Defesa Civil, treinada pelo Corpo de Bombeiros e equipada pela Prefeitura Municipal.

A Brigada de Queimadas, se implantada, terá como objetivo combater as queimadas urbanas de menor porte e que necessitem de poucos equipamentos, evitando o deslocamento e os custos do Corpo de Bombeiros, que poderá então ficar disponível para o atendimento dos casos mais graves, o que segundo o representante da instituição, presente na reunião, é possível definir já no atendimento telefônico.

Consolidou-se, portanto, a parceria entre Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros, com apoio da Defesa Civil, para a resolução desse conflito ambiental.

Com o objetivo de divulgar a necessidade do combate às queimadas, o proprietário de uma empresa de outdoors da cidade, denunciado em Inquérito Civil, pelo corte de árvores em APP, que dificultavam a visualização de um de seus painéis, teve como obrigação compensatória, definida no TAC, confeccionar painel com mensagem relacionada ao tema das queimadas urbanas e instalá-lo em local de fácil visualização, o que foi cumprido pelo mesmo, embora o painel não tenha apresentado qualidade e impacto esperados.

A questão das queimadas urbanas não está resolvida, pois carece da conscientização da sociedade, a respeito de quanto essa prática colabora para o agravamento da poluição atmosférica. Falta o comprometimento dos cidadãos que ateiam fogo em terrenos de sua propriedade ou não, e dos proprietários de terrenos urbanos que não os mantêm em condições mínimas de limpeza, prejudicando pedestres e vizinhança.

A resolução do conflito ambiental caracterizado por queimadas urbanas não é prioritária, uma vez que existem outras demandas provenientes do planejamento estratégico e da própria sociedade civil. As queimadas urbanas, na maioria das vezes, são pontuais e causam incômodo apenas na vizinhança. Em alguns casos, a sociedade civil não aciona o Corpo de Bombeiros, deixando o incêndio ocorrer, até a extinção do material, o que foi observado inúmeras vezes pela autora dessa Tese. Em outras

situações, aciona o Corpo de Bombeiros, mesmo para o atendimento a queimadas de pequenas proporções.

O impacto ambiental da queimada urbana passa a ser significativo quando a área queimada atinge grandes proporções, como o caso do loteamento que teve vários lotes queimados ao mesmo tempo, em 2001 ou então, quando reservas de vegetação natural são incendiadas.

Verificou-se que o conflito relativo à queimada urbana é de fácil solução, com a realização de uma única audiência para cada caso, resultando sempre no acordo e na assinatura do TAC. Porém, a estratégia de audiência individual com cada proprietário, faz com que a resolução dos casos existentes se transforme numa sucessão de audiências repetitivas e desgastantes para o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, além de transcorrerem ao longo de muitos meses.

Faz-se aqui a sugestão de resolução desse conflito ambiental de forma mais abrangente, realizando-se, por exemplo audiências públicas coordenadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, com a participação de proprietários de terrenos queimados, representantes do Corpo de Bombeiros, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, e da Campanha “São Carlos contra o Fogo”, além de representantes de associações de bairro. Nas audiências poderiam ser prestados vários esclarecimentos, inclusive a respeito da Lei Municipal, das obrigações que serão previstas no TAC, da importância de manutenção dos terrenos limpos, das indenizações, dando inclusive lugar para o surgimento de novas idéias no caminho da conscientização e prevenção dos danos. Assim, a audiência individual com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente ficaria restrita à definição do valor da indenização e assinatura do TAC.

Além disso, as audiências deveriam ocorrer em datas mais próximas das datas das queimadas, quando os fatos ainda fazem parte da memória dos proprietários dos terrenos e da vizinhança, aumentando a possibilidade de conscientização para o impacto ambiental.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o de que, evitando-se as queimadas em terrenos urbanos, evitam-se os custos do deslocamento do Corpo de Bombeiros, além da disponibilização dos mesmos para o atendimento de outras ocorrências mais graves, resultando em melhor emprego do dinheiro público e melhor atendimento à própria sociedade civil.

5.6.5 Poluição Sonora

Recentemente, tem crescido a percepção de que a poluição sonora representa uma forma de agressão ao meio ambiente, sendo o ser humano o principal impactado e degradador, fruto de suas atividades de desenvolvimento econômico e social, gerando portanto, o tratamento da mesma sob o ponto de vista do direito ambiental.

A poluição sonora é definida como o conjunto de todos os ruídos provenientes de uma ou mais fontes, ao mesmo tempo num ambiente qualquer, e ruído é qualquer estrondo, barulho, contínuo e prolongado, som indesejável ou incômodo (PAULINO FILHO, 2000; BRASIL, 1990; HOLANDA FERREIRA, 1986).

A poluição sonora, causada pelo excesso de ruído gerado por veículos e pela localização incompatível de aeroportos, indústrias e comércios próximos a residências, construção civil e casas de diversão, é considerada um grave problema das áreas urbanas contemporâneas (PAULINO FILHO, 2000; BRASIL,1990). Considerado conflito emergencial e de natureza localizada, a poluição sonora levou o Governo Federal a criar um programa estabelecendo normas, métodos e ações para controlar o ruído excessivo e seus reflexos sobre a saúde e bem estar da sociedade, o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora – Silêncio. Esse programa foi instituído pelas Resoluções CONAMA nº 01/90 e nº 02/90 e coordenado pelo IBAMA (BRASIL, 1990). O embasamento técnico das Resoluções CONAMA é fornecido pela NBR 10.151/87 – Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade (ABNT, 1987).

A NBR 10.151/87, especifica a avaliação do ruído por meio do Nível Critério de Avaliação (NCA), estabelecendo valores máximos, medidos em dB - decibéis, para cada tipo de área e diferenciados para os períodos diurno e noturno.

No caso de áreas mistas de ocupação — principais áreas em que ocorrem os conflitos ambientais referentes à poluição sonora na Comarca de São Carlos – SP, devem ser respeitados os seguintes valores: em áreas mistas predominantemente residenciais e sem corredores de trânsito, o NCA diurno é de 55 dB e o noturno de 50 dB e em áreas mistas com vocação recreacional e sem corredores de trânsito, o NCA diurno é de 65 dB e noturno 55 dB.

A NBR 10.151/87 especifica ainda, que os limites de horário para período diurno e noturno devem ser definidos pelas autoridades competentes, de acordo com os hábitos da sociedade local. Ressalta que o período noturno não deve se iniciar após as 22 horas

e nem terminar antes das 7 horas do dia seguinte. Aos domingos e feriados, o término do período noturno não deve ser anterior às 9 horas.

Assim, cabe aos envolvidos nesse tipo de conflito conseguir compatibilizar diferentes interesses em áreas mistas de ocupação, respeitando os índices de ruídos e horários estabelecidos na NBR 10.151/87 e buscar a construção do consenso para a resolução do mesmo.

Na Comarca de São Carlos – SP, a participação da sociedade na busca pela solução de conflitos ambientais relativos à poluição sonora e perturbação do sossego causadas por estabelecimentos comerciais de alimentação e lazer, e com funcionamento noturno têm crescido consideravelmente. De acordo com os dados apresentados na Tabela 5.2, em 2002 verifica-se a instauração de 4 Inquéritos Cíveis, em 2003, novamente 4 e em 2004, até 31 de agosto, 5 Inquéritos Cíveis já haviam sido instaurados.

Na maioria das vezes, os Inquéritos Cíveis são iniciados com base em denúncias ou abaixo-assinados de populações vizinhas aos estabelecimentos comerciais, numa ação coordenada da sociedade civil, principalmente em zonas mistas de ocupação e a resolução desse conflito ambiental tem apresentado alguma dificuldade. Os abaixo-assinados contam inicialmente, com grande número de pessoas, as quais acabam se desmobilizando com o passar do tempo, podendo fazer com que o conflito se caracterize mais como de direito de vizinhança do que como um interesse coletivo, situações em que o Ministério Público pode deixar de atuar, ficando a solução a cargo dos vizinhos por ação individual.

O conflito ambiental relativo à poluição sonora, na maioria das vezes, apresenta dimensão espacial e temporal restrita, o que faz com que a mobilização da sociedade não permaneça, e se dissolva logo após a solução ou não do conflito, por enfraquecimento da mesma (CORMICK, 1992).

Este fato ocorre devido a algumas características do próprio conflito e do tipo de mobilização em função do mesmo, como: por se tratar de um interesse específico não se trata de conflito partilhado por toda a comunidade; a organização da sociedade e os líderes que surgem não se interessam pela participação na resolução de outros conflitos ambientais; mesmo que o resultado da resolução do conflito seja satisfatório não promove interligação e envolvimento contínuo e nem a participação em outros processos de tomada de decisão (CORMICK, 1992).

Em algumas audiências observadas, verificou-se que, muitas vezes, são os vizinhos mais próximos aos estabelecimentos, os verdadeiros prejudicados. Esses acabam

angariando nas redondezas de sua residência assinatura de outras pessoas, mas que por morarem mais distantes do estabelecimento em questão, não se sentem realmente incomodadas, acabando por deixar isso claro durante as audiências.

Em alguns casos, verifica-se que, nem sempre é o estabelecimento que causa a perturbação, mas os frequentadores, que conversam em tom de voz elevado, que buzina, arrastam pneus de carros, estacionam em locais que impedem ou dificultam o trânsito dos moradores mais próximos. Ou seja, o conflito envolve a questão de educação da própria sociedade, problema que não é passível de controle pelos proprietários dos estabelecimentos.

A resolução desse conflito conta, em alguns casos, com a participação da CETESB ou do Instituto de Criminalística que realizam medições para determinar o nível de ruído e comparar com a legislação vigente. Essas leituras nem sempre geram os resultados esperados pela vizinhança e muitas vezes no momento da medição não há ruído ou, quando há ciência da medição, de acordo com alguns relatos, é reduzido pelos proprietários e frequentadores. A medição pontual muitas vezes não gera resultados satisfatórios, pois não há uma regra no ruído, nas algazarras pelas ruas. Além disso, os reclamantes têm que arcar com os custos das medições e dos laudos, comprovando o nível de ruído, o que na maioria das vezes transforma-se em ponto de discórdia, pois os vizinhos consideram que são os prejudicados e que o estabelecimento é que deveria ser responsável pelos custos. A solicitação do laudo de ruídos aos proprietários, também pode causar impasse e resultados pouco confiáveis, uma vez que, pagando pela medição, o proprietário do estabelecimento pode controlar o nível de ruído no momento de realização da mesma.

Outro aspecto que incomoda a sociedade civil, diz respeito à Prefeitura Municipal que não realiza fiscalização de estabelecimentos no período noturno. Além disso, verificou-se que a Prefeitura Municipal não trabalha na resolução desses conflitos, pois muitos interessados, ao entrarem em contato com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, o fazem buscando a solução para seus problemas, em momento posterior às tentativas de busca de atendimento por parte da Prefeitura Municipal, responsável pela emissão de alvarás de funcionamento dos estabelecimentos.

Em São Carlos – SP, os casos de conflitos resultantes de poluição sonora durante o desenvolvimento da pesquisa, eram relativos a um estabelecimento de “karaoke”, a alguns bares noturnos, ao salão de eventos da USP, a um salão de festas, a uma

academia de ginástica e a um “deck” externo construído por um bar localizado no Shopping Iguatemi.

A resolução de conflitos relativos à poluição sonora, geralmente respeita algumas etapas básicas. Ao receber a denúncia e o abaixo-assinado, e instaurar o Inquérito Civil, uma das primeiras atitudes do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, é a solicitação da documentação da empresa para comprovar sua regularidade e adequação da atividade desenvolvida ao alvará de funcionamento e à localização.

Quando a denúncia não é anônima e existe abaixo-assinado, os integrantes do mesmo são notificados para comparecer em audiência e esclarecer os motivos da reclamação. Cada pessoa é ouvida individualmente, trabalho que geralmente é realizado pelos Oficiais de Promotoria. Após a audiência com os interessados, são notificados os proprietários dos estabelecimentos para confirmar ou não as informações e buscar algumas soluções para o problema.

As negociações costumam ocorrer por longo tempo, numa sucessão que inclui coleta de documentos; adequações nos estabelecimentos para melhorar o isolamento acústico; informações sobre essas adequações, geralmente com documentação fotográfica e projetos; novas audiências com os reclamantes para verificar se as alterações e melhorias implementadas nos estabelecimentos tiveram resultado positivo; e, em alguns casos, medições de ruído e emissão de laudos técnicos.

Alguns casos, instaurados ao longo do período de desenvolvimento da pesquisa, ainda não foram solucionados e nem mesmo os TACs assinados, o que comprova a necessidade de negociação, pois existem ainda outros interessados, que geralmente não são citados nos autos do Inquérito Civil, mas que também são envolvidos no conflito, ou seja, os frequentadores e os funcionários dos estabelecimentos.

A apresentação desse tipo de conflito como estudo de caso, faz-se importante porque, embora muitos deles ainda não estejam solucionados, demonstrou a possibilidade de duas formas de resolução do conflito, conforme apresentado na sequência.

A poluição sonora e perturbação do sossego ocasionadas por uma academia de ginástica foi solucionada por meio de TAC, instrumento usual de resolução de conflitos, embora o TAC, apresentado no Anexo A desta Tese, tenha como obrigação, não a realização de melhorias, mas a manutenção daquelas implementadas pelos proprietários, de forma proativa, ainda no decorrer do Inquérito Civil, durante a realização das audiências para a busca de soluções e consenso.

Durante o processo de negociação verificou-se que, embora os proprietários da academia demonstrassem comprometimento com o problema e vontade de buscar soluções, os vizinhos se mostraram bastante intransigentes pois, mesmo com as melhorias implementadas, e com laudo do Instituto de Criminalística comprovando a adequação do estabelecimento aos limites máximos de ruídos previstos na legislação, encaminharam novo abaixo-assinado, questionando o funcionamento inclusive em horários diurnos, o que acelerou o TAC e o encerramento do Inquérito Civil, uma vez que os novos questionamentos foram considerados improcedentes pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

O conflito resultante da perturbação de sossego, gerado pelas atividades realizadas no salão de eventos da USP, foi solucionado devido a várias melhorias implementadas pela Prefeitura do Campus, de forma a proporcionar o isolamento acústico, antes mesmo da assinatura do TAC com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, mas após a instauração do Inquérito Civil e início das negociações na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.

Em audiência realizada em 16 de dezembro de 2004, após a implementação das melhorias no salão de eventos da USP, a partir da avaliação e projeto realizado por um professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade, especialista em acústica, os vizinhos foram novamente ouvidos. Todos os vizinhos que compareceram à audiência consideraram que o conflito havia sido solucionado.

O estudo de caso referente ao salão de eventos da USP confirma mais uma vez a necessidade do conhecimento e apoio técnico ao Ministério Público, nos Inquéritos Cíveis, para suportar as decisões e melhorias a serem implementadas na resolução dos conflitos ambientais surgidos.

Entre os casos de poluição sonora ainda sem solução, há o Inquérito Civil instaurado em abril de 2003, após recebimento de abaixo-assinado de moradores vizinhos, com o objetivo de apurar a poluição sonora proveniente de salão de festas localizado em bairro caracterizado como zona mista de ocupação, mas predominantemente residencial.

Na primeira audiência com dois vizinhos do salão de festas, realizada no final de abril de 2003, eles informaram que já haviam esgotado as tentativas de negociação com os proprietários do estabelecimento. Informaram que o proprietário já tinha o laudo acústico e que, ao acompanharem a medição verificaram que nesse dia o som estava muito mais baixo do que o usual, e mesmo assim as medições mostravam resultados

superiores aos estabelecidos pela NBR 10.151/87 – Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade (ABNT, 1987).

Nessa audiência, o Promotor de Justiça fez o seguinte esclarecimento a respeito desse tipo de conflito ambiental: “Enquanto não houver zoneamento ambiental, muitos casos vão surgir e em muitos deles não haverá adequação” e portanto, não haverá possibilidade de resolução do conflito por meio de consenso.

Em maio de 2003, os vizinhos encaminharam novo abaixo-assinado apresentando fotos de ampliação do salão de festas e corte de algumas árvores. Verifica-se pelas fotos anexadas aos autos do Inquérito Civil, que o salão está instalado em uma chácara e boa parte das festas é realizada ao ar livre, o que torna mais difícil a adoção de medidas de proteção acústica.

Em audiência realizada com um dos proprietários no mesmo mês, esse informou que as árvores foram cortadas por incomodar um dos vizinhos que encabeçava o abaixo-assinado. Apresentou também documentos que comprovavam a regularidade da empresa, questionários respondidos pelos vizinhos para obter informações a respeito dos reais incômodos, os quais não eram confirmados nos mesmos, e abaixo-assinado dos funcionários, em defesa do estabelecimento, uma vez que tiram seu sustento da atividade em questão.

Com base nessa afirmação, pode-se dizer que na resolução desse conflito, a atuação do Promotor de Justiça do Meio Ambiente difere um pouco daquela empregada nos demais estudos de caso. O Promotor de Justiça não tem muitas vezes, em certos casos, a clareza necessária para decidir qual o rumo da negociação, inclusive, previsão legal específica. Ele atua então como mediador, buscando estabelecer o consenso entre as partes interessadas, ou seja, entre proprietários de estabelecimentos comerciais e vizinhança. Objetiva a adequação dos estabelecimentos em termos de proteção acústica e horário de funcionamento, buscando compatibilizar a existência da atividade econômica com as residências e, o sossego.

Em caso de impasse na resolução desse tipo de conflito, essa só se torna possível pela abordagem tradicional, acionando o Poder Judiciário. A resolução desse conflito pelo Judiciário pode apresentar dois resultados possíveis: o fechamento do estabelecimento ou o pagamento de multa diária cominatória até cessar o incômodo, o que na maioria das vezes inviabiliza a atividade econômica (Comunicação Verbal – Dr. Edward Ferreira Filho, 2003).

Em agosto de 2003, os moradores retornaram à Promotoria de Justiça para novamente serem ouvidos. Verificou-se divergência de opiniões sobre o local. Os dois moradores mais próximos ao estabelecimento, que participaram da primeira audiência continuavam irredutíveis em suas reclamações. Algumas medidas realizadas pelo estabelecimento para reduzir o ruído como aumentar a altura do muro foi interpretada por um deles como negativa, pois limitou a entrada de luz em sua residência.

Outros moradores, que residem no local há muitos anos afirmaram que, com o salão de festas, a situação melhorou, pois antes a chácara estava abandonada, e eventualmente era locada para festas nos finais de semana, que se realizavam em condições muito piores.

Ao longo do período de agosto de 2003 a abril de 2004, novas informações foram anexadas ao Inquérito Civil e, em abril, os vizinhos compareceram novamente em audiência. Segundo as declarações colhidas, o problema com os veículos diminuiu, pois foi implantado estacionamento para carros em terreno próximo, mas o problema com o ruído continuava.

Nessa audiência, o morador mais próximo ao estabelecimento, o mesmo que motivou o corte de árvores, contestou a validade da medição de ruído e laudo acústico realizados pela CETESB, informando que a medição não foi realizada no interior de sua casa, afirmando, inclusive que o som foi reduzido no momento da medição.

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente informou que os técnicos da CETESB haviam sido questionados a respeito da ausência de medição no interior da residência, e que os mesmos esclareceram que não havia pessoas na casa para atendê-los no momento da realização das medições. Complementando, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente sugeriu que o morador apresentasse novo laudo, para que o mesmo pudesse ser confrontado com aquele elaborado pela CETESB.

Nessa audiência fica claro que a zona é de ocupação mista, e que, uma possibilidade de negociação, seria focada no horário de funcionamento até 22:00 horas. Verifica-se ainda, que os vizinhos estavam se desmobilizando e que com apenas duas ou três pessoas envolvidas no conflito, o Ministério Público terá que se retirar do caso, uma vez que deixa de ser interesse coletivo e sim conflito de vizinhança, restando a Ação Judicial contra o estabelecimento, embora o Inquérito Civil pudesse permanecer em aberto, buscando outras possíveis soluções.

Outro conflito relativo à poluição sonora ainda em negociação, é relativo a um estabelecimento de “karaoke” localizado em região central da cidade de São Carlos, em

área residencial, na qual várias pessoas residem há muitos anos. O Inquérito Civil foi instaurado em fevereiro de 2003, após contato de um dos interessados com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, e recebimento de documentação relatando o problema e o encaminhamento à Prefeitura Municipal, na busca de solução.

Em agosto de 2003, foi realizada a primeira audiência com o proprietário do estabelecimento, que informou que fez isolamento acústico e que mantém as portas e janelas fechadas. Nessa audiência, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente esclareceu que as principais reclamações referiam-se ao som em volume elevado, e à obstrução da calçada pela colocação de mesas e cadeiras.

Segundo o proprietário, os vizinhos foram consultados antes da colocação de mesas e cadeiras na calçada e que ninguém se opôs. Apresentou, também, o laudo acústico, realizado antes das primeiras adequações, o qual demonstra que, mesmo nessa época, o ruído proveniente do estabelecimento, já estava abaixo dos 50 dB previstos na lei.

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente informa que a empresa tinha o alvará de funcionamento irregular e que as mesas na calçada deveriam ser proibidas pela Prefeitura Municipal. Verifica-se que a prática de colocação de mesas nas calçadas por bares e alguns outros estabelecimentos na área de alimentação é prática bastante empregada em São Carlos - SP. Essa atitude por parte dos proprietários de estabelecimentos comerciais fere o direito de ir e vir de outras pessoas, expondo-as ao risco de transitarem pelas faixas de rolamento de veículos e necessita urgentemente de melhor fiscalização por parte da Prefeitura Municipal.

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente prestou, então, o seguinte esclarecimento: “Dentro da questão ambiental, mesmo atendendo aos padrões estabelecidos, a poluição definida pela Política Nacional do Meio Ambiente, 1981, é qualquer forma de incômodo causado à população. Ou seja, mesmo estando dentro do padrão, pode estar ainda causando problemas à comunidade vizinha” (Comunicação Verbal – Dr. Edward Ferreira Filho, 2003).

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente solicitou ainda o alvará de funcionamento do estabelecimento, com o objetivo de verificar se ele estava adequado às atividades que estavam sendo desenvolvidas no local. A audiência foi finalizada, e prazos foram estabelecidos para o encaminhamento de documentos e de novo laudo acústico.

Em fevereiro de 2004, um ano após a instauração do Inquérito Civil, novas audiências foram realizadas com os vizinhos ao “karaoke”, com o objetivo de informar a implementação de isolamento acústico e verificar a eficácia do mesmo.

Uma audiência interessante foi realizada com a participação da Prof. Maria do Carmo Calijuri, do Departamento de Hidráulica e Sanamento da EESC-USP, que reside nas vizinhanças do local. Alegou que a situação piorou e que há dois anos as pessoas “não conseguem dormir”. Agravando o problema do “karaoke” noturno, as atividades no final da tarde tomam a calçada com mesas.

Nessa audiência a professora Maria do Carmo Calijuri fez a seguinte afirmação: “As pessoas têm medo de processo na justiça. Medo da justiça. Algumas pessoas já se mudaram e um vizinho está com a casa à venda. As pessoas que moram no centro são pessoas mais idosas, com hábitos diferentes, dormem e acordam mais cedo. Todos têm direito de trabalhar, mas nós queremos o nosso direito pela qualidade de vida, dormir à noite”. A frase da professora está totalmente inserida no que diz a Constituição de 1988, em seu art. 225.

Além disso, ela reforça a idéia da importância da participação da sociedade civil, da construção do consenso e da efetividade do Inquérito Civil vinculado ao Termo de Ajustamento de Conduta, que representam instrumentos mais transparentes e efetivos na resolução de conflitos, permitindo que o “medo da justiça” seja reduzido, criando maior confiança e fortalecimento das resoluções, uma vez que as decisões são tomadas em conjunto, com a participação do Ministério Público, de empresas privadas e da sociedade civil, partes interessadas na resolução do conflito.

Dos quatro moradores que compareceram nessa data, para a audiência, a informação de três deles, é semelhante: mesmo com as adequações realizadas pelo proprietário o problema de ruído permanecia; o estabelecimento funcionava de forma ininterrupta até de manhã, principalmente de quinta-feira a sábado.

Um dos moradores questionou a existência de lei, que exige que, antes do estabelecimento ser implantado têm de haver consulta à vizinhança, ao que o Promotor esclarece que a lei é recente e que o estabelecimento é anterior a ela, referindo-se ao Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Vários autores consideram que a resolução de conflitos ambientais engloba diferentes relações de cada um dos envolvidos com o meio ambiente e com o próprio conflito. Isso pode ser confirmado com as declarações prestadas por uma quarta vizinha, que já havia participado de audiência anterior e segundo a qual, o estabelecimento não causava incômodos. Ficou preocupada, porém, com o fato de o Promotor de Justiça do Meio Ambiente fazer o registro de suas declarações em ata, pois temia reações dos vizinhos. Em abril de 2004, nova audiência foi realizada com o proprietário. O Promotor de

Justiça do Meio Ambiente informou ao mesmo, que permaneciam as reclamações sobre a perturbação do sossego e novas reclamações sobre as mesas na calçada. Nessa audiência o proprietário confirmou a presença de frequentadores até as 6:00 horas da manhã, porém com o som do “karaoke” desligado a partir das 4:30 horas.

Continuavam pendentes documentos que confirmassem a situação regular da empresa e a adequação da atividade ao alvará de funcionamento, uma vez que o estabelecimento era definido no alvará original como restaurante e lanchonete. O proprietário informou que possuía alvará que permitia o funcionamento contínuo do estabelecimento, durante 24 horas diárias.

A audiência de abril foi bastante tensa, sem possibilidade de resolução do conflito. Ficou definida a solicitação de laudo acústico ao Instituto de Criminalística, mas, mesmo respeitando os padrões de ruído previstos na legislação, o estabelecimento poderia ter suas atividades paralizadas se permanecessem as reclamações.

A diferença básica do conflito ambiental relativo ao “karaoke”, é que o som do estabelecimento é o principal foco de reclamações, não havendo, no entanto perturbações externas causadas pelos frequentadores.

Além desses casos anteriormente relatados, outros três bares são motivo de reclamação de vizinhos. As características dos conflitos são semelhantes, assim como desdobramentos para a resolução dos mesmos.

Em um dos casos, um dos moradores em audiência em maio de 2004 informou que conseguiu participar de reunião com pessoa conhecida dele na Prefeitura Municipal e no mesmo dia o bar foi interditado, porém, reaberto no dia seguinte.

Na mesma audiência, realizada em maio de 2004, ficou claro que nenhum dos moradores vizinhos quer o fechamento do bar, apenas a adequação do horário e a redução das perturbações causadas pelos frequentadores. Sobre esse aspecto, um dos vizinhos considerou ser impossível a adequação do funcionamento até 22:00 horas, pois o estabelecimento começa a receber frequentadores por volta desse horário. A informação prestada por outro vizinho demonstrou que o problema do ruído dos frequentadores devia-se ao fato de o bar receber número de pessoas muito maior do que suas instalações comportavam.

Em meados de maio de 2004, o proprietário de um bar também envolvido com a vizinhança, em conflito de poluição sonora e perturbação do sossego, compareceu à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos a respeito das reclamações. O início da audiência foi tenso e pleno de arrogância por parte do

proprietário do bar, com a contestação da maior parte das reclamações, havendo inclusive, tentativa de intimidar o Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

Verificando que a negociação seria difícil, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, utilizando estratégia de negociação, mudou o foco da discussão. Informou que o proprietário não tinha autorização da Prefeitura Municipal para colocar mesas e cadeiras na calçada, o que era regulamentado por lei, que o estabelecimento estava em situação irregular de funcionamento e que seria solicitado laudo acústico ao Instituto de Criminalística. Além disso, as investigações continuariam enquanto o proprietário do bar estivesse adequando o estabelecimento a respeito das irregularidades.

Essa atitude do Promotor de Justiça do Meio Ambiente fez com que o proprietário do bar mudasse o tom do diálogo e se tornasse mais receptivo às considerações, informando que o conflito tinha caráter pessoal e que muitas pessoas integrantes do abaixo-assinado não moravam na região do estabelecimento.

Essas duas questões, o conflito com característica pessoal e integrantes de abaixo-assinado que não moram nas vizinhanças do estabelecimento, não sendo portanto, incomodados pelo mesmo, também foi verificada no caso de outro bar, cujo proprietário compareceu para audiência em meados de junho de 2004.

A audiência realizada com o proprietário de pizzaria, no início de agosto de 2004, apresentou outra face do conflito. Essa já era a segunda audiência com o proprietário e algumas modificações, como mudar o gênero musical e voltar as caixas acústicas para dentro do estabelecimento, que é aberto, sem paredes, já haviam sido implementadas. As mudanças não haviam sido realizadas antes da abertura do Inquérito Civil porque o incômodo nunca havia sido percebido pelo proprietário do bar, que não tem som ao vivo. A outra face do conflito referia-se à questão social, uma vez que, as pequenas mudanças implementadas resultaram, segundo o proprietário, na redução significativa do número de frequentadores e conseqüentemente, na demissão de vários funcionários. O proprietário também usou a estratégia de intimidar o Promotor de Justiça do Meio Ambiente dizendo-se livre de problemas e bem respaldado. A audiência foi encerrada com o estabelecimento de prazo para a regularização da empresa e com a informação de que os vizinhos seriam ouvidos novamente.

Portanto, verifica-se que a resolução de conflitos ambientais relativos à poluição sonora, na Comarca de São Carlos – SP, ainda passa por fase de amadurecimento, de busca de informações, de audiências para negociação e busca do consenso e de alternativas para a resolução do problema.

Assim mesmo, o fato de o Promotor de Justiça do Meio ambiente estar disposto a resolver o problema buscando o consenso, tem feito com que o número de abaixo-assinados cresça e com que a sociedade civil acredite na possibilidade de resolução do conflito.

A estratégia empregada pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, buscando a negociação e o consenso, tem despertado a confiança da sociedade civil, que vem utilizando o Ministério Público como parceiro na resolução desse tipo de conflito ambiental.

Como resultado desse trabalho, em dezembro de 2004, novo Inquérito Civil foi instaurado, com base em abaixo-assinado encaminhado por um Policial Militar; nesse caso, buscando solução para os ruídos noturnos causados por um restaurante do Shopping Iguatemi, que construiu um “deck” em área externa, para realização de eventos com som ao vivo em alguns dias da semana, perturbando o sossego de moradores de parte do bairro Santa Mônica II, localizado nas vizinhanças do estabelecimento.

Como agravante para resolução de conflitos relativos à poluição sonora, existe a carência de legislação municipal pertinente e de zoneamento ambiental do Município. Além da carência de amparo legal, os abaixo-assinados numerosos, contando com a participação de pessoas que muitas vezes não são atingidas pelo dano, demonstram a falta de consentização da sociedade civil para esse tipo de conflito.

Essa atitude egocêntrica, por parte de algumas pessoas, de um lado proprietários dos estabelecimentos de lazer preocupados com sua atividade econômica sem respeitar os vizinhos, de outro, vizinhos preocupados com o seu sossego, pode ser muito bem representada pela seguinte frase: “A maior preocupação é defender o “meu ambiente” e não o “meio ambiente”. Isto é natural, as pessoas se manifestam quando o problemas as afeta diretamente. Mas é uma oportunidade para mostrar que os problemas não são só de uma pessoa, que o problema é maior e que é interessante resolver este aspecto” (APASC, 2003).

Os conflitos de poluição sonora, embora de impacto restrito em cidades do porte de São Carlos – SP, mostram-se de difícil solução em termos de compatibilização de atividades e tornam-se consideráveis em grandes cidades, em que a sociedade civil fica exposta aos ruídos do tráfego, de aeroportos, de atividades industriais, entre outras e demonstra que faz-se urgente a adequação das atividades a sua localização, em todos os centros

urbanos, o que pode ser implementado com planejamento, legislação e fiscalização eficientes, evitando-se onde possível, o início desse conflito.

Nesse contexto, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, que prevê, entre outros instrumentos, o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) pode ser efetiva. Segundo o Estatuto da Cidade, a Lei Municipal definirá os empreendimentos públicos ou privados, a serem instalados em área urbana, que dependerão de EIV, para obter as licenças de instalação, ampliação ou funcionamento, a cargo do Poder Público Municipal. A Lei define ainda quais os aspectos deverão ser contemplados, de forma a avaliar os impactos positivos e negativos do estabelecimento objeto de licenciamento. Outra característica importante do EIV é que ele não substitui o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), previsto na legislação ambiental. Mais uma vez a presença de técnicos, como integrantes de equipe que será responsável pela elaboração do EIV, deverá desempenhar significativo papel no equacionamento ou antecipação aos possíveis conflitos de poluição sonora (BRASIL, 2001).

5.6.6 Poluição Industrial

A resolução de conflitos ambientais relativos à poluição industrial não está prevista diretamente no Planejamento Estratégico estabelecido pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP. Contudo, encontra-se parcialmente inserida no contexto desse planejamento, uma vez que a resolução de problemas oriundos dessa atividade econômica, principalmente no que diz respeito aos efluentes líquidos, está intimamente ligada à questão da gestão de recursos hídricos, complementando com a minimização e tratamento desses efluentes, o tratamento de esgoto sanitário do Município.

O desenvolvimento do trabalho relativo à poluição industrial está baseado no apoio e parceria com a CETESB – Agência Ambiental de Araraquara - SP, instituição governamental de gestão e fiscalização ambiental no Estado de São Paulo, com competência para atuar tecnicamente na resolução de conflitos oriundos dessas atividades.

A CETESB - Agência ambiental de Araraquara – SP, abrange área de atuação de 14.300 km², com população total em torno de 900.000 habitantes, incluindo 34 municípios e 14 distritos, sendo integrante das unidades de gerenciamento dos recursos hídricos do Tietê-Jacaré, do Tietê-Batalha e do Mogi-Guaçu, com 4.800 empreendimentos

cadastrados. A área da Agência Ambiental de Araraquara é considerada extensa e apresenta diversos problemas ambientais. A equipe técnica é composta de 14 pessoas, 1 gerente de agência, 1 comunicóloga – psicóloga e 11 agentes. A comunicóloga desempenha importante papel de relacionamento com a comunidade reclamante, e inclusive com o Ministério Público, uma vez que ela recebe as denúncias, define quais são objeto de trabalho da CETESB ou encaminha os casos às instituições competentes, já que a sociedade pouco informada, muitas vezes, não sabe a quem denunciar (CETESB, 2003).

Após a denúncia, a CETESB vistoria o local indicado e define quais ações serão implementadas. A falta de conscientização da sociedade gera algumas denúncias anônimas e sem fundamento, prejudicando o desempenho da instituição.

Em algumas situações, a denúncia da sociedade reforça os Inquéritos Cíveis em andamento, como no caso de denúncia a respeito de lançamento de esgoto sanitário, em corpo d'água no Município de Ribeirão Bonito - SP. Após a denúncia e vistoria da CETESB aumentou a pressão para que o Prefeito do Município assinasse a TAC para realização do tratamento de esgoto. “O processo já estava em andamento, mas a denúncia reforça e acelera o mesmo” (CETESB, 2003).

A conscientização parcial da sociedade pode ser exemplificada pela frase “... o meu rio” parte do diálogo de um denunciante, proprietário rural, com representantes da CETESB durante vistoria. Esse tipo de postura não deixa de ser saudável, mas é egocêntrica, estabelece a apropriação (POL, 1996), o apego ao rio, mas apenas porque o rio serve à propriedade rural, e não porque se está pensando no bem estar da comunidade. A frase mais apropriada seria: “nosso rio” (CETESB, 2003)

Em muitos conflitos ambientais, os representantes da CETESB verificam que os aspectos técnicos necessários para a resolução dos mesmos não são contemplados pela legislação vigente, e assim, fica difícil exigir o cumprimento dos mesmos. Não é possível utilizar valores e padrões que já foram estabelecidos e comprovados por trabalhos científicos reconhecidos, pois a lei ainda não está atualizada (CETESB, 2003). Mais uma vez, poderia ser utilizado, com o apoio do Ministério Público, o Princípio da Precaução, em que havendo incerteza deve ser definida a obrigação de fazer, ou de não fazer, que permita a cautela antecipada, ou seja, a prevenção ao dano, mesmo que não previsto na lei.

No trabalho desenvolvido pela CETESB, o atendimento ao Ministério Público é prioritário, principalmente os pedidos que envolvem grandes aglomerados urbanos,

onde o benefício do TAC, na resolução de conflitos ambientais é fundamental e envolve considerável número de pessoas (CETESB, 2003).

Apesar dessa afirmação do representante da CETESB, verificou-se, pela avaliação dos Inquéritos Cíveis em andamento na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos-SP, que a resposta da CETESB é morosa e que muitas vezes só ocorre após várias solicitações. A justificativa para a morosidade deve-se ao atendimento a Promotorias de Justiça de 20 Comarcas, e à equipe técnica reduzida e insuficiente para esse atendimento, o qual na maioria das vezes, implica em vistoria e relatório técnico (CETESB, 2003).

Uma sugestão ao Ministério Público é que os Promotores de Justiça entrem em contato com a CETESB para verificar qual o prazo viável para o retorno, dentro da programação da CETESB, pois não é viável a definição dos prazos, pelos Promotores de Justiça, sem consultar a disponibilidade da CETESB para o atendimento (CETESB, 2003).

Todos os integrantes da equipe técnica da CETESB – Agência Ambiental de Araraquara têm consciência da importância do trabalho que desenvolvem, principalmente devido ao aspecto legal, com base na Lei de Crimes Ambientais.

A participação do Ministério Público na questão ambiental representou inicialmente, grande transtorno para a CETESB. O principal aspecto negativo da atuação conjunta, foi a formação dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente, que na maioria das vezes, sem conhecimento de aspectos técnicos a respeito da questão ambiental, resultava em trabalhos equivocados. Começou então o diálogo e troca de informações técnicas, fornecidas pela CETESB, e jurídicas, fornecidas pelos Promotores de Justiça e teve que ocorrer um processo de adaptação, que ainda permanece atualmente, na maioria das comarcas (CETESB, 2003).

A evolução e conhecimento de alguns Promotores de Justiça do Meio Ambiente, a respeito da necessidade de apoio técnico, levou-os a entender que tinham que desempenhar papel prático, voltado à real solução dos problemas e conflitos deles oriundos (CETESB, 2003).

O trabalho de apoio e parceria só vem ocorrendo com os Promotores de Justiça mais comprometidos, mas a maioria busca apenas atender à lei, sem envolvimento real com a questão ambiental.

“Os Promotores de Justiça atendidos pela Agência Ambiental de Araraquara têm, na maioria das vezes, atitudes honestas e sérias, no entanto, alguns atuam da forma que a

CETESB considera realmente adequada. Se o Ministério Público tivesse um trabalho de entendimento preliminar sobre as questões ambientais envolvidas — e conhecimento e apoio técnico para tal — o resultado seria muito melhor”, completando com a seguinte frase: “O Ministério Público e a CETESB têm que cobrar mais, e o Ministério Público tem que fortalecer a CETESB” (CETESB, 2003).

As considerações do representante da CETESB comprovam a necessidade de parceria e apoio, inclusive com a participação dos Promotores de Justiça nas vistorias e fiscalizações realizadas pela CETESB.

Algumas sugestões para a melhoria do desempenho da parceria entre a CETESB e o Ministério Público para a resolução dos problemas e conflitos ambientais são, segundo a visão da CETESB (CETESB, 2003): os Promotores de Justiça precisam sair a campo para conhecer e resolver os problemas ambientais; considerar a CETESB como instituição de apoio; dar apoio aos técnicos para que possam trabalhar com segurança, pois muitas vezes sofrem ameaças; divulgar os trabalhos realizados, para que a sociedade possa estar informada. E finaliza: “Em São Carlos, a relação profissional da CETESB com o Ministério Público e a Prefeitura Municipal é o que os técnicos da Agência gostariam de ter com as outras Comarcas que atendem”.

Durante o período de desenvolvimento da pesquisa, alguns conflitos relativos à poluição industrial na Comarca puderam ser observados, inclusive iniciados ainda em 2001. Pode-se citar: poluição de recursos hídricos por lançamento de efluentes de indústria têxtil; poluição do ar resultante de atividades de carvoaria; poluição resultante de indústrias metalúrgicas localizadas em local de ocupação mista; poluição atmosférica e mau odor resultante de indústria de farinha de penas. Todos os conflitos tiveram ou continuam tendo a participação da CETESB.

Um dos estudos de caso refere-se à poluição proveniente de indústrias metalúrgicas, ambas situadas no bairro de periferia denominado Jockey Club e caracterizado como zona mista de ocupação. As empresas produziam grades e grelhas para drenagem, a partir da fundição e moldagem de sucata metálica. As denúncias deram início a Inquéritos Cíveis, um para cada empresa, em outubro de 2002, resultantes da necessidade de fortalecimento da atuação da CETESB, que vinha buscando sem sucesso, solução para o conflito desde abril de 2002.

A empresa metalúrgica MBA tinha licença de instalação (LI) com exigências referentes à poluição do ar, ruído e poluição do solo, e operava sem licença de operação (LO), por não ter sido cumpridas as exigências da LI, tendo sido emitido inclusive Auto de

Infração Ambiental (AIA), em abril de 2002, devido ao fato de a empresa operar irregularmente. Após a emissão do AIA de abril, duas novas vistorias da CETESB verificaram que a empresa tinha paralizado suas atividades.

Em setembro de 2002, os vizinhos denunciaram novamente a empresa à CETESB, devido à poluição atmosférica causada pela mesma. A CETESB verificou, em vistoria realizada em outubro de 2002, que as atividades haviam sido retomadas e foram emitidos, novo AIA e nova multa.

A CETESB recorreu então, ao apoio do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP para resolução do conflito. Foi instaurado Inquérito Civil em outubro de 2002, mas mesmo assim, as várias tentativas de contato com o representante legal da empresa não tiveram retorno.

Em resposta à CETESB, em dezembro de 2002, o representante legal da empresa, se comprometeu a substituir, no prazo de 60 dias a utilização de óleo queimado como combustível para os fornos, por Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), uma vez que a utilização de óleo queimado causa poluição atmosférica, e é proibida por lei, comprometendo-se também a não mais utilizar sucata impregnada com óleo como matéria-prima.

Em março de 2003, a CETESB realizou nova vistoria, que resultou novamente em Auto de Infração Ambiental e aplicação de multa, pelo não cumprimento de algumas obrigações acordadas em dezembro de 2002.

Em função dessas informações, foi marcada audiência em maio, tendo como participantes, além do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, os representantes da empresa e da CETESB. O representante legal da MBA não compareceu à audiência e, então, foi realizada vistoria surpresa, naquele mesmo momento, da qual participaram o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, técnicos da CETESB e a autora dessa Tese.

Durante a vistoria verificou-se que a empresa estava instalada em um pequeno barracão, onde trabalhavam seis pessoas em péssimas condições e sem a presença do representante legal. O local encontrava-se totalmente coberto de fuligem preta, pois o precário sistema de exaustão do forno não estava funcionando e a iluminação era deficiente. Contrariando o acordo com a CETESB, o óleo queimado continuava sendo utilizado e a matéria-prima consistia novamente de sucatas impregnadas de óleo. De acordo com declarações prestadas pelos técnicos da CETESB, a fase mais crítica da operação é a partida do forno, quando a empresa fica totalmente tomada por fumaça e fuligem preta, resultantes da queima inicial do óleo usado.

Segundo informações colhidas dos funcionários, no momento da vistoria, a areia de fundição utilizada era descartada e trocada a cada dois anos, não informando o local de disposição das mesmas, o óleo queimado ficava armazenado em latões ao lado do forno, dentro do barracão da empresa. Os funcionários não usavam qualquer tipo de EPI, mas informaram que usavam máscaras no momento de acabamento das peças, quando estas eram lixadas.

A outra empresa metalúrgica, denominada Cinco Estrelas, situava-se próxima à MBA e também foi vistoriada no mesmo dia. O representante legal da metalúrgica Cinco Estrelas, cujo Inquérito Civil já havia sido instaurado, deveria comparecer para audiência no final de maio de 2003.

Da mesma forma que a empresa anterior, o representante legal não assinava, nem recebia os AIA emitidos pela CETESB, e também não se encontrava no momento da vistoria. Apenas alguns funcionários trabalhavam no local, e ao serem informados da presença da CETESB e do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, tentaram apagar o forno, o que foi interrompido. A empresa estava tomada por fumaça e fuligem pretas, resultado do processo de partida de operação do forno, confirmando as informações prestadas pela CETESB. A lixadeira para o acabamento das peças ficava em outra sala e as condições eram parecidas com a da primeira metalúrgica visitada, não havia luz, sistema de exaustão ou EPI. Os resíduos eram armazenados em um pequeno pátio, em área descoberta ao lado do barracão da indústria.

A CETESB foi questionada, pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, sobre a possibilidade de fechamento das empresas, e os técnicos informaram que isso não seria necessário, uma vez que as adequações a serem realizadas eram simples.

A CETESB elaborou novos AIA e multas para duas empresas, assinados inclusive pelas testemunhas que participavam da vistoria.

No dia seguinte à vistoria, o representante legal da metalúrgica MBA, que não havia comparecido à audiência do dia anterior, procurou voluntariamente o Promotor de Justiça do Meio Ambiente. Informou que havia esquecido a audiência do dia anterior e que a empresa estava em atividade desde 1994. Que havia tentado colocar gás natural, mas que era inviável e que acumulava multas da CETESB.

Na audiência, o proprietário concordou que operava de forma inadequada, mas que já tinha realizado algumas melhorias, que não haviam sido eficientes. Considerou que a melhor alternativa seria mudar as atividades para outro local, não descartando a possibilidade de instalar gás natural. Foram acordados prazos para realização das

adequações e o proprietário da empresa informou que não teria como pagar as multas. O TAC seria elaborado para posterior assinatura.

O representante legal da metalúrgica Cinco Estrelas compareceu para a audiência previamente agendada, no final de maio de 2003. Na audiência, após negociações, foi firmado TAC entre a empresa, a CETESB e a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, conforme apresentado no Anexo A desta Tese. Entre as medidas a serem adotadas, previstas no TAC, constavam: modificar o tipo de combustível utilizado no forno; não fundir sucatas contendo resíduos de óleos e graxas; providenciar, junto à CETESB, as licenças ambientais para as novas instalações, não podendo operar sem as mesmas. No TAC, ficou estabelecido também que a CETESB não aplicaria multas no período referente aos prazos para a mudança de local, licenciamento e adequação.

O TAC previa, inclusive, a paralização das atividades se houvesse o não cumprimento do mesmo. O início da resolução do conflito e o TAC demonstraram que a atuação do Ministério Público fortaleceu o processo, e significou para a CETESB o respeito do Promotor de Justiça do Meio Ambiente pela instituição e o comprometimento do mesmo: “O TAC com a pequena empresa metalúrgica teve a participação do Ministério Público e da CETESB. A reunião para o TAC se estendeu por 3 horas e foi estabelecido prazo viável para a adequação. O Promotor de Justiça demonstrou estar comprometido com a questão ambiental, mas isso não ocorre com a maioria. O órgão ambiental precisa do Ministério Público a seu lado e não contra ele” (CETESB, 2003). Da mesma forma, em junho de 2003 foi firmado TAC com a metalúrgica MBA.

Em setembro de 2003, a CETESB participou de reunião, na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, para discutir novamente a situação das duas metalúrgicas. Embora tenham firmado o TAC, ambas estavam com o prazo estipulado no TAC vencendo, sem cumprir as obrigações, em pleno funcionamento e sem ter sido providenciada a mudança para local mais adequado às atividades. Nessa reunião, os técnicos da CETESB informaram estar buscando uma solução, mas segundo o Promotor de Justiça, não havia outra, senão a aplicação de multa por descumprimento ao TAC e fechamento das empresas.

No final de 2003, a CETESB entrou em contato com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente informando que as duas metalúrgicas solicitaram o alongamento dos prazos, pois deveriam estar em novas instalações desde agosto, que o prazo não havia sido cumprido, mas que estavam providenciando a mudança. A sugestão do Promotor de

Justiça era pelo fechamento das empresas. Mesmo assim, a CETESB considerava que o fechamento das empresas não representava a melhor solução.

Os técnicos da CETESB informam que têm orientação para fechar quem utiliza óleo usado no forno, mas que são as empresas pequenas que fazem isso, pois recolhem o óleo dos postos de gasolina.

O descumprimento do TAC permaneceu, e assim, em junho de 2004, a CETESB participou de outra reunião com o Promotor de Justiça do Meio Ambiente. Nesse momento, ficou claro que, o fechamento de uma empresa não é um processo simples e que a CETESB necessitava de provas de não cumprimento do TAC, para que as empresas fossem fechadas.

A paralização das atividades de uma empresa pela CETESB é evitada ao máximo, principalmente quando é possível a empresa se adequar. A sugestão é apreender o óleo que está sendo usado e analisar para comprovar que é óleo lubrificante usado.

A tentativa de resolução do conflito apontou o aspecto técnico como determinante das decisões a serem tomadas. Seria necessário localizar laboratório competente para analisar o óleo e fazer a comprovação, com base nas características do mesmo, de que se tratava de óleo usado e do amparo legal para proibição da queima deste.

A comprovação do uso do óleo queimado era extremamente importante, porque a ACP para o fechamento das empresas, tinha de dispor de provas para o deferimento de uma liminar. A ACP seria usada como último recurso, uma vez que o TAC e o acordo não estavam sendo cumpridos.

Verificou-se nesses estudos de caso, que os proprietários não agiam de má fé, inclusive confirmaram o uso do óleo queimado, mas o problema maior residia no fato de as empresas serem bastante precárias, e sem condições financeiras para as adequações necessárias. Porém, esses motivos não representavam argumentos para que as mesmas continuassem operando sob condições de meio ambiente e de trabalho inadequadas.

De acordo com informações verbais do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, em junho de 2004, o desrespeito ao TAC firmado com as duas metalúrgicas, resultaria em Ações Cíveis Públicas para solicitar o fechamento das empresas. O Poder Judiciário, mediante o devido processo, é quem tem a competência legal para realizar o lacramento de empresas, o que não pode ser realizado pelo Ministério Público diretamente, que tem o poder de investigar e exigir o cumprimento da lei.

O Ministério Público é um órgão do Estado, representante dos interesses da sociedade civil, inclusive, em face dos abusos da iniciativa privada e do próprio Estado.

Novas vistorias foram realizadas em junho, julho e setembro de 2004 e a metalúrgica Cinco Estrelas já se encontrava paralizada. A metalúrgica MBA, de acordo com a vistoria realizada em junho, permanecia operando e houve, inclusive, coleta do óleo que estava sendo utilizado no forno, porém, o proprietário se recusou a assinar o Auto de Inspeção emitido pela CETESB. A análise do óleo foi realizada e comprovou que tratava-se de óleo usado. Em nova vistoria realizada em setembro, a CETESB verificou que a empresa estava paralizada. Informações prestadas pela CETESB, em dezembro de 2004 informaram que as atividades das duas metalúrgicas não foram retomadas, novas vistorias seriam programadas, objetivando confirmar a informação.

O estudo de caso demonstrou que o IC foi efetivo na concretização do TAC, porém, devido provavelmente a questões de ordem econômica, não foi possível seu cumprimento. Contudo a questão foi solucionada com a paralização das atividades das empresas.

Sob o ponto de vista ambiental, esse estudo de caso demonstrou uma outra face do TAC firmado em conjunto pela CETESB e Ministério Público, que funcionou como instrumento de pressão para a paralização das atividades das empresas que atuavam em desobediência à legislação ambiental, evitando-se o início da Ação Civil Pública, e conseqüentemente os custos e desgastes do processo judicial, que demandaria muitos anos para obter o mesmo resultado obtido em alguns meses. Sob o ponto de vista social, embora as condições de trabalho fossem extremamente precárias, e inclusive com registros fotográficos nos autos do Inquérito Civil, o fechamento das empresas resultou na perda de emprego por várias pessoas, cujo não reenquadramento no mercado de trabalho poderá resultar em piores condições de vida.

Outro Inquérito Civil relativo a poluição industrial iniciou-se em novembro de 2002, e versava sobre a poluição de corpo d'água receptor por efluentes de indústria têxtil. O Inquérito Civil foi resultante de denúncias de vizinhos à indústria têxtil Malhas Fiandeira, que informaram o lançamento no córrego Can – Can, tributário do Jacaré – Guaçú, de efluentes com forte coloração azul, turvos e mal cheirosos, ao longo de três anos, que estavam prejudicando outras atividades. Como a empresa exercia atividades de tinturaria, acreditavam se tratar de efluentes da mesma.

A partir da denúncia, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente solicitou à CETESB, realização de vistoria e fornecimento de informações técnicas sobre a empresa e os

efluentes. Além disso, foram requisitados documentos que comprovassem a regularidade da empresa. Nesse período, o representante legal da empresa foi notificado para prestar declarações. Até janeiro de 2003, os documentos encaminhados não apontaram irregularidades na empresa, porém não houve manifestação do representante legal.

Em março de 2003, a CETESB informou ao Promotor de Justiça que havia recebido denúncia de vizinhos em outubro de 2002, e forneceu os dados da vistoria realizada em novembro do mesmo ano. De acordo com a vistoria, verificou-se que os efluentes do sistema de tratamento, composto de tanque de equalização e lagoa aerada, que deveriam estar sendo infiltrados, estavam sendo lançados no córrego, uma vez que a infiltração, realizada ao longo de vários anos, colmatou o solo local, impedindo sua continuidade. Durante a vistoria à empresa, ainda em operação, o representante da mesma se comprometeu a raspar o solo colmatado.

Cinco dias depois, nova vistoria da CETESB verificou que a raspagem do solo havia sido realizada e a infiltração no solo retomada. Nessa vistoria, a CETESB coletou e analisou amostras do efluente industrial e do efluente tratado, e verificou que atendia aos padrões da Lei Estadual nº 997/76 com alterações dadas pela Resolução CONAMA 20/86. Posteriormente, a CETESB realizou duas novas vistorias, em fevereiro e em agosto de 2003, verificando-se que a empresa havia sido desativada. O Inquérito Civil foi arquivado definitivamente em julho de 2004, sem ter havido negociação ou Termo de Ajustamento de Conduta com o representante legal da empresa.

Deve-se considerar, que um dos grandes impactos de efluentes de indústrias têxteis refere-se à presença de cor, uma qualidade estética que muitas vezes pode não representar dano ambiental, mas causar, como ocorreu, conflitos de vizinhança e que não está prevista como parâmetro de análise na Resolução CONAMA 20/86.

A adequação ambiental do procedimento de infiltração dos efluentes industriais gera algumas dúvidas. A infiltração dos efluentes industriais no solo foi realizada ao longo de vários anos, pois o sistema de tratamento completo, composto de tanque de equalização, lagoa aerada e sistema de flotação para remoção de cor, projetado para que os efluentes pudessem ser lançados no Córrego Can-Can, foi operado apenas durante o período de realização de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC-USP. A operação da estação de tratamento, de forma geral, resumiu-se às duas unidades anteriores ao sistema para remoção de cor, ou seja, operaram somente o tanque de equalização e a lagoa aerada (PAGANINI, 1993).

Algumas perguntas permanecem, mesmo após a resolução do conflito que gerou o Inquérito Civil e desativação da empresa, e cujas respostas necessitam de estudo mais detalhado da situação, a saber: Quais as garantias de que a infiltração no solo, que chegou inclusive a colmatá-lo, não contribui para a poluição de corpos d'água subterrâneos e até mesmo superficiais? O que restou de passivo ambiental da atividade hoje desativada?

Outro conflito ambiental resultante de atividade industrial, e cuja resolução ainda está pendente, ocorre entre os proprietários de um condomínio de chácaras e os representantes da Incofap, empresa produtora de farinha a partir de penas e vísceras de aves. A empresa, localizada no Município de São Carlos - SP, próxima ao aterro sanitário municipal, recebe como matéria-prima vísceras e penas provenientes de abatedouros de aves. O transporte da matéria-prima é realizado por frota de caminhões da própria empresa, e a coleta é realizada em abatedouros em diversas regiões do Estado de São Paulo. Segundo informações da CETESB é a maior empresa nesse ramo de atividade em operação no Estado de São Paulo.

O conflito ambiental surgiu em 2001, em função dos maus odores provenientes da atividade, que incomodavam os proprietários de chácaras vizinhas à empresa. Em ação conjunta com a CETESB, foi instaurado em 2001, Inquérito Civil para apurar as condições de operação da empresa, a poluição atmosférica gerada, e discutir com seus representantes a solução dos problemas. A partir do Inquérito Civil e de vistorias da CETESB, a empresa realizou algumas adequações, incluindo sistema para o tratamento dos gases provenientes da chaminé. No final de maio de 2004, devido a novas reclamações, alguns proprietários do condomínio de chácaras vizinho foram notificados para audiência. Prestaram declaração cinco proprietários de chacara, alguns deles residentes no local e outros que utilizam as chácaras somente nos finais de semana fizeram seus depoimentos com base nas reclamações de seus caseiros.

As declarações prestadas foram bastante parecidas: o mau odor é menor do que no início, mas permanece, principalmente à noite e nos finais de semana. Uma questão levantada por um dos declarantes, dizia respeito à desvalorização dos imóveis e dificuldade para vender devido à poluição atmosférica. Segundo o mesmo proprietário, isso foi usado pela empresa como argumento para adquirir a chacara por valor bem abaixo do praticado no mercado.

Nesse estudo de caso, os moradores questionaram a atuação da CETESB, que não atende aos chamados e nem faz vistoria à noite e nos finais de semana, quando o mau

odor se agrava. Isso fez com que os proprietários das chácaras fizessem as novas denúncias somente à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, sem tentar novos contatos com a CETESB, que não vinha atuando, segundo os mesmos, de forma efetiva para a solução do problema.

Em junho de 2004, foi realizada reunião entre técnicos da CETESB e o Promotor de Justiça do Meio Ambiente. Na reunião verificou-se que as denúncias recentes de mau odor só foram encaminhadas à Promotoria de Justiça, sem ter havido contato oficial com a CETESB. Nessa reunião ficou definido que deveria ser realizada vistoria noturna, horário de maior reclamação dos proprietários. Buscando melhorar o desempenho, a Incofap seria registrada nos atendimentos urgentes, devendo ser divulgado aos vizinhos da mesma o número de emergência da CETESB, além disso os vizinhos seriam orientados a utilizá-lo para as denúncias de mau odor.

Segundo informações dos técnicos da CETESB, os proprietários já dispõem de outra área na qual implantariam a empresa, distante de residências. Porém, de acordo com a visão dos técnicos da CETESB, o mau odor faz parte da atividade e sempre existirão conflitos de vizinhança, o que é agravado, no caso de São Carlos – SP, pela ausência de Plano Diretor e de zoneamento de uso e ocupação do solo. Porém, durante a vistoria, os próprios representantes da empresa apresentaram a existência de tecnologia que permite a melhor adequação da atividade, com implementação inviabilizada por fatores econômicos.

Porém, os Planos Diretores não podem ser adequados às atividades econômicas existentes, mas, respeitando o binômio tipologia e localização, defendidos por Souza, 2000. Dessa forma, as diferentes atividades econômicas respeitariam a capacidade de suporte do meio, e com certeza reduziriam os conflitos ambientais e de vizinhança.

Em junho de 2004 realizou-se a vistoria noturna, das 19:00 às 22:30 horas, na qual estavam presentes três técnicos da CETESB, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente e a autora dessa Tese. A vistoria foi realizada apenas com o veículo da CETESB, e se iniciou com o deslocamento pela rodovia Washington Luiz para verificar a existência de mau odor no trecho percorrido, compreendido entre a saída pela Av. Miguel Petroni até a saída da Universidade Federal de São Carlos. A inspeção continuou ao redor da empresa até chegar ao condomínio de chácaras envolvido no conflito. A noite estava sem vento e o mau odor só foi percebido ao redor das chácaras mais próximas da empresa. Em uma delas, bastante próxima à empresa, o caseiro afirmou que o mau cheiro noturno era constante.

Ao chegar na empresa a entrada foi direta, aproveitando um dos portões abertos, sem identificação, com parada já dentro do galpão industrial. No momento da vistoria alguns equipamentos estavam sendo carregados para início de operação. A vistoria foi tensa; no início só estavam presentes os funcionários e posteriormente todos os proprietários.

O fluxograma da empresa conta com dois containeres, um contendo vísceras e outro contendo penas. Cada container abastece quatro digestores. O processo de transformação das penas e vísceras é realizado por meio de oito digestores em um barracão semi-aberto. Os digestores de penas e vísceras são diferentes em sua operação. As vísceras passam por processo semelhante à fritura, sob altas temperaturas e as penas por processo de cozimento; os digestores operam a alta temperatura e pressão. Após a digestão, é feita a correção do pH e o produto dos digestores é seco e ensacado. Os digestores de penas operam durante aproximadamente 1 hora e quarenta minutos, após esse tempo, e por meio de controle visual, o equipamento tem a pressão aliviada, num processo que demora em torno de 20 minutos, e então, o reator é descarregado, o que necessita de mais 20 minutos. Os digestores de vísceras permanecem em operação por aproximadamente 2 horas e quarenta minutos, e por meio de controle tátil e visual, quando o produto possui as características desejadas, o reator é descarregado no período de 20 minutos.

Verificou-se que o mau odor no local era grande e resultante do processo, principalmente no momento da descarga dos equipamentos. O sistema de tratamento de gases, que recebe os efluentes atmosféricos da empresa, está instalado e em operação. Porém, verificou-se durante a vistoria que os gases não são totalmente coletados e exauridos durante o processo, o que faz com que ocorram muitas perdas, que não são encaminhadas ao sistema. Existe uma pequena coifa móvel que é posicionada, em cada um dos digestores, no momento de descarga dos mesmos, e que funciona precariamente. O Inquérito Civil ainda permanece pendente e aguardando soluções, demonstrando que dependendo da complexidade ou dos custos para a adequação do processo industrial, maior é o tempo para a solução dos problemas.

A questão da poluição industrial requer constante apoio técnico, porém, devido aos vários processos industriais existentes e às variáveis relativas a cada um deles, nem mesmo a CETESB tem técnicos com conhecimento suficiente para propor soluções mais adequadas e orientar as decisões a serem tomadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

Com base nos estudos de caso apresentados, verifica-se que mesmo sem a ação judicial, o Termo de Ajustamento de Conduta realmente tem caráter executivo. Embora no caso das metalúrgicas tenha ocorrido negociação e busca de consenso, o que foi previsto nos TAC tornou inviável, a continuidade das atividades, em afronta à lei, levando à paralização voluntária das empresas.

A metodologia de atuação para resolução de conflitos vinculados à atividade industrial baseia-se em atuação conjunta com a CETESB, que pode ou não receber as denúncias ou atuar com base em fiscalização. A atuação do Ministério Público na Comarca de São Carlos tem se dado no sentido de respaldar e fortalecer a CETESB, com a resolução dos conflitos por meio de negociações e consenso e atuação mais responsável por parte dos empresários, no que diz respeito a licenciamento e operação. Após firmado o TAC, o monitoramento e fiscalização do cumprimento do mesmo fica a cargo da CETESB, que repassa informações periódicas ao Promotor de Justiça.

Ficou claro que, a aplicação de regras mais restritivas e de multas frequentes, fizeram com que as empresas metalúrgicas, de pequeno porte, pouco retorno econômico e em instalações bastante simples, paralisassem suas atividades, pois não tinham condições econômicas para se adequarem às exigências dos TACs. Ao mesmo tempo, a complacência com a indústria de farinha de penas, cujo representante legal tem inclusive frota de caminhões própria para transporte dos resíduos de abatedouros de aves, permite que a negociação continue, que a atividade econômica permaneça, com melhorias, a passos lentos, e poluição atmosférica constante incomodando a vizinhança, inclusive em área mais significativa que as metalúrgicas.

Torna-se importante que a CETESB, ao apoiar e orientar tecnicamente o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, nos IC e TAC com a indústrias, considere o que está proposto em um trecho do Princípio 7 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992): “Considerando as distintas contribuições para a degradação ambiental global, ... existem responsabilidades comuns, porém diferenciadas”.

Verifica-se que é premente o levantamento, organização e gerenciamento de dados a respeito das atividades industriais desenvolvidas na Comarca, abordando aspectos e impactos das indústrias, com apoio técnico adequado, de forma a orientar as tomadas de decisão do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da forma mais equitativa possível.

5.6.7 Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos caracteriza-se como um problema ambiental presente na maior parte das cidades do Estado de São Paulo, gerando vários conflitos.

Em palestra realizada para os alunos do MBA em Gerenciamento Ambiental do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), em abril de 2003, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos salientou que, uma estratégia por ele adotada ao assumir a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente das Comarcas onde atua, incluindo a de São Carlos - SP, é a visita, entre outros locais, ao aterro sanitário municipal, para verificar características, porte, presença ou não de catadores e isso norteia os rumos que deve dar a essa questão ambiental. A partir de então procura buscar informações junto a outras instituições competentes e junto à Prefeitura Municipal.

No caso de São Carlos – SP, as alternativas encontradas para a resolução de conflitos oriundos da gestão, ou não, dos resíduos sólidos, representam opções interessantes, englobando o caráter ambiental e o social, embora o Poder Público não venha conseguindo cumprir integralmente as obrigações assumidas no TAC firmado, conforme apresentado na Tabela 5.11.

Em 1995, ao elaborar laudo pericial circunstanciado a respeito do esgoto sanitário de São Carlos – SP, ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente em exercício na época, Daniel (1995), finaliza o mesmo sugerindo gestão adequada dos resíduos sólidos de São Carlos, que não tinham tratamento e nem condições mínimas de segurança, e que, considerando a disposição em lixão, em área da Fazenda Santa Madalena, poderiam estar comprometendo de forma irreversível os mananciais da Comarca.

O Inquérito Civil relativo à gestão de resíduos iniciou-se no final de agosto de 1999, voltado para a questão da coleta seletiva e reciclagem, com base nos seguintes argumentos: grande quantidade de resíduos sólidos recicláveis coletados diariamente e má destinação dos mesmos; demora na decomposição de resíduos que podem ser reciclados; possibilidade de reaproveitamento por meio de coleta seletiva; necessidade de conscientização pública para a preservação do meio ambiente, com o objetivo de cuidar de interesses de cunho social e ambiental, buscando a garantia da qualidade do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

As primeiras providências tomadas foram o encaminhamento de ofícios, em final de setembro de 1999, para a CETESB, solicitando informações técnicas a respeito de

resíduos sólidos, e à Prefeitura Municipal para verificar a existência de projetos de coleta seletiva.

Em resposta, a CETESB respondeu às questões técnicas, e a Prefeitura informou sobre a existência de projeto de coleta seletiva em trâmite para aprovação, e lei, também de 1997 que criava o programa de coleta seletiva e reciclagem de São Carlos - SP, apresentando também, contrato firmado entre a Prefeitura e a EESC-USP, em 1997 para implantação de projeto de redução e coleta seletiva dos resíduos gerados no Município de São Carlos – SP.

Em fevereiro de 2000, o Prefeito Municipal criou o Grupo de Trabalho sobre Lixo e Reciclagem em São Carlos e nomeou o Promotor de Justiça do Meio Ambiente como um dos membros. A primeira reunião do grupo ocorreu em 2001.

Para compreender a gestão dos resíduos sólidos do Município como um todo, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente passou a acompanhar as concorrências e contratações para a limpeza urbana e para a coleta de lixo. Ocorrem alguns entraves na contratação de empresa responsável pela coleta de lixo e o programa de coleta seletiva teve que aguardar a solução dos mesmos. A empresa contratada em 2001, para realizar a limpeza urbana, não contemplava em seus serviços, a coleta seletiva. Em fevereiro de 2002, a Prefeitura apresentou o Projeto Piloto de Coleta Seletiva, iniciado no bairro Vila Nery. Em setembro de 2002, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente solicitou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, informações a respeito da ampliação do programa de coleta seletiva. Em abril de 2003, objetivando solução consensual para a questão da gestão dos resíduos, foi firmado TAC, apresentado no Anexo A desta Tese, entre o Ministério Público, representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente; Prefeitura Municipal, representada pelo Prefeito, e CETESB, representada pelo Gerente Regional e pelo Gerente da Agência Ambiental de Araraquara.

As considerações e obrigações integrantes do TAC, a serem cumpridas pela Prefeitura Municipal, estão apresentadas na Tabela 5.11. À CETESB coube a fiscalização do cumprimento do TAC por meio da realização de vistorias e fornecimento de informações ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, e ao Promotor de Justiça ficou reservada verificação do cumprimento do TAC, em função das informações prestadas pela CETESB e pela Prefeitura Municipal, além da verificação *in loco* por meio de vistorias. O TAC estabelece ainda prazos para realização das obrigações e penalidades a serem aplicadas em caso de não cumprimento do mesmo.

Tabela 5.11 – Monitoramento do TAC sobre Gestão de Resíduos na Comarca de São Carlos - SP

Obrigações da Prefeitura Municipal a partir de 23/04/03	Prazos	Situação em				
		24/11/03 (*)	17/02/04 (**)	03/12/04 (*)	07/12/04 (**)	08/12/04 (***)
ENCERRAMENTO OPERAÇÃO NA ÁREA ATUAL						
Isolamento da área, controle de entrada, retirada dos catadores	Imediato	C	C	C	C	A área permanece isolada e o controle de entrada é realizado permanentemente.
Selamento da última célula com critérios técnicos	15 dias	C	C	NC	PC	
UTILIZAÇÃO DA ÁREA AMPLIADA						
Início imediato de utilização da nova célula, sem licença	Imediato	C	C	NC	C	Embora a célula antiga tenha sido selada no prazo previsto, com base em laudo técnico a respeito da estabilidade do aterro e possibilidade de alteamento do mesmo em 5,0 m, datado de 14/10/04, a célula foi reativada.
Uma frente de trabalho, compactação e cobertura diária	Imediato	C	C	C	C	
Implantação de sistema de drenagem águas pluviais	15 dias	C	C	C	C	
Plano de destinação de entulhos e resíduos de áreas verdes	60 dias	NC	C	NC	PC	
Adequação sistema de drenagem e tratamento de chorume	60 dias	PC	PC	PC	PC	A nova célula está paralizada devido à necessidade de adequações para que a mesma continue a ser operada, tendo sido utilizada apenas parcialmente.
Estudo de estabilidade das lagoas de tratamento	60 dias	PC	-	C	-	
Impermeabilização das lagoas de tratamento	60 dias	NC	-	NC	-	
Dados monitoramento de águas subterrâneas e superficiais	60 dias	C	C	C	C	
Proposta de uso futuro da área do aterro	12 meses	No prazo	NC	NC	NC	2 das 3 lagoas foram impermeabilizadas.
Projeto de revegetação da área ampliada	180 dias	NC	NC	NC	PC	
Licença Instalação – LI (a partir da Licença Prévia)	30 dias	NC	NC	NC	C	O plano de destinação dos entulhos e resíduos de área verde encontra-se em estudo e discussão, inclusive com participação do Promotor de Justiça.
Licença de Operação – LO (a partir da LI)	60 dias	NC	NC	NC	NC	Apresentação de resultado de uma única coleta de águas, o que não significa monitoramento.
DEFINIÇÃO DE ÁREA PARA NOVO ATERRO	180	NC	NC	NC	NC	Ainda sem definição.
LIXÃO NA FAZENDA SANTA MADALENA						
Elaboração de Plano de Área Contaminada	120 dias	NC	NC	NC	PC	A Prefeitura informa que o Plano está concluído e será encaminhado à CETESB.
PROGRAMA DE COLETA SELETIVA						
Atendimento a 50% da da Comarca de São Carlos – SP	18 meses	No prazo	C	C	C	Implantado e em expansão, contando com 3 cooperativas de catadores, abrangendo 80% da Comarca.
Atendimento a 100% da Comarca de São Carlos – SP	36 meses	No prazo	No prazo	No prazo	No prazo	

Fonte:- Inquérito Civil 51/99 e respectivo TAC entre Prefeitura Municipal de São Carlos, CETESB e Ministério Público, 23/04/2003 (ANEXO A)

C – Cumprido NC – Não Cumprido PC – Parcialmente Cumprido (-) Sem informação

(*) – Informações fornecidas pela CETESB em ofício (**) – Informações fornecidas pela Prefeitura Municipal em ofício (***) – Vistoria conjunta *in loco*

Os resultados das vistorias realizadas pela CETESB e informações prestadas pela instituição e pela Prefeitura Municipal, bem como dados levantados em vistoria conjunta realizada em 08/12/04 também são apresentados na Tabela 5.11.

Uma das obrigações previstas no TAC, e cumprida de forma satisfatória desde o início, refere-se à retirada dos catadores do aterro municipal e início da coleta seletiva. A coleta seletiva de São Carlos – SP é parte integrante do “Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos”, conhecido como “Programa Futuro Limpo”. Em agosto de 2004 passou por ampliação, estendendo-se a mais sete novos bairros, atendendo a um total de 58 bairros.

Os coletores não são funcionários da Prefeitura Municipal, e estão organizados em três cooperativas, a Ecoativa, a Coopervida e a Cooletiva, e o Programa é gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDS).

A renda dos coletores, que possuem boné e colete com identificação do programa, é obtida exclusivamente por meio da comercialização do material coletado. A sustentação do programa depende da preocupação, conscientização e participação da sociedade, resultando na redução da quantidade de resíduos que são destinados ao aterro, ampliando sua vida útil e na manutenção da distribuição dos resultados financeiros aos participantes do Programa.

O sistema de coleta é realizado segundo o sistema “porta a porta”, e o objetivo atual do mesmo é aumentar a renda dos coletores, focando na coleta em edifícios e condomínios residenciais, que permitem maior volume de material coletado, com menores deslocamentos.

Esse resultado já encontra-se apresentado no Inventário de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo demonstrando que, enquanto o número de catadores é crescente no Estado de São Paulo, em São Carlos - SP o número é igual a zero, tanto de adultos quanto de crianças (CETESB, 2003).

O aterro de São Carlos-SP foi enquadrado na condição C, ou seja condição média de adequação, numa escala de avaliação que vai de A, que representa condição adequada a I, condição inadequada do aterro (CETESB, 2003). O Inventário indica ainda que São Carlos-SP conta com TAC assinado. Um aspecto crítico do sistema da cidade refere-se ao IQR – Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos, que partiu de 8,7 em 1997, melhorou em 1998 e 1999, alcançando 9,1 e obteve o mais baixo valor em 2003, IQR igual a 6,8 (CETESB, 2003). Segundo esse inventário, os municípios vêm assumindo compromisso maior com o Estado, para a melhoria dos seus aterros, por meio de TAC,

demonstrando o reconhecimento por parte das prefeituras do trabalho realizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo de São Paulo e CETESB — contando também com a participação do Ministério Público, como ocorreu na Comarca de São Carlos - SP.

Em São Carlos – SP, embora o TAC tenha contemplado diversos aspectos para a melhoria da gestão de resíduos na Comarca e tenha efetivado um acordo entre as três instituições envolvidas, a maioria das obrigações ainda encontra-se parcialmente cumprida, necessitando de novas negociações e definição de prazos mais longos para que a Prefeitura Municipal possa cumprí-las, gerando inclusive o aditamento do TAC, também apresentado no Anexo A desta Tese, o qual prevê, basicamente, a prorrogação dos prazos inicialmente previstos no TAC original.

5.6.8 Implantação de Gasoduto

O conflito ambiental, objeto deste estudo de caso, é decorrente da implantação de gasoduto de distribuição de gás natural no eixo que liga os Municípios de São Carlos-Descalvado-Porto Ferreira, no noroeste do Estado de São Paulo, e resultante das necessidades de desenvolvimento econômico e social, função da busca por novos componentes da matriz energética da região e do país.

O gasoduto que atende os Municípios de São Carlos, Descalvado e Porto Ferreira é composto de rede de alta pressão com extensão total de 54.800 m, em tubo de aço de 200 mm de diâmetro nominal e espessura de 6,4 mm, percorrendo trechos com travessias de rodovias, ferrovias e cursos d'água. Além dos dutos, foram instaladas uma estação de transferência e custódia, localizada na Estrada São Carlos-Itirapina e três estações de controle de pressão, em que as pressões são reduzidas e controladas, objetivando a distribuição aos usuários por redes de baixa pressão, localizadas respectivamente, no trevo de acesso a São Carlos, na SP-215, para abastecer o polo de consumo de São Carlos - SP; no acesso Sul de Descalvado na SP-215 para abastecer o polo de consumo de Descalvado; e na Estrada Velha de São Carlos-Porto Ferreira, para abastecer o polo de consumo de Porto Ferreira (GÁS BRASILIANO, 2001 apud KIRCHHOFF, 2004).

Boa parte do traçado se desenvolve paralelo às rodovias, fora da faixa de domínio das mesmas e localizado a 1,0 m de distância das cercas, em áreas não edificáveis. Em

alguns trechos, o duto se afasta das rodovias, caminhando pelo interior de propriedades rurais (KIRCHHOFF, 2004).

Ao longo do duto foi estabelecida faixa de servidão de 3,0 m, sendo 1,5 m de cada lado do tubo, que deve ser mantida desocupada para ser utilizada como acesso para atividades de inspeção e manutenção do sistema (KIRCHHOFF, 2004).

Em 2001, durante a implantação do duto, o DEPRN, recebeu denúncia de que o desmatamento, devido às obras de escavação para implantação do mesmo, ultrapassavam a faixa de 6,0 m ao longo de toda a extensão autorizada pelo órgão. Em função da denúncia, o DEPRN realizou vistoria confirmando que a intervenção havia sido realizada em faixa de 9,3 m, resultando em danos à vegetação nativa de cerrado em estágio inicial de regeneração.

O fato foi comunicado à Polícia Ambiental que também realizou vistoria e emitiu o AIA, considerando que a intervenção havia sido realizada em desacordo com a licença ambiental emitida pelo DEPRN.

Os documentos foram então encaminhados ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, que após algumas negociações, firmou com a Gás Brasiliano, em 11/10/02 TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, apresentado no Anexo A, desta Tese, e composto das seguintes obrigações: compensação ambiental devido à supressão de vegetação superior à licenciada, ocorrida durante a implantação do ramal e apresentação de informações e esclarecimentos técnicos a respeito do licenciamento ambiental.

No que diz respeito à compensação ambiental, o TAC, apresentado no Anexo A desta Tese, contempla: recuperação de área igual a dez vezes a área suprimida com espécies nativas da região; definição da empresa responsável pelo projeto de recuperação; definição das áreas a serem recuperadas, incluindo a APP do Córrego da Prata, em Descalvado; parte da APP do Córrego Monjolinho próxima ao conjunto habitacional São Carlos VIII; APP do Córrego Monjolinho à montante do local da captação para o abastecimento de São Carlos e APP do Córrego Tijuco Preto em São Carlos. A recuperação das áreas compreende, pelo período de três anos, o plantio e acompanhamento das espécies, garantia de seu desenvolvimento, e reposição de mudas em caso de perda das mesmas.

No que diz respeito às informações sobre o licenciamento do empreendimento, deveria ser realizada audiência pública para apresentação do projeto, do processo de licenciamento, do estudo de análise de risco e o atendimento a emergências. A audiência pública deveria ser realizada no prazo de 60 dias, a partir da data de assinatura

do TAC, e contar com a participação de pelo menos 100 pessoas, incluindo representantes de instituições do poder público, de organizações não governamentais, entre outros. Foi estabelecida ainda multa em caso de não cumprimento das obrigações acordadas no Termo de Ajustamento de Conduta. Durante o período de negociações, até a assinatura do TAC, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, solicitou apoio técnico do professor Marcelo Pereira de Souza, do Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC-USP, e sua equipe de orientandos, que devido a outros compromissos, só apresentou sua avaliação posteriormente, na audiência pública contemplada no TAC. E assim, sem o apoio técnico, o TAC celebrado foi considerado suficiente para a recuperação ambiental, ou como esclareceu o Promotor de Justiça na audiência pública: “ O Inquérito Civil surgiu em função de um AIA emitido pela Polícia Ambiental resultante da comprovação de desmatamento em área superior à licenciada pelo DEPRN. Sem o apoio técnico competente, anteriormente solicitado, tive que tomar uma decisão a respeito do problema inicial que originou o Inquérito Civil”.

A audiência pública foi realizada em 10 de março de 2003. Nessa audiência foram prestadas as informações solicitadas no TAC e foi apresentado, também, o parecer elaborado pelo professor Marcelo Pereira de Souza e sua equipe de orientandos. Após todas as explicações, questionamentos e discussões, alguns pontos ficaram claros:

- A audiência caracterizou-se como um embate entre os representantes do empreendedor, defendendo o desenvolvimento econômico, e o Prof. Marcelo Pereira de Souza e sua equipe, defendendo a proteção ambiental e inviabilidade do empreendimento;
- O empreendimento em questão não poderia ser licenciado por meio de Relatório Ambiental Preliminar - RAP, uma vez que está previsto no art. 2º, inciso V da Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986:

Dependerá de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, a serem submetidos à aprovação de órgão estadual competente, e da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: V – oleodutos, gasodutos,...

E também no art. 2º, §1º e respectivo Anexo I, da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997:

Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo I, parte integrante desta resolução.

Anexo I – Atividades ou Empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental – Transportes, terminais e depósitos – transporte por dutos.

Porém, no Estado de São Paulo, a Resolução SMA 42/94, de 29 de dezembro de 1994, permite que os interessados requeiram a licença ambiental mediante Relatório Ambiental Preliminar (RAP), e que a Secretaria de Meio Ambiente (SMA), através do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) analise o RAP e decida se o pedido de licença deve ser indeferido em razão de impedimentos legais ou técnicos e exija a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) ou, se é possível licenciar, sem a necessidade de EIA-RIMA. Ou seja, a finalidade principal do RAP não é avaliar a viabilidade ambiental de projetos e sim verificar se existe necessidade de EIA-RIMA (KIRCHHOFF, 2004).

- Segundo parecer do professor Marcelo Pereira de Souza e sua equipe, o empreendimento não respeitou a avaliação de adequação de tipologia e localização; o RAP não poderia substituir o EIA; o RAP não demonstra a viabilidade ambiental do empreendimento, a audiência pública em questão, só estava servindo para mostrar à sociedade o que já tinha sido implantado e estava em operação, e o papel da audiência deveria ser apresentar e discutir, com a sociedade, o projeto de um empreendimento que será implantado e buscar alternativas para a viabilidade ambiental do mesmo.

A conclusão do Promotor de Justiça do Meio Ambiente na audiência pública era que “a questão do desmatamento ficou pequena perto da problemática do licenciamento do empreendimento via RAP, assim propôs o TAC para resolver a questão da supressão de vegetação, deixando uma cláusula em aberto para poder resolver o problema do licenciamento”.

- Os técnicos do DAIA, responsáveis pelo licenciamento do empreendimento não estavam presentes;
- Os representantes do empreendedor e técnicos que realizaram os estudos, tentavam defender o empreendimento, já implantado, com argumentos pouco convincentes, pois o projeto foi implantado, independentemente de sua viabilidade ambiental, voltado apenas para a questão econômica e os estudos com o RAP, a análise de riscos, o programa de gerenciamento de riscos e o plano de atendimento de emergência não foram norteadores

de uma análise de viabilidade ambiental, mas elaborados para um empreendimento já definido;

- O representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, informou que estavam tentando criar mecanismos de participação da sociedade na gestão ambiental, e que o Município estava discutindo com o Estado a possibilidade de licenciamento municipal.

Como conclusão da audiência, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente esclareceu que se não ficar comprovado que a troca do EIA-RIMA pelo RAP prejudicou o interesse público não seria necessária a Ação Civil Pública.

Pode-se verificar, a partir da estratégia de inserir no TAC, algumas pendências, a possibilidade do instrumento, de permitir a reabertura da negociação e de novas tomadas de decisão, mesmo após o TAC firmado, à medida que novas informações e alternativas sejam anexadas ao Inquérito Civil. Esse procedimento mostra-se bastante importante para a resolução do conflito ambiental e inclusive para o desenvolvimento sustentável, porém, exige conhecimento do assunto e experiência por parte do Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

Em 25 de agosto de 2003, uma audiência contando com a presença de várias pessoas, entre elas o Promotor de Justiça Descalvado e o Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, realizou-se na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, em continuidade à audiência pública realizada em março. Nesta audiência permaneceram algumas dúvidas a respeito do empreendimento, pois todos os estudos foram realizados, após a implantação do mesmo, não havendo avaliação prévia de riscos e emergências, entre outros. Num momento da reunião o representante do empreendimento mencionou “ Seguimos a regra do jogo, fizemos o que a Secretaria de Meio Ambiente pediu”, questionando também que as cidades não têm Plano Diretor, e que num breve futuro as áreas estarão densificadas, então não tem como afastar os dutos, ficando sem sentido mudar os traçados. O professor Marcelo Pereira de Souza questionou os riscos dos trechos de alta pressão, pois estava ciente que os trechos de baixa pressão têm que chegar até os consumidores.

Permanecem, então, duas posições antagônicas, de um lado, os empreendedores que defendem que o empreendimento está licenciado por meio de RAP, segundo legislação estadual e portanto operando legalmente, sem necessidade de alterar traçados; de outro lado, o grupo em defesa do meio ambiente e da minimização dos riscos associados ao

empreendimento, liderado pelo professor Marcelo Pereira de Souza, considerando que o RAP solapa os direitos constitucionais do EIA-RIMA.

Assim, embora o empreendimento esteja licenciado, ele pode ser questionado e cabe ao Promotor de Justiça buscar o acordo e conseguir as alterações necessárias, dentro do que considerar mais importante, como por exemplo, alterar o traçado dos trechos mais próximos às residências, e portanto, considerados críticos pelo estudo da USP, ou caso a empresa não se adeque às solicitações, iniciar a Ação Civil Pública contra a empresa concessionária de gás.

A pergunta do Promotor de Justiça do Meio Ambiente ao Professor Marcelo Pereira de Souza e sua equipe “É possível ficar como está? O que a empresa prestou de informação é suficiente?”

E ao empreendedor: “Estão dispostos a fazer as alterações necessárias? É possível alterar o traçado no trecho mais crítico, em Descalvado?”

Verifica-se que os Promotores estão buscando uma solução consensual, sem prejuízo ao empreendedor e com garantia de segurança para a sociedade; o Prof. Marcelo Pereira de Souza e sua equipe, devido às incertezas embutidas no traçado implantado, apela para o princípio da precaução, e quer a alteração de traçado nos trechos de maior risco, e que o empreendedor está representado por técnicos que não entendem a necessidade de alteração, mas que de qualquer forma, não têm poderes de decisão.

Como proposta final da reunião seria realizado estudo de novos traçados, para serem comparados com o já implantado e em operação. Os traçados seriam avaliados em campo, com realização de análise de risco e avaliação de impacto ambiental, e se realmente exigida nova alternativa, o empreendedor encaminharia à diretoria da empresa distribuidora de gás, para tomada de decisão. Esse estudo seria realizado pelo Prof. Marcelo Pereira de Souza e sua equipe. Como conclusão, o representante do empreendedor informou que, dependendo dos custos, a empresa poderia desistir da distribuição de gás na região.

Em janeiro de 2004, o Prof. Marcelo Pereira de Souza e sua equipe apresentam o parecer técnico sobre novos traçados. Em março de 2004 é realizada audiência na Promotoria de Justiça de Descalvado, com a presença dos Promotores de Justiça de São Carlos e Descalvado, representantes da empresa distribuidora de gás, com a participação da autora dessa Tese. Nesta reunião, os Promotores propõem a alteração de traçado em dois pontos críticos da cidade, bastante próximos às residências, havendo a possibilidade de discutir prazos para evitar prejuízo aos consumidores que já fazem uso

do gás. Os Promotores se mostram receptivos e não buscam o traçado ideal com alteração do existente, como defende a equipe da USP, mas querem a alteração dos pontos críticos e informam que estão respaldados por parecer técnico.

Os representantes da empresa alegam que não receberam o parecer e que realizaram novo estudo de risco dos pontos críticos e que os mesmos mostraram que os riscos estão dentro dos limites aceitáveis. Teriam interesse em fornecer toda a documentação necessária e que os maiores risco são devido a ações de terceiros, mas que tinham todos os trechos protegidos.

Os Promotores alegam que não havia comprovação da proteção e que não podem acreditar que todo o duto esteja protegido, sem a comprovação da empresa. Como estratégia de negociação os Promotores questionaram o cumprimento das obrigações propostas no TAC já firmado, referentes à recuperação de vegetação nas APP definidas.

O representante da distribuidora assume que existe um trecho em curva, em Descalvado - SP, próximo às residências, que não está protegido, que está disposto a implementar qualquer medida mitigadora necessária, e que não pode paralisar o fornecimento de gás. Alegam que precisam tomar conhecimento do documento elaborado pelos técnicos da USP. Sugerem vistoria nos trechos de risco, na estação de controle de pressão de Descalvado e na área de recuperação de vegetação.

A audiência é encerrada e inicia-se a vistoria. Verificou-se, durante a vistoria, que um trecho da tubulação está implantado no meio de uma das ruas de um bairro periférico de Descalvado - SP em frente a diversas casas e que não há sinalização suficiente. Na estação de redução de pressão, mesmo com a abertura da estação e do painel de controle, nenhuma manifestação ocorreu por parte da central em Araraquara, que opera todo o sistema e monitora possíveis emergências por computador, o que pode demonstrar falhas no atendimento a emergências. Ficou claro também que, no estágio atual de ramificação da rede, não é possível manobrá-la facilmente, devido ao pequeno número de ramais implantados, e que alterações no traçado realmente paralizariam o fornecimento de gás em alguns trechos, mas que no futuro isso seria possível, dependendo da implementação de novos ramais. Ao final da vistoria ficou acordado que a concessionária de gás enviaria novas informações sobre as proteções e programas de atendimento a emergências.

Em junho de 2004, os Promotores de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos e de Descalvado, reúnem-se para discutir sobre o andamento do Inquérito Civil do gasoduto,

pois até essa data, nenhuma das duas Promotorias recebeu novas informações da concessionária de gás.

São consideradas algumas propostas e alternativas para fazerem parte do TAC, que serão discutidas em audiência futura com representantes da concessionária. Entre elas, pode-se citar: como medida compensatória a empresa poderia fornecer equipamentos para o centro de atendimento a desastres e emergências que será criado em São Carlos pela Defesa Civil, com participação de outras instituições, entre elas a ONU. Um risco nessa medida compensatória, levantado pelos Promotores, é que o centro ainda é um projeto e se o mesmo não der certo, o TAC perde parte de sua efetividade. Uma opção seria estabelecer prazo para a criação do Centro, e se o mesmo não for cumprido, o dinheiro poderia ser repassado para a Defesa Civil de São Carlos; a Defesa Civil sugeriu a instalação de estação de monitoramento do vazamento de gás, e em caso de acidente, a Defesa Civil atenderia ao gasoduto no trecho São Carlos-Descalvado-Porto Ferreira. Entre as ações a serem implementadas foram listadas: a construção das proteções de concreto nos trechos de maior risco; elaboração de EIA-RIMA para quaisquer outros empreendimentos no Estado de São Paulo, ficando proibido o licenciamento por meio de RAP; elaboração de programa de atendimento a emergências; elaboração de relatórios trimestrais a respeito da operação do sistema, ocorrência e intercorrências, preventivas e de gerenciamento de riscos; todos começando a valer a partir da assinatura do TAC.

No que diz respeito a multas, elas deveriam ser previstas, separadamente, para cada obrigação integrante do TAC, tendo sido discutidas algumas alternativas como: multa diária para a instalação da proteção de concreto; multa fechada para o caso de erosões na área em que o gasoduto foi implantado; multa fechada em caso de não ser realizado EIA-RIMA para o licenciamento de novos trechos; multa por dia de atraso na entrega do relatório trimestral. Para cada item seria previsto o valor da multa e a forma de pagamento de cada uma delas. Ficou definido que seria marcada nova audiência com a empresa, para a discussão do TAC, a ser previamente elaborado pelos dois Promotores de Justiça.

Verifica-se que o impacto inicial, resultante da implantação do empreendimento, que consistia em desmatamento de área de cerrado, ficou pequeno em função de novos problemas que surgiram, e que foram detectados a partir de novas informações constituintes do Inquérito Civil. Assim, o Inquérito Civil mostrou que tem papel importante no esclarecimento e negociação dos conflitos ambientais.

O TAC, celebrado entre a empresa concessionária de gás e a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos - SP mostrou-se insuficiente do ponto de vista de resolução do principal conflito ambiental, o risco associado ao empreendimento e a falta de comprovação de viabilidade do mesmo, em função do licenciamento por meio de RAP, conforme previa e expressamente assinalado pelo próprio Promotor de Justiça do Meio Ambiente no corpo do TAC, apresentado no Anexo A desta Tese.

A falta de apoio técnico gerou a complicação na resolução do conflito, demonstrando, mais uma vez, que é necessária a criação de estrutura que dê suporte técnico aos Promotores de Justiça do Meio Ambiente, principalmente em relação às questões ambientais, e que os CAO existentes não têm como atender a essa demanda e que são importantes os técnicos locais, comprovando as afirmações de MMA (2002c), apresentadas no item 3.8 da Revisão Bibliográfica.

Embora os representantes das Universidades estejam muitas vezes capacitados para o atendimento às demandas do Ministério Público, têm outras funções já definidas, e na maioria das vezes, não conseguem responder no tempo necessário. Além disso, não existe, de forma geral, a interação entre o Promotor de Justiça do Meio Ambiente e as Universidades, sendo que nem sempre, o Promotor sabe quem pode atendê-lo tecnicamente, para resolução de cada tipo de conflito, pois não existe um cadastro de técnicos e suas respectivas áreas de atuação.

Segundo a visão do representante da ACQUAVIT: “Algumas vezes, como no caso do conflito da Gás Brasileiro, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente não consegue estabelecer contato com um profissional técnico que o oriente na questão, e pode acabar tomando uma decisão equivocada ou precipitada” (ACQUAVIT, 2004).

A existência de legislação no Estado de São Paulo, que fere a Constituição de 1988, e que permite o licenciamento de empreendimentos por meio de RAP, dificulta a atuação dos Promotores de Justiça na resolução de conflitos ambientais, uma vez que o RAP não tem instrumentos que respondem, muitas vezes, pelos reais impactos e problemas do empreendimento, o que pode resultar em muitos conflitos.

Até a data de 20 de setembro de 2004, o conflito apresentado ainda estava sem resolução e aguardando novas informações. A negociação a respeito das melhores soluções ainda permanece, e o conflito em questão não foi transformado em Ação Civil Pública, por ser claro para os Promotores envolvidos, que o acordo e o comprometimento da empresa distribuidora de gás, que presta serviço de utilidade

pública, será mais importante para a questão ambiental e social do que ações judiciais, sem contudo dispensá-las.

Um ponto positivo deste conflito é a parceria entre dois Promotores de Justiça de diferentes comarcas, São Carlos e Descalvado, o que permite a resolução do conflito de forma mais ampla e sistêmica.

5.6.9 Implantação de Trevo Rodoviário

Esse estudo de caso — último a ser abordado nesta Tese — foi escolhido por apresentar uma característica diferente da maioria dos conflitos ambientais da comarca: a intervenção da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, ainda na fase de projeto do empreendimento, resultando na antecipação ao dano ambiental, prevenindo-o.

Em função das necessidades de alteração do sistema viário de acesso ao Município de São Carlos - SP, devido ao desenvolvimento econômico e social na região, e conseqüente aumento do fluxo de veículos, novo trevo foi projetado e estava em início de implantação na intersecção entre a Avenida São Carlos, uma das principais vias da cidade; a SP-310, que liga São Carlos - SP à Capital; e a SP-218, que liga São Carlos - SP a Ribeirão Preto - SP.

As alças do trevo foram projetadas respeitando exclusivamente critérios de engenharia viária, com previsão de expressiva supressão de vegetação nativa e exótica. As modificações estavam em processo de início de implantação, sem o devido licenciamento, quando uma representação feita ao Ministério Público e ao DEPRN, pela ACQUAVIT, ONG ambiental da cidade, mudaram todo o rumo da situação.

O Inquérito Civil instaurado na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos propôs a readequação do dispositivo de acesso e retorno no km 235,5 Sul da Rodovia Washington Luiz e a realização do licenciamento ambiental junto ao DEPRN. O projeto original resultaria no desmatamento de parte da APP do Córrego Monjolinho e supressão de diversos exemplares nativos e exóticos, integrantes do local conhecido como “Bosque do Antigo Frigorífico São Carlos do Pinhal”.

O desenvolvimento do processo de negociação para a resolução do conflito ambiental envolveu várias audiências entre as partes interessadas, incluindo integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos – SP (COMDEMA), e resultou no reconhecimento da necessidade de minimização dos impactos ambientais resultantes das obras, com a preservação do maior número possível de exemplares

vegetais, suprimindo somente os necessários; da necessidade de medidas ambientais compensatórias pertinentes; e da necessidade da melhor recomposição ambiental no local.

O TAC apresentado no Anexo A desta Tese, e firmado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, o DEPRN, a Prefeitura Municipal e a Concessionária Triângulo do Sol, conseguiu, consensualmente, que cada instituição desempenhasse seu papel em relação ao empreendimento, sob o prisma da sustentabilidade ambiental na agenda do desenvolvimento.

À Prefeitura Municipal, entre outros, coube o compromisso de preservação do Bosque, com a manutenção da integridade do maciço florestal em extensão anterior à implantação do empreendimento, assumindo ainda sua vontade e decisão em não implantar projetos que resultem na diminuição da área vegetada. Como medida compensatória a Prefeitura Municipal tem que efetuar o reflorestamento de outras áreas públicas, tendo sido definido o reflorestamento das encostas junto à margem esquerda da pista de rolamento, marginal ao Córrego Monjolinho, no Jardim Santa Mônica, área que deveria ter sido respeitada, no passado, como APP. O projeto deve ter apenas espécies nativas e contar com a aprovação do DEPRN. A Prefeitura Municipal deve também acompanhar as obras de implementação do trevo e encaminhar ao DEPRN e ao Ministério Público informações sobre quaisquer irregularidades, podendo, inclusive, responder por omissão.

À Concessionária coube implementar as obras restritamente dentro do proposto pelo TAC, apresentado no Anexo A desta Tese, providenciando ainda todas as licenças pertinentes ao empreendimento. Cabe ressaltar que, devido à tipologia e porte do empreendimento, não foi parte integrante do Inquérito Civil a discussão da necessidade do EIA-RIMA, mas apenas a exigência do licenciamento comum, que foi devidamente realizado.

O DEPRN deve atuar como o fiscal do acordo previsto no TAC e expedir as licenças necessárias à implementação do novo projeto, já readequado. A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente ficou responsável pelo acompanhamento e monitoramento das obrigações previstas no TAC.

A negociação baseada na busca do consenso, resultou no reconhecimento do problema, na verificação da possibilidade de readequação do empreendimento sem prejuízos para os envolvidos e grandes ganhos ambientais, além de permitir discussão ampla e o comprometimento de todas as instituições interessadas. A ação do DEPRN e da

sociedade civil representada pela ONG ACQUAVIT resultou num conflito ambiental sadio e antecipado ao dano.

O estudo de caso em questão representa o novo rumo a ser dado na resolução de conflitos ambientais, a antecipação ao dano, a discussão do projeto antes da implantação do empreendimento, a busca de soluções viáveis e menos impactantes ao meio ambiente. Representa o início de novo paradigma ambiental, realizado nos países desenvolvidos.

Além disso, o estudo de caso demonstra que, independente da audiência pública prevista no EIA-RIMA para licenciamento de empreendimentos, o Ministério Público, pode, e deve, utilizar os instrumentos que têm disponíveis como o Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta para discutir e buscar, por meio de consenso, as melhores alternativas para a implementação de empreendimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, com a menor degradação ambiental possível.

5.7 Considerações Finais a respeito da Resolução de Conflitos Ambientais na Comarca de São Carlos – SP

A falta de compatibilização entre o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental é notada na Comarca de São Carlos – SP, como na maioria dos locais do planeta. Esse descompasso gera uma série de conflitos ambientais, cujas tipologias variam de região para região. A resolução desses conflitos deve ser, sempre que possível, realizada localmente, podendo-se utilizar, para tanto, alternativas já desenvolvidas e implementadas em outras regiões.

A resolução de conflitos pode ser realizada por meio de duas abordagens, a alternativa, que implica na construção de consenso e, a tradicional, que ocorre com intervenção do Poder Judiciário. Com base em estudos realizados em diversos países e, a partir de dados obtidos por esta Tese, pode-se dizer que a resolução de conflitos ambientais apresenta melhores resultados quando realizada por meio de abordagem alternativa (BINGHAM, 2004; SCOTT e TROLLDALEN, 2001; CUNHA, 2001; FINK e SOUZA, 2000).

No Brasil, a abordagem alternativa pode ser realizada pelo Ministério Público, por meio das Promotorias de Justiça. A instituição desempenha importante papel, uma vez que, mesmo sendo instituição do Estado, representa os interesses da sociedade civil brasileira, ainda pouco mobilizada e comprometida com as questões ambientais. Para

realizar esse trabalho, a instituição conta com o IC, um instrumento exclusivo, de levantamento e armazenamento de informações, ou seja, um memorial de negociações; e com o TAC, documento que confirma o acordo e o consenso e define os prazos e as obrigações de cada um dos envolvidos no conflito e no acordo.

A abordagem alternativa e a construção de consenso permitem a resolução mais eficiente e rápida dos conflitos, resultando inclusive em menores custos, quando comparados à abordagem tradicional, demonstrando que o TAC é um instrumento eficaz, se bem aplicado, na resolução de conflitos ambientais. O TAC traz consigo não apenas a obrigação de fazer ou de não fazer, mas o resultado do acordo ou consenso entre as partes, em relação ao que deve ser feito. Resulta, ainda, na conscientização do Poder Público e da sociedade civil a respeito da importância do meio ambiente e de sua preservação e proteção. Além disso, em se tratando de conflito ambiental, a reparação do dano e recuperação da qualidade precisa ser resolvida rapidamente, não podendo aguardar o desenrolar do processo judicial.

A elaboração e implementação de planejamento estratégico pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, também demonstra ser importante para a resolução de conflitos ambientais, pois implica em atuação proativa do mesmo, permitindo inclusive, a antecipação a alguns possíveis danos e conflitos.

A negociação, durante o desenrolar do Inquérito Civil, envolve várias etapas que incluem levantamento de informações, audiências com os interessados no conflito e vistorias nas áreas de ocorrência de dano ambiental. Devido à complexidade do tema ambiental, parcerias com outras instituições de gestão e fiscalização ambiental, bem como com universidades públicas e com ONGs, têm desempenhado importante papel, no que diz respeito ao levantamento dos principais problemas ambientais e ao suporte técnico ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente, na busca pelas melhores soluções.

O perfil de cada uma das pessoas, inclusive do Promotor de Justiça do Meio Ambiente, envolvidos no conflito, são fatores importantes durante a negociação, uma vez que a resolução de conflitos ambientais engloba diferentes relações com o meio ambiente e com o próprio conflito, por parte de cada um dos envolvidos no mesmo.

Porém, a tipologia do conflito ambiental é o ponto central da resolução. Cada tipo de conflito ambiental, com suas complexidades e características técnicas, é que conduz as ações a serem realizadas, as informações a serem anexadas ao IC, as instituições parceiras, a lei a ser aplicada, os resultados esperados, as metas estabelecidas, os impactos causados, os caminhos da negociação, a necessidade ou não de vistorias, o

apoio técnico necessário, os prazos viáveis a serem estabelecidos, a estrutura e necessidade de detalhamento do TAC, entre outros.

A utilização pelo Ministério Público, da abordagem alternativa e dos instrumentos disponíveis para tal, permite maior transparência no processo, uma vez que implica na participação da sociedade civil e de instituições do Poder Público e, um dos grandes benefícios da construção de consenso é o comprometimento com a causa ambiental por parte dos diversos participantes do conflito.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Considerações Gerais

Apresentam-se, a seguir, as conclusões e recomendações obtidas a partir da pesquisa realizada junto à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, no que diz respeito à resolução de conflitos ambientais:

6.2 Conclusões baseadas nos Resultados obtidos pela Pesquisa

- Com base na experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP, pode-se afirmar que o Inquérito Civil (IC), em conjunto com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), são instrumentos efetivos na resolução de conflitos ambientais;
- De todos os Inquéritos Cíveis relativos a conflitos ambientais instaurados no período de 2001 a 2004, a maioria vem sendo resolvida por meio de assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (63%), em detrimento das Ações Cíveis Públicas (3%) ajuizadas perante o Poder Judiciário, resultando em apenas (34%) ainda em negociação;
- Os tempos médios decorridos para resolução dos conflitos ambientais demonstram que a maioria deles é solucionada no período máximo de um ano e meio, o que resulta na redução de custos e na possibilidade de reparação do dano em tempo viável;
- Os conflitos mais antigos, pendentes e em negociação nos autos dos Inquéritos Cíveis datam de 2001 e representam apenas 11% do total de casos instaurados naquele ano;
- As Ações Cíveis Públicas pendentes representam 60% daquelas iniciadas no ano de 1997, 80% das iniciadas em 1998, e a partir de 1999, nenhuma das ACPs iniciadas foi solucionada;
- O IC pendente há mais tempo, encontra-se em negociação há 3 anos e 8 meses, porém existem ACPs ambientais pendentes desde 1991, totalizando 14 anos;

- Os conflitos ambientais predominantes referem-se a desmatamento, averbação de reserva florestal legal e reposição de vegetação, que somados aos caracterizados por danos ambientais em Área de Preservação Permanente (APP), representam 44,2 % dos Inquéritos Cíveis instaurados no período de 2001 a 2004.
- Outros conflitos ambientais mais frequentes são relativos a queimadas urbanas (20,5%) e rurais (8%), além daqueles resultantes de poluição industrial (5,4%) e de poluição sonora (4,1%).
- A tipologia do conflito ambiental, com suas complexidades e características, define as ações a serem realizadas, as instituições parceiras, a lei a ser aplicada, os resultados esperados, as metas estabelecidas, os impactos causados, os caminhos da negociação, a necessidade ou não de vistorias, o apoio técnico necessário, os prazos viáveis a serem estabelecidos, a estrutura e a necessidade de detalhamento do TAC;
- A complexidade e amplitude dos problemas e conflitos ambientais resultam na necessidade de apoio técnico multidisciplinar e específico para cada tipo de conflito, sendo fundamental para as tomadas de decisão, porém ainda ocorre de forma isolada e deficiente, contando, em alguns casos, com a participação de representantes do DEPRN, da CETESB e de universidades;
- O apoio técnico realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CAO-UMA) é deficiente, uma vez que não existem técnicos disponibilizados para a comarca;
- Entre os pontos positivos da abordagem alternativa, pode-se citar: menor resistência dos autores dos danos, crescente conscientização e sensibilização, aumento da credibilidade social da instituição, reparação do dano ambiental de forma mais rápida e efetiva, redução de tempo e custo, possibilidade de antecipação ao dano ambiental;
- O Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CAO-UMA) demonstra o interesse da instituição na melhoria do desempenho dos Promotores de Justiça na resolução de conflitos ambientais e representa importante ponto de partida;
- O Inquérito Cível, como instrumento exclusivo do Ministério Público permite ao Promotor de Justiça a investigação mais eficiente das informações necessárias para as negociações e tomadas de decisão para a resolução de conflitos ambientais;

- A credibilidade social do Ministério Público facilita a negociação para resolução de conflitos ambientais e fortalece o TAC, principalmente nos casos de parceria com outras instituições de gestão e fiscalização ambiental;
- O IC em conjunto com o TAC representam o diferencial do Ministério Público na resolução de conflitos ambientais, quando comparado a outras instituições do Poder Público também legitimadas para firmar o TAC;
- O IC em conjunto com o TAC permitem: a reparação dos danos ambientais imediatamente após a assinatura do acordo ou ainda durante a negociação e investigação nos autos do IC, antes da assinatura do acordo; a atuação preventiva e a negociação de futuros projetos, resultando na antecipação aos danos;
- O papel desempenhado pelo Ministério Público é extremamente importante, principalmente para a sociedade brasileira, ainda pouco mobilizada e organizada para encaminhamento e solução de seus interesses e problemas comuns, principalmente daqueles ambientais;
- O Promotor de Justiça do Meio Ambiente pode desempenhar importante função na resolução de conflitos ambientais, uma vez que não é apenas mediador do processo, mas ele mesmo, defensor do meio ambiente por atribuição legal;
- O Promotor de Justiça participa das negociações para resolução de conflitos ambientais com grande vantagem, devido ao amparo legal para realizar as investigações e para requisitar informações e documentos;
- A autonomia e independência funcional do Promotor de Justiça, podem não apresentar resultados positivos, pois permitem que os mesmos sejam predominantemente iniciadores de ACPs, transferindo a resolução dos conflitos ambientais para o Poder Judiciário;
- Entre as necessidades para o melhor desempenho na resolução de conflitos ambientais por meio da utilização de IC e TAC, podem-se citar: comprometimento do Promotor de Justiça com a causa ambiental e com a resolução de conflitos ambientais de sua comarca; implementação de planejamento estratégico para nortear a atuação; disponibilidade de dados e informações organizados e georreferenciados; disposição e disponibilidade do Promotor de Justiça para a realização de audiências e vistorias, na maioria das vezes, mais de uma por Inquérito Civil; disposição e disponibilidade do Promotor de Justiça para a realização de palestras e participação em eventos,

objetivando a divulgação do trabalho desenvolvido; estabelecimento de parcerias e participação efetiva de outras instituições de gestão e fiscalização ambiental; amplo conhecimento da legislação; conhecimento técnico ambiental; elaboração de TACs viáveis e factíveis; conhecimento de técnicas de negociação por meio de abordagem alternativa para a construção de consenso; existência de apoio técnico especializado e, existência de apoio institucional do Ministério Público para fortalecimento da atuação;

- Os representantes da CETESB e do DEPRN consideram que a construção do consenso e as parcerias fortalecem e dão maior credibilidade aos trabalhos de todas as instituições envolvidas na resolução de conflitos ambientais, melhorando o desempenho da atuação e a efetividade do TAC,
- Os representantes das ONGs ambientais consideram a construção do consenso e utilização do IC e do TAC efetivos, resolvendo a maioria dos conflitos denunciados pelas mesmas, apontando a deficiência no apoio técnico como um dos limitantes do desempenho ainda melhor;
- Os estudos de caso apresentaram diversas características e variáveis da resolução de conflitos ambientais baseada na utilização de abordagem alternativa e construção de consenso, utilizando o Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta.

6.3 Algumas Conclusões baseadas na Revisão Bibliográfica

- A resolução de conflitos ambientais representa importante contribuição para a implementação do desenvolvimento sustentável;
- A falta de compatibilização entre o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental gera uma série de conflitos ambientais cujas tipologias variam de região para região;
- A resolução de conflitos ambientais deve ser, sempre que possível, realizada localmente podendo-se utilizar, para tanto, soluções já desenvolvidas e implementadas em outros locais;
- A resolução de conflitos pode ser realizada por meio de duas abordagens, a alternativa, que implica na construção de consenso e, a tradicional, que ocorre com intervenção do Poder Judiciário;

- O Ministério Público brasileiro é uma instituição do Estado, defensora dos interesses difusos e coletivos, entre eles o meio ambiente com atribuição legal (Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981; Lei de Ação Civil Pública, de 1985 e Constituição Federal de 1988), para a utilização de abordagem alternativa para a resolução de conflitos ambientais, sem acionar o Poder Judiciário;
- O Ministério Público conta com instrumento exclusivo, o Inquérito Civil, que desempenha importante papel na resolução de conflitos ambientais, uma vez que permite a requisição e armazenamento das informações e documentos necessários às tomadas de decisão, o registro das negociações, das audiências e vistorias realizadas, além da assinatura do TAC;
- O TAC é um instrumento com caráter executivo e extrajudicial que confirma o consenso e acordo entre as partes envolvidas no conflito;
- A atuação do Ministério Público em relação à resolução de conflitos ambientais ainda é pouco conhecida pela sociedade civil brasileira.

6.4 Recomendações

Buscando a melhoria do desempenho do Ministério Público na resolução de conflitos ambientais, por meio de abordagem alternativa e construção de consenso, com a utilização de seus principais instrumentos, o Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta, evitando, a abordagem tradicional, a intervenção do Poder Judiciário e a Ação Civil Pública, recomenda-se:

- Desenvolvimento de um manual para a resolução de conflitos ambientais pelo Ministério Público, empregando abordagem alternativa e construção de consenso;
- Realização de treinamento de Promotores de Justiça para a utilização de abordagem alternativa e construção de consenso para resolução de conflitos ambientais;
- Realização de levantamento, organização, integração e gerenciamento de um sistema de informações ambientais, cuja área de abrangência deva ser definida pela instituição. A princípio, o Ministério Público tem interesse em armazenar e organizar informações setorializadas por bacias hidrográficas;

- Elaboração de metodologia de utilização do sistema de informações ambientais, como ferramenta para suporte técnico à atuação dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente;
- Realização de treinamento de Promotores de Justiça, técnicos e outros servidores das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente para o gerenciamento, atualização, utilização e análise dos dados do sistema de informações ambientais;
- Desenvolvimento de cadastro técnico de especialistas ambientais e suas áreas de atuação e de pesquisa;
- Realização de Convênios com universidades e outras instituições para realização de treinamentos e apoio técnico;
- Apoio institucional, técnico e financeiro para o incremento e melhoria de desempenho da resolução de conflitos ambientais pelo próprio Ministério Público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT (1987). NBR 10.151 – Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade – Procedimento, Rio de Janeiro, 6 p.
- ACQUAVIT (2004). Eng. Marcelo Montañó. Comunicação Verbal . São Carlos - SP, 26 de novembro de 2004.
- ADLER, P. S. et al (1999). Managing Scientific and Technical Information in Environmental Cases : Principles and Practices for Mediators and Facilitators Resolve Inc.; US IECR; Western Justice Center Foundation. Disponível em: <http://www.resolve.org/pubs/envir_wjc.pdf> Acesso em 09 dez. 2004.
- AGENDA 21 (1992). Cúpula da Terra: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Centro de Informações das Nações Unidas.
- APASC (2003). Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos – ONG Ambiental. Prof. Bernardo Arantes Teixeira - Comunicação Verbal . São Carlos - SP, 07 de maio de 2003.
- AVOLIO, E. G. (2002). *Da (i) licitude das queimadas da palha da cana-de-açúcar*, 238 p. - Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.
- BACOW, L. S.; WHEELER, M. (1991). Binding parties to agreements in environmental disputes, *Villanova Environmental Law*, v. 2, p. 99-101.
- BECKER, C. ; CHASIN, L.; CHASIN, R.; HERZIG, M.; ROTH, S. (1999). Do Debate Estagnado a uma Nova Conversação sobre Questões Controversas: um Relato do Projeto de Conversação Pública. In: *Novos paradigmas em Mediação* – Capítulo 15, Porto Alegre, Artmed Editora, p. 259-274.
- BENJAMIN, A. H. V. (2002). Meio Ambiente e Constituição: uma Primeira Abordagem, In: 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Instituto O Direito por um Planeta Verde . São Paulo - SP, 3 a 6 de junho de 2002, p. 89-101.
- BENJAMIN, A. H. V. (1999). Introdução ao direito ambiental brasileiro, *Revista do Direito Ambiental*, n. 14, Ano 4, São Paulo, RT Editora, p. 48-82.
- BINGHAM, G. (2004). What is Consensus-Building and why is it importante for resource management?, Resolve – Results through Consensus. Disponível em: <<http://www.resolve.org>> Acesso em 14 mar. 2004.
- BORDENAVE, J. E. D. (1992) *O que é participação?* São Paulo: Editora Brasiliense, São Paulo, 1992. (Coleção Primeiros Passos)
- BRASIL (1965). Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 de setembro de 1965.

- BRASIL (1981). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de agosto de 1981.
- BRASIL (1985). Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei que disciplina a Ação Civil Pública, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de julho de 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa Brasileira, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. 33ª Edição, atualizada e ampliada, Editora Saraiva, São Paulo, 377 p.
- BRASIL (1990). Resolução CONAMA nº 001, de 08 de março de 1990, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de abril de 1990, Seção I, p. 6.408.
- BRASIL (1990). Resolução CONAMA nº 002, de 08 de março de 1990, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de abril de 1990, Seção I, p. 6.408.
- BRASIL (1998). Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Crimes e Infrações Administrativas contra o Meio Ambiente, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 1998.
- BRASIL (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de julho de 2001.
- BRYAN, T. (2003). Context in environmental conflict: where you stand depends on where you sit, *Environmental Practice*, 2003, v. 5, n. 3, p. 256-264.
- CAPRA, F. (2004). *Pertencendo ao Universo: Explorações nas fronteiras da Ciência e da Espiritualidade*, Tradução de Maria de Lourdes e Newton Eichemberg, Editora Cultrix, São Paulo, 2004, 193 p.
- CAPRA, F. (1999). *O Ponto de Mutação: A Ciência, A Sociedade e a Cultura Emergente*, Tradução de Álvaro Cabral, Editora Cultrix, São Paulo, 1999, 447 p.
- CAPRA, F. (1994). Ecology and Community, *Center for Ecoliteracy*, Berkeley, Disponível em: <<http://www.ecoliteracy.org/pdf/community.pdf>>, 11 p., Acesso em 02 dez. 2003.
- CARPENTER, S., KENNEDY, W. J. D. (1985). Managing environmental conflict by applying common sense, *Negotiation Journal*, v. 1, June, 1985, p. 149-161.
- CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (2003). Eng. José Jorge Guimarães – Gerente da Agência Ambiental de Araraquara. Comunicação Verbal. Araraquara - SP, 26 de maio de 2003.
- CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (2003) - Inventário de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/>>. Acesso em 22 set. 2004.

- CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (1994) - Parecer Técnico 029/94/IRA. Resposta ao Ofício do Ministério Público, solicitando apuração dos motivos da degradação do Córrego Tijuco Preto, in: Ação Civil Pública 192/96, Comarca de São Carlos – SP, 4 p.
- CONAMP – Comissão Nacional dos Membros do Ministério Público. (2004). *Pesquisa sobre o Ministério Público no Brasil – Pesquisa de Opinião realizada pelo IBOPE em fevereiro de 2004*, Rio de Janeiro, SERMOGRAF Artes Gráficas e Editora Ltda, 115 p.
- COONEY, J. F. (1993). Face to face – the art of negotiating how when and why, *Public utilities fortnightly*, v. 131, n. 16, 1993, p. 10-17.
- CORMICK, G. W. (1992). Environmental conflict, community mobilization, and the “public good”: linkages and contradictions, *Studies in Law, Politics and Society*, v. 12, 1992, p. 309-329.
- CUNHA I. A. (2001). Conflito ambiental na costa de São Paulo: o plano diretor de São Sebastião, *Saúde e Sociedade*, 2001, v. 10, n. 1, 5 p.
- DANIEL, L. A. (1995). Laudo Pericial Circunstanciado para propositura de Ação Civil Pública nos autos do Processo Civil nº 09/93/93, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP. Escola de Engenharia de São Carlos - USP.
- DANIEL, L. A. (1996). Parecer oferecido como Perito Oficial na Ação Civil Pública nos autos do Processo Civil nº 189/93, da Segunda Vara Judicial da Comarca de Matão – SP. Escola de Engenharia de São Carlos - USP.
- DAVIS, C. B.; LEWICKI, R. J. (2003). Environmental conflict resolution: framing and intractability – an introduction, *Environmental Practice*, 2003, v. 5, n. 3, p. 200-206.
- DE CABO, A. R.; RODRIGUEZ, J. M. M.; BRESCANSIN, R. B.; MARINHO, V. L. F. (1997). *Laudos periciais em depredações ambientais – Introdução Geral*, DE MAURO, C. A. (Org.) Rio Claro, Laboratório de Planejamento Regional, DPR, IGCE, UNESP, 254 p.
- DE MIO, G. P. , FERREIRA FILHO, E., CAMPOS, J. R. (2004a). Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Participação da Sociedade, (Submetido à *Revista Engenharia Sanitária e Ambiental* para avaliação), 13p.
- DE MIO, G. P. , FERREIRA FILHO, E., CAMPOS, J. R. (2004b). Abordagens Alternativas na Resolução de Conflitos Ambientais, 15 p, 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Instituto O Direito por um Planeta Verde . São Paulo - SP, 31 de maio a 4 de junho de 2004, p. 373-394.
- DE MIO, G. P. , CÂMARA, C. D., SOUZA, M. P. (2001). Sustentabilidade Ambiental e Participação da Sociedade na Gestão dos Recursos Hídricos: Conceitos e Prática In: XIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e V Simpósio Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa da ABRH

– Associação Brasileira de Recursos Hídricos . Aracajú – SE, 25 a 29 de novembro de 2001, 20 p.

DEPRN (2003). Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – Eng. Victor Emmanuel Giglio Ferreira – Chefe de Equipe, Regional de São Carlos. Comunicação Verbal . São Carlos - SP, 28 de abril de 2003.

DÍAZ, D. R. (2001). Procesos de negociación comunitaria. in: *Promoción de la Salud: cómo construir vida saludable* - Capítulo 13, OPS/OMS. Editorial Medica Panamericana, p. 193-201.

DOTSON, A. B. (1983). Who and how? Participation in environmental negotiation, *Environmental Impact Assessment Review*, n. 4, 1983, p. 203-217.

DRAKE, L. E.; DONOHUE, W. (1999). Teoria da estruturação comunicativa na resolução de conflitos. In: *Novos paradigmas em Mediação* – Capítulo 3, Porto Alegre, Artmed Editora p. 47-70.

ELLIOT, M.; KAUFMAN, S. (2003). Building civic capacity to resolve environmental conflicts, *Environmental Practice*, v. 5, n. 3, p. 265-272.

ELLIOT, J. A (1994). *An introduction to sustainable development: the developing world*, London and New York, Routledge, 121p.

ENVIRONMENTAL DEFENCE CANADA (2004). Alternative Dispute Resolution, Environmental Defence Canada – Helping Canadians dealing with environmental issues. Disponível em: <<http://www.edcanada.org/csp/dispute.htm>> . Acesso em 25 mar. 2004.

FERREIRA FILHO, E. (1998). As pessoas jurídicas como sujeito ativo de crime na Lei 9.605/98, *Revista do Direito Ambiental*, n. 10, São Paulo, RT Editora, p. 21–25.

FERREIRA M. E. T. (1991). Aspectos agronômicos da queimada da cana-de-açúcar, *Palestra*, Reunião do Centro de Estudos Regionais. Ribeirão Preto. SP.

FINK, D. R.; SOUZA, L. A. (2000). Alternativa à Ação Civil Pública Ambiental (Reflexões sobre as vantagens do Termo de Ajustamento de Conduta), In: 4º Congresso de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo e 5º Encontro Anual dos Grupos Especiais de Promotores de Justiça do Meio Ambiente . Águas de São Pedro - SP, 15 a 18 de novembro de 2000, p. 128-148.

FRANÇA, A. C. (2003). Gestão de conflitos ambientais em empreendimentos, In: SimGeA – Simpósio sobre Gestão Ambiental – Empreendimentos em Operação - Palestra, ABGE – Associação Brasileira de Geologia de Engenharia . São Paulo - SP, 26 de novembro de 2003, 4 p.

FRANCO, A. R. (1992). Parecer sobre os efeitos da poluição provocada pelas queimadas dos canaviais na saúde humana. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP.

- FREITAS I. A. S. (2000). *Análise dos elementos de política de recursos hídricos*, Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 200, 254 p.
- GERGEN, K. J. (1999). Rumo a um vocabulário do diálogo transformador. In: *Novos paradigmas em Mediação* – Capítulo 2, Porto Alegre, Artmed Editora, p. 29-46.
- GIBSON, H. E.; APOSTOLIDIS, N. (2001). Demonstration, the solution to successful community acceptance of water recycling, *Water Science and Technology*, v. 43 , n. 10, p. 259–266.
- GONÇALVES, C. W. P. (1992). Audiências Públicas: Sociedade Civil faz justiça através do direito, in: ACSELRAD, H., Org., *Meio Ambiente e Democracia*, IBASE, Rio de Janeiro, 1992, p. 70-87.
- GOULART M. P. (2000). Ministério Público: Missão Institucional e Defesa do Meio Ambiente, In: 4º Congresso de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo e 5º Encontro Anual dos Grupos Especiais de Promotores de Justiça do Meio Ambiente . Águas de São Pedro - SP, 15 a 18 de novembro de 2000, p. 128-148.
- GRAD, F. P. (1989). Alternative dispute resolution in environmental law, *Columbia Journal of Environmental Law*, v. 14, p. 157-185.
- HETTWER, R. (1991). Ethical factors in environmental negotiation, *Environmental Impact Assessment Review*, n. 11, p. 197-201.
- HIGHTON, E. I.; ÁLVAREZ, G. S. (1999). A Mediação no Cenário Jurídico: seus Limites – a Tentação de Exercer o Poder e o Poder do Mediador segundo a sua Profissão de Origem. In: *Novos paradigmas em Mediação* – Capítulo 11, Porto Alegre, Artmed Editora p. 185-208.
- HOLANDA FERREIRA (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. Nova Edição Revista e Ampliada, 1838 p.
- IRIGARAY, C. T. J. H. (2003). Água: um direito fundamental ou uma mercadoria?. 7º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Instituto O Direito por um Planeta Verde . São Paulo - SP, 2 a 3 de junho de 2003, 385-400.
- JAFET, S. G.; SCHOBEL, D.; YAZBEK, V. C.; FRENKIEL, J.; MARQUES, F. O . (2000) – Ética – Conduta básica na resolução de conflitos – Apostila do Curso de Negociação, Mediação e Arbitragem, SEAM, São Paulo, 16 p.
- KIRCHHOFF, D. (2004). Avaliação de risco ambiental e processo de licenciamento: o caso do gasoduto de distribuição Gas Brasileiro – Trecho São Carlos – Porto Ferreira. 185 p. - Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

- LI, K. W.; KILGOUR, D. M.; HIPEL, K. H. (2003). Status quo analysis of an environmental conflict, In: Proceedings of the IEEE International Conference on Systems, Man and Cybernetics, v. 4, 2003, p. 3700-3705.
- LITTLEJOHN, S.; DOMENICI, K.L. (1999). Objetivos e Métodos de Comunicação na Mediação. In: *Novos paradigmas em mediação* – Capítulo 12, Artmed Editora, Porto Alegre, p. 209-224.
- LOUCKS, D. P. (2000). Sustainable water resources management. *Water International*. v. 25, n. 1, p. 3-10.
- MACHADO, P. A. L. (2003). *Direito Ambiental Brasileiro*, São Paulo, Malheiros Editores Ltda, 11ª Edição, Revista, atualizada e ampliada, 1064 p.
- MACHADO, P. A. L. (1995). Da Poluição e de outros Crimes Ambientais na Lei 9.605/98, *Revista do Direito Ambiental*, n. 0, São Paulo, RT Editora, p. 9-19.
- MAGALHÃES, A R; LIMA, R. R. A. (1995). *Projeto Áridas – A Strategy for Sustainable Development in Brazil's Northeast*, Ministry of Planning and the Budget, Brasília, 200 p.
- MAGLIO, I. C. (2001). A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local – 1990-1999, In: 21º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental, ABES, p. 13-60.
- MAGNANI, M. (2000). *Mecanismos para adequação ambiental em manufatura: uma abordagem teórica*. 123p. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.
- MANÇO, D. (1996). Parecer oferecido como Perito Oficial na Ação Civil Pública nos autos do Processo Civil nº 189/93, da Segunda Vara Judicial da Comarca de Matão – SP. Escola de Engenharia de São Carlos - USP.
- MARQUES, J. R. (2003). Termo de compromisso de ajustamento de conduta, In: 7º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Instituto O Direito por um Planeta Verde . São Paulo - SP, 2 a 3 de junho de 2003, p. 621-628.
- MARTINS, C. A . (2002). Como desenvolver e aprimorar suas habilidades de negociação, Apostila do Curso, Manager Assessoria em Recursos Humanos – Apostila, Campinas, 78 p.
- MAZZILLI, H. N. (2003). Notas sobre o compromisso de ajustamento de conduta, In: 7º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Instituto O Direito por um Planeta Verde . São Paulo - SP, 2 a 3 de junho de 2003, p. 571-576.
- MAZZILLI, H. N. (2002). *Introdução ao ministério público*, 4ª Edição – Revista, ampliada e atualizada., São Paulo, Editora Saraiva, 408 p.

- MAZZILLI, H. N. (1999). *A defesa dos interesses difusos em julço: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos*, 11^a Edição – revista, ampliada e atualizada., São Paulo, Editora Saraiva, 287 p.
- MCGLENNON, J. A. S.; SCHNEIDER, P. (1993). ADR: A new too lfor environmental managers, *Pollution Engineering*, v. 25, n. 13, p. 40-41.
- MCNAUGHTON, A. L. (1996). Collaborative problem-solving in environmental dispute resolution, *Natural Resources and Environment*, v. 11, n.1, 1996, 3-6 / 70.
- MILARÉ, E. (2000). *Direito do Ambiente: Doutrina, Prática, Jurisprudência, Glossário*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 687 p.
- MILARÉ, E. (1995a). Tutela jurídico-civil do ambiente, *Revista do Direito Ambiental*, n. 0, São Paulo, RT Editora, p. 26-71.
- MILARÉ, E. (1995b). Ação Civil Pública – Lei 7.347/85 – Reminiscências e Reflexos após Dez Anos de Aplicação, (Org), São Paulo, RT Editora, 195 p.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente/PNUD/CCPDS (2002a). *Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional*, v. 1, Brasília, Corgraf, 144 p.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente/PNUD/CCPDS (2002b). *Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias*, v. 2, Brasília, Corgraf, 145 p.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente/SDS (2002c). *Comércio e Meio Ambiente: uma Agenda Positiva para o Desenvolvimento Sustentável*, Braga, A. S.; Miranda, L.C. (Org.), Brasília, 310 p.
- MORENO, E., POL, E. (1999). *Nociones Psicosociales para la intervención y la gestión ambiental*, Publicacions de la Universitat de Barcelona, Barcelona, p. 21-55.
- MPSP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2004a) - Carta de Itatiba, CAO – UMA – Centro de Apoio Operacional – Urbanismo e Meio Ambiente, Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma.htm>> . Acesso restrito.
- MPSP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2004b) - Ministério Público e Controle da Administração Pública do Meio Ambiente, CAO – UMA – Centro de Apoio Operacional – Urbanismo e Meio Ambiente, Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma.htm>> . Acesso em 01 mar. 2004.
- MPSP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2004c) - Planejamento Estratégico Ambiental e Urbanístico, CAO – UMA – Centro de Apoio Operacional – Urbanismo e Meio Ambiente, Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma.htm>> . Acesso em 22 set. 2004.
- PAGANINI, G. A. (1992) *Estudo sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos de Indústria Têxtil*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992, 278 p.

- PATÍÑO, R. I., GUIMARÃES, L. (2001). Descentralización y autogestión comunitaria. in: *Promoción de la Salud: cómo construir vida saludable*, Capítulo 5, OPS/ OMS. Editorial Medica Panamericana, p. 65-83.
- PAULINO FILHO, O. (2000). Poluição sonora. In: *Desenvolvimento Sustentado: Problemas e Estratégias* – Capítulo 10, São Carlos - SP, Rima Artes e Textos, p. 181-190.
- PERRITT, H.; HYSON, J.; BROCK, J.; CHARLA, L. BACOW, L.; SIMANDLE, J. (1991). Symposium: alternative methods of resolving environmental disputes, *Villanova Environmental Law Journal*, v. 2, n. 1, p. 1-55.
- PIOVESAN, E. J. (2000). Legislação e Normas aplicáveis ao Gerenciamento Ambiental para a Indústria – Projeto Gerenciamento Ambiental para a Indústria Brasileira – Apostila, Curitiba, 85 p.
- PMSC – Prefeitura Municipal de São Carlos (2004). Informações Gerais, Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>> . Acesso em 15 nov. 2004.
- POL, E. (1996). La apropiación del espacio. in: L. Iñiguez e E. Pol - *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Monografías psico-sociales ambientales, n.9, Publicaciones de la Universidad de Barcelona, Barcelona, p. 45-62.
- RESOLVE - WWF (2003). ADR Tools and Techniques, Resolve – Results through Consensus. Disponível em: <<http://www.resolve.org>> . Acesso em 12 dez. 2003.
- SACHS, I. (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente*, São Paulo, Estúdio Nobel, Fundap, 103 p.
- SANCHEZ, L. E. (2001). *Desengenharia – O passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 254 p.
- SANTOS, D.; BAHIA, V. G.; TEIXEIRA, W. G. (1992). Queimada e erosão do solo, *Revista Informe Agropecuário*, V. 16. n. 176, Belo Horizonte - MG.
- SÃO PAULO (Estado) Ministério Público, Centro de Apoio Operacional das Promotoras de Justiça do Meio Ambiente (2000). *Legislação Ambiental Textos Básicos*, SÍCOLI, J. C. M. (Coordenador), São Paulo, 884 p.
- SÃO PAULO (Estado) Associação Paulista do Ministério Público (1993). Lei nº 8.625, 12 de fevereiro de 1993 , Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, São Paulo, APMP, 64 p.
- SÃO PAULO (Estado) (1989). Constituição do Estado de São Paulo, 05 de outubro de 1989, São Paulo, 48 p.
- SCHNITMAN, D. F. (1999). Novos paradigmas na resolução de conflitos. In: *Novos Paradigmas em Mediação* – Capítulo 1, Porto Alegre, Artmed Editora, p. 17-28.

- SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (1999). *Novos Paradigmas em Mediação*, Porto Alegre, Artmed Editora, Prefácio.
- SCHRAMA, G. J. I. (1998). Environmental dispute resolution in the Netherlands, *CSTM Studies and Reports – CSTM-SR*, n. 93, p. 1–15, Lecture in 1998 Public Nuisance dispute Resolution and Technology Identification Workshop Foundation of Taiwan Industry Service, Taiwan, 1998.
- SCOTT, P. T.; TROOLDALEN, J. M. (2001). International Environment Conflict Resolution: Moving Beyond Rio, WFED, Disponível em: <<http://www.wfed.org/resources/reports/article3.htm>>, 2001, acesso em 10 nov. 2003.
- SILVA, G. E. do N. (2002). *Direito Ambiental Internacional*, Rio de Janeiro, Thex Editora Ltda, 357 p.
- SILVA, J. A. (1994). *Direito Ambiental Constitucional*, São Paulo, Malheiros Editores Ltda, 243 p.
- SINGER, D. (1992). Arbitration Journal Report: The use of ADR in Environmental Disputes, *Arbitration Journal*, p. 55-59.
- SOUZA, M.P. (2000). *Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática*. São Carlos, Editora Riani Costa, 112 p.
- SROUR, R. H. (1998). O poder nas organizações, in: *Poder, Cultura e Ética nas Organizações - Capítulo 5* –, Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 131–165.
- STEIN, R. E (1985). The settlement of environmental disputes: towards a system of flexible dispute settlement, *Syracuse Journal of International Law and Commerce*, v. 12, n. 2, p. 283-298.
- STERN, P. C.; YOUNG, A. R.; DRUCKMAN, D. (1993). Causas humanas da mudança global In: *Mudanças e Agressões ao Meio Ambiente* – Capítulo 3, CAMPOS, J. C. B. (Trad.) São Paulo, Makron Books, 1993, p. 30-90.
- SUSSKIND, L (1986). Evaluating dispute resolution experiments, *Negotiation Journal*, V. 2, n. 2, p. 135-139.
- SUSSKIND, L.; WEINSTEIN, A. (1980). Towards a theory of environmental dispute resolution, *Boston College Environmental Affairs Law Review*, v. 9, n. 2, p. 311-357.
- TIMMERMANS, J. S.; BEROGGI, G.E.G (2000). Conflict resolution in sustainable infrastructure management, *Safety Science*, v. 35, n. 1, p. 175-192.
- UNITED NATIONS (1972). *Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente*, Estocolmo, Suécia.

- UNITED NATIONS (1992). *Declaração do Rio*, Rio de Janeiro, Brasil.
- UNITED NATIONS (2000). GEO 2000 - Chapter Two: The state of the environment - Latin America and Caribbean - Freshwater, New York.
- UNITED NATIONS (2002). *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, Joanesburgo, África do Sul.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2002) – *Diretrizes para Elaboração de Dissertações e Teses na EESC – USP*. Escola de Engenharia de São Carlos. Serviço de Biblioteca. São Carlos – SP.
- US EPA – Environmental Protection Agency (2004). Conflict Prevention and Resolution – Frequently asked questions, disponível em: <<http://www.epa.gov/adr>>, Acesso em 23 mar. 2004.
- VASSEUR, L.; LAFRANCE, L.; ANSSEAU, C.; RENAUD, D.; MORIN, D.; AUDET, T. (1997). Advisory Committee: a powerful tool for helping decision makers in environmental issues, *Environmental Management*, v. 21, n. 3, p. 359-365.
- VISCONTI, A. (2003). Ação Civil Pública – Requisito para exame nos Tribunais Superiores, CAO – UMA – Centro de Apoio Operacional – Urbanismo e Meio Ambiente, Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma.htm>> . Acesso em 01 mar. 2004.
- WANIS-ST.JOHN, A. (2003) Thinking globally and acting locally, *Negotiation Journal*, v. 19, n. 4, 2003, p. 389-395.
- WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987). *Our Common Future – Report*, 1987.
- WFED – WORLD FOUNDATION FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1992). *A Symposium on International Environmental Conflict Resolution Report*. Oslo, 1992.
- WONDOLLECK, J. M.; GRAY, B.; BRYAN, T. (2003). Us versus them: how identities and characterization influence conflict, *Environmental Practice*, v. 5, n. 3, 2003, p. 207-213.
- YAZBEK, V. C. (1999). Refletindo em Contextos de Formação. In: *Novos paradigmas em Mediação* – Capítulo 22, Porto Alegre, Artmed Editora, p. 383-396.
- ZHOU, C. (1998) – GIS monitors our fragile Earth, *GIS World*, V. 11, n. 10, p. 22-35.
- ZUÑIGA-GUTIERREZ, G. (2002). Environmental quantitative assessment of two alternative routes for a gas pipeline in Campeche - Mexico, *Landscape na Urban Planning*, n. 59, p. 181-186.

ANEXO A

Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos – SP

LISTA DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Desmatamento, Reposição de Vegetação e Averbação de Reserva Florestal Legal	183
Fazenda Canjerana – Desmatamento, Averbação de Reserva Florestal Legal e Reposição de Vegetação	183
Fazenda Colômbia – Danos em APP – Área de Preservação Permanente e Reposição de Vegetação	185
Gestão de Recursos Hídricos	187
Sistema de Tratamento de Esgoto de São Carlos - SP	187
Desentupidora Catoia Ltda ME	192
Queimadas Urbanas	195
Queimada Urbana com EPI para o Corpo de Bombeiros	195
Poluição Sonora	197
Academia de Ginástica High Point	197
Poluição Industrial	198
Metalúrgica MBA Ltda	198
Metalúrgica Cinco Estrelas Ltda	200
Gestão de Resíduos	202
Resíduos Sólidos do Município de São Carlos - SP	202
Aditamento Resíduos Sólidos do Município de São Carlos - SP	208
Implantação de Gasoduto	214
Gás Brasileiro	214
Implantação de Trevo Rodoviário	217
Triângulo do Sol	217

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos e o Sr. **GILBERTO DRIGHETTI**, brasileiro, Agricultor, portador do RG. n. 2.319.080-2- SSP/SP. e CPF/MF n. 030.826.018-04, residente e domiciliado na Av. Laranjeiras, n. 269 – Parque Faber – São Carlos-SP., como proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Canjerana” matriculado no CRI/São Carlos sob o n.19.541, sito no Município e Comarca de São Carlos, com 58,3632 alqueires paulista, nos autos do **procedimento administrativo** nº 124/2003, em trâmite pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, que versa sobre pequeno dano ambiental com fogo provindo do vizinho, que acabou atingindo área de vegetação natural e de reserva legal. Considerando, ainda, a necessidade de medidas reparadoras da vegetação e áreas atingidas, bem assim para outras adequações da propriedade à legislação ambiental, mormente no que tange à necessária demarcação e averbação da reserva legal florestal, além do essencial cercamento das áreas de preservação permanentes existentes no imóvel “Fazenda Canjerana”, para composição, recuperação e manutenção dos recursos ambientais da propriedade, bem como para que a propriedade, doravante, fique formalmente em consonância com as exigências específicas das leis de proteção do meio ambiente (solo, recursos hídricos, etc), resolvem firmar o presente **termo de compromisso de ajustamento de conduta**, nos termos seguintes:

1 – o interessado reconhece a efetiva ocorrência descrita no laudo técnico do DEPRN encartado à fls.03/05, esclarecendo que a “Fazenda Canjerana”, de sua propriedade, possui cerca de 58,3632 alqueires, cortada por dois cursos d’água e até a instauração deste procedimento não possuía área de reserva legal demarcada e averbada, tudo conforme memorial descritivo e plotado no mapa de Levantamento Planimétrico ora encartado nos autos, com a devida concordância do DEPRN;

2 – para a composição dos danos relativos ao fogo, conforme elencado pelo órgão ambiental no seu laudo de vistoria de fls.03/05, considerando a possibilidade plena de regeneração natural da vegetação nativa, bem assim para cumprir com disposto no art.16, do Código Florestal e outras disposições legais ordinárias e constitucionais principiológicas do desenvolvimento sustentável e do cumprimento da função social da propriedade, sobretudo a rural, o interessado, conforme se vê da cópia da matrícula do imóvel encartada novamente à fls. 23/25, já providenciou a averbação no cartório de registro de imóveis, das áreas de reservas legais florestais do imóvel. Agora, visando ao cumprimento total dos mesmos dispositivos legais citados, deverá providenciar no **prazo de 120 (cento e vinte) dias** a contar da assinatura deste termo, a demarcação de solo, para que se tenha definido no campo os limites das áreas de reservas legais, tanto para o abandono delas para a regeneração natural onde estiverem desprovidas de vegetação florestal natural, quanto para sua manutenção e preservação sem roçadas, limpezas e quaisquer outras intervenções não autorizadas. A demarcação de solo das áreas de reservas legais, deve ser implementada com a colocação de mourões ou postes de madeira, com a distância de 50 (cinquenta) metros entre um e outro, com altura superficial de 1,5m (um metro e meio) para que sejam intervisíveis. Essas obrigações serão cumpridas sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sem prejuízo de suas execuções específicas, nos termos dos arts.632, e seguintes, do Código de Processo Civil. Essas mesmas áreas destinadas às reservas legais florestais do imóvel, de imediato devem ser abandonadas para integral regeneração natural da vegetação, a fim de que possa com eficiência cumprir com a finalidade ecológica e ambiental prevista na lei e literatura específica, também sob pena de multa diária, agora no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e execução específica;

3 – para recuperação e manutenção, da vegetação florestal nativa ciliar das áreas de preservação permanente, do curso d’água que passa ao lado da Reserva Legal 2 do imóvel do interessado, o proprietário subscritor fica obrigado a cercar e isolar tais áreas, em toda sua extensão e nas duas margens (no córrego em suas faixas marginais, numa largura de 30 metros de cada lado – art.2º, “a I”, do Código Florestal), podendo deixar a cada 150m (cento e cinquenta metros), uma abertura com corredor cercado até o corpo d’água, para dessedentação dos animais domésticos (bovinos, equinos, caprinos, etc). As cercas deverão estar concluídas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura deste termo de ajuste de conduta, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a ser recolhida ao Fundo Especial de Direitos Difusos Lesados. Mas, no entanto, as áreas de preservação permanentes nas faixas e larguras supra descritas, agora em relação aos dois córregos que cortam a propriedade matrícula n. 19.541 – CRI/São Carlos, vale dizer, tanto para o curso d’água sem denominação

lindeiro à Reserva Legal 2, quanto para o Córrego das Emas, devem ser abandonadas de imediato para regeneração natural da vegetação florestal nativa, sem promoção de roçadas ou limpezas de quaisquer espécies, sob pena de multa cominatória no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da reparação dos danos ao meio ambiente. Para que fique esclarecido, não será exigido o cercamento da área de preservação permanente do Córrego das Emas porque, como o curso d'água transita em terreno brejoso e de atoleiros, os animais domésticos não têm acesso à elas, não resultando em danos ao meio ambiente;

4 - Fica o interessado, ciente de que este termo de compromisso e ajustamento de conduta, tem valor de título executivo nos termos da legislação própria, apto a ensejar a execução pertinente, caso as obrigações assumidas não sejam cumpridas nas formas pactuadas.

Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público, enviando-se a promoção de arquivamento em separado, para apreciação e ulterior homologação.

São Carlos, 29 de junho de 2004.

EDWARD FERREIRA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

GILBERTO DRIGHETTI
RG. n. 2.319.080-2- SSP/SP. e CPF/MF n. 030.826.018-04

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Promotor de Justiça e do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos e **ANTONIO JORGE BOVI**, brasileiro, casado, Citricultor, portador do RG n. 3.630.229 e CPF/MF n. 036.691.818-49, residente na Rua Senador Vergueiro, n. 1266 – na cidade de Limeira-SP., CEP – 13.480-005 – tel (0xx19) 451-7787 e 451-6442, acompanhado de seu Advogado **Antero Lisciotto** – OAB/SP – 16.061, nos autos do **Procedimento n. 46/2001-MA**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos, que versa sobre conduta consistente em dificultar a regeneração de vegetação natural em área de preservação permanente (margens de lagoa), com uso de trator com roçadeira e, para composição e recuperação dos danos ambientais, bem como para solucionar também as questões referentes às demais áreas de preservação permanente existentes na propriedade, resolvem firmar compromisso de ajustamento nos termos seguintes:

1 – o autuado, juntamente com sua mulher **Marina Penteado Dos Santos Bovi**, brasileira, casada, do lar, RG. n. 3.565.043-SSP/SP e CPF/MF n. 160.701.648-65, que também assina este termo como anuente às obrigações nele inseridas, é proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Colômbia”, sita nas margens da Estrada Vicinal que liga os Distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia – Km 09, no Município de São Carlos e reconhece que efetivamente promoveu atividades com trator e roçadeira nas margens de uma das lagoas sita no imóvel, além de estar promovendo o plantio e cultivo de laranjas nas margens da mesma lagoa, de outras logo abaixo e também do córrego formado com a água que nasce na propriedade, abastece cinco lagoas e segue seu curso normal. Reconhece que estas atividades estão a dificultar a regeneração natural da vegetação ciliar das margens das referidas lagoas e do respectivo córrego, ocasionando danos ambientais, embora quando o interessado adquiriu a Fazenda Colômbia já não houvesse essa vegetação;

2- para recompor os danos ambientais causados, bem como e principalmente em relação à recomposição de todas as áreas de preservação permanente de sua propriedade, fica o autuado obrigado a isolar e cercar a área de preservação permanente da nascente que situa-se na parte superior da primeira lagoa, a menor delas, devendo ainda promover o replantio com vegetação nativa, de mais 05 (cinco) metros de raio em torno da mesma nascente, contando-se esta distância a partir do término da vegetação hoje existente no local;

3 – o autuado se obriga a retirar o cultivo de laranjas que estiver ocupando a área de preservação permanente do lado direito das margens das 2ª e 3ª represas indicadas mapa de fls.39, que equivale a 50 (cinquenta) metros a partir do final do espelho d’água, indicadas no mapa de fls.39, devendo ainda recuperar tais áreas com espécies nativas da região, num espaçamento de 3X2 metros, dispensando os tratamentos culturais adequados, como adubação, coroamentos, por um período de 03 anos e ou quando as mudas atingirem 3 (três) metros de altura, o que ocorrer primeiro, inclusive, replantando aquelas que não vingarem por qualquer razão. Na margem direita da 2ª lagoa, de cima para baixo, o autuado fica autorizado a deixar uma área de 50 metros lineares para só regeneração natural, tudo em função da visualização da sede da fazenda, que é muito antiga e incorporada àquela paisagem, propícia de ser mantida para composição do ambiente local. Sobre este aspecto e concessão, está-se considerando, principalmente que se trata de imóvel antigo, com construções e conformações antigas, cujos desmatamentos não foram procedidos pelo autuado, que na verdade só a está recuperando em função da obrigação legal mas, também, pela consciência ambiental que ostenta;

4 – o autuado, ainda para recuperação de áreas de preservação permanente em seu imóvel, Fazenda Colômbia, matrícula n.1222, se obriga a retirar toda a laranja e ou outra cultura que estiver nos 50 (cinquenta) metros da área de preservação permanente das 4ª e 5ª represas indicadas no mapa de fls.39, devendo ainda recuperar tais áreas com espécies nativas da região, num espaçamento de 3X2 metros, dispensando os tratamentos culturais adequados, como adubação, coroamentos, por um período de 03 anos e ou quando as mudas atingirem 3 (três) metros de altura, o que ocorrer primeiro, inclusive, replantando aquelas que não vingarem por qualquer razão;

5 – fica o autuado obrigado ainda, à recuperação da área de preservação permanente do córrego formado a partir das represas, em sua margem esquerda, já que a margem direita pertence a outra pessoa, vez que o corpo d’água é a divisa dos imóveis. A recuperação de tal área dar-se-á na margem do córrego numa faixa de 30 (trinta) metros, em toda sua extensão

que percorre imóvel do autuado, com espécies nativas da região, num espaçamento de 3X2 metros, dispensando os tratos culturais adequados, como adubação, coroamentos, por um período de 03 anos e ou quando as mudas atingirem 3 (três) metros de altura, o que ocorrer primeiro, inclusive, replantando aquelas que não vingarem por qualquer razão, não podendo haver ingresso de animais semoventes (bovinos, equinos, etc) por período mínimo de 03 anos após a efetiva revegetação com replantio de espécies nativas. As espécies também são indicadas pelo DEPRN no laudo de fls.03/05, podendo ser acrescentadas outras nativas, tudo para cumprir com a função social da propriedade, preservando as características do solo e qualidade dos recursos hídricos e o estabelecido pelo art.2º, do Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n. 4.771/65). Se o autuado e ou seus sucessores a qualquer título, eventualmente mudar de atividade de citricultor para pecuária e ou outra atividade nociva à recuperação e manutenção das área de preservação do córrego e das represas, fica obrigado a cercá-las adequadamente e de forma imediata e preventiva

6 – o autuado fica também obrigado a providenciar no prazo de 06 (seis) meses, em relação aos barramentos das 05 represas existentes na Fazenda Colômbia, a devida outorga do órgão competente – (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - D.A.E.E. – com endereço na Rua 13 de maio, n. 2.171 – pavimento superior – São Carlos);

7 - o replantio da vegetação mencionada nos itens “2” e “4”, vale dizer, das áreas de preservação permanente da nascente e das represas 4 e 5, deve ocorrer entre os meses de outubro de 2002 a março de 2003, tratando-se de período das chuvas, mais propício à atividade de revegetação;

8 – já o replantio da vegetação mencionada no item “5”, vale dizer, da área de preservação permanente do córrego, deve ocorrer entre os meses de outubro de 2003 e março de 2004, tratando-se de período das chuvas, mais propício à atividade de revegetação, devendo ser aproveitadas aquelas que porventura estiverem se regenerando naturalmente, caso em que serão consideradas para efeito do cumprimento da obrigação;

9- como já existe uma estrada de terra batida antiga, bem como construções também antigas nas margens esquerdas da 2ª e 3ª represas (colônia e estábulo), conforme indicado no mapa de fls.39, a área de preservação permanente será delimitada e considerada, aquela que se encontra demarcada pela estrada aludida, até o estábulo, devendo contudo, ser abandonada para regeneração natural, podendo, todavia ter o trânsito de alguns animais equinos e bovinos, desde que não ultrapasse 15 cabeças;

10 – No caso de descumprimento de alguma cláusula do presente termo de ajustamento, o autuado fica obrigado ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo das execuções específicas das obrigações assumidas, nos termos dos arts.634, e seguintes, do Código de Processo Civil Brasileiro;

11 - Fica o interessado ciente de que este termo de compromisso tem valor de título executivo nos termos da legislação própria, apto a ensejar a execução pertinente, caso as obrigações assumidas não sejam cumpridas nas formas pactuadas, sem prejuízo da execução específica das mesmas obrigações, como já alertado acima.

Oficie-se ao D.E.P.R.N. e Polícia Florestal com cópia para conhecimento e fiscalização.

Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público, enviando-se os autos para homologação, com promoção de arquivamento em separado.

São Carlos, 04 de março de 2002.

ANTONIO JORGE BOVI

RG n. 3.630.229 e CPF/MF n. 036.691.818-49

Marina Penteado Dos Santos Bovi

RG. n. 3.565.043-SSP/SP e CPF/MF n. 160.701.648-65

ANTERO LISCIOTTO

OAB/SP - 16.061

EDWARD FERREIRA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Testemunha

Fábio Luis Dos Santos Bovi

RG 23.191.784-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA celebrado entre a CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a **Municipalidade** de São Carlos, o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos, e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Cidade de São Paulo – SP, neste ato representada por seu **Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo, Sr. LUIZ ROBERTO NEME**, e por seu **Gerente da Agência Ambiental de Araraquara, Sr. JOSÉ JORGE GUIMARÃES**, doravante designada simplesmente **CETESB**, a **Municipalidade** e **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - SP**, inscrita no CGC/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Conde do Pinhal, nº 2017, na Cidade de São Carlos – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Dr. NEWTON LIMA NETO**, doravante designada simplesmente **PREFEITURA**, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS – SP**, inscrito no CGC/MF sob nº 45.359.973/0001-50, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.500, em São Carlos – SP, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Dr. JURANDYR POVINELLI**, portador do CPF nº 016.182.458-72, doravante designado simplesmente **SAAE**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, introduzido pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, na Lei Orgânica do Município de São Carlos e legislação esparsa no que concerne à obrigação do Poder Público preservar o meio ambiente e a saúde pública, a **PREFEITURA** e o **SAAE** reconhecem a necessidade de efetuar o tratamento do esgoto sanitário da Cidade de São Carlos;

CONSIDERANDO que a Cidade de São Carlos não dispõe de Estação de Tratamento de Esgoto ou qualquer outro sistema de disposição adequada dos efluentes líquido-sanitários gerados pela população da cidade e, considerando que tais efluentes são lançados *in natura* nos Córregos do Tijuco Preto, Monjolinho e Do Gregório, em São Carlos, todos pertencentes à Bacia do Médio Tietê Inferior;

CONSIDERANDO a existência de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo - (Autos nº 142/96, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos), com vistas a compelir a municipalidade e o SAAE a dar adequada disposição aos efluentes líquido-sanitários gerados, portanto, tratando-se pois do mesmo objeto do **TAC** firmado entre a CETESB e o SAAE, aos 24/05/2000 (Proc. SAAE nº 2.666/99);

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do TAC anteriormente firmado entre a CETESB e SAAE, agora baseado em dados concretos e reais das mudanças discricionárias que a área e o projeto da ETE sofreram, visando maior preservação ambiental, aplicação de melhor tecnologia de construção e operação, maior economia aos cofres públicos e o respeito aos ditames da nova Lei de Responsabilidade Fiscal (Proc. SAAE nº 2.666/99);

CONSIDERANDO o conteúdo da Ata da Reunião entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, a CETESB e o SAAE, de 11/09/2001;

CONSIDERANDO o Ofício da CETESB nº 1062/01/CGd-AR, de 13/12/01, concedendo prazo para apresentação de minuta de TAC a ser firmado conforme as tratativas anteriores diante do Ministério Público, o documento foi implementado e as seguintes cláusulas foram convencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente TAC., o estabelecimento das condicionantes ambientais e técnicas a serem integralmente cumpridas pelo **SAAE** e pela **PREFEITURA**, na forma e prazos definidos na Cláusula Segunda, para correção das irregularidades ambientais constatadas em razão da condução de efluentes líquido-sanitários nos corpos d'água do Município, sem nenhum tratamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA E DO SAAE

2.1 Constituem obrigações da Prefeitura e do SAAE:

- a) Implantar o “Sistema de Coleta, Tratamento e Disposição Final dos Efluentes Líquido-sanitários” da Cidade de São Carlos – SP, na forma e prazos infra-assinalados e indicados na Relação e no Cronograma Físico de Implantação anexos, que fazem parte integrante deste TAC:

A) * Infra-estrutura de Esgotamento (Mapa anexo):

1. Realizar a construção e/ou substituição da rede coletora de esgoto.
Prazo: 60 meses a partir de janeiro de 2003;
2. Realizar a construção e/ou substituição dos coletores tronco.
Prazo: 60 meses a partir de janeiro de 2003;
3. Realizar a construção e/ou substituição dos interceptores.
Prazo: 60 meses a partir de janeiro de 2003;
4. Realizar a construção do emissário
Prazo: 18 meses a partir de janeiro de 2006.

B) * ETE –Estação de Tratamento de Esgoto de Água Fria (para vinte mil habitantes - 20.000 hab):

1. Providenciar Licença Prévia (LP).
Prazo: 07 meses a partir de junho de 2003;
2. Providenciar Licença de Instalação (LI).
Prazo: 05 meses a partir de janeiro de 2004 ou a partir da obtenção da Licença Prévia (LP);
3. Abertura de Processo Licitatório para construção da ETE –Água Fria.
Prazo: 04 meses a partir de junho de 2004 ou a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI);
4. Construção da ETE –Água Fria
Prazo: 08 meses a partir de outubro de 2004 ou da assinatura do contrato;
5. Obtenção da Licença de Operação (LO) da ETE- Água Fria.
Prazo: 04 meses a partir de junho de 2005 ou do término da construção da ETE.

C) * ETE – Estação de Tratamento de Esgoto - Monjolinho (para duzentos mil habitantes – 200.000 hab.):

1. Elaboração do Estudo de Alternativas.
Prazo: 05 meses a partir de janeiro de 2003;
2. Providenciar Licença Prévia (LP).
Prazo: 07 meses a partir de junho de 2003;
3. Abertura do Processo Licitatório para Elaboração do Projeto da ETE.
Prazo: 08 meses a partir de setembro de 2003
4. Elaboração do Projeto da ETE.
Prazo: 07 meses a partir de maio de 2004 ou da assinatura do contrato;
5. Providenciar Licença de Instalação (LI).
Prazo: 05 meses a partir de dezembro de 2004;
6. Abertura de Processo Licitatório para construção da ETE.
Prazo: 10 meses a partir de maio de 2005 ou a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI);
7. Construção da ETE.
Prazo: 18 meses a partir de março de 2006 ou da assinatura do contrato;
8. Obtenção da Licença de Operação (LO).
Prazo: 04 meses a partir de setembro de 2007 ou do término da construção da ETE.

- * O mês de janeiro de 2003 foi considerado termo *a quo* para algumas obrigações, uma vez que o cronograma físico de obras teve o seu planejamento terminado em janeiro de 2003, servindo este mês como base inicial das atividades constantes formalmente neste TAC. O cumprimento das obrigações poderá ser antecipado caso haja antecipação na obtenção das licenças necessárias bem como na obtenção de financiamentos para execução das obras.

- 2.2 Eventuais discussões judiciais, questões técnicas ou tecnológicas não causados pela **PREFEITURA** ou pelo **SAAE**, poderão ensejar a modificação dos prazos acordados, via aditamento, desde que devidamente justificados perante a CETESB e informados ao Ministério Público, facultada à Promotoria de Justiça a tomada das medidas que entender cabíveis, inclusive, a execução judicial do presente acordo.
- 2.3 Ficam ainda a **PREFEITURA e o SAAE**, obrigados a providenciar as dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento deste TAC, respeitados os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar em rubrica específica de seus orçamentos a alocação dos recursos necessários, para as obras e demais atividades a que se obrigam neste TAC., com os permissivos já constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2002 (Lei Municipal n. 12.837, de 30.07.2001) e 2003 (Lei Municipal n. 13.037, de 26.07.02); pela Lei de Receitas e Despesas do Município – Lei n. 12.942, de 07.01.2002 e pela lei que institui o Plano Plurianual para o Quatriênio de 2002/2005 – Lei n. 12.864, de 18.09.2001. .
- 2.4 Ficam também obrigadas a **PREFEITURA e o SAAE**, a apresentar aos órgãos ambientais competentes, todos os documentos necessários aos licenciamentos ambientais das obras que dele necessitem, bem como quando requeridos por quem de direito.
- 2.5 Manter a CETESB e o Ministério Público informados do cumprimento das etapas do item 2.1 “a”, a cada 6 (seis) meses, mediante ofício com relatório circunstanciado.
- 2.6 Declarar pelo só efeito deste TAC, quando de sua assinatura, a rescisão do TAC firmado anteriormente, entre o SAAE e a CETESB, aos 24/05/2000, valendo a assinatura da CETESB como assentimento à referida declaração para produção dos efeitos de direito.
- 2.7 Concordar com a petição referida no item 4.1 “a”, nos moldes do art. 269, III, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CETESB

- 3.1 Constituem obrigações da CETESB, no âmbito deste TAC:
- a) Conceder ao SAAE, os prazos previstos na Cláusula Segunda deste TAC, suspendendo durante sua vigência, a aplicação das sanções administrativas relativas à condução e lançamento de efluentes líquidos sanitários nos corpos d’água do Município de São Carlos, em desacordo com os padrões legais estabelecidos pelo Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76 e suas alterações, e pela Resolução CONAMA nº 20/86;
 - b) Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste TAC pelo **SAAE e PREFEITURA**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação ao lançamento de efluentes líquido-sanitários sem o devido tratamento, se a **PREFEITURA e o SAAE** não cumprirem as obrigações assumidas, dentro dos prazos fixados;
 - c) Declarar, pelo só efeito deste TAC, quando de sua assinatura, como já aventado acima, a rescisão do TAC firmado anteriormente, entre a CETESB e o SAAE, aos 24/05/2000.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 4.1 Constituem obrigações do Ministério Público, no âmbito deste TAC:
- a) Peticionar ao Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos requerendo a homologação deste TAC e acordo, que resultará na extinção da ação civil pública ambiental, autos do processo nº 142/96, nos moldes do art. 269, III, do Código de Processo Civil, vez que contemplados todos os pedidos principais deduzidos naquela contenda;
 - b) Suspender qualquer medida judicial ou administrativa contra o SAAE, durante a vigência deste TAC, especificamente relativa à condução e lançamento de efluentes líquido-sanitários nos corpos d’água do Município de São Carlos, em desacordo com os padrões legais estabelecidos

pelo Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76 e suas alterações, e pela Resolução CONAMA nº 20/86;

- c) Acompanhar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, sem prejuízo das demais ações institucionais relacionadas ao SAAE, no âmbito de sua atribuição;
- d) Ficar ciente da rescisão do TAC referida nos itens 2.6 e 3.1, “c”, deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

- 5.1 O não cumprimento pelo **SAAE** e pela **PREFEITURA**, de quaisquer das obrigações assumidas neste TAC, nos prazos estipulados e por sua culpa, vale dizer, vencida qualquer etapa ou fase sem o devido cumprimento do cronograma de obras e prazos estabelecidos no corpo deste TAC e do anexo, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual. Além da medida antes alvitada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento resultará em multa diária correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos, até que as obrigações sejam cumpridas efetivamente ou atinja valor suficiente para que outra pessoa as cumpra, situação que o produto da multa diária deverá ser depositado em conta judicial e à disposição do 4º Juízo Cível da Comarca de São Carlos – SP. - porque é perante este Juízo que será requerida a homologação do acordo firmado, isso nos autos da ação civil pública com os mesmos objetos (Proc. n. 142/1996) - para implementação das obrigações específicas, tudo sem prejuízo da aplicação das imediatas sanções administrativas, das medidas judiciais cabíveis, sejam relativas às responsabilidades civil e penal, acrescendo atualização monetária e juros legais quando do recolhimento da penalidade. No caso de simples mora, os dias de atraso, no mesmo valor antes fixado, não serão compensados pelo adiantamento das fases seguintes e nem das anteriores, de forma que a multa diária, neste caso, será recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A
- 5.2 O não cumprimento pela CETESB e pelo Ministério Público de qualquer das obrigações assumidas neste TAC., por culpa destas instituições, implicará na rescisão deste, extinguindo-se todos seus efeitos jurídicos, ressalvado o direito constitucional de apreciação pelo Poder Judiciário.
- 5.3 O **SAAE** e a **Prefeitura** não poderão ser responsabilizados pelo inadimplemento das obrigações assumidas neste TAC., em virtude da omissão, negligência, imprudência e/ou imperícia dos órgãos públicos ambientais e não ambientais, que tenham que apreciar requerimentos e expedir licenças das quais dependam o cumprimento das obrigações em apreço e nos prazos estabelecidos, ressaltando que os funcionários públicos dos órgãos ambientais competentes que deixarem de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental, ficarão sujeitos às penas do art. 68, da Lei nº 9.605/98, além da responsabilidade civil pelo ressarcimento dos prejuízos causados à Administração Pública Direta e Indireta.
- 5.4 Eventuais inadimplementos das obrigações assumidas neste TAC, pelo **SAAE** e **Prefeitura**, em virtude de caso fortuito ou de força maior, na forma tipificada pelo art. 393, *caput*, do Código Civil, com estrita observância da definição e explicitação constante do Parágrafo Único do mesmo artigo, deverão ser comunicados imediatamente à CETESB e ao Ministério Público, que após análise poderão firmar aditamento do TAC e presente acordo visando sua adaptação ao ocorrido.
- 5.5 Em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas firmadas neste TAC, pela **PREFEITURA** e ou pelo **SAAE**, fixa-se a cláusula penal no valor de 1.000 (mil) salários mínimos, independentemente de notificação, a ser recolhida para o Fundo Estadual de Reparação dos Interesses Difusos Lesados - na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A, sem prejuízo das execuções específicas das obrigações;

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1 Este TAC terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, da data de sua assinatura, considerando-se cumprido e encerrado após a efetivação de todas as obrigações nele assumidas, em face do interesse público nele estampado e reconhecido pela **Prefeitura e SAAE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

- 7.0 Uma vez homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos – SP, nos autos da ação civil pública antes aludida - (Proc. n. 142/1996) - eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste TAC serão objeto de execução e discussão no mesmo juízo.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, acompanhadas de uma relação (Anexo 1, em duas folhas), um cronograma físico de implantação (uma folha) e um mapa (uma folha – escala 1:17.000) anexos, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 05 (cinco) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico e anexos, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas e identificadas para os efeitos de direito, cientes de que haverá homologação judicial nos autos da ação civil pública - Proc. n. 142/1996 – 4ª Vara Cível de São Carlos.

São Carlos, 10 de abril de 2003.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal de São Carlos

JURANDYR POVINELLI
Diretor Geral do SAAE

LUIZ ROBERTO NEME
Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo-CETESB

JOSÉ JORGE GUIMARÃES
Gerente da Agência Ambiental de Araraquara-CETESB

Testemunhas:

1ª – Nome: **RODRIGO ANDREOTTI MUSETTI**
CPF nº: 175.507.298-83

2ª – Nome: **SÉRGIO REINALDO GONÇALVES**
CPF nº: 095.751.547-20

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado entre a empresa **DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME** e **ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME** e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A empresa **DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME**, CNPJ n. 01.337.139/0001-98, com sede na Rua Rafael de Abreu Sampaio, n. 836 — São Carlos-SP — tel — 3374-3847, representada por sua sócia gerente, a Sra. **LÚCIA HELENA CATÓIA**, portadora do RG. 6.855.891-SSP/SP e CPF/MF n. 035.205.498-08; a empresa **ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME**, CNPJ n. 04.479.311/0001-36, com sede na Rua Rafael de Abreu Sampaio, n. 838 — São Carlos-SP — tel — 3374-3847, representada por seu sócio gerente, o Sr. **ROBERTO CARLOS CATÓIA**, ambas assistidas pelo Advogado — **Dr. ABALAN FAKHOURI** - OAB/SP n. 83.256, com instrumentos nos autos e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos — SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento n. 95/2003**, em trâmite na -Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO que as empresas **DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME**, CNPJ n. 01.337.139/0001-98 e **ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME**, CNPJ n. 04.479.311/0001-36, que atuam no ramo de Limpeza em Imóveis, Limpeza de Fossas, Esgoto, Dedetização, Desratização, Limpeza Urbana e Comércio de Produtos de Limpeza, está funcionando sem as devidas instalações e sem local adequado, inclusive, para manutenção de equipamentos;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de adequação à legislação ambiental, para prevenir danos ao meio ambiente, tanto no que tange a cuidados especiais nos serviços propriamente prestados, quanto na destinação final adequada dos efluentes e substâncias coletadas, para que episódios como aquele dos efluentes industriais coletados na empresa **Textil Cafí Ltda** não mais ocorram (fls.38/48 e 59/66);

CONSIDERANDO que o não atendimento da legislação ambiental e os problemas operacionais atuais das empresas interessadas, geraram a lavratura de Auto de Infração, principalmente o de n. 28000511 (fls.63/64);

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** Constitui objeto do presente TAC., o estabelecimento das condicionantes ambientais e técnicas a serem integralmente cumpridas pelas empresas, **DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME**, CNPJ n. 01.337.139/0001-98 e **ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME**, CNPJ n. 04.479.311/0001-36, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para o cumprimento da legislação específica, mormente com relação à adequada prestação dos serviços propostos no contrato social, local das instalações e manutenção de equipamentos e principalmente, no que tange à responsabilidade objetiva por danos ambientais, em função da destinação inadequada dos efluentes e matérias coletadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME, CNPJ n. 01.337.139/0001-98 e ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME, CNPJ n. 04.479.311/0001-36

2.1 Constituem obrigações da DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME e da ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME

A) COM RELAÇÃO às Atividades Nas Sedes Atuais

A 1) – A fim de possibilitar o desenvolvimento das atividades, manutenção de equipamentos, bem como para não causar incômodos a vizinhos, as empresas nominadas deverão, no prazo de um ano a contar da assinatura deste termo de ajuste de conduta, mudar suas sedes para local compatível, mormente fora de zona residencial, inclusive, para estacionamento dos caminhões tanques/fossa utilizados, sob pena de

multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a ser recolhida ao Fundo Especial de Reparação dos Direitos Difusos Lesados (fundo estadual);

A.2) – Não promover a manutenção de equipamentos na via pública ou em espaços particulares sem Alvará específico da Prefeitura Municipal, além de não deixar os caminhões/fossa estacionados na via pública, tanto para evitar possíveis vazamentos de efluentes que ainda estejam em seu interior, quanto para não causar incômodos a vizinhos com relação aos possíveis e prováveis odores exalados dos referidos veículos, sob pena de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cada descumprimento das obrigações assumidas, a ser recolhida ao Fundo Especial de Reparação dos Direitos Difusos Lesados (fundo estadual);

B) - COM RELAÇÃO À Nova Área e Continuação das Atividades das Empresas

B.1)- Solicitar e obter perante a **CETESB, as devidas** – licenças ambientais exigidas pela lei, a fim de que as atividades no novo local passem a obedecer rigorosamente a legislação especial, não podendo entrar em operação sem elas;

B.2) – Encontrar área fora de zona residencial para evitar incômodos com vizinhos, o que já vem sendo buscado pelas interessadas;

B.3) - Não coletar e nem transportar resíduos industriais, exceto se para destinação em aterros industriais ou para sistema de tratamento de efluentes industriais devidamente licenciados, com a expedição do necessário Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais – CADRI – emitido pela CETESB, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Fundo Especial de Reparação dos Direitos Difusos Lesados (fundo estadual), sem prejuízo da obrigação de reparação do eventual dano ambiental;

B.4) – Só coletar e transportar resíduos ou efluentes sanitários/orgânicos, quando houver local adequado para sua disposição final, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais ou, de outro lado, quando possuir autorização formal do Poder Público Municipal para lançamento na rede de esgoto sanitário, com indicação dos locais ou postos de visitas do SAAE, para um mínimo de monitoramento de carga e outras circunstâncias técnico-ambientais. Esta prática estará terminantemente vedada após a entrada em operação, da Estação de Tratamento de Esgoto de São Carlos – ETE/São Carlos;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

3.1)- A título de danos morais ambientais difusos, pela coleta, transporte e lançamento inadequado a céu aberto, em área de pasto da “Fazenda Rossignolo”, sita próxima da Represa do 29, no Município de São Carlos, de aproximadamente 64.000 litros de efluentes industriais da empresa Textil Cafí Ltda (fls.60/64), especificamente 08 viagens com caminhão tanque e com 8.000 litros cada uma delas, as empresas **DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME e ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME**, solidariamente, pagarão indenização no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a ser recolhida ao Fundo Especial de Reparação dos Direitos Difusos Lesados (fundo estadual), criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A ou prestação de serviços ao SAAE, Prefeitura Municipal ou outra prestação de serviços à comunidade, com intervenção do Poder Público, até atingir o valor de R\$ 800,00. Se a referida indenização tiver que ser paga, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2005, comprovando-se na Promotoria de Justiça o cumprimento de uma ou outra.

O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos e formas estipuladas e injustificadamente, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC, assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual, especialmente em relação às obrigações de fazer e não fazer.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 02 (duas) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico, para os efeitos de direito.

São Carlos, 29 de outubro de 2004.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

DESENTUPIDORA E LIMPADORA CATOIA LTDA-ME, CNPJ n. 01.337.139/0001-98
Rep. Leg. - LÚCIA HELENA CATÓIA

ROBERTO CARLOS CATÓIA-ME, CNPJ n. 04.479.311/0001-36
Rep. ROBERTO CARLOS CATÓIA

ABALAN FAKHOURI - OAB/SP n. 83.256
Advogado

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos e **UBIRACI MORENO PIRES CORREA**, brasileiro, casado, Engenheiro Elétrico, portador do RG. 8.541.593-SSP/SP. e CPF/MF n. 049.472.108-18, residente e domiciliado na Alameda Vila Rica, n. 253– Parque Sabará - São Carlos - nos autos do **procedimento administrativo** nº 29/2003, em trâmite pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, que versa sobre poluição e danos ambientais provocados com queimada em terreno urbano, sobretudo emissão de gases nitrosos de efeito estufa e o Ozônio na troposfera. Para composição, indenização e compensação resolvem firmar compromisso de ajustamento de conduta nos termos seguintes:

1 – O interessado reconhece que na época mencionada no BO/PFM de fls.04/09, os terrenos de sua propriedade no Jardim Ipanema – lotes 01, 02, 41 e 42, todos da quadra 09, por estarem sujos com capim e outras espécies de vegetação rasteira, acabou pegando fogo, embora não saiba quem tenha colocado;

2 – O ora interessado no procedimento, como proprietário dos imóveis mencionados, por estar consciente de suas obrigações em razão da coisa, bem como por ser cômico da necessidade da preservação da qualidade do meio ambiente, inclusive o urbano, onde vive a maioria da população brasileira atualmente, compromete-se, a partir da data da assinatura deste termo de ajustamento de conduta, a manter sempre limpo os terrenos objeto da queimada tratada nos autos deste procedimento, assim como todos e quaisquer outros terrenos urbanos que tenha e ou vier a possuir na Comarca de São Carlos, a qualquer título. Essa obrigação importa em não deixar acumular quaisquer materiais combustíveis, sendo proibida a utilização de fogo em qualquer hipótese, podendo responder pelas sanções normais da legislação pertinente e, especialmente sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada obrigação descumprida. Ainda, em relação ao terreno objeto dos presentes, se o interessado proprietário não promover sua edificação no prazo de 01 (um) ano, fica também obrigado a cercá-lo com muro de alvenaria ou assemelhado, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais);

3 – O autor e responsável pelo fato, em face do dano provocado ao meio ambiente, pagará indenização no valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais), excepcionalmente convertida em compensação de natureza ambiental indireta, consistente no fornecimento ao Corpo de Bombeiros de São Carlos – P.B. de São Carlos 16º Grupamento de Bombeiros, de “uma máscara com filtro de gases, vapores, poeiras e partículas”. A máscara destina-se ao uso dos bombeiros no combate a incêndios urbanos como em terrenos vazios, assim como rurais. A máscara, como especificação mínima, deve ter o seu corpo confeccionado em borracha de neoprene resistente; o visor confeccionado em plexiglass resistente a impactos, com 180º a ângulo de visão, assim como possuir conector em plástico resistente que inclui válvula de inalação e válvula de exalação e rosca padrão EN 148-1.

4 – O equipamento descrito no item anterior, cujas especificações, locais de venda e outras informações o interessado poderá obter diretamente no comando do Corpo de Bombeiros de São Carlos, sito na Rua Equador s/n – Jardim São Gabriel – CEP-13.566-800 Telefax (016) 261-1155 – São Carlos-SP., deverá ser adquirido e entregue no Corpo do Bombeiros de São Carlos **no prazo de 60 (sessenta) dias** a partir da assinatura do presente termo, comprovando-se na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente no mesmo prazo. No caso de impossibilidade de aquisição do equipamento mencionado, por não ser encontrado no mercado, a indenização, no mesmo valor e prazo acima fixados, deverá ser recolhida em favor do **Fundo Estadual de Reparação Dos Interesses Difusos Lesados**, conta n. 13.00074-5, Agência n. 0935-1 – Nossa Caixa Nosso Banco ou simplesmente Banco Nossa Caixa S.A, como atualmente é denominado;

5 - A compensação acima é pertinente, na medida em que quanto melhor equipado, o Corpo de Bombeiros poderá agir com mais eficiência no combate aos incêndios, debelando-os com mais rapidez, evitando o lançamento de grandes quantidades de gases tóxicos na atmosfera, bem assim com relação à vegetação nativa quando o for caso, o que garante melhor qualidade ambiental e para a saúde pública, além de ser excepcional;

6 - Fica o interessado ciente de que este termo de compromisso tem valor de título executivo nos termos da legislação própria, apto a ensejar a execução pertinente, caso a obrigação assumida não seja cumprida na forma pactuada.

Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público, enviando-se os autos para homologação, com promoção de arquivamento em separado.

Oficie-se ao Corpo de Bombeiros de São Carlos, com cópia deste termo para conhecimento e tomada das medidas pertinentes.

São Carlos, 26 de março de 2003.

UBIRACI MORENO PIRES CORREA

RG. 8.541.593-SSP/SP

CPF/MF n. 049.472.108-18

EDWARD FERREIRA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos, em ato levado a efeito no **Proc. Nº 15/2004**, e a Sra. **MARLENE DE STEFANI**, portadora do CPF/MF n. 038.067.578-10, residente na Rua Miguel João, n. 50 – JD Bandeirantes – São Carlos-SP., procuradora e sócia da **Washington E Stefani Academia Ltda- ME**, com sede na Rua José Bonifácio, n. 885 – centro – São Carlos-SP., nos autos do **procedimento administrativo** nº 15/2004, em trâmite pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, que versa sobre perturbação do sossego alheio em razão de atividades de academia, resultando em possível dano ambiental para os vizinhos do estabelecimento comercial. Para composição e compensação resolvem firmar compromisso de ajustamento de conduta nos termos seguintes: foram apresentados documentos relativos ao projeto de adequação que busca a vistoria e aprovação do Corpo de Bombeiros para o local onde funciona a academia.

1 –a micro empresa **Washington E Stefani Academia Ltda-ME**, após discutidas as razões dos vizinhos no que se refere aos incômodos resultantes das atividades de academia por ela desenvolvida, visando buscar um equacionamento pacífico e de interesse de todos, fica obrigada a manter a mudança operada na sala de ginástica, que ficava na parte superior, porém do lado direito do prédio para quem olha da rua, agora com atividades do lado superior esquerdo do prédio, exatamente onde funcionava a sala de artes marciais. A medida tomada será mantida porque amenizou os alegados incômodos, vez que do lado de cima da academia não tem residências assobradadas, o que acabou facilitando a dissipação do som sem adentrar nas casas dos vizinhos, conforme manifestação dos próprios vizinhos à fls.80. Essa obrigação será cumprida sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais). O som das atividades deve ser sempre dentro do razoável, para evitar incômodos a vizinhos, harmonizando-se os serviços oferecidos com o direito ao sossego;

2 - Fica a interessada ciente de que este termo de compromisso tem valor de título executivo nos termos da legislação própria, apto a ensejar a execução pertinente, caso a obrigação assumida não seja cumprida na forma pactuada.

Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público, enviando-se os autos para homologação, com promoção de arquivamento em separado.

São Carlos, 23 de novembro de 2004.

EDWARD FERREIRA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Washington E Stefani Academia Ltda- ME
Repres. MARLENE DE STEFANI

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA celebrado entre a **CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a empresa **METALÚRGICA M. B. A Ltda.** e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Cidade de São Paulo – SP, neste ato representada por seu Gerente da Agência Ambiental de Araraquara, **Sr. JOSÉ JORGE GUIMARÃES**, doravante designada simplesmente **CETESB**, a empresa **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, CNPJ n. 58.097.718/0001-28, com sede na Rua Rio Amazonas, n. 738 – Bairro Jockey Clube – São Carlos-SP – tel – 3361-9570, representada por sua sócia gerente **SILVIA HELENA FERNANDES**, portadora do RG. 22.745.386-4 -SSP/SP e CPF/MF n. 133.318.118-31 e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento n. 52/2002**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO E DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO que a empresa **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, CNPJ n. 58.097.718/0001-28 está funcionando sem as devidas licenças ambientais exigidas, sobretudo a Licença de Funcionamento, o que é reconhecido expressamente pela sócia representante **SILVIA HELENA FERNANDES**;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de adequação à legislação ambiental, tanto no que tange às licenças aludidas, bem assim no que se refere ao sistema atual de fundição, mormente por utilizar óleo queimado no forno tipo cadinho, o que vem produzindo poluição ambiental e incômodo na vizinhança;

CONSIDERANDO que o não atendimento da legislação ambiental e os problemas operacionais atuais da empresa interessada, geraram as lavraturas de Autos de Infrações e Autos de Inspeções, principalmente os de n. 28000159; 28000097; 28000105; 28000128; 28000161; 28000207 e 28000223, pela CETESB, (fls.04/15 e 25/26);

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.2** Constitui objeto do presente TAC., o estabelecimento das condicionantes ambientais e técnicas a serem integralmente cumpridas pela a empresa **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, CNPJ n. 58.097.718/0001-28, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para enquadramento e cumprimento da legislação específica, mormente com relação ao adequado licenciamento, modificação do combustível utilizado no sistema de fundição e destinação dos resíduos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA METALÚRGICA M. B. A Ltda, CNPJ n. 58.097.718/0001-28

2.1 Constituem obrigações da METALÚRGICA M. B. A Ltda

A) COM RELAÇÃO AO FINAL Das Atividades Na Sede Atual

A 1) – Mudar para outro local, deixando de exercer as atividades da empresa na Rua Rio Amazonas, n. 738 – Jockey Clube, até o dia 18.09.2003, devendo buscar outro lugar mais adequado para instalar a empresa, mormente fora de zona residencial, evitando-se problemas com incômodos de vizinhança;

A.2) – Modificar, imediatamente e logo após a assinatura do presente TAC – **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduto**, o combustível utilizado no forno tipo cadinho, por ora passando a usar óleo diesel, ficando terminantemente proibida a utilização de óleo lubrificante “queimado”, como vem sendo feito até o momento. No novo local de operação, daqui a 90 (noventa) dias, dependendo das circunstâncias concretas, quando da expedição da licença de funcionamento, a CETESB analisará se o combustível poderá continuar sendo o óleo diesel, gás GLP ou outro;

A.3) – A não mais utilizar na fundição, matéria prima que contenha resíduos de óleos e graxas impregnados, a fim de que aludidas substâncias não sejam lançadas na atmosfera e degradem o meio ambiente e a saúde pública;

B) - COM RELAÇÃO À Nova Área de Atividades da Empresa

B.1)- - Solicitar e obter perante a **CETESB, as devidas** – licenças ambientais exigidas pela lei, a fim de que as atividades no novo local passem a obedecer rigorosamente a legislação especial, não podendo entrar em operação sem elas;

B.2) – Encontrar área fora de zona residencial para evitar incômodos com vizinhos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CETESB

3.2 Constituem obrigações da **CETESB**, no âmbito deste **TAC**:

- d) Conceder à **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, através deste **TAC** ou ato administrativo complementar, o prazo de 90 (noventa) dias para transferir suas atividades para outro local mais adequado que o atual, bem como não aplicar penalidades à mesma interessada neste período, desde que ela cumpra com as obrigações assumidas na cláusula segunda do presente. Não lavrar multa em face da inspeção do dia 13.05.2003, também em face das obrigações assumidas no TAC para solução dos problemas apresentados;
- e) Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC** pela **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação à má operação do novo sistema, tudo conforme e dentro dos prazos fixados;

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

- 4.1 - O não cumprimento pela **METALÚRGICA M. B. A Ltda**, de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos estipulados, injustificadamente, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual, inclusive, paralisação das atividades. Além da medida antes alvitada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento da cláusula “2.1”, resultará em multa diária correspondente a ½ (meio) salário mínimo, a ser recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

- 5.0 - Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 03 (três) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico, para os efeitos de direito.

São Carlos, 17 de junho de 2003.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

METALÚRGICA M. B. A Ltda
CNPJ n. 58.097.718/0001-28

Repres.legal - SILVIA HELENA FERNANDES RG. 22.745.386-4 -SSP/SP e CPF/MF n. 133.318.118-31

JOSÉ JORGE GUIMARÃES
Gerente da Agência Ambiental de Araraquara-CETESB

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA celebrado entre a **CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a empresa **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME** e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Cidade de São Paulo – SP, neste ato representada por seu Gerente da Agência Ambiental de Araraquara, **Sr. JOSÉ JORGE GUIMARÃES**, doravante designada simplesmente **CETESB**, a empresa **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME.**, CNPJ n. 04.088.643/0001-90, com sede na Rua Rio Negro, n. 355 – Bairro Jockey Clube – São Carlos-SP – tel – 261-6239, representada por seu sócio gerente **RONALDO SANCHES**, portador do RG. 21.701.247-SSP/SP e CPF/MF n. 181.117.378-07 e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento n. 48/2002**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO que a empresa **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME** está funcionando sem a devida Licença de Funcionamento, o que é reconhecido expressamente pelo sócio representante **RONALDO SANCHES**;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de adequação à legislação ambiental, tanto no que tange à licença aludida, bem assim no que se refere ao sistema atual de fundição, mormente por utilizar óleo queimado no forno tipo cadinho, o que vem produzindo poluição ambiental e incômodo na vizinhança;

CONSIDERANDO que o não atendimento da legislação ambiental e os problemas operacionais atuais da empresa interessada, geraram as lavraturas de Autos de Infrações e Autos de Inspeções, principalmente o de n. 944497, pela CETESB, no dia 13.05.2003;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.3** Constitui objeto do presente TAC., o estabelecimento das condicionantes ambientais e técnicas a serem integralmente cumpridas pela a empresa **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME**, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para enquadramento e cumprimento da legislação específica, mormente com relação ao adequado licenciamento, modificação do combustível utilizado no sistema de fundição e destinação dos resíduos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME

2.1 Constituem obrigações da Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME

A) COM RELAÇÃO AO FINAL Das Atividades Na Sede Atual

A 1) – Mudar para outro local, deixando de exercer as atividades da empresa na Rua Rio Negro, n. 355 – Jockey Clube, até o dia 23.08.2003, devendo buscar outro lugar mais adequado para instalar a empresa, mormente fora de zona residencial, evitando-se problemas com incômodos de vizinhança;

A.2) – Modificar, imediatamente e logo após a assinatura do presente TAC – **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, o combustível utilizado no forno tipo cadinho, por ora passando a usar óleo diesel, ficando terminantemente proibida a utilização de óleo lubrificante “queimado”, como vem sendo feito até o momento. No novo local de operação, daqui a 90 (noventa) dias, dependendo das circunstâncias concretas, quando da expedição da licença de funcionamento, a CETESB analisará se o combustível poderá continuar sendo o óleo diesel ou gás GLP;

A.3) – A não mais utilizar na fundição, matéria prima que contenha resíduos de óleos e graxas impregnados, a fim de que aludidas substâncias não sejam lançadas na atmosfera e degradem o meio ambiente e a saúde pública;

B) - COM RELAÇÃO À Nova Área de Atividades da Empresa

B.1)- Solicitar e obter perante a **CETESB**, as devidas – licenças ambientais exigidas pela lei, a fim de que as atividades no novo local passem a obedecer rigorosamente a legislação especial, não podendo entrar em operação sem elas;

B.2) – Encontrar área fora de zona residencial para evitar incômodos com vizinhos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CETESB

3.3 Constituem obrigações da **CETESB**, no âmbito deste **TAC**:

- f) Conceder à **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME**, através deste **TAC** ou ato administrativo complementar, o prazo de 90 (noventa) dias para transferir suas atividades para outro local mais adequado que o atual, bem como não aplicar penalidades à mesma interessada neste período, desde que ela cumpra com as obrigações assumidas na cláusula segunda do presente. Não lavrar multa em face da inspeção do dia 13.05.2003, também em face das obrigações assumidas no **TAC** para solução dos problemas apresentados;
- g) Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC** pela **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação à má operação do novo sistema, tudo conforme e dentro dos prazos fixados;

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.2 - O não cumprimento pela **Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda.**, de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos estipulados, injustificadamente, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual, inclusive, paralisação das atividades. Além da medida antes alvitada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento da cláusula “2.1”, resultará em multa diária correspondente a ½ (meio) salário mínimo, a ser recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

6.0 - Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 03 (três) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico, para os efeitos de direito.

São Carlos, 23 de maio de 2003.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

Indústria e Comércio de Metais Cinco Estrelas Ltda. ME.,
CNPJ n. 04.088.643/0001-90
Repres.legal - **RONALDO SANCHES**

JOSÉ JORGE GUIMARÃES
Gerente da Agência Ambiental de Araraquara-CETESB

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA celebrado entre a **CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a **Municipalidade** de São Carlos e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Cidade de São Paulo – SP, neste ato representada por seu Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo, **Sr. LUIZ ROBERTO NEME**, e por seu Gerente da Agência Ambiental de Araraquara, **Sr. JOSÉ JORGE GUIMARÃES**, doravante designada simplesmente **CETESB**, a **Municipalidade** e **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - SP**, inscrita no CGC/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Conde do Pinhal, nº 2017, na Cidade de São Carlos – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Dr. NEWTON LIMA NETO**, doravante designada simplesmente **PREFEITURA** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento n.51/1999**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, na Lei Orgânica do Município de São Carlos e legislação esparsa no que concerne à obrigação do Poder Público preservar o meio ambiente e a saúde pública, a **PREFEITURA** reconhece a necessidade do encerramento das atividades do aterro sanitário existente, imediatamente após o esgotamento da capacidade de recepção de resíduos sólidos domiciliares pela nova célula ao lado do aterro atual, em fase final de licenciamento, bem como a necessidade de continuar dando a destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares gerados no Município de São Carlos;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do TAC anteriormente firmado entre a **CETESB** e **PREFEITURA**, agora municiado por informações e dados mais concretos e reais, bem como visando maior preservação ambiental, aplicação de melhor tecnologia de construção e operação, maior economia aos cofres públicos e o respeito aos ditames da nova Lei de Responsabilidade Fiscal

CONSIDERANDO que são gerados diariamente no município de São Carlos, cerca de 140 (cento e quarenta) toneladas de resíduos sólidos domiciliares, que são destinados atualmente para um aterro sanitário localizado na Fazenda Guaporé, na zona rural do Município de São Carlos, com acesso pelo km 245 da Rodovia Washington Luiz;

CONSIDERANDO que o referido aterro municipal obteve junto à **CETESB** a Licença de Instalação nº 085114, em 12/09/1990, e a Licença de Funcionamento nº 000585, em 15/09/1999;

CONSIDERANDO que o aterro sanitário sito na Fazenda Guaporé, na zona rural do Município de São Carlos, com acesso pelo km 245 da Rodovia Washington Luiz, foi originalmente projetado para 03 (três) camadas de resíduos sólidos e já se encontra na 7ª camada, devido à realização de sucessivas ampliações, decorrentes do esgotamento da capacidade de recepção originalmente prevista em projeto;

CONSIDERANDO que as ampliações do atual aterro foram realizadas sem o devido licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que o Município de São Carlos, excepcionalmente e pela última vez, pretende continuar dispondo os resíduos sólidos domiciliares no local, através da confecção de uma nova célula ao lado do talude estabilizado do atual aterro, enquanto viabilizará área adequada para construção de novo aterro sanitário, para a destinação de seus resíduos sólidos domiciliares coletados no município, nos termos e prazos a seguir expostos;

CONSIDERANDO que em função das alterações construtivas realizadas, o aterro sanitário atual necessitará de obras de adequação para o seu encerramento;

CONSIDERANDO que a **PREFEITURA** apresentou o **RAP – Relatório Ambiental Preliminar** relativo à ampliação do atual aterro, como se fosse um novo aterro sanitário a ser implantado em área limdeira ao existente, que foi utilizada como área de empréstimo de terra para cobertura dos resíduos do mesmo aterro já esgotado, e que tal área proposta encontra-se devidamente impermeabilizada com argila compactada e manta plástica de polietileno de alta densidade, devidamente drenada, atendendo a todos os requisitos técnicos necessários à construção de aterros sanitários de resíduos sólidos domiciliares ;

CONSIDERANDO que a Municipalidade de São Carlos, através da **PREFEITURA**, reconhece a pertinência ambiental e administrativa sustentável, da implantação pelo Poder Público Municipal de São Carlos, do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – **FUTURO LIMPO** - do qual faz parte a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, já tendo se iniciado em 2002 em alguns bairros da cidade, conforme informações nos autos e com necessidade de ampliação, com expressa previsão no art.251, *in fine*, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que tanto o antigo “lixão”, já desativado, quanto o atual aterro que está se esgotando neste mês de abril/2003, necessitam de medidas recuperadoras e de monitoramento ambiental a cargo da **PREFEITURA**;

CONSIDERANDO que os problemas operacionais atuais do aterro, geraram a lavratura do Auto de Inspeção n. 944481, pela CETESB, no dia 08.04.2003;

CONSIDERANDO o esgotamento da capacidade de recebimento dos resíduos sólidos domiciliares da área em uso atualmente, previsto para a segunda quinzena do mês de abril de 2.003, bem assim da necessidade de continuar o aterramento e destinação adequada dos mesmos resíduos, gerados e coletados diariamente na cidade, no montante aproximado de 140 (cento e quarenta) toneladas, bem assim as demais razões contidas no procedimento, o presente Termo de Compromisso e De Ajustamento de Conduta restou implementado e as seguintes cláusulas foram convencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** Constitui objeto do presente **TAC**, o estabelecimento das condicionantes ambientais, sociais e técnicas a serem integralmente cumpridas pela **PREFEITURA**, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para implantação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no município, bem assim para o encerramento das atividades do atual aterro sanitário da “Fazenda Guaporé”, sua recuperação ambiental e previsão da última ampliação no seu entorno, através da célula construída em sua lateral esquerda e que durará cerca de 18 (dezoito) meses aproximadamente, além das obrigações reparadoras e de monitoramento ambiental em relação ao antigo “lixão” da “Fazenda Santa Madalena” e, principalmente, encontrar e licenciar outro local mais adequado para construção do novo aterro sanitário de São Carlos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

2.1 Constituem obrigações da Prefeitura

A) COM RELAÇÃO AO FINAL DA OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO NA ÁREA ATUAL

A 1) – Manter o isolamento da área e o controle de entrada de pessoas e resíduos, impedindo a ação de catadores a partir do dia 22.04.2003, definitivamente;

A.2) - Realizar, imediatamente após a assinatura do presente **TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, a cobertura e compactação do lixo disposto na última camada em operação na área atual, impedindo assim a proliferação de moscas e outros vetores de doenças, a exalação de odores característicos dos resíduos a céu aberto, maior estabilidade dos taludes e minimização dos líquidos percolados, revegetando adequadamente esta área em no máximo 15 (quinze) dias após a data de assinatura deste **TAC**, **mantendo a vegetação com os tratos culturais exigidos pelo ambiente ali estabelecido, inclusive, com espécies adequadas a ele;**

B) - COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ÁREA AMPLIADA –excepcionalmente no mesmo local - ao lado do atual aterro

B.1)- Iniciar a utilização da nova área ampliada, imediatamente após o encerramento da área atual de disposição de resíduos sólidos - “lixo”, o que poderá ocorrer já a partir do dia 24.04.2003, devido à premência fática – vez que o aterro atual não suporta mais receber os resíduos gerados diariamente, antecipando-se pois, à emissão da Licença Prévia a ser processada pela SMA/DAIA, **no processo de licenciamento que se encontra em fase final naquele órgão**, já que a boa operação de todo o sistema condiciona à autorização de uso precoce da área ampliada, isso do ponto de vista formal, vez que ela já está pronta e construída dentro das técnicas exigidas para confecção de aterro sanitário;

B.2) – Realizar e manter cobertura diária dos resíduos sólidos conduzidos para a nova célula, utilizando-se material inerte para a devida compactação da frente de trabalho encerrada e reiniciada diariamente;

B.3)- Implantar, **no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do presente TAC** , sistema de drenagem de águas pluviais no entorno da área ampliada;

B.4)- Apresentar, **no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, plano de destinação de material inerte (resíduos de botas-foras e entulho) e de resíduos provenientes da manutenção de áreas verdes;

B.5)- Apresentar, **no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do presente TAC** , proposta de adequação dos sistemas de drenagem e tratamento de líquidos percolados de toda área do aterro, incluindo o estudo de estabilidade dos taludes das lagoas de tratamento de chorume e os devidos serviços de adequada impermeabilização das mesmas;

B.6)- Apresentar, **no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC**, boletins de análises referentes ao monitoramento das águas subterrâneas em poços de monitoramento existentes e das águas superficiais existentes na área de influência do aterro e sua ampliação;

B.7)- Apresentar, **no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente TAC**, previsão do uso futuro da área com proposição de legislação específica com restrições de uso e ocupação do solo local;

B.8)- Apresentar, **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC**, projeto de reposição vegetal com espécies nativas para a área ampliada, a ser implantado após o encerramento do prazo de sua vida útil;

B.9)- Solicitar à CETESB, **no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da obtenção da Licença Prévia junto à Secretaria do Meio Ambiente**, a LI – Licença de Instalação, mediante a apresentação de projeto executivo do sistema escolhido que, por ser um aterro sanitário (ampliação), deverá atender às Normas NBR-8419/92 e NBR-13.896/97, da ABNT;

B.10)- Solicitar à CETESB, **imediatamente após a obtenção da Licença de Instalação**, a LO – Licença de Operação e cumprir, no prazo de 60 (sessenta) dias após a obtenção da LI, as exigências técnicas dela constantes.

C) DO PRAZO PARA LOCALIZAÇÃO DE ÁREA MAIS ADEQUADA PARA O NOVO ATERRO SANITÁRIO DE SÃO CARLOS

C.1) - A Prefeitura, no prazo de 18 (dezoito meses) a contar da assinatura deste TAC., deverá providenciar um estudo de alternativas locais e encontrar área mais adequada que a do atual aterro, para implantação do novo aterro sanitário de São Carlos, devendo ainda, no mesmo prazo de 18 meses, providenciar o devido licenciamento ambiental desta nova área, a ser utilizada na disposição final dos resíduos sólidos domiciliares coletados no Município de São Carlos. Este prazo de 18 meses é fixado a partir do parâmetro objetivo da vida útil da nova célula de ampliação do atual aterro, vale dizer, a ampliação só é capaz de receber os resíduos por aproximadamente 18 meses, como reconhecido pela **PREFEITURA E CETESB**;

D) - COM RELAÇÃO AO ANTIGO “LIXÃO” MUNICIPAL INSTALADO NA FAZENDA SANTA MADALENA

D.1)- Apresentar, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do presente TAC, “**Plano de Áreas Contaminadas**”, a ser elaborado de acordo com as orientações contidas no **Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB**, sobre a área objeto de depósito de resíduos a céu aberto durante anos, sita na “Fazenda Santa Madalena”, e parte na área de preservação permanente do Córrego do Macarrão ;

E) – DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS OU SECOS NO MUNICÍPIO – seu início e necessidade de ampliação

E.1) – A PREFEITURA por reconhecer a pertinência ambiental e administrativa sustentável, da implantação e coordenação pelo Poder Público Municipal, de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, criou o “**Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo**”, *do qual faz parte a coleta seletiva de resíduos recicláveis*. Esse programa, devido à sua importância na gestão dos resíduos produzidos no município, já se iniciou no mês de junho de 2002 em alguns bairros da cidade, principalmente na região da Vila Nery, com a colaboração do “Fórum do Lixo”, constituído por um grupo de entidades e cidadãos interessados na solução das questões relativas aos resíduos urbanos de São Carlos, da Comissão Gestora e do Grupo de Educação Ambiental, já contando com o envolvimento de 3.300 residências e 13 mil moradores sensibilizados e atendidos semanalmente pelo sistema “porta a porta”, quando os coletores colocam o material em sacos de rafia, que são levados até o caminhão para condução até a Central de Triagem de Materiais Recicláveis . Esta central já está equipada com duas prensas verticais e uma horizontal, balança, empilhadeiras manuais e carrinhos para transportar as bombonas plásticas, além de outros, tudo adquirido pela Prefeitura Municipal;

E.2) – Em face dos benefícios trazidos pela coleta seletiva, mormente no aspecto do desenvolvimento sustentável, vida útil do aterro sanitário e inserção de catadores informais num sistema de trabalho organizado e cooperado, além de outros, a **PREFEITURA** se obriga a estender o programa para outros bairros da cidade de São Carlos e Distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia, de forma que num prazo de 18 (dezoito) meses, o programa de coleta seletiva atinja no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área urbana do município para, em 36 (trinta e seis meses) atingir 100% (cem por cento) da área urbana do município;

2.2 Eventuais discussões judiciais, questões técnicas ou tecnológicas não causadas pela PREFEITURA, poderão ensejar a modificação dos prazos acordados, via aditamento, desde que devidamente justificados perante a CETESB e informados ao Ministério Público, facultada à Promotoria de Justiça a tomada das medidas que entender cabíveis, inclusive, a execução judicial do presente acordo.

2.3 - Fica ainda a PREFEITURA, obrigada a providenciar as dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento deste TAC, respeitados os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar em rubrica específica de seus orçamentos a alocação dos recursos necessários, para as obras e demais atividades a que se obrigam neste TAC., com os permissivos já constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2002 (Lei Municipal n. 12.837, de 30.07.2001) e 2003 (Lei Municipal n. 13.037, de 26.07.02); pela Lei de Receitas e Despesas do Município – Lei n. 12.942, de 07.01.2002 e pela lei que institui o Plano Plurianual para o Quatriênio de 2002/2005 – Lei n. 12.864, de 18.09.2001 e Lei Orgânica do Município.

2.4 - Fica, também obrigada a **PREFEITURA**, a apresentar aos órgãos ambientais competentes, todos os documentos necessários aos licenciamentos ambientais das obras que dele necessitem, bem como quando requeridos por quem de direito.

2.5 - Fica, ainda obrigada a **PREFEITURA**, a manter a CETESB e o Ministério Público informados do cumprimento das etapas do item 2.1 “E.2”, a cada 6 (seis) meses, mediante ofício com relatório circunstanciado.

2.6 - Declarar pelo só efeito deste TAC, quando de sua assinatura, a rescisão do TAC firmado anteriormente, entre a **PREFEITURA** e a **CETESB**, aos 02/08/2002, valendo a assinatura da **CETESB** como assentimento à referida declaração para produção dos efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CETESB

3.1 Constituem obrigações da **CETESB**, no âmbito deste **TAC**:

- a) Conceder à **PREFEITURA**, através deste **TAC** ou ato administrativo complementar, autorização para início da operação da célula ampliativa do atual aterro sanitário, já a partir do dia 24.04.2.003, numa antecipação da licença no procedimento em fase final de análise no DAIA/SMA, isso em face da premência pelo esgotamento do atual aterro, bem como porque a nova célula já está concluída e porque foi construída dentro dos critérios técnicos recomendados para aterros sanitários;
- b) Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC** pela **PREFEITURA**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação à má operação da nova célula do aterro sanitário e eventuais negligências no que tange à recuperação do local de aterro que está sendo desativado, tudo conforme e dentro dos prazos fixados;
- c) Declarar, pelo só efeito deste **TAC**, quando de sua assinatura, como já aventado acima, a rescisão do **TAC** firmado anteriormente, entre a CETESB e a **PREFEITURA** aos 02/08/2002.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Constituem obrigações do Ministério Público, no âmbito deste **TAC**:

- a) Suspender qualquer medida judicial ou administrativa contra a **PREFEITURA**, especificamente relativa à utilização imediata da nova célula de recepção de resíduos, construída do lado esquerdo do talude do atual aterro, exceto no que tange à sua eventual má operação e efeitos danosos ao meio ambiente daí decorrentes;
- b) Acompanhar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC**, sem prejuízo das demais ações institucionais pertinentes;
- c) Ficar ciente da rescisão do **TAC** referida nos itens 2.6 e 3.1, “c”, deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

- 5.1 O não cumprimento pela **PREFEITURA**, de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos estipulados e por sua culpa, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual. Além da medida antes alvitrada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento da cláusula “2.1 –C –C.1”, resultará em multa diária correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos, enquanto que o descumprimento das demais obrigações resultará em multa diária de 10 (dez) salários mínimos, até que as obrigações sejam cumpridas efetivamente ou atinja valor suficiente para que outra pessoa as cumpra, situação que o produto da multa diária deverá ser depositado em conta judicial e à disposição de um dos Juízos Cíveis da Comarca de São Carlos – SP. - para implementação das obrigações específicas - tudo sem prejuízo da aplicação das imediatas sanções administrativas, das demais medidas judiciais cabíveis, sejam relativas às responsabilidades civil e penal, acrescendo atualização monetária e juros legais quando do recolhimento da penalidade. No caso de simples mora, os dias de atraso, nos mesmos valores antes fixados, não serão compensados pelo adiantamento das fases seguintes e nem das anteriores, de forma que a multa diária, neste caso, será recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A
- 5.2 O não cumprimento pela CETESB e pelo Ministério Público de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**., por culpa destas instituições, implicará na rescisão deste, extinguindo-se todos seus efeitos jurídicos, ressalvado o direito constitucional de apreciação pelo Poder Judiciário.

- 5.3 A **Prefeitura** não poderá ser responsabilizada pelo inadimplemento das obrigações assumidas neste **TAC**, em virtude da omissão, negligência, imprudência e/ou imperícia dos órgãos públicos ambientais e não ambientais, que tenham que apreciar requerimentos e expedir licenças das quais dependam o cumprimento das obrigações em apreço e nos prazos estabelecidos;
- 5.4 Eventuais inadimplementos das obrigações assumidas neste **TAC**, pela **Prefeitura**, em virtude de caso fortuito ou de força maior, na forma tipificada pelo art. 393, *caput*, do Código Civil, com estrita observância da definição e explicitação constante do Parágrafo Único do mesmo artigo, deverão ser comunicados imediatamente à CETESB e ao Ministério Público, que após análise poderão firmar aditamento do TAC e presente acordo visando sua adaptação ao ocorrido.
- 5.5 Em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas firmadas neste **TAC**, pela **PREFEITURA**, fixa-se a cláusula penal no valor de 100 (cem) salários mínimos, independentemente de notificação, a ser recolhida para o Fundo Estadual de Reparação dos Interesses Difusos Lesados - na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A, sem prejuízo das execuções específicas das obrigações;

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1 Este TAC terá vigência inicial pelo prazo de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua assinatura, só considerando-se o cumprido e encerrado, todavia, após a efetivação de todas as obrigações nele assumidas, em face do interesse público nele estampado e reconhecido pela **Prefeitura**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

- 7.0 - Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico e anexos, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas e identificadas para os efeitos de direito, cientes de que poderá haver homologação judicial, se qualquer dos firmatários do TAC assim requerer.

São Carlos, 23 de abril de 2003.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal de São Carlos

LUIZ ROBERTO NEME
Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo-CETESB

JOSÉ JORGE GUIMARÃES
Gerente da Agência Ambiental de Araraquara-CETESB

YASHIRO YAMAMOTO
RG. 3.489.585-1-SSP/SP
CPF/MF n. 351.119.418-00
Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia

Testemunhas:

1ª – Nome: **PAULO JOSÉ PENALVA MANCINI** 2ª – Nome: **SÉRGIO REINALDO GONÇALVES**

TERMO DE ADITAMENTO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado entre a **CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a **Municipalidade** de São Carlos e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, inscrita no CGC/MF sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Cidade de São Paulo – SP, neste ato representada por seu Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo, **Sr. LUIZ ROBERTO NEME**, e por seu Gerente da Agência Ambiental de Araraquara, **Sr. JOSÉ JORGE GUIMARÃES**, doravante designada simplesmente **CETESB**, a **Municipalidade** e **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - SP**, inscrita no CGC/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Conde do Pinhal, nº 2017, na Cidade de São Carlos – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Dr. NEWTON LIMA NETO**, doravante designada simplesmente **PREFEITURA** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento n.51/1999**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE ADITAMENTO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, na Lei Orgânica do Município de São Carlos e legislação esparsa no que concerne à obrigação do Poder Público preservar o meio ambiente e a saúde pública, a **PREFEITURA** reconhece a necessidade do encerramento das atividades do aterro sanitário existente, imediatamente após o esgotamento da capacidade de recepção de resíduos sólidos domiciliares pela nova célula ao lado do aterro atual, em fase final de licenciamento, bem como a necessidade de continuar dando a destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares gerados no Município de São Carlos;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do TAC anteriormente firmado entre a **CETESB** e **PREFEITURA**, agora municiado por informações e dados mais concretos e reais, bem como visando maior preservação ambiental, aplicação de melhor tecnologia de construção e operação, maior economia aos cofres públicos e o respeito aos ditames da nova Lei de Responsabilidade Fiscal

CONSIDERANDO que são gerados diariamente no município de São Carlos, cerca de 140 (cento e quarenta) toneladas de resíduos sólidos domiciliares, que são destinados atualmente para um aterro sanitário localizado na Fazenda Guaporé, na zona rural do Município de São Carlos, com acesso pelo km 245 da Rodovia Washington Luiz;

CONSIDERANDO que o referido aterro municipal obteve junto à **CETESB** a Licença de Instalação nº 085114, em 12/09/1990, e a Licença de Funcionamento nº 000585, em 15/09/1999;

CONSIDERANDO que o aterro sanitário sito na Fazenda Guaporé, na zona rural do Município de São Carlos, com acesso pelo km 245 da Rodovia Washington Luiz, foi originalmente projetado para 03 (três) camadas de resíduos sólidos e já se encontra na 7ª camada, devido à realização de sucessivas ampliações, decorrentes do esgotamento da capacidade de recepção originalmente prevista em projeto;

CONSIDERANDO que as ampliações do atual aterro, tanto da célula já implementada, como de uma outra célula ao lado, estão em fase de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que o Município de São Carlos, a partir de estudos técnicos contratados e produzidos por profissionais habilitados, por necessidade e premência, aventou a possibilidade de se altear o aterro sanitário que já havia sido encerrado e colocar resíduos por mais 05 metros de altura, sem comprometimento de sua estabilidade, obviamente. Considerando, também, a verificação da possibilidade de confecção de mais uma célula ao lado da anterior implantada no mês de abril de 2003;

CONSIDERANDO que em função das alterações e alteamento do aterro, o aterro sanitário atual necessitará de obras de adequação para o seu encerramento, agora definitivo;

CONSIDERANDO que a **PREFEITURA** apresentou o **RAP – Relatório Ambiental Preliminar** relativo à ampliação do atual aterro, como se fosse um novo aterro sanitário a ser implantado em área lindeira ao existente, que foi utilizada como área de empréstimo de terra para cobertura dos resíduos do mesmo aterro já esgotado e que tal área, devidamente impermeabilizada com argila compactada e manta plástica de polietileno de alta densidade, devidamente drenada, atendendo a todos os requisitos técnicos necessários à construção de aterros sanitários de resíduos sólidos domiciliares, agora já com os respectivos resíduos e encerrada ;

CONSIDERANDO que a Municipalidade de São Carlos, através da **PREFEITURA**, comprovou o sucesso da implantação pelo Poder Público Municipal de São Carlos, do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – **FUTURO LIMPO** - do qual faz parte a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, já tendo se iniciado em 2002 em alguns bairros da cidade, conforme informações nos autos e já com ampliação para 60% do território urbano, cumprindo com a expressa previsão no art.251, *in fine*, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que tanto o antigo “lixão”, já desativado, quanto o atual aterro, que agora receberá mais resíduos até aproximadamente o mês de março de 2005, continuarão a necessitar de medidas recuperadoras e de monitoramento ambiental a cargo da **PREFEITURA**;

CONSIDERANDO que os problemas operacionais atuais do aterro, geraram a lavratura do Auto de Inspeção n. 944481, pela CETESB, no dia 08.04.2003;

CONSIDERANDO o esgotamento da capacidade de recebimento dos resíduos sólidos domiciliares da célula construída em abril de 2003, bem assim da necessidade de continuar o aterramento e destinação adequada dos mesmos resíduos, gerados e coletados diariamente na cidade, no montante aproximado de 140 (cento e quarenta) toneladas, bem assim as demais razões contidas no procedimento, o presente Termo de Aditamento De Compromisso De Ajustamento de Conduta restou implementado e as seguintes cláusulas foram ratificadas e repactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente TAC., o estabelecimento das condicionantes ambientais, sociais e técnicas a serem integralmente cumpridas pela **PREFEITURA**, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para implantação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no município, bem assim para o encerramento das atividades do atual aterro sanitário da “Fazenda Guaporé”, sua recuperação ambiental e previsão de alteamento de 05 metros, agora como última ação de colocação de resíduos no aterro, além de mais uma célula ao lado daquela implementada em abril de 2003 e já esgotada, além das obrigações reparadoras e de monitoramento ambiental em relação ao antigo “lixão” da “Fazenda Santa Madalena” e, principalmente, desapropriar a atual área do aterro e encontrar e licenciar outro local mais adequado para construção do novo aterro sanitário de São Carlos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

2.1 Constituem obrigações da Prefeitura

A) COM RELAÇÃO AO FINAL DA OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO NA ÁREA ATUAL

A 1) – Manter o isolamento da área e o controle de entrada de pessoas e resíduos, impedindo, definitivamente, a ação de catadores que já foi implementada a partir do dia 22.04.2003,;

A.2) - Realizar, até o dia 30.04.2005, após a devida cobertura e compactação do lixo disposto na última camada em operação na área que será alteada no topo do aterro, a revegetação adequada na área do aterro, com vistas à sua recuperação, promovendo **os tratos culturais exigidos pelo ambiente ali estabelecido, inclusive, com espécies pertinentes a ele;**

B) - COM RELAÇÃO AO ALTEAMENTO DO ATERRO E À UTILIZAÇÃO DA ÁREA AMPLIADA –por mais uma vez no mesmo local - ao lado da atual célula implantada em abril de 2003

B.1)- Continuar o alteamento do atual aterro, já iniciado no dia 08.11.2004, até que atinja o máximo de 05 metros de altura, tendo como parâmetro a situação da base atual, conforme estaqueamento físico que deverá estar concluída em 05 dias a partir desta data, isso com fulcro exclusivo no Relatório De Análise de Estabilidade do Aterro Sanitário Municipal juntado à fls.586/600, bem assim na ART recolhida pelo Engenheiro signatário, sem prejuízo da responsabilidade solidária da Municipalidade de São Carlos e residual do executor direto do projeto. Essa utilização por alteamento é medida premente e fática – vez que a célula implantada em abril/2003 não suporta mais receber os resíduos gerados diariamente, registrando que o aterro atual está licenciado;

B.2) – Realizar e manter cobertura diária dos resíduos sólidos conduzidos novamente para o aterro até então encerrado, utilizando-se material inerte para a devida compactação da frente de trabalho encerrada e reiniciada diariamente;

B.3)- Manter o sistema de drenagem de águas pluviais já implantado no entorno da área ampliada, inclusive, para segurança da recirculação do chorume já operada;

B.4)- Apresentar, **no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, plano de destinação de material inerte (resíduos de botas-foras e entulho) e de resíduos provenientes da manutenção de áreas verdes, bem assim o protocolo do pedido de licenciamento ambiental nos órgãos ambientais;

B.5)- Concluir **no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do presente TAC**, a adequação dos sistemas de drenagem e tratamento de líquidos percolados de toda área do aterro, incluindo o esvaziamento das lagoas de tratamento de chorume, a remessa do material para destinação adequada, bem assim os devidos serviços de impermeabilização das mesmas lagoas;

B.6)- Continuar a apresentar, **no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC**, boletins de análises referentes ao monitoramento das águas subterrâneas em poços de monitoramento existentes e das águas superficiais existentes na área de influência do aterro e sua ampliação;

B.7)- Editar, no prazo de 06 (seis) a contar desta data, decreto de utilidade pública e iniciar o processo de desapropriação da área do Aterro Sanitário de São Carlos, na “Fazenda Guaporé”. Já **no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente TAC**, apresentar previsão do uso futuro da área com proposição de legislação específica com restrições de uso e ocupação do solo local;

B.8)- Apresentar, **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC**, projeto de reposição vegetal com espécies nativas para a área ampliada, a ser implantado após o encerramento do prazo de sua vida útil;

B.9)- Cumprir até 30.04.2005, com todas as exigências contidas no anexo da **Renovação De Licença Ambiental Prévia** n. 0010, da **Secretaria do Meio Ambiente**, emitida em 05.08.2004, bem assim para solicitar à **CETESB**, a **LI – Licença de Instalação**, mediante a apresentação de projeto executivo do sistema escolhido que, por ser um aterro sanitário (ampliação), deverá atender às Normas NBR-8419/92 e NBR-13.896/97, da ABNT;

B.10)- Solicitar à **CETESB**, **imediatamente após a obtenção da Licença de Instalação**, a **LO – Licença de Operação** e cumprir, no prazo de 60 (sessenta) dias após a obtenção da LI, as exigências técnicas dela constantes.

C) DO PRAZO PARA LOCALIZAÇÃO DE ÁREA MAIS ADEQUADA PARA O NOVO ATERRO SANITÁRIO DE SÃO CARLOS

C.1) - A Prefeitura, no prazo de 36 (trinta e seis meses) a contar da assinatura deste **TAC**, considerando a possibilidade de alteamento do aterro em 05 metros, bem assim da célula implantada em abril/2003 e da outra que será implementada ao seu lado, sempre dentro da área locada para o aterro e em licenciamento, bem assim da conveniência ambiental de esgotar-se a utilização de uma área já impactada com aterro de resíduos domésticos, antes da utilização de uma outra, deverá providenciar um estudo de alternativas locacionais e encontrar área mais adequada que a do atual aterro, para implantação do novo aterro sanitário de São Carlos. Essa nova área deverá estar licenciada pelos órgãos ambientais, no prazo de 48 (quarenta e oito meses) da data de assinatura deste TAC, através do devido Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EPIA/RIMA, a ser utilizada na disposição final dos resíduos sólidos domiciliares coletados no Município de São Carlos;

D) - COM RELAÇÃO AO ANTIGO “LIXÃO” MUNICIPAL INSTALADO NA FAZENDA SANTA MADALENA

D.1)- Apresentar, **no prazo de 01 (um) ano**, a contar da assinatura do presente TAC, “**Plano de Áreas Contaminadas**”, a ser elaborado de acordo com as orientações contidas no **Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB**, sobre a área objeto de depósito de resíduos a céu aberto durante anos, sita na “Fazenda Santa Madalena”, estando parte dele na área de preservação permanente do Córrego do Macarrão ;

F) – DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS OU SECOS NO MUNICÍPIO – seu início e necessidade de ampliação

E.1) – A PREFEITURA reconhece a pertinência ambiental e administrativa sustentável, da implantação e coordenação pelo Poder Público Municipal, do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, criou o “*Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos – Futuro Limpo*”, *do qual faz parte a coleta seletiva de resíduos recicláveis*. Esse programa, devido à sua importância na gestão dos resíduos produzidos no município, já se iniciou no mês de junho de 2002 em alguns bairros da cidade, ampliou-se e atinge hoje 60% (sessenta por cento) da cidade, contando com três cooperativas organizadas, no sistema “porta a porta”, quando os coletores colocam o material em sacos de rafia, que são levados até o caminhão para condução até a Central de Triagem de Materiais Recicláveis ;

E.2) – Em face dos benefícios trazidos pela coleta seletiva, mormente no aspecto do desenvolvimento sustentável, vida útil do aterro sanitário e inserção de catadores informais num sistema de trabalho organizado e cooperado, além de outros, a **PREFEITURA** se obriga a continuar estendendo o programa para outros bairros da cidade de São Carlos e Distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia, de forma que num prazo de mais 24 (vinte e quatro) meses, o programa de coleta seletiva atinja no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) da área urbana do município para, em 48 (quarenta e oito meses) atingir 100% (cem por cento) da área urbana do Município de São Carlos ;

2.2 Eventuais discussões judiciais, questões técnicas ou tecnológicas não causadas pela PREFEITURA, poderão ensejar a modificação dos prazos acordados, via aditamento, desde que devidamente justificados perante a CETESB e informados ao Ministério Público, facultada à Promotoria de Justiça a tomada das medidas que entender cabíveis, inclusive, a execução judicial do presente acordo.

2.3 - Fica ainda a PREFEITURA, obrigada a providenciar as dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento deste TAC, respeitados os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar em rubrica específica de seus orçamentos a alocação dos recursos necessários, para as obras e demais atividades a que se obrigam neste TAC., com os permissivos já constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2002 (Lei Municipal n. 12.837, de 30.07.2001) e 2003 (Lei Municipal n. 13.037, de 26.07.02); pela Lei de Receitas e Despesas do Município – Lei n. 12.942, de 07.01.2002 e pela lei que institui o Plano Plurianual para o Quatriênio de 2002/2005 – Lei n. 12.864, de 18.09.2001 e Lei Orgânica do Município. .

2.4 - Fica, também obrigada a **PREFEITURA**, a apresentar aos órgãos ambientais competentes, todos os documentos necessários aos licenciamentos ambientais das obras que dele necessitem, bem como quando requeridos por quem de direito.

2.5 - Fica, ainda obrigada a **PREFEITURA**, a manter a CETESB e o Ministério Público informados do cumprimento das etapas do item 2.1 “E.2”, a cada 6 (seis) meses, mediante ofício com relatório circunstanciado.

2.6 - Declarar pelo só efeito deste TAC, quando de sua assinatura, a ratificação no que couber, bem assim o aditamento do TAC firmado anteriormente, entre a **PREFEITURA** e a **CETESB**, aos 23/04/2003, valendo a assinatura da **CETESB** como assentimento à referida declaração para produção dos efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CETESB

3.1 Constituem obrigações da **CETESB**, no âmbito deste TAC:

- d) Conceder à **PREFEITURA**, através deste **TAC** ou ato administrativo complementar, autorização para a operação do alteamento até 05 metros do atual aterro sanitário, já iniciado em 08.11.2004, numa antecipação da licença no procedimento em fase final de análise no DAIA/SMA, isso em face da premência pelo esgotamento daquela célula implantada em abril/2003 e em face do estudo técnico apresentado e constante dos autos;
- e) Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC** pela **PREFEITURA**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação à má operação da nova célula do aterro sanitário e eventuais negligências no que tange à recuperação do local de aterro que está sendo desativado, tudo conforme e dentro dos prazos fixados;
- f) Declarar, pelo só efeito deste **TAC**, quando de sua assinatura, como já aventado acima, a ratificação no que couber e o aditamento do **TAC** firmado anteriormente, entre a CETESB a **PREFEITURA** e Ministério Público aos 23/04/2003.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Constituem obrigações do Ministério Público, no âmbito deste TAC:

- d) Suspender qualquer medida judicial ou administrativa contra a **PREFEITURA**, especificamente relativa à utilização imediata do alteamento do aterro até 05 metros, exceto no que tange à sua eventual má operação e efeitos danosos ao meio ambiente daí decorrentes;
- e) Acompanhar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC**, sem prejuízo das demais ações institucionais pertinentes;

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

- 5.1 O não cumprimento pela **PREFEITURA**, de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos estipulados e por sua culpa, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual. Além da medida antes alvitrada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento da cláusula “2.1 –C –C.1”, resultará em multa diária correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos, enquanto que o descumprimento das demais obrigações resultará em multa diária de 10 (dez) salários mínimos, até que as obrigações sejam cumpridas efetivamente ou atinja valor suficiente para que outra pessoa as cumpra, situação que o produto da multa diária deverá ser depositado em conta judicial e à disposição de um dos Juízos Cíveis da Comarca de São Carlos – SP. - para implementação das obrigações específicas - tudo sem prejuízo da aplicação das imediatas sanções administrativas, das demais medidas judiciais cabíveis, sejam relativas às responsabilidades civil e penal, acrescendo atualização monetária e juros legais quando do recolhimento da penalidade. No caso de simples mora, os dias de atraso, nos mesmos valores antes fixados, não serão compensados pelo adiantamento das fases seguintes e nem das anteriores, de forma que a multa diária, neste caso, será recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A
- 5.2 O não cumprimento pela CETESB e pelo Ministério Público de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**., por culpa destas instituições, implicará na rescisão deste, extinguindo-se todos seus efeitos jurídicos, ressalvado o direito constitucional de apreciação pelo Poder Judiciário.
- 5.3 A **Prefeitura** não poderá ser responsabilizada pelo inadimplemento das obrigações assumidas neste **TAC**., em virtude da omissão, negligência, imprudência e/ou imperícia dos órgãos públicos ambientais e não ambientais, que tenham que apreciar requerimentos e expedir licenças das quais dependam o cumprimento das obrigações em apreço e nos prazos estabelecidos;
- 5.4 Eventuais inadimplementos das obrigações assumidas neste **TAC**, pela **Prefeitura**, em virtude de caso fortuito ou de força maior, na forma tipificada pelo art. 393, *caput*, do

Código Civil, com estrita observância da definição e explicitação constante do Parágrafo Único do mesmo

- 5.5 artigo, deverão ser comunicados imediatamente à CETESB e ao Ministério Público, que após análise poderão firmar aditamento do TAC e presente acordo visando sua adaptação ao ocorrido.
- 5.6 Em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas firmadas neste **TAC**, pela **PREFEITURA**, fixa-se a cláusula penal no valor de 100 (cem) salários mínimos, independentemente de notificação, a ser recolhida para o Fundo Estadual de Reparação dos Interesses Difusos Lesados - na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A , sem prejuízo das execuções específicas das obrigações;

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1 Este TAC terá vigência inicial pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura, só considerando-se o cumprido e encerrado, todavia, após a efetivação de todas as obrigações nele assumidas, em face do interesse público nele estampado e reconhecido pela **Prefeitura** .

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

- 7.0 - Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico e anexos, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas e identificadas para os efeitos de direito, cientes de que poderá haver homologação judicial, se qualquer dos firmatários do TAC assim requerer.

São Carlos, 16 de dezembro de 2004.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal de São Carlos

IGOR TAMASAUSKAS
Procurador Geral do Município

LUIZ ROBERTO NEME
Gerente Regional da Bacia do Grande e Turvo-CETESB

JOSÉ JORGE GUIMARÃES
Gerente da Agência Ambiental de Araraquara-CETESB

YASHIRO YAMAMOTO
RG. 3.489.585-1-SSP/SP
CPF/MF n. 351.119.418-00
Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia

Testemunha: 1ª – Nome: **PAULO JOSÉ PENALVA MANCINI**
CPF nº: 774.414.198-91

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado por seu Promotor de Justiça e do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos (doravante denominado “**COMPROMITENTE**”) e **GÁS BRASILEIRO DISTRIBUIDORA LTDA.**, sociedade comercial com sede na Avenida Paulista, 2073 – Horsa I – 24º andar – Cj. 2417, Cerqueira César, CEP 01311-000, inscrita no CNPJ sob. nº 03.024.705/0001-37, Município de São Paulo, Estado de São Paulo (doravante designada “**COMPROMISSADA**”), representada neste ato por seu Diretor Geral, **LUIGI CUVIELLO**, italiano, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nºV-301629-B, inscrito no CPF/MF sob nº226.200.058-17, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 2073 – Horsa I – 24º andar – Cj. 2417, Cerqueira César na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do Procedimento n. 12/2002 em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos:

1. CONSIDERANDO que a **COMPROMISSADA** é empresa Concessionária de Gás Canalizado, responsável pela exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, especificamente em relação à implantação e funcionamento do ramal de distribuição de gás canalizado que interliga os municípios de São Carlos, Descalvado e Porto Ferreira;

2. CONSIDERANDO que previamente à implementação do referido ramal, a **COMPROMISSADA** obteve todas as licenças ambientais pertinentes, em especial quanto à Licença de Instalação emitida pela CETESB em 13.12.2001 e quanto à Autorização para a supressão de vegetação nº084/01, emitida pelo DEPRN, condicionando a supressão de vegetação à implementação de um projeto de recuperação conforme estipulado no Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº247/01 (“doravante designado TCRA”);

3. CONSIDERANDO que de acordo com o referido TCRA, a **COMPROMISSADA** assumiu a responsabilidade de elaborar e implantar um Projeto de Recuperação de vegetação em uma área de 14,50 ha de vegetação, conforme as condicionantes técnicas nele estipuladas;

4. CONSIDERANDO que durante a instalação dos dutos que compõem o ramal de distribuição a empreiteira contratada acabou ampliando a área de intervenção autorizada pelo DEPRN, suprimindo vegetação em área de 0,166 ha, conforme Auto de Infração Ambiental nº 133263 da Polícia Florestal e de Mananciais;

5. CONSIDERANDO que tendo tomado conhecimento dos fatos acima, o D. Representante do Ministério Público solicitou informações e esclarecimentos relativos ao processo de licenciamento ambiental do projeto de implementação e operação do ramal de distribuição de gás canalizado São Carlos – Descalvado – Porto Ferreira;

6. CONSIDERANDO que, em virtude de solicitação do Ministério Público, a **COMPROMISSADA** apresentou os seguintes documentos e informações relativos ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento supra referido: (a) realização de apresentação técnica sobre o Sistema de Distribuição de Gás Natural eixo “São Carlos – Descalvado – Porto Ferreira” por equipe multidisciplinar composta dos representantes da **COMPROMISSADA**, da consultoria técnica UMAH, Walter Lazzarini Consultoria Ambiental e os advogados de DEMAREST e ALMEIDA, e (b) em complementação à apresentação técnica, foram juntados aos autos do procedimento administrativo nº12/02 os seguintes documentos: (i) cópia impressa da apresentação feita ao Dr. Edward Ferreira Filho em 10.06.2002: “Sistema de Distribuição de Gás Natural : Eixo São Carlos – Descalvado – Porto Ferreira”; (ii) Estudo de Análise de Risco do Projeto de Gás Canalizado: São Carlos- Descalvado – Porto Ferreira, (cópia em arquivo eletrônico – CD); (iii) Relatório Ambiental Preliminar – RAP (cópia em arquivo eletrônico); (iv) Estudos Complementares relativos ao empreendimento (cópia em arquivo eletrônico); (v) relatório contendo “Síntese das discussões e assuntos tratados na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Carlos em 03.06.2002”;

7. CONSIDERANDO o disposto acima e, em contrapartida pelos compromissos, garantias e obrigações assumidas neste instrumento, a **COMPROMITENTE** e a **COMPROMISSADA** resolvem assinar o presente Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” nos autos do **Procedimento n. 12/2002** – em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de São Carlos, na presença das testemunhas ao final indicadas, em conformidade com os termos e condições e para as finalidades abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento das obrigações para que a **COMPROMISSADA** realize:

(a) - a promoção de compensação ambiental devida em razão da supressão de vegetação efetuada por ocasião da instalação de ramal de distribuição de gás no trecho “São Carlos – Descalvado – Porto Ferreira”, e (b) - a apresentação de informações e esclarecimentos quanto ao licenciamento ambiental do referido projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – RECUPERAÇÃO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

2.1 A compensação ambiental a que se refere o item **1.1a** supra envolverá as seguintes medidas:

2.1.1 Recuperação ambiental, conforme prazos e condições técnicas descritas na cláusula 2.2 de uma área de 1,66 ha (equivalente a 10 (dez) vezes a área de vegetação suprimida conforme Auto de Infração Ambiental nº 133263), recuperação esta que será acrescida à recuperação de 14,50 ha prevista no TCRA nº 247/01 firmado entre a COMPROMISSADA e o DEPRN/São Carlos.

2.1.2 Elaboração, no prazo de 2 (dois) meses, de Diagnóstico Ambiental do trecho São Carlos-Descalvado- Porto Ferreira, visando a caracterização final de adequação do empreendimento à legislação ambiental vigente.

2.2 O projeto de recuperação ambiental a que se refere a clausula 2.1.1 será elaborado em conformidade com os seguintes prazos e condições técnicas.

2.2.1 A elaboração do Projeto Técnico de recuperação ambiental referente à compensação ambiental será efetuada pela empresa Bioflora Comercial Ltda. ME., sob a inteira responsabilidade da compromissária, devendo estar concluído dentro de 15 (quinze) dias após a definição final das áreas para a complementação do replantio, isso pela Prefeitura Municipal de São Carlos, já que a maioria delas já estão delimitadas e constarão deste termo de ajustamento, conforme se vê adiante.

2.2.2 O plantio de 16,16 ha será realizado: (i) em 7,50 ha de área ao longo do Córrego da Prata, em área urbana já definida pela Prefeitura do Município de Descalvado, conforme previsto no TCRA assinado com o DEPRN e (ii) em 3,50 ha de área no Conjunto Habitacional São Carlos VIII, nas margens do Córrego Monjolinho e a montante do local de captação de parte da água superficial que abastece a cidade de São Carlos, no Município de São Carlos, e; (iii) em 5,16 ha em áreas de preservação permanente do Córrego Tijuco Preto, no trecho que inicia em uma de suas nascentes localizada acima da Rua Monteiro Lobato – Bairro Santa Angelina, descendo com a recuperação nas duas margens até a Rua Rui Barbosa, devendo a Prefeitura Municipal de São Carlos neste caso, definir tão somente a largura das margens a serem reflorestadas, na eventualidade de ocupações e desapropriações de áreas particulares. Se as aludidas áreas não forem suficientes para atingir o número de hectares de replantio que a compromissária está obrigada, a Prefeitura Municipal indicará outras para complementação, situação em que a compromissária deverá solicitar de imediato e formalmente à Prefeitura ditas áreas.

2.2.3 As áreas serão plantadas com essências nativas típicas da região, com grande número de espécies vegetais para garantia da maior diversidade biológica possível, absolutamente adequadas ao local, seja em faixa de domínio de mata ciliar considerada Área de Preservação Permanente – APP, seja em outro tipo de terreno escolhido.

2.2.4 As mudas deverão ser vigorosas, resistentes e submetidas a controle fitossanitário para garantir seu pegamento no plantio e adequado desenvolvimento.

2.2.5 Em conformidade com a orientação técnica, o espaçamento será de 3,00 mx2,00 m, correspondendo a um total de 26.944 mudas.

2.2.6 O plantio deverá ser efetivado no período de novembro de 2002 a março de 2003, preferencialmente nos primeiros meses de chuva para garantir melhor pegamento e desenvolvimento das mudas em função do calor e da disponibilidade de água.

2.2.7 Caso o plantio de toda a área não possa ser realizado na época supra, ele deverá ser completado no período de chuvas subsequente, de novembro de 2003 a março de 2004.

2.2.8 Diante da constatação da perda de mudas no campo deverá ser efetuado o replantio imediato, para garantir que as novas mudas replantadas tenham condição e tempo de desenvolvimento ainda na época chuvosa.

2.2.9 Deverão ser efetuados tratamentos culturais compreendendo combate às formigas, antes e após o plantio, coroamento ou roçada para garantir possibilidade de competição das mudas de essências nativas com o mato, e demais medidas necessárias, tudo durante um período de até 3 anos.

2.2.10 O acompanhamento do crescimento das mudas será efetuado de maneira

sistemática e freqüente pela compromissada, devendo fornecer relatório técnico e fotográfico trimestral à Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA TERCEIRA – INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS QUANTO AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

3.1 Em complementação às informações apresentadas conforme descrito no item 6 dos considerandos, fica estabelecido que a **COMPROMISSADA** deverá promover e realizar ampla reunião pública, visando a apresentação do projeto de instalação e operação de ramal de distribuição de gás no trecho “São Carlos – Descalvado – Porto Ferreira”, prestando esclarecimentos à comunidade quanto ao mesmo, em especial no que se refere ao processo de licenciamento ambiental, estudo de análise de riscos, suporte de monitoramento das atividades e de atendimento em casos de falhas no sistema.

3.2 A referida reunião pública deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do presente termo de ajustamento, em conjunto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros de São Carlos, Descalvado e Porto Ferreira, na cidade de São Carlos-SP., e em local adequado para o recebimento e participação de no mínimo 100 (cem) pessoas, com ampla divulgação através de panfletos, faixas e na imprensa falada e escrita, além da televisiva se possível.

CLÁUSULA QUARTA – MULTA

4.1 No caso de descumprimento de alguma cláusula do presente termo de ajustamento, a **COMPROMISSADA** fica obrigada ao pagamento de multa cominatória diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada ao valor do projeto de recomposição ambiental, caso em que o produto da multa deverá ser depositado em conta judicial para que terceira pessoa cumpra as obrigações assumidas, de forma específica e nos termos dos arts. 461, e seguintes c/c arts. 632, e seguintes do Código de Processo Civil, considerando-se a natureza executiva deste termo de ajustamento dada pela lei (art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.34/85, com as modificações introduzidas pelo Código de Defesa do Consumidor).

4.2 Fica estabelecida a cláusula penal em 20% (vinte por cento) do valor total dos gastos com a recuperação ambiental em compensação assumida, no mínimo R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A celebração do presente compromisso de ajustamento não poderá ser considerada, tanto pela forma expressa ou como implícita, a admissão de qualquer violação de normas ambientais, civis, criminal ou administrativa também aplicáveis ao empreendimento, inclusive, pela **COMPROMISSADA**, seus respectivos antecessores ou filiados, incluindo qualquer um de seus gerentes, diretores, funcionários, agentes, servidores ou consultores.

5.2 Fica a **COMPROMISSADA** ciente de que este termo de compromisso tem valor de Título Executivo Extrajudicial nos termos da legislação própria, apto a ensejar a execução pertinente, caso as obrigações assumidas não sejam cumpridas na forma pactuada, sem prejuízo da execução específica das mesmas obrigações.

Oficie-se ao D.E.P.R.N., Polícia Ambiental e Prefeituras Municipais de São Carlos e Descalvado com cópia para conhecimento e fiscalização.

Oficie-se ao Conselho Superior do Ministério Público, enviando-se os autos para homologação, com promoção de arquivamento em separado.

São Carlos, 11 de outubro de 2002.

EDWARD FERREIRA FILHO

Promotor de Justiça

GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA LTDA.

Representante Legal Sr. Luigi Cuvillo

Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº V-301629-B

(neste ato representado pelo Dr. Fábio da Costa Bocco – Advogado – OAB/SP n. 78.874 – RG. n. 8.766.883 e CPF/MF n. 033.606.668-60 – cf. procuração em anexo e previsão no contrato social)

Testemunha

Dra. Lourdes de Alcantara Machado

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado entre a **TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S/A** – a **Municipalidade** de São Carlos o **DEPRN** e o **Ministério Público do Estado de São Paulo**.

A empresa **TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S/A**, inscrita no CGC/MF sob nº 02.509.186/0001-34, com sede na Rua Marlene David dos Santos, n. 325 – Jardim Paraíso III – CEP-15.991-360 – Matão-SP., neste ato representada pelo Advogado **CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI**, portador da OAB/SP n. 121.994 e CPF n. 058.963.858-03, com instrumento nos autos, doravante designada simplesmente **TRIÂNGULO DO SOL**, a **Municipalidade** e **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - SP**, inscrita no CGC/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Conde do Pinhal, nº 2017, na Cidade de São Carlos – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Dr. NEWTON LIMA NETO**, doravante designada simplesmente **PREFEITURA**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS – DEPRN/SC**, neste ato representado pelo Supervisor da Equipe de São Carlos, Engenheiro **VICTOR EMANUEL GÍGLIO FERREIRA** o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos – SP, **Dr. EDWARD FERREIRA FILHO**, doravante designado simplesmente **MINISTÉRIO PÚBLICO**, além dos Senhores **RICARDO MARTUCCI**, portador do RG n. 3.545.852-SSP/SP., Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano e **YASHIRO YAMAMOTO**, portador do RG n. 3.489.585-1 – SSP/SP, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, tendo em vista as considerações abaixo elencadas e os elementos constantes dos autos do **Procedimento Administrativo n.38/2004**, em trâmite na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, têm entre si certo e ajustado este **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, o qual será regido pelas cláusulas e condições infra-estipuladas, conforme permissivo legal contido no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, com as modificações introduzidas pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90.

CONSIDERANDO o disposto nas Constituições Federal e do Estado de São Paulo, na Lei Orgânica do Município de São Carlos e legislação esparsa no que concerne à obrigação do Poder Público preservar o meio ambiente, a saúde pública e qualidade de vida, buscando a implementação ética do desenvolvimento sustentado e, considerando a necessidade da realização de obras físicas de engenharia civil e urbanísticas, mormente para Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m - Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310 – Trevo na cidade de São Carlos;

CONSIDERANDO que aludidas obras, parte delas a serem executadas em área cedida pela Municipalidade de São Carlos e melhor conformada em mapas e memoriais descritivos constantes dos autos, resultarão em intervenções em área de preservação permanente do Córrego Monjolinho e em supressão de exemplares nativos e exóticos, inclusive, vários deles integrantes do local conhecido como “Bosque do Antigo Frigorífico São Carlos do Pinhal”;

CONSIDERANDO, por fim, as discussões e tratativas levadas à efeito neste procedimento e fora dele, entre o Ministério Público, as interessadas Triângulo do Sol e Prefeitura, bem assim do órgão ambiental DEPRN e da sociedade civil, através do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, a **TRIÂNGULO DO SOL** e a **PREFEITURA** reconhecem a necessidade de minimização dos impactos ambientais resultantes das obras, com a preservação do maior número de exemplares vegetais, somente suprimindo aqueles extremamente necessários, bem assim com as compensações ambientais pertinentes e busca da melhor recomposição ambiental do local, no escopo da responsabilidade social pelas atividades modificadoras do meio ambiente, bem assim as demais razões contidas no procedimento, o presente Termo de Compromisso De Ajustamento de Conduta restou implementado e as seguintes cláusulas foram convencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **TAC.**, o estabelecimento das condicionantes ambientais, sociais e técnicas, a serem integralmente cumpridas pela **TRIÂNGULO DO SOL** e **PREFEITURA**, nas formas e prazos definidos na Cláusula Segunda, para implementação do projeto de Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

2.1 Constituem Obrigações da Prefeitura

A) COM RELAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE USO DE PARTE DA ÁREA OUTORGADA PELA UNIÃO FEDERAL – Portaria nº 17, de 12.02.2004 – Ministério do Planejamento

A.1) – Ratificando os termos do Decreto n. 27, de 13 de fevereiro de 2.004, a **PREFEITURA** cede para uso da interessada **TRIÂNGULO DO SOL**, a área constante do último projeto executivo apresentado para o DEPRN e CONDEMA, encartado à fls. 121 dos autos do Procedimento Administrativo n. 38/2004, necessária para realização das obras de Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310, para tanto assinando outros documentos pertinentes à regularização administrativa da aludida cessão;

A.2) – Para minimização e compensação dos impactos ambientais resultantes das obras descritas no item anterior, a **PREFEITURA** concorda que a interessada **TRIÂNGULO DO SOL** proceda nas áreas descritas nos memoriais descritivos encartados à fls.122/138 e mapa de fls.139 - assinados por todos os interessados e parte integrante do termo de ajuste de conduta - às intervenções necessárias à execução dos Projetos de Recomposições Florestais e exigências no licenciamento ambiental pelo DEPRN, que também subscreve este termo, portanto, estando de acordo tanto com os traçados finais das vias – constantes do mapa de fls. 139, quanto com as áreas a serem recuperadas com vegetação;

B) - COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO DA ÁREA conhecida como “Bosque do Antigo Frigorífico São Carlos do Pinhal”

B.1)- Como pressuposto do licenciamento ambiental e autorização para as intervenções com vistas às obras de Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310, bem assim como elemento essencial ao estabelecimento de parâmetros objetivos para o desenvolvimento sustentável, a **PREFEITURA** se obriga a manter a integridade do maciço florestal remanescente no mínimo na extensão em que hoje se encontra, bem assim das áreas determinadas para reflorestamento, expressando sua vontade e decisão de não implementar quaisquer projetos que resulte em diminuição da área vegetada ou supressão de exemplares do aludido bosque, exceto se para reposição imediata de indivíduo doente ou com vida útil findada, com a devida comprovação;

B.2) – Ainda como pressuposto do licenciamento ambiental e autorização para as intervenções com vistas às obras de Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310, bem assim como elemento essencial ao estabelecimento de parâmetros objetivos para o desenvolvimento sustentável, a **PREFEITURA**, através deste termo de ajuste de conduta, decide desativar, de imediato, as duas ruas calçadas e internas do “bosque”, para que seja removido o asfalto, descompactadas e revegetadas com essências nativas e outras adequadas para o local, enriquecendo-se o maciço e otimizando suas funções eco-sociais. Para tanto, autoriza a interessada **TRIÂNGULO DO SOL** a proceder às obras necessárias, a cargo de quem ficarão tais ações, como adiante previsto detalhadamente;

C – DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PÚBLICAS

C.1. – Também a título de compensação ambiental pelas intervenções aludidas nos autos, a **PREFEITURA** se obriga a efetuar o reflorestamento das áreas públicas municipais, localizadas nas encostas junto à margem esquerda da pista de rolamento marginal ao Córrego Monjolinho (áreas do Jardim Santa Mônica). O reflorestamento deve ser incrementado e implementado com espécies arbóreas predominantemente nativas, mediante projeto aprovado conjuntamente com o DEPRN, inclusive, com relação a espaçamento e tratos culturais.

2.2– A PREFEITURA, como interessada direta nas obras de ampliação do trevo de acesso e retorno, como detalhado nos mapas e memoriais de fls.121/139, bem assim nas intervenções de recuperações e compensações ambientais, se obriga a acompanhar a execução das obras propriamente ditas e das intervenções de recuperação e compensação ambientais, comunicando o Ministério Público e o DEPRN acerca de quaisquer irregularidades e inconformidades com o projeto aprovado e ou licenças emitidas pelos órgãos oficiais, sob pena de responder por omissão e outros consectários legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA TRIÂNGULO DO SOL

3.1 Constituem obrigações da **TRIÂNGULO DO SOL**, no âmbito deste TAC:

- a) Providenciar para o órgão ambiental – DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, todos os documentos necessários ao licenciamento da obra denominada “Readequação do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310”, nos termos e concepção dos mapas de fls.121 e 139, bem assim dos memoriais descritivos de fls.122/138 em relação às recuperações ambientais;

- b) Realizar sob sua responsabilidade, as obras de “Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310”, nos termos e concepção dos mapas de fls.121 e 139, bem assim dos memoriais descritivos de fls.122/138, nos estritos termos da licença expedida pelo órgão ambiental competente e aprovação pela Prefeitura Municipal de São Carlos, mormente em relação à autorização para corte de árvores isoladas, respondendo no caso de inobservância do projeto licenciado e aprovado, à pena de multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser recolhida ao Fundo Estadual de Interesses Difusos Lesados, além de outras sanções cabíveis;
- c) Promover a implementação das recuperações e compensações ambientais detalhadas nos memoriais descritivos encartados nos autos à fls.122/138 e especificadas nos TCRA’s expedidos pelo DEPRN quando do licenciamento administrativo, inclusive, em relação aos prazos de reflorestamento arbóreo e tratos culturais;
- d) Promover no prazo de 60 (sessenta) dias, a retirada da camada asfáltica e a descompactação das duas pequenas vias de acesso existentes no interior do “Bosque do Antigo Frigorífico São Carlos” – área 1 - bem como o preparo do solo e plantio com essências nativas e exóticas adequadas para o local, com orientação do DEPRN e Prefeitura Municipal, dispensando os tratos culturais necessários pelo período de três anos, bem assim repondo em 30 (trinta) dias as mudas que não vingarem, a fim de que se conduza uniformemente o plantio e replantio. A área desta intervenção está melhor descrita no memorial encartado nos autos. O não cumprimento desta obrigação sujeitará a interessada à multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), sem prejuízo da execução da obrigação;
- e) A **TRIÂNGULO DO SOL**, como interessada direta e responsável pelas obras de ampliação do trevo de acesso e retorno, como detalhado nos mapas e memoriais de fls.121/139, bem assim nas intervenções de recuperações e compensações ambientais, fica obrigada a comunicar o Ministério Público e o DEPRN, acerca de quaisquer intercorrências alusivas ao cumprimento de suas obrigações, seja nas áreas de concessão ou da Municipalidade de São Carlos;
- f) - A **TRIÂNGULO DO SOL**, como interessada direta e responsável pelas obras de ampliação do trevo de acesso e retorno, como detalhado nos mapas e memoriais de fls.121/139, bem assim nas intervenções de recuperações e compensações ambientais, não poderá suprimir exemplares arbóreos localizados na faixa externa da via a ser construída, vale dizer, entre os pontos 101 a 103 do mapa de fls.139, exceto se extremamente necessário e mediante termo de licença do DEPRN. Deverá, ainda, tomar as adequadas medidas de proteção das espécies existentes na mesma faixa.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações do DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais

4.1- Acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC** pela **PREFEITURA e TRIÂNGULO DO SOL**, sem prejuízo das demais ações de controle desenvolvidas no âmbito de sua competência, atribuições e da aplicação das sanções administrativas delas decorrentes, inclusive, em relação a eventual inobservância dos limites estabelecidos no licenciamento;

4.2 – Apreciar e conceder no prazo de 10 (dez) dias, o licenciamento ambiental para as intervenções ambientais nas obras de “Readequação Do Dispositivo de Acesso e Retorno no Km 235,500m/Sul, da Rodovia Washington Luiz – SP-310”, utilizando-se dos parâmetros estabelecidos nas audiências, discussões e reuniões promovidas na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente Habitação e Urbanismo da Comarca de São Carlos, no DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais e no CONDEMA – Conselho de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, que resultaram nos mapas de fls.121 e 139, bem assim nos memoriais descritivos de fls.122/138.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.1 Constituem obrigações do Ministério Público, no âmbito deste **TAC**:

- a) -Concordar com o traçado da alça do trevo e via perimetral, tais como resultantes e constantes dos mapas de fls.121 e 139, visto que melhores e menos impactantes que o projeto inicial encartado à fls.07/69 e, principalmente porque fruto de discussões com os agentes legitimados a tanto;
- b) - Acompanhar o pleno cumprimento das obrigações assumidas neste **TAC**, sem prejuízo das demais ações institucionais pertinentes;

- c) - concordar com a supressão de 03 (três) exemplares da espécie denominada comumente de “Falsa Figueira” - ficus elástica – para possibilitar o enriquecimento com outras espécies.;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - O não cumprimento pela **PREFEITURA**, de quaisquer das obrigações assumidas neste **TAC**, nos prazos estipulados e por sua culpa, exceto em relação a danos ambientais cuja responsabilidade civil é objetiva, dará ensejo à execução específica das obrigações nos termos do previsto nos arts.461, e seguintes do CPC., assim como arts.632, e seguintes, do mesmo Estatuto Processual. Além da sanção antes alvitada, aplicável às obrigações de fazer e não fazer, o descumprimento das cláusulas “**A.2; B.1 –B.2**”, resultará em multa diária correspondente a 05 (cinco) salários mínimos, até que as obrigações sejam cumpridas efetivamente, a ser recolhida ao **Fundo Estadual para Reparação dos Direitos Difusos Lesados**, criado por Decreto Estadual, na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A - tudo sem prejuízo da aplicação das imediatas sanções administrativas, das demais medidas judiciais cabíveis, sejam relativas às responsabilidades civil e penal, acrescendo atualização monetária e juros legais quando do recolhimento da penalidade.

6.2 Em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas firmadas neste **TAC**, pela **PREFEITURA ou pela TRIÂNGULO DO SOL**, fixa-se a cláusula penal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independentemente de notificação, a ser recolhida para o Fundo Estadual de Reparação dos Interesses Difusos Lesados - na conta nº 13.0074-5 – Agência n. 0935-1 - Nossa Caixa Nosso Banco ou Banco Nossa Caixa S.A , sem prejuízo das execuções específicas das obrigações;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

- Eventuais dúvidas e conflitos oriundos deste **TAC** poderão ser objeto de execução e discussão no Foro de São Carlos - SP.

E por estarem acordados conforme as cláusulas supra transcritas, assinam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e idêntico conteúdo jurídico e anexos, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas e identificadas para os efeitos de direito, cientes de que poderá haver homologação judicial, se qualquer dos firmatários do TAC assim requerer.

São Carlos, 30 de abril de 2004.

EDWARD FERREIRA FILHO
Promotor de Justiça

NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal de São Carlos

RICARDO MARTUCCI
RG. -SSP/SP
Secretário Municipal de Hab. E Desenvolvimento Urbano

YASHIRO YAMAMOTO
RG n. 3.489.585-1 – SSP/SP, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia

VICTOR EMANUEL GÍGLIO FERREIRA
Supervisor do DEPRN - Equipe Técnica de São Carlos

TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S/A
Rep. legal – **CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI**
OAB/SP n. 121.994 e CPF n. 058.963.858-03

Testemunhas:

1ª – Nome: **PAULO JOSÉ PENALVA MANCINI** 2ª – Nome: **ANISTER M. GIACOMINE**
RG nº 8.606.434-SSP/SP RG nº: 20.664.152-7-SSP/SP

ANEXO B
Leis e Normas Ambientais Federais

LEIS E NORMAS AMBIENTAIS FEDERAIS

Apresenta-se a seguir, de forma resumida e cronologicamente, as principais Leis e Normas Ambientais Federais (SÃO PAULO, 2000 – p. 442 a 487).

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Leis Federais

- Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra.
- Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Institui o Novo Código Florestal.
- Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 – Dispõe sobre a Proteção à fauna e dá outras providências.
- Lei nº 5.318, de 26 de setembro de 1967 – Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento
- Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, e dá outras providências.
- Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências.
- Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980 – Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983 – Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos, e dá outras providências.
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.
- Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 – Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.
- Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a Política Agrícola.
- Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências (Improbidade Administrativa).
- Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995 – Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da

República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providências (Engenharia Genética e Biossegurança).

- Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR e dá outras providências.
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (Crimes e Infrações Administrativas contra o Meio Ambiente).
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a Educação Ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.

Decretos-Leis Federais

- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.
- Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Institui o Código de Mineração.
- Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.

Decretos Federais

- Decreto nº 94.076, de 05 de março de 1987 – Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.
- Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 – Regulamenta o art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938/81 e dá outras providências (Plano de Recuperação de Área Degradada).
- Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990 – Regulamenta a Lei nº 7.802/89 que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.
- Decreto nº 99.274/90, de 06 de junho de 1990 – Regulamenta a as Leis nº 6.902/81 e nº 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dão outras providências.
- Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993 – Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providências.
- Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995 – Regulamenta a Lei nº 8.974/95 (Engenharia Genética e Biossegurança).

- Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998 – Regulamenta o parágrafo único do art. 27 do Código Florestal sobre o uso de fogo.
- Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 9.605/98, que trata dos crimes e infrações administrativas ambientais.

Medidas Provisórias

- Medida Provisória 1.949-29/2000 – Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- Medida Provisória 1956-55/2000 - Altera os art. 1º, 4º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR e dá outras providências.

Resoluções CONAMA

- Resolução CONAMA nº 04, de 18 de setembro de 1985 – Dispõe sobre Reservas Ecológicas, Formações Florísticas e Áreas de Preservação Permanente mencionadas no art. 18 da Lei nº 6.938/81, bem como as que forem estabelecidas pelo Poder Público, de acordo com o que preceitua o Decreto nº 89.336/84.
- Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986 – Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (alterada de acordo com a Resolução CONAMA nº 11/86).
- Resolução CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986 – Classifica as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional, em nove classes, segundo seus usos preponderantes.
- Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987 – Estabelece normas às concessionárias de exploração, geração e distribuição de energia elétrica no tocante à subsunção de empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente.
- Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre as Audiências Públicas.
- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989 – Institui o Programa Nacional de Qualidade do Ar – PRONAR.
- Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990 – estabelece as normas a serem obedecidas, no interesse da saúde, no tocante à emissão de ruídos (poluição sonora), em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política
- Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990 – Amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle no País.
- Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990 – Estabelece normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes.

- Resolução CONAMA nº 10, de 01 de outubro de 1993 – Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.
- Resolução CONAMA nº 01, de 31 de janeiro de 1994 – estabelece critérios sobre a vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de Mata Atlântica, em cumprimento ao art. 6º do decreto 750/93, para fins de procedimento de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
- Resolução CONAMA nº 12, de 04 de maio de 1994 – Aprova o Glossário de Termos Técnicos, elaborado pela Câmara temporária para assuntos de Mata Atlântica.
- Resolução CONAMA nº 02, de 18 de abril de 1996 – Dispõe sobre medida compensatória, na fase de licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, a critério do órgão licenciador, ouvido o empreendedor, relacionada à implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica, para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.
- Resolução CONAMA nº 03, de 18 de abril de 1996 – Estabelece que a vegetação remanescente de Mata Atlântica, expressa no parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 750/93, abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração.
- Resolução CONAMA nº 07, de 23 de julho de 1996 – Aprova como parâmetro básico para análise dos estágios de sucessão de vegetação de restinga para o Estado de São Paulo, as diretrizes constantes do anexo da Resolução.
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 – Dispõe sobre critérios para exercício da competência para o licenciamento a que se refere o art. 10º, da Lei Federal nº 6.938/81, com a perspectiva de integrar a atuação dos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com as respectivas competências.
- Resolução CONAMA nº 248, de 11 de janeiro de 1999 – Dispõe sobre diretrizes para licenciamento e realização de atividades econômicas baseadas na utilização de recursos da Mata Atlântica.

ANEXO C**Leis e Normas Ambientais do Estado de São Paulo**

LEIS E NORMAS AMBIENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresenta-se a seguir, de forma resumida e cronologicamente, as principais Leis e Normas Ambientais do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2000 – p. 843 a 871).

Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989.

Leis Estaduais

- Lei nº 6.884, de 29 de agosto de 1962 – Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e dá outras providências.
- Lei nº 898, de 01 de novembro de 1975 – Declara áreas de proteção e, como tais, áreas reservadas, os mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo que especifica.
- Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
- Lei nº 1.172, de 17 de novembro de 1976 – Dispõe sobre áreas de proteção, delimitando as contidas entre os divisores de água do escoamento superficial contribuinte de mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o art. 2º da Lei nº 898/75.
- Lei nº 5.597, de 06 de fevereiro de 1987 – Estabelece normas e diretrizes para o zoneamento industrial no Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei nº 6.134, de 02 de março de 1988 – Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei nº 6.536, de 13 de novembro de 1986 – Autoriza o Poder Executivo a criar o fundo Especial de Despesas de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado de São Paulo.
- Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 – Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Lei nº 7.750, de 31 de março de 1992 – Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.
- Lei nº 9.146, de 09 de março de 1995 – Cria mecanismo de compensação financeira para Municípios nos casos que especifica e dá outras providências.
- Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997 – Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- Lei nº 9.866, de 28 de novembro de 1997 – Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei nº 9.989, de 22 de maio de 1998 – Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.

- Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 – Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

Decretos-Lei Estaduais

- Decreto-Lei nº 02, de 15 de agosto de 1969 – Estabelece normas para a proteção das belezas naturais de interesse turístico.
- Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 – Dispõe sobre o tombamento de bens para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual.

Decretos Estaduais

- Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976 – Aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, que dispõe sobre a Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente.
- Decreto nº 10.755, de 22 de setembro de 1977 – Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468/76.
- Decreto nº 25.341, de 04 de junho de 1986 – Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.
- Decreto nº 32.955, de 07 de fevereiro de 1991 – Regulamenta a Lei nº 6.134/88.
- Decreto nº 39.473, de 07 de novembro de 1994 – Estabelece normas de utilização das várzeas do Estado de São Paulo.
- Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996 – Aprova o Regulamento dos art. 9º a 13º da Lei nº 7.663/91.
- Decreto nº 42.056, de 06 de agosto de 1997 – Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 41.719/97, que regulamentou a Lei nº 6.171/88, alterada pela Lei nº 8.421/93, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.
- Decreto nº 44.038, de 15 de junho de 1999 – Aprova Regulamento fixando os procedimentos relativos ao cadastramento e fiscalização do uso, da aplicação, da distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, no território do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Resoluções da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

- Resolução nº 42, de 29 de dezembro de 1994 – Aprova os procedimentos para análise de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
- Resolução nº 20, de 09 de março de 1998 – Declara as espécies da flora ameaçadas de extinção.
- Resolução nº 04, de 22 de janeiro de 1999 – Dispõe sobre o licenciamento ambiental integrado de atividades minerárias.